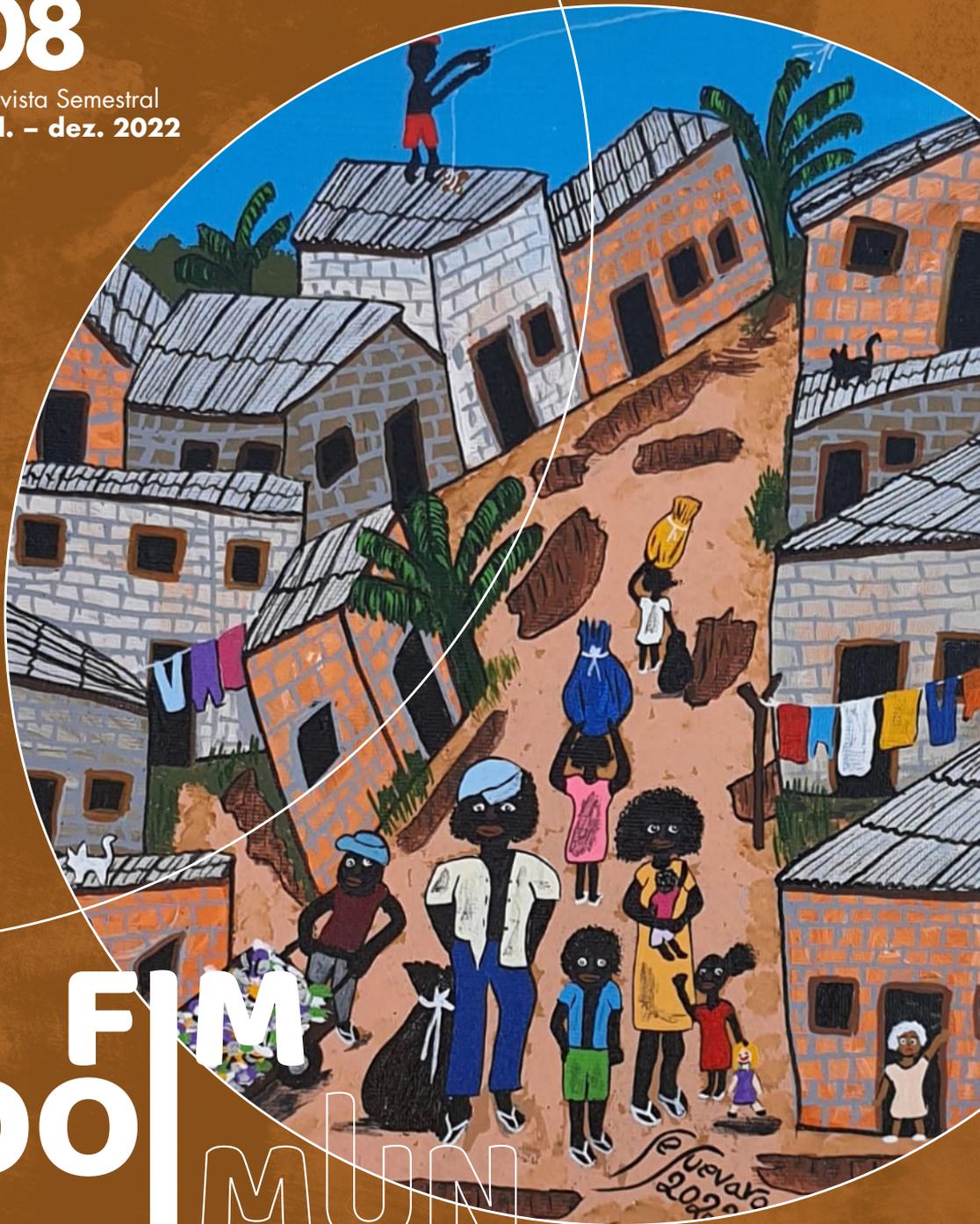


nº 08

Revista Semestral
jul. - dez. 2022



FIM DO MUNDO

ciência
transformadora
discussões para
a emancipação





For you
LADDA

Revista Fim do Mundo, nº 8, jul. — dez. 2022

Dossiê temático:

**A situação da Classe Trabalhadora na atual crise do
capitalismo mundial**

unesp 

Revista Fim do Mundo. Publicação da UNESP - Marília em parceria com o IBEC – Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos – nº 8, jul/dez 2022. Marília-SP: Universidade Estadual Paulista, 2022.

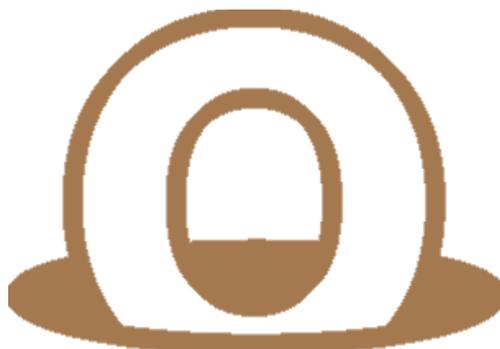
303 p.

Semestral

Inclui bibliografia

Resumo em português, inglês e espanhol

1. Capitalismo. 2. Marx. 3. Crise Estrutural. 4. Transição.
5. Crítica da Economia Política. I. Universidade Estadual Paulista (UNESP).



unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências

Av. Hygino Muzzi Filho, 737 - Mirante - Marília/SP

CEP 17.525-900

Telefone: (14) 3402-1300

Revista Fim do Mundo

ISSN: 2675-3812 | e-ISSN: 2675-3871

e-mail: revista.fimdomundo.marilia@unesp.br

<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>

As ideias e opiniões expressas nos artigos são de exclusiva responsabilidade das(os) autoras(es), não refletindo, necessariamente, as opiniões da revista.



Revista científica interdisciplinar, vinculada ao pensamento crítico em diálogo com Marx, sobre temas contemporâneos e questões teóricas da modernidade. Aberta aos temas brasileiros e latino-americanos, sobre as profundas transformações mundiais promovidas pelo surgimento do novo capital financeiro, especialmente as políticas, econômicas, ecológicas, científico-tecnológicas e geopolíticas. Atenta a todas as formas da produção intelectual humana.

A **Revista Fim do Mundo** nasce seguindo o que Marx ensinara há mais de 150 anos: "os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo". Assim, a preocupação desta revista é não apenas debater teoricamente as questões fundamentais de nosso tempo, mas acima de tudo servir como uma ferramenta aos que pretendem intervir diretamente na realidade com o objetivo último da *emancipação humana*.

A **Revista Fim do Mundo** surge por iniciativa do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos-IBEC, que reúne intelectuais militantes das mais diversas áreas do conhecimento que por mais de 3 décadas vêm pensando criticamente e enfrentando os temas centrais em busca da superação do capital.

A **Revista Fim do Mundo** reverbera, pois, os aprofundamentos teóricos destes intelectuais, principalmente como fruto de suas dissertações, teses e do curso "Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas", espaço criado pelo IBEC e o Grupo de Pesquisa Organizações & Democracia - GPOD, em parceria com a Universidade Estadual Paulista - UNESP, visando a formação da classe trabalhadora.

A **Revista Fim do Mundo** é um espaço de socialização de artigos científicos que se apoiam em Marx e no marxismo, para compreender temas históricos e contemporâneos. As publicações terão periodicidade quadrimestral e o acesso aos trabalhos é aberto, pois acreditamos que o acesso livre e universal ao conhecimento é fundamental para o avanço da ciência comprometida com as lutas sociais, com a socialização do conhecimento e a desmercantilização completa da sociedade.

Editores:

Henrique Tahan Novaes | UNESP - IBEC
Paulo Alves de Lima Filho | IBEC
Fabio S.M. de Castro | Doutorando UFABC - IBEC

Conselho Editorial:

Adilson Marques Gennari | UNESP
Aleksandr V. Buzgalin | Universidade de Moscou -
Lomonossov - Rússia
Carmen Junqueira | PUC-SP — Instituto Maira
Henrique Tahan Novaes | UNESP-IBEC
Maria A.N. Moraes Silva | UFSCAR
Maria Orlanda Pinassi | UNESP
Modesto Emilio Guerrero | Venezuela
Paulo Alves de Lima Filho | IBEC

Conselho Científico:

Adilson Marques Gennari | UNESP
Aleksandr V. Buzgalin | Universidade de Moscou -
Lomonossov - Rússia
Aline Marcondes Miglioli | Doutora UNICAMP
André Moisés Gaio | UFJF
Andrés Ruggeri | UBA - Argentina
Carlos A. Cordovano Vieira | UNICAMP
Carlos Maciel Sanchez | México
Carmem Junqueira | PUC-SP — Instituto Maira
Daniel Lopes Faggiano | Instituto Maira - IBEC
Diego Barrios | UDELAR - Uruguay
Douglas Rodrigues | Doutorando UNESP - IBEC
Fabiana de Cássia Rodrigues | UNICAMP - IBEC
Fábio Campos | UNICAMP - IBEC
Fabio S.M. de Castro | Doutorando UFABC - IBEC
Henrique Tahan Novaes | UNESP - IBEC
Ivan Lucon Jacob | Doutorando UNICAMP - IBEC
Ivanor Nunes de Oliveira | *In Memoriam*
Juan Carlos Pinto Quintanilla | *In Memoriam*
Lalo Minto | UNICAMP — IBEC
Layza Rocha Soares | Doutoranda UFF

Liev C. Maciel Sanchez | UNP - ESE - ECH -
Rússia

Lucien Sève | *In Memoriam*
Manuela Lowenthal Ferreira | Doutoranda UNIFESP
Marcelo Micke Doti | FATEC-SP
Márcio Farias | CELACC ECA-USP
Márcio H. M. Baroni | IBEC
Marcos del Roio | UNESP
Maria Aparecida de Moraes Silva | UFSCAR
Maria Orlanda Pinassi | UNESP
Marieta A. Barros Magaldi | IBEC
Modesto Emilio Guerrero | Venezuela
Natalia G. Yakovleva | Universidade de Moscou -
Lomonossov - Rússia
Neusa Maria Dal Ri | UNESP
Newton Ferreira da Silva | IFSP-IBEC
Paulo Alves de Lima Filho | IBEC
Plínio de Arruda Sampaio Jr | UNICAMP
Rogério Fernandes Macedo | UFVJM - IBEC
Sergio Bacchi | IBEC - Chile
Sinclair Mallet Guy Guerra | *In Memoriam*
Zuleica M. Vicente | Doutoranda UNICAMP - IBEC

Designer:

Tiago Stracci | Cultivare Design

Tradução e Revisão (espanhol):

Hector Ilich Meleán Durán | IBEC

Editoração:

Gláucio Rogério de Moraes | UNESP

Equipe de produção:

Angelita A. Gonçalves | Mestranda USP - IBEC
Naylla Manenti | IBEC
Maria E.L. Pessoa | IBEC
Wellington Silva | IBEC

Imagens da Capa:

Ge Guevara | artista plástica

SUMÁRIO



- 10** Artista Convidada: Ge Guevara
- 15** Editorial: A situação da Classe Trabalhadora na atual crise do capitalismo mundial
- Debate do Fim do Mundo**
- 28** Capitalismo financeiro digital, crise e desigualdade social no Brasil: o eterno retorno
Adilson Marques Gennari
- Artigos**
- 54** Lucha de clases: enfoque teórico marxista y su importancia en la actualidad
Ana Saldanha
- 73** Da esperança ao conflito: desigualdade no acesso à água pelos trabalhadores rurais reassentados pela transposição do rio São Francisco no estado de Pernambuco — Brasil
Ana Carolina Aguerri Borges da Silva
- 94** Sob a égide da crise e da barbárie: Comunidades Quilombolas e Capitalismo Contemporâneo
Milena Freitas Machado | Josimara Aparecida Delgado
- 117** Comercialização de alimentos no Brasil: considerações sobre o papel das redes de supermercados no abastecimento alimentar
Cauê Braz | Ana Monteiro Costa
- 144** Cursinhos populares e a juventude: potencialidades e contradições
Mariana Gomes Vicente
- 161** A relação entre sujeito e objeto na obra de Karl Marx
Fernando Ferreira

Texto para Discussão

- 181** Levantados dos porões. Presente tenebroso, passado obscuro e futuro incerto: após o 1º turno das eleições presidenciais de 2022 — breves notas
Paulo Alves de Lima Filho

Ensaio Crítico

- 195** A função perversa da grande mídia na desestabilização das leis trabalhistas
Mauro Donato
- 210** C.L.R. James na Mira do Brasil: o Internacionalismo negro na luta contra o Capital
Marcio Farias
- 223** Uma reflexão sobre o Lenin
Paulo de Tarso Presgrave Leite Soares

Resenhas

- 245** “Capitalismo Carcerário” de Jackie Wang
Bruno Xavier
- 262** Documentário | Dois Riachões: Cacao e liberdade
Patrícia Moll

Entrevistas

- 268** Ricardo Antunes | Entrevistadores: IBEC

Ge Guevara¹

10

A edição número 8 da **Revista Fim do Mundo** traz como artista convidada a pintora e assistente social Geralda Aparecida de Araújo Guevara, a Ge Guevara. Nascida em Belo Horizonte e filha de flagelados de enchente, Geralda muito cedo conheceu a lógica perversa que rege o sistema capitalista: sua família sofreu por anos com as enchentes no bairro onde moravam em



BH, até que todas as famílias locais foram desalojadas de suas residências para dar espaço à construção de um bairro de elite. Sua família foi viver então em um conjunto habitacional, onde ela nasceu, e teve que aprender a conviver agora com a seca, uma vez que haviam sérias dificuldades para o abastecimento a água na região.

As experiências de vida de Geralda, tanto da sua trajetória pessoal como aquelas observadas em seu trabalho como assistente social estão representadas em suas pinturas expostas nesta edição da nossa revista. Em a "A Invasão das águas" (2022) está presente o elemento água, que foi tão importante na trajetória de Geralda, como é para a maioria das famílias brasileiras. As goteiras no centro da casa são um incômodo para família reunida no sofá, no entanto, todos os olhos se direcionam para a janela ou para as notícias da TV, revelando a apreensão que a chuva causa em um país em que a todo verão multiplicam-se os casos de deslizamento de terra, os quais vitimizam aqueles que vivem nas favelas das encostas, morros e várzeas.

A artista desta edição sempre esteve conectada à arte popular. Antes de começar na pintura, dedicava-se a escrever peças de teatro popular. No entanto, as palavras pareceram ser insuficientes para projetar a angústia que

¹ Contato: geralda.aguevara@hotmail.com | instagram: @geraldaguevara



Artista Convidada

a exclusão social lhe traz. Na pintura, o emprego da arte naïf, que é caracterizada exatamente por ser espontânea, popular e sem nenhuma amarra com as normas acadêmicas da pintura, revela a própria trajetória de Geralda enquanto artista. Segundo ela, o desejo de pintar surgiu em 2019 como uma forma de expressar a desigualdade, a violência e a exclusão social que sofre o povo brasileiro. Desde então, ela passou a pintar tudo que via pela frente em seu estúdio batizado de "Arte Naïf: nos Bastidores do Cotidiano", como uma forma de aliviar a ansiedade que seu trabalho junto à população vulnerável lhe causa.

11



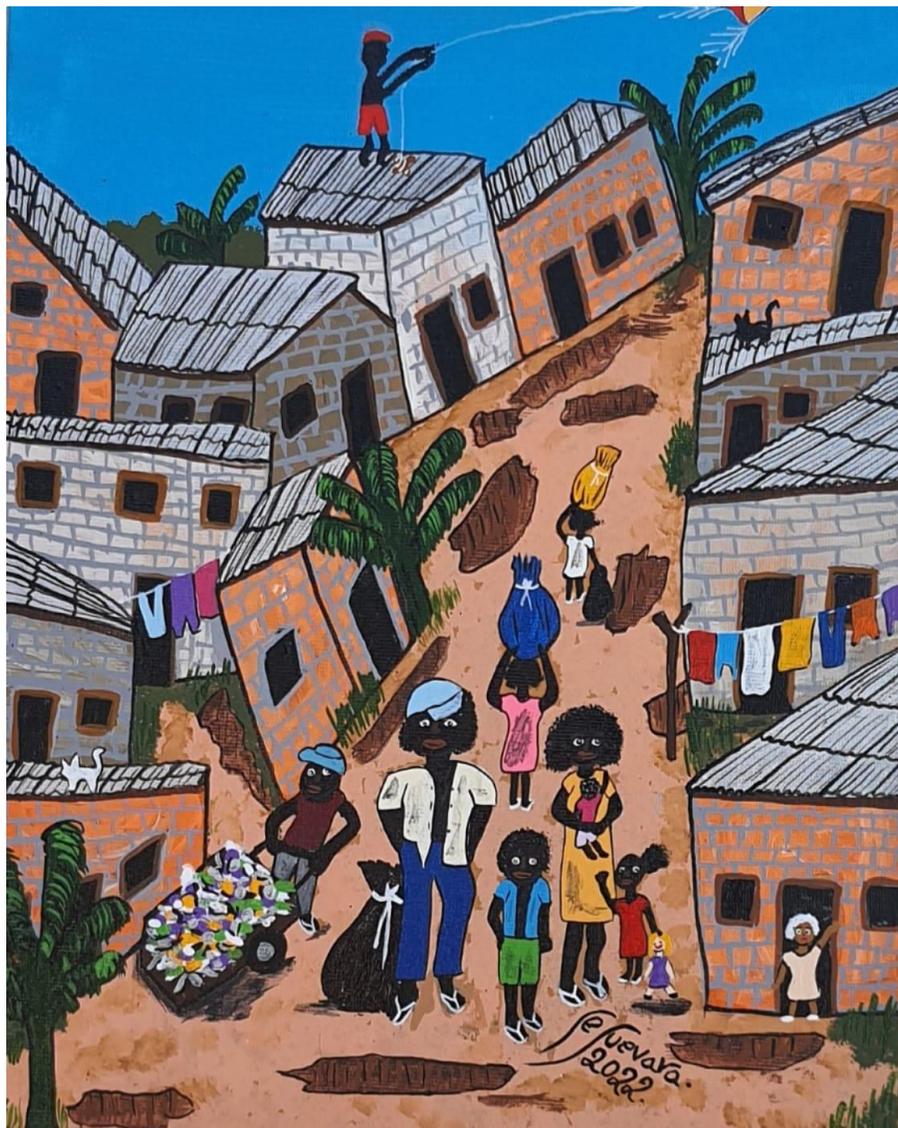
A invasão das águas, Acrílico sobre Tela (AST) 27X35- 2022

As pinturas de Geralda que compõem esta edição da RFM têm uma linha em comum: retratam o cotidiano da nossa população. Seus personagens na maioria das vezes são pessoas pretas, que não estão com feição triste e tão pouco feliz, apenas sobrevivendo, tal como na pintura "Sobreviventes" (2022).

Neste sentido, suas pinturas se articulam diretamente com o tema de nossa revista, pois eles trazem à tona a representação do



subdesenvolvimento econômico e da exploração capitalista. No capitalismo brasileiro, é idílica a representação dos trabalhadores enquanto operários do tipo fabril. Em um país desindustrializado e periférico, nossos trabalhadores apoiam-se em serviços essenciais para a reprodução social, tais como a venda de verdura, a reciclagem de lixo e o cuidado do lar, como demonstrado em “Sobreviventes”.



Sobreviventes, AST 27x35- 2022

Artista Convidada

Mas o nosso capitalismo é muito mais cruel, ele empurra para a rua, para o desalento e para o esquecimento aqueles que não cabem no pequeno circuito de redistribuição da riqueza. Este elemento está escancarado na pintura “Saqueio dos Ossos” na qual ela retrata a triste condição da nossa classe trabalhadora no ano de 2022 fazendo fila para poder conseguir ossos para cozinhar, devido ao alto preço da carne. De alguma forma, esta pintura é um retrato do que significou o governo de Jair Bolsonaro. Sem partirmos de qualquer ilusão com relação às possibilidades de melhora de vida dos trabalhadores dentro de um sistema de exploração capitalista, ainda assim, a pintura de Geralda marca a nossa raiva e desespero em ver a volta do Brasil ao mapa da fome e da miséria que passou a estampar as ruas brasileiras durante o governo Bolsonaro.

13



Saqueio dos Ossos- AST 27x35 2021

Geralda, enquanto uma mulher crítica e lutadora se envolveu na militância política ainda em BH. Em seu bairro, ela se envolveu politicamente com o PT e com a luta por creches, para trazer segurança às mães que deixavam seus filhos sozinhos ou na rua para sair a trabalhar enquanto



Artista Convidada

babás dos filhos da “patroa”. É por sua trajetória militante que seus quadros contêm a acidez da hipocrisia capitalista e um convite gritante para a luta por melhores condições de trabalho e de vida dos trabalhadores brasileiros.

14



Retrato Brasileiro: AST 30x40- 2022



Editorial nº 8: A situação da Classe Trabalhadora na atual crise do capitalismo mundial

É com imensa satisfação que trazemos ao leitor a **oitava edição da Revista Fim do Mundo**, cujo temário aborda "**A situação da Classe Trabalhadora na atual crise do capitalismo mundial**". O leitor que se debruçar sobre a história do sistema de produção e reprodução do capital fatalmente se deparará com a existência de vários momentos históricos de grandes transformações os quais delinearão as chamadas revoluções burguesas.

Essas representaram uma aceleração histórica. Onde se desenvolveram, operaram fortes rupturas com a normalidade da ordem social instalada e impulsionaram cada sociedade sob sua influência para uma forma distinta de organização. Onde tais processos revolucionários se expressaram, seja na França, na Inglaterra, seja nos Estados Unidos ou em outros países, logo se notou que suas potencialidades emancipatórias ou suas positivities, a um só tempo, eram muito relevantes e igualmente muito limitadas. Relevantes porque as revoluções burguesas alteraram as formas arcaicas de organização societal, tal como a feudal. E, todavia, limitadas porque tais alterações, segundo as possibilidades contidas no horizonte da burguesia, não deveriam ser aprofundadas, sob pena de fortalecer o pólo político da classe trabalhadora nascente e antagônica à burguesia, colocando assim em risco a aurora da relação social capital e do seu sistema produtivo e reprodutivo, o capitalismo.

Desta feita, em um breve lapso de tempo, as revoluções burguesas, guardiãs da emancipação humana, converteram-se em contrarrevoluções e suas burguesias em classes sociais conservadoras, voltando seu poder de classe contra os trabalhadores, recém surgidos enquanto tais na cena histórica. Essa rotação, das revoluções em contrarrevoluções, fortaleceu o carácter inerentemente hierárquico e desigual da relação social capital. O fato das burguesias controlarem a institucionalidade das repúblicas nascentes, bem como as estruturas e dinâmicas dos Estados, alargou o poder burguês, possibilitando seu transbordamento aos séculos vindouros. De fato, desde as revoluções pioneiras, tal como as já citadas francesas, inglesas e estadunidenses, o poder burguês somente foi antagonizado pelas experiências socialistas do século XX, de tipo soviético: por infortúnio, todas



implodidas sob os escombros, por um lado, da forte oposição das burguesias imperialistas e, também, por outro lado, das suas contradições internas, resultante da sua forma de ser pós-capitalistas.

Considerando o século XX, nota-se uma ascensão vertiginosa do poder burguês proporcionalmente ao descenso da capacidade da classe trabalhadora de agir ofensivamente contra a burguesia e isso na medida em que foram destruídas as formas históricas de controle sobre o capital.

Em paralelo, notadamente a partir das décadas de 1970, 1980 e 1990, nota-se que a burguesia, reativa e/ou ofensivamente, empenhou-se em estruturar o quarto órgão da máquina: a saber, aquele órgão que consiste na integração ao sistema de máquinas de sensores, de fluxos de informações em tempo real, de computadores com *softwares* e de comandos às máquinas, igualmente em tempo real. Essas criações e incorporações tecnológicas causaram uma aceleração histórica, convertendo o capital até então existente em capital potenciado, na medida em que viabilizou a informatização, a mecanização, a automação, a robotização, a internetização dos processos produtivos mais significativos.

O salto produtivo decorrente dessas evoluções e incorporações tecnológicas se, por um lado, possibilitou um imenso ganho de produtividade, por outro lado, impôs mudanças severas, potencialmente (e cada vez mais concretamente) disruptivas. De sua parte, elas libertaram o sistema de produção e reprodução do capital de suas amarras seculares, distendendo quantitativa e qualitativamente os níveis de produção e de produtividade. De parte da classe trabalhadora, ela foi substituída por máquinas, a despeito de sua função insubstituível relativa à produção de valor; não obstante, enquanto massa de trabalhadores fabris, formais, ela foi convertida em qualquer coisa de descartável, reduzida em número; foi destituída de seus lócus de articulação política, de seus sindicatos, clubes, igrejas, com implicações profundas no cultivo e adensamento de sua consciência de classe, bem como na atuação ofensiva contra o capital. O aumento da produtividade associado à crítica consequência da superprodução, sob o pano de fundo da massiva substituição de trabalho vivo por morto, ou seja, de trabalhadores por máquinas, notadamente nos processos produtivos mais significativos e de alto impacto socioeconômico, transformou as crises cíclicas em algo cada vez mais rotineiro, diário.

A reação das burguesias a essa dinâmica autoimposta foi múltipla e variada, qual seja, o adensamento da contrarrevolução mundial, seguida da redução cada vez mais rápida de qualquer pretensão civilizatória que *por*



ventura a burguesia algum dia já tivera. Articular mundialmente tal contrarrevolução significou um grande desafio; um dos episódios mais relevantes foi a destruição da experiência soviética e de outras, referenciadas nela. Esse duro golpe reordenou as forças envolvidas na luta de classe, permitindo a hipertrofia de modo inimaginável do poder burguês e de suas formas de dominação burguesa: sejam elas direta, ou indireta; sejam por intermédio da dissuasão e controle ideológicos, seja por intermédio do uso da violência bruta. A violência oficial das forças de segurança se tornou a rotina dos trabalhadores, alvo de raiva brutal e seletiva. Aos trabalhadores as agruras da repressão, da fome, do desalento, do desemprego, do subemprego, da superexploração, quando tem a sorte de encontrar algum capitalista interessado em sua força de trabalho, como dizia Marx.

Portanto, aumento da produtividade, da superprodução, sob forte substituição de trabalhadores por máquinas e as dinâmicas daí apreendidas, concorrem para o esvaziamento do caráter civilizatório do capital e do seu sistema de produção e reprodução, o capitalismo.

Tais revolucionamentos, na base produtiva da sociedade regida pelo capital, vão gerar desdobramentos de elevado impacto para a humanidade. A despeito de serem muitos, vamos mencionar alguns apenas. Aliada à elevação da produtividade, houve uma ampliação do mercado comprador dessas mercadorias, tendo como consequência o aumento do poder de controle das corporações industriais, comerciais e de serviços: todas articuladas submissamente ao capital financeiro, do qual as burguesias especializadas em seu manejo passaram à regência das demais formas de negócios. Da década de 1970 até o presente, ocorrera uma hipertrofia desse capital financeiro com a correspondente mudança qualitativa em sua propriedade privada, convertida em patrimonial. Assim, suas burguesias regentes puderam usufruir da frieza vantajosa desse perfil de propriedade, mobilizada a partir de ações cotadas em bolsa, de empresas gestoras de fundos de investimentos, de previdência, de títulos públicos, entre outros.

Dizer que todas as formas de capital, expresso na agricultura, no comércio, na indústria, nos bancos, estão subsumidas à sua dimensão financeira e, logo, às suas burguesias gestoras, implica em constatar que as indústrias, a agricultura de larga escala, os comércios, os prestadores de serviços de maior expressão, todos, absolutamente todos, estão subsumidos à inescapável sanha do capital financeiro. Ou seja, todas as burguesias têm que pagar tributos às burguesias regentes do capital financeiro, alcançando tal relação um patamar mesmo de dependência; raro quem não tenha em



seu balanço forte parcela destinada ao pagamento de juros, de dívida, de renegociação de dívida. Tais relações conflitivas intramuros estabelecem em termos de poder e de dominação política uma hierarquia, no tope da qual está a burguesa financeira. Essa impõe sobre as demais variadas formas de pressões econômicas, que são respondidas defensivamente pela redução de custos. Historicamente, isso tem sido feito por intermédio da incorporação tecnológica; da demissão massiva de trabalhadores, ao longo das décadas; da concentração e centralização de capital; da conseqüente formação de oligopólios; da alteração da constituição física das mercadorias, impelindo a elas a descartabilidade como perfil.

De fato, a descartabilidade é a marca da imensa maioria das mercadorias produzidas após o surgimento e generalização do quarto órgão da máquina e correspondente hipertrofia do capital financeiro. As burguesias regentes do comércio, indústria, agricultura e serviços podem se defender da ofensiva do capital financeiro, na medida em que a obsolescência programada permite uma maior rotação do capital, dado o curto usufruto do valor de uso das mercadorias descartáveis. Trata-se, portanto, da subsunção plena e acelerada desse valor de uso ao de troca.

Torna-se meridianamente clara a catástrofe ambiental que se parecia à descartabilidade acima referida: seja pela destrutiva elevação da demanda por matérias-primas; seja pela poluição decorrente dos processos produtivos de mercadorias e de seu transporte aos mercados; seja pela toxidade decorrente da sua transformação em lixo; seja pela elevação da demanda por energia elétrica, cuja produção geralmente é altamente destrutiva. A mais universal das catástrofes é a intensificação do efeito estufa e do aquecimento da atmosfera terrestre, o qual se aproxima de patamares médios alarmantes e até mesmo de um ponto de não retorno. Nessa perspectiva, no planeta, não há bioma e nem mesmo espécie que não estejam impactados pela forma destrutiva de ser do sistema de produção e reprodução do capital. Tais fatos e condicionantes históricos empurram a humanidade à sua potencial autodestruição, em face da supressão dos pré-requisitos da sua existência enquanto espécie. Eis a maior das catástrofes, para os humanos, claro.

Sob tais condicionantes, é crescentemente evidente que a espécie humana não sairia ilesa, recaindo sobre ela, talvez, conseqüência exemplar: sua autoextinção dentro do inóspito processo de remodelamento da ecologia planetária. Nesse sentido, é intrigante pensar que as burguesias precisam lidar constantemente com duas contradições de difícil solução: 1)



ela, enquanto tal, na medida em que atende às necessidades dinâmicas internas ao sistema de produção do capital, não pode fazer nada de diferente, que não empurrar a humanidade à beira do abismo, desde onde a coloca em risco de extinção. Contraditoriamente, atuando dessa forma, atua contra si, pois é parte constituinte da humanidade. E 2) por intermédio da substituição do trabalho vivo por morto, a burguesia transforma na prática a força de trabalho e seu portador biológico, o trabalhador, em uma mercadoria descartável. Não obstante, contraditoriamente, essa mesma burguesia depende dela (e também dele) para a produção de novos valores, sendo, portanto, o trabalhador um dos alicerces da existência mesma da relação capital e do capitalismo.

Se, por um lado, o trabalhador é descartável formando contingentes dantescos de famélicos, de desalentados e de desempregados, por outro, aqueles que conseguem vender sua força de trabalho o fazem em condições indignas, para usar um termo ameno. Em atenção à necessidade de redução de seus custos, as burguesias pressionam os poderes constitutivos dos Estados modernos para destruírem o arcabouço legal protetivo da classe trabalhadora e bloquear a atuação das instituições de fiscalização. Reordenam-se, assim, as legislações para atender a tais desígnios, piorando muito as condições em que se dá a relação capital, concorrendo para a ampliação das formas de subempregos e superexploração, a saber, informalização, precarização, fragmentação laboral, uberização, exploração análoga à escravidão, entre outros. A pobreza, a extrema pobreza e até mesmo a fome foram convertidas na rotina das maiorias trabalhadoras empregadas e mais ainda das desempregadas ou das desalentadas.

Não está fora do alcance das burguesias amenizar e até mesmo superar tais dramas, por meio da mobilização do orçamento público dos Estados. Em se tendo recursos, há meios concretos, condições técnicas e conhecimentos suficientes para tal. Não obstante essa possibilidade, ela faz o contrário: trata-se de uma posição política constituída historicamente. Crescentemente em desfavor das maiorias trabalhadoras, tais burguesias mobilizam o fundo estatal em seu proveito, como fator contrário à tendência de queda da taxa média geral de lucro, bem como fator de transferência de recursos das nações submetidas às hegemônicas. As estruturas e dinâmicas das dívidas públicas aportam sistematicidade a esses fluxos financeiros e garantem sua perenidade. Sem exageros: o sistema das dívidas públicas é um dos pilares do capital financeiro na atualidade e, a um só tempo, seu fator disruptivo também.



Não havendo por parte da burguesia a criação de mecanismos objetivos de integração das massas de trabalhadores desalentados, desempregados, subempregados e informais, ao circuito de significativa apropriação da riqueza produzida por eles, resta à burguesia impor o terror. Ou seja, integrar à dinâmica da descartabilidade a violência institucional assassina, como forma de controle das tensões potencialmente disruptivas subjacentes ao descarte humano. Esse pode ocorrer por alguns caminhos. Vale mencionar alguns: 1) seja pela destruição de serviços públicos elementares, tal como alimentação, educação, habitação, urbanização, saúde, previdência e mesmo emprego: sem tais empenhos, os trabalhadores padecem e morrem. Ou 2) seja pela aplicação da violência institucional policial, que sempre está preparada para assassinar um trabalhador, em um suposto contexto de resistência à prisão; 3) seja pelo estrago das balas perdidas, que sempre encontram alguém da classe trabalhadora, pobre e negro.

Do ponto de vista político, para as burguesias, são muito bem-vindas as formas autoritárias de governo, diretas ou indiretas; ou, quando não, formas de democracia de baixa densidade, que se estreita ao rito pseudodemocrático, relegando os processos decisórios centrais à autocracia burguesa e seus representantes na pequena política partidária. Ou seja, democracia estruturada para dar ordem ao processo de piora qualitativa da relação social capital, mediante as formas de superexploração, de subempregos e de desemprego aberto. Democracia para a manutenção dos mecanismos articulados pela burguesia para contrabalançar a queda tendencial de sua taxa média de lucro.

Por seu turno, dentro do espectro político da luta entre as classes antagônicas, as articulações de resistência e de ofensiva da classe trabalhadora encontram-se embotadas. Entendamos: existem resistências, até mesmo ofensivas; todavia, não em escala e em organização suficientemente fortes para pender o jogo político de modo significativo em favor dos trabalhadores. Suas organizações ou estão cedendo espaço político às articulações conservadoras, sob o pretexto da inserção na rotina da pequena política oficial, ou estão perdidas no circuito fechado de seus dilemas teóricos e práticos, dos quais a teorização e as soluções não estão no horizonte de interesse imediato; talvez, simplesmente não estão em horizonte algum de interesse, nem imediato, nem futuro. Como resultado, as frações de classe identificadas com a esquerda e suas organizações sociais



não apresentam à sociedade em geral suas formas de interpretar o mundo e suas propostas para transformá-lo radicalmente.

Esse espaço deixado é saturado pelas frações de classe identificadas com a direita e extrema direita, implicando muitas vezes no controle autoritário da cena política. Esse endireitamento é fundamental para a burguesia, na medida em que a defesa de seus interesses de classe, à luz das alterações estruturais anteriormente mencionadas, representa uma tarefa de grande envergadura e deveras difícil. Ao articular uma ofensiva contra os trabalhadores, ela está tentando defensivamente manter, ou até mesmo aprofundar, as condições históricas que a sustenta como classe privilegiada, hierarquicamente acima das demais e no controle da relação capital.

A resultante desse processo disruptivo é o adensamento e o aprofundamento da contrarrevolução mundial. Como tal, ela bloqueia qualquer dinâmica revolucionária, seja ela dentro da ordem, ou seja, no horizonte burguês; seja ela contra a ordem, a saber, no horizonte revolucionário comunista, para além da ordem do capital. Esse esgotamento abre uma era histórica de decadência do capital, ao que denominamos crise estrutural do capital: a saber, aquele momento histórico a partir do qual o seu sistema de produção e reprodução não consegue mais se expandir e acumular, sem por um lado gerar profundas e crescentes negatividades à humanidade e, por outro, destituir-se das condições que lhe permitiram até então proporcionar significativas positivities à humanidade como um todo. A esse fechamento do horizonte de possibilidades do sistema do capital, a esse momento histórico de sua crise estrutural, de sua crescente incapacidade de solucionar ou mesmo protelar ao futuro as suas contradições insanáveis, denominamos miséria do capital.

É através dessas reflexões, e outras tantas, que os editores desta Revista reforçam seus compromissos com a teoria revolucionária e se esforçam ao máximo para trazer sua modesta colaboração ao campo da necessária transição comunista. Nosso pleito não é o Fim do Mundo, mas sim a restauração da plena e rica expressão das potencialidades humanas, sob o comunismo.

Com o fito de colaborar para a realização de tais pretensões, o leitor notará que organizamos dentro desta edição de número 08 uma série de textos, artigos, ensaios, resenhas e entrevista, para que lhe sirva de estímulo



à reflexão e ao adensamento de suas posições críticas. Se nos permite, passamos adiante a apresentar brevemente o conteúdo em si do presente exemplar.

Para a compor a edição como **Artista Convidada**, convidamos Geralda Aparecida de Araújo Guevara, a **Gê Guevara**, nascida em Belo Horizonte, Minas Gerais. Gê sintetiza em suas pinturas a dureza da vida dos trabalhadores brasileiros em geral. De forma instigante, ela transborda de sua experiência de vida variados dramas da vida cotidiana de todos aqueles que estão no pólo submetido da relação social do capital. Sobreposta à dureza do temário, estão elementos de solidariedade, de esperança, de sutileza, de colorido, de futuro. A obra de Gê traz o pensamento crítico ao solo da dura realidade e das múltiplas potencialidades dessa imensa luta e aventura, que venha a ser a vida dos trabalhadores brasileiros.

De outra parte, na seção **Debate do Fim do Mundo**, o autor Adilson Marques Gennari apresenta ao leitor o texto "*Capitalismo financeiro digital, crise e desigualdade social no Brasil: o eterno retorno*". Nesse, o autor oferta uma aguçada e importante contribuição sobre a situação do Brasil, notadamente do ponto de vista da pobreza e da desigualdade social, impactadas pelas contradições oriundas das seguintes dinâmicas históricas: da crise estrutural do capital; do afloramento de revoluções tecnológicas recentes; do que denomina como desglobalização do capitalismo; da emergência da Eurásia e dos países dos BRICS, no contexto multipolar e pós-pandêmico.

Por sua vez, na seção **Artigos**, contamos com seis textos, sobre os quais passamos a discorrer brevemente. No primeiro artigo, a autora Ana Maria Saldanha nos apresenta o texto "*Lucha de clases: enfoque teórico marxista y su importancia en la actualidad*". A partir da concepção marxista de classe social, de luta de classe, da distinção entre situação e consciência de classe, a autora empreende uma reflexão intrigante sobre os atuais movimentos sociais e sua inserção no bojo da luta de classe, em pró da ofensiva contra o capital e da edificação de uma Nova Humanidade.

Na sequência, a autora Ana Carolina Aguerri Borges da Silva nos brinda com o artigo denominado "*Da esperança ao conflito: desigualdade no acesso à água pelos trabalhadores rurais reassentados pela transposição do rio São Francisco no estado de Pernambuco – Brasil*". Nele, ela se propõe a analisar a situação das famílias reassentadas em decorrência da transposição do Rio São Francisco, no Estado de Pernambuco. Como desdobramento de pesquisa de campo, realizada junto ao seu pós-doutoramento, ela constata



que, embora as famílias atingidas fossem em tese beneficiárias da própria obra de transposição, elas se depararam com uma série de problemas, dentre os quais, vale citar: a difícil adaptação à nova ecologia dos arredores; a inacreditável limitação no abastecimento de água para as necessidades básicas e não para as atividades agrícolas em geral; a falta de controle da qualidade da água, a qual muitas vezes chega com mal cheiro e coloração escura; o adoecimento dessas famílias rurais em decorrência da pouca qualidade dessa água. Para além, a autora ainda reflete sobre os desdobramentos dessa situação na produção e reprodução sociais de tais populações.

Em seguida, as autoras Milena Freitas Machado e Josimara Aparecida Delgado nos apresentam o artigo *"Sob a égide da crise e da barbárie: Comunidades Quilombolas e Capitalismo Contemporâneo"*. Tendo como pano de fundo o momento histórico pós-golpe parlamentar de 2016 e uma abordagem teórica e metodológica que articula os debates feministas, racistas e materialistas, as autoras intentam apreender os elementos constitutivos da crise sistêmica e estrutural. Para tanto, elas trazem à baila o recrudescimento do neofascismo, da extrema direita no mundo, bem como no Brasil, tudo para avaliar seus impactos sobre a vida de diferentes grupos sociais e étnicos, notadamente das mulheres negras de comunidades quilombolas, testemunhas do desmonte de suas vidas sociais e do trabalho comunitário.

O próximo artigo, dos autores Cauê Braz e Ana Monteiro Costa, é intitulado *"Comercialização de alimentos no Brasil: considerações sobre o papel das redes de supermercados no abastecimento alimentar"*. Eles, sob o contexto do retorno do Brasil ao mapa da fome, interrelacionam o atual cenário de insegurança alimentar com a atuação das grandes redes de supermercados no Brasil, bem como do agronegócio e do sistema financeiro: tudo redundando em forte vulnerabilidade social e insegurança alimentar, seja no espaço rural, seja no urbano.

Por sua vez, a autora Mariana Gomes Vicente apresenta o artigo *"Cursinhos populares e a juventude: potencialidades e contradições"*. Partindo da constatação de que a formação social brasileira proporcionou uma condição de dependência, bem como internamente de uma educação profundamente desigual, a autora passa a refletir sobre as potencialidades e contradições presentes nos cursinhos pré-vestibulares populares: essa experiência direcionada às frações de classe mais vulneráveis e facilitadoras de seu acesso às universidades em geral. Enfrentando teoricamente a tensão



existente entre, por um lado, a potencialidade de tais cursinhos populares serem espaços emancipatórios e, por outro, de serem locais onde se cultiva acriticamente pretensões exclusivamente direcionadas à aprovação no vestibular, a autora nos convida à leitura e nos brinda com reflexões instigantes.

A essa altura, temos o autor Fernando Ferreira, que nos oferta o artigo "*A relação entre sujeito e objeto na obra de Karl Marx*". Ele, a partir de bibliografia centrada na obra de Marx, trouxe à baila uma análise sobre a relação entre sujeito e objeto, bem como estrutura e agência, na obra do autor alemão. Adicionalmente, Ferreira se propõe a analisar a categoria de sujeito histórico como proletariado e, de forma complementar, declina elementos para uma potencial leitura do referido sujeito como o capital. Buscando apontar tais teses ao longo de diversas obras de Marx, o autor oferece ao leitor uma leitura instigante e com pistas para estudos futuros mais aprofundados a todos que se dedicam à obra monumental desse autor revolucionário e imprescindível.

Findada essa parte, adentramos na seção **Texto para discussão**. Aqui, temos o texto "*Levantados dos porões. Presente tenebroso, passado obscuro e futuro incerto: após o 1º turno das eleições presidenciais de 2022 – breves notas*". Nele, o autor Paulo Alves de Lima Filho nos propõe uma imersão teórica nas tensões históricas atuais e nas perspectivas de futuros. Texto de acurácia teórica refinada, o autor se empenha a estruturar uma teoria da transição comunista. Para tanto, dedica-se à crítica das formulações teóricas (e experiências) denominadas revoluções socialistas, bem como ao remodelamento das tensões políticas entre as classes e frações de classes, tanto pelo lado da ultradireita e sua opção antidemocrática radical, quanto pelo lado dos trabalhadores e sua necessária, mas ainda não articulada a contento, revolução democrática radical com vistas à transformação social. Não à toa, este texto está na presente seção. Em outras palavras, ele precisa ser amplamente debatido e suas teses fartamente posta à prova, como contribuição e força motriz teóricas das transformações imprescindíveis contra a regência trágica do capital sobre o destino da humanidade.

Na seção **Ensaio crítico**, nos deparamos com três textos profundamente instigante, dos quais traremos algumas referências em seguida. O primeiro é de Mauro Donato. Denomina-se "*A função perversa da grande mídia na desestabilização das leis trabalhistas*". Aqui, o autor entrega ao leitor reflexões profundas sobre a particularidade da mídia brasileira e as funções sociais desempenhadas no bojo da cisão entre as classes sociais.



Destaca seu papel contrário aos interesses das maiorias trabalhadoras, na criação de mitos, na glamourização do empreendedorismo e dos microempreendedores individuais (MEI): tudo direcionado a moldar o imaginário popular, que se despoja de sua potencial crítica, enquanto constata a destruição do seu arcabouço legal protetivo, das leis trabalhistas. Sendo temática deveras atual, sua leitura é imprescindível.

O segundo texto é de Márcio Farias; chama-se: "*C.L.R. James na Mira do Brasil: o Internacionalismo negro na luta contra o Capital*". Nesse ensaio, o autor se debruça sobre a obra do intelectual Cyril Lionel Robert James. Seu intento é analisar algumas contribuições de James para a apreensão teórica dos processos de luta contra o racismo e o capitalismo, notadamente, mas não exclusivamente, a partir da categoria internacionalismo negro. Ou seja, como se nota, trata-se de ensaio fundamental para que o leitor reflita sobre a luta contra o racismo no Brasil, buscando as devidas conexões com os enfrentamentos e a produção teórica contra o racismo em outras paragens.

Fechando essa seção, nos deparamos com o ensaio "*Uma reflexão sobre o Lenin*", do autor Paulo de Tarso Presgrave Leite Soares. Nesse ensaio, ele promove uma imersão na obra de Lenin, este clássico do marxismo dos séculos XIX e XX, trazendo à baila o que chama de "dois Lenin", distintos e opostos: um que recusa a dialética e outro dialético. Ao longo do ensaio, o autor tece uma reflexão interessante, convidando o leitor a pensar sobre essas múltiplas dimensões da teorização de Lenin e de suas posições em face da dialética. Ademais, o ensaísta não se exime de demarcar suas interpretações em face de cada Lenin trazido à baila.

Na seção **Resenhas**, temos a colaboração do autor Bruno Xavier, acerca do livro "*'Capitalismo Carcerário' de Jackie Wang*", publicado no Brasil em 2021, pelo selo editorial Igrá Kniga, da cidade de São Paulo. Articulando as dimensões raciais, econômicas, políticas, jurídicas e tecnológicas, a autora estadunidense Wang, enquanto pesquisadora do Departamento de Estudos Africanos e Afro-americanos na Universidade de Harvard, edifica um estudo investigativo sobre raça e a economia política da polícia e do encarceramento em massa nos EUA.

Ainda na mesma seção, a cineasta Patrícia Moll discute o documentário "*Dois Riachões: Cacao e Liberdade*" apontando as condições e contradições que levaram uma comunidade agrícola a conquistar a terra, independência financeira e soberania alimentar a partir da luta por reforma agrária.



Por fim, na seção **Entrevista**, os pesquisadores do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos – IBEC – tiveram o prazer de entrevistar o intelectual marxiano Ricardo Antunes, professor titular do Departamento de Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Campinas – UNICAMP. Nessa entrevista, todos puderam aproveitar a elevada capacidade teórica do autor para detalhar tanto a sua trajetória intelectual, quanto as múltiplas dimensões da dramática condição da classe trabalhadora mundial. Essa entrevista é impecável e imperdível.

À guisa de conclusão, resta-nos reforçar o convite ao leitor para se empenhar na leitura desta oitava edição da Revista Fim do Mundo. Assim, somará esforços ao adensamento teórico imprescindível à apreensão das dinâmicas históricas atuais e ao balizamento da luta da classe trabalhadora, rumo à transição comunista: única saída presente no horizonte, sem a qual a humanidade está se condenando à extinção pela manutenção do sistema de produção e reprodução do capital. Esperamos que todas as seções desta revista sejam de grande proveito e sirvam de estímulo à reflexão crítica, tão vital neste momento histórico. Eis o anseio dos coordenadores desta edição.

Dezembro de 2022.

Coordenação do Dossiê Temático

Paulo Alves de Lima Filho | Adilson Marques Gennari
Rogério Fernandes Macedo | Aline Marcondes Miglioli

E os Editores.



Debate do Fim do Mundo



Capitalismo financeiro digital, crise e desigualdade social no Brasil: o eterno retorno

28

Adilson Marques Gennari¹

Resumo

A sociedade capitalista global vem experimentando transformações determinadas, de um lado pela própria crise estrutural do capital que já vem se desenvolvendo desde o final do século passado na forma de crise econômica, crise ambiental, crise nas relações sociais (do emprego) e até crise de legitimidade; e de outro lado, pelos impulsos causados por revoluções tecnológicas que avançam para sua quarta fase (grundissização), no contexto de uma fase de desglobalização do capitalismo e mudança significativas nas relações internacionais com a emergência da Eurásia e dos países dos BRICS, em um novo contexto multipolar e pós-pandêmico. O objetivo deste paper é contribuir ao debate sobre as contradições deste processo em relação a crise estrutural e seu impacto na pobreza e desigualdade social no Brasil.

Palavras-chaves: Crise; revolução tecnológica; multipolaridade; desigualdade.

¹ Economista, doutor em sociologia. Professor da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara | adilsongennari@unesp.br



Resumen

La sociedad capitalista global ha venido experimentando ciertas transformaciones, por un lado debido a la crisis estructural del capital que se viene gestando desde finales del siglo pasado en forma de crisis económica, crisis ambiental, crisis de las relaciones sociales (empleo) e incluso una crisis de legitimidad; y por otro lado, por los impulsos provocados por las revoluciones tecnológicas que avanzan a su cuarta fase (grundissization), en el contexto de una fase de desglobalización del capitalismo y de cambios significativos en las relaciones internacionales con el surgimiento de Eurasia y los países BRICS, en un nuevo contexto multipolar y pospandemia. El objetivo de este artículo es contribuir al debate sobre las contradicciones de este proceso en relación con la crisis estructural y su impacto en la pobreza y la desigualdad social.

Palabras clave: Crisis; revolución tecnológica; multipolaridad; desigualdad.

Abstract

Global capitalist society has been experiencing transformations determined, on the one hand, by the structural crisis of capital that has been developing since the end of the last century in the form of economic crisis, environmental crisis, crisis in social relations (employment) and even crisis of legitimacy; and on the other hand, by the impulses caused by technological revolutions that advance to their fourth phase (grundissization), in the context of a phase of deglobalization of capitalism and significant changes in international relations with the emergence of Eurasia and the BRICS countries, in a new multipolar and post-pandemic context. The objective of this paper is to contribute to the debate on the contradictions of this process in relation to the structural crisis and its impact on poverty and social inequality.

Keywords: Crisis; technological revolution; multipolarity; inequality.

“O que há de indivisivelmente pequeno e de grande em tua vida há de te retornar”

[Nietzsche]

Introdução

Dois grandes complexos de contradições convivem simultaneamente na atual sociedade global. 1) A crise estrutural do capital que se desdobra em três níveis: a) o capitalismo se transformou em sociedade destrutiva produtora de lixo e rumou para uma crise ecológica que colocou a existência do planeta e da humanidade em risco; b) crise nas relações sociais típicas do capitalismo. O assalariamento e a chamada formalidade estão severamente comprometidos; c) crise na sustentação simbólica ou superestrutural da



sociedade do capital; d) transição da economia industrial para a economia digital. 2) Mudança de eixo nas relações internacionais: a) decadência do poder econômico e político do império estadunidense e, b) a ascensão de países da Eurásia, principalmente China e Rússia e o crescente papel do chamado BRICS plus (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul + Argentina, Irã, Paquistão, Indonésia, Turquia e Coreia do Sul).

É no âmbito desses dois complexos que se situa a atual luta entre as forças sociais da revolução (comunistas, socialistas, feministas, social-democratas, anarquistas, etc) e as forças da contrarrevolução (burguesias urbanas decadentes, ruralistas, neonazistas, fascistas, proprietários de terras, especuladores, classes médias ressentidas, etc), forças essas que ganharão substância nos partidos, sindicatos, movimentos sociais e associações.

A força dos movimentos da revolução contra as forças da contrarrevolução determinarão, nas sociedades, países, blocos ou regiões, a luta entre as classes e frações de classe e assim, determinarão o grau de exploração dos trabalhadores e dos despossuídos e, por consequência, terão mais ou menos concentração de renda, mais ou menos desigualdades sociais, mais ou menos miseráveis famélicos, mais ou menos sem-teto, mais ou menos presídios ou hospitais e escolas. É deste modo que não é fortuita a variação do índice de Gini e o percentual da população abaixo da linha da pobreza. É antes uma determinação política e social a se refletir nos índices sócio econômicos.

A chamada globalização neoliberal que dominou a cena econômica e política do mundo desde a queda do muro de Berlin, sofreu seu primeiro grande revés com a crise financeira de 2008 que levou os Estados Nacionais a gastarem trilhões numa intervenção nunca vista. O segundo momento de revés foi a política econômica e de relações internacionais levada a cabo pelo governo de Donald Trump nos Estados Unidos com o objetivo de reduzir a participação do Estado em vários setores de gestão global do capitalismo, com uma política de caráter nacionalista. Depois a pandemia jogou uma pá de cal na globalização neoliberal já que todas as regras do jogo foram alteradas mesmo nos países com os governos mais conservadores como foram os casos dos EUA da gestão de Trump e do Brasil na gestão de Bolsonaro. Entretanto, vale ressaltar que em diversos aspectos o que se chama por processo de globalização encontra imensa dificuldade de reversão. Na realidade, o capitalismo em sua atual fase de crise estrutural não pode mais retroceder os processos de internacionalização e globalização de determinados aspectos do mundo da



economia e da política atuais, depois de desenvolver ao infinito determinados setores tais como o comércio mundial, as cadeias produtivas globais, os fluxos financeiros globais, seja produtivo, seja especulativo, a produção de commodities globais, e até mesmo o fluxo de pessoas, técnicos, cientistas e força de trabalho desqualificada. Dito de outra maneira, as formas de ser da reprodução do capital no início do século XXI possuem características estruturais que não podem simplesmente deixar de existir ou voltar para trás, assim como o capitalismo do século XX, caracterizado pelos oligopólios, não poderia simplesmente retroceder ao capitalismo competitivo do século XIX. É uma irracionalidade total a reflexão destas possibilidades. Se isto for verdade, o capitalismo globalizado e em crise estrutural do século XXI pode até abrir mão de uma ideologia totalmente falsa como o chamado “neoliberalismo”, entretanto, as características estruturais e concretas do capitalismo não podem abrir mão do colossal desenvolvimento do processo de globalização das estruturas econômicas e financeiras que caracterizam a economia capitalista atual. Para facilitar o raciocínio, seria mais interessante afirmar que o “capitalismo da globalização neoliberal” transitou para uma nova fase que poderia ser designada por “capitalismo global em crise estrutural” que contém aspectos desglobalizantes no sentido de elaboração de políticas com componentes centrados no aspecto nacional.

Em relação à particularidade brasileira, aprendemos com Francisco de Oliveira (2003) que a atual realidade brasileira pode ser simbolicamente reduzida a um “Auschwitz sem chaminés de crematório”. Entretanto, como refletir sobre pobreza e desigualdade social em áreas do mundo tão afetadas por grandes processos de superexploração sem ter em mente alguma perspectiva de futuro, pois o passado somente nos remete a colonização, superexploração e, no caso específico do Brasil, quase 4 séculos de escravização de povos africanos e indígenas autóctones. Para não ficarmos apenas na descrição da verdadeira hecatombe social que tal processo criou, o que nos motiva neste trabalho é, também, explorar as perspectivas abertas pela atual crise estrutural da civilização do capital e as possibilidades ou não abertas com a integração na ordem nova ordem econômica e social que se descortina neste início de século via o desenvolvimento ligado ao campo dos BRICS. Propomos, nesse sentido, um exercício de reflexão no campo das ciências sociais e humanas no sentido de encaminhar a seguinte questão: há perspectiva para sociedades ex-colonizadas e de economias escravizadas, e que percorreram alguns passos



no chamado desenvolvimento capitalista, para além da subordinação aos velhos polos hegemônicos, e no caso do Brasil, o que uma reflexão em conjunto com ou em bloco com o países dos BRICS podem oferecer de perspectivas a secular barbárie social instalada? Como em todas questões complexas, não há resposta rápida e simples no horizonte.

No que tange à desigualdade e concentração de renda, aprendemos com a obra-prima de Celso Furtado “Formação Econômica do Brasil” que iniciado o processo de colonização, a classe proprietária de terras junto com a Corôa Portuguesa, retinham mais de 90 por cento da renda gerada na atividade econômica, ou seja, quase a sua totalidade. É assim que tem início o experimento econômico nas terras que deram origem à nação brasileira. Os trabalhadores escravizados mal passavam dos 30 anos de vida no extenuante trabalho da produção de cana-de-açúcar. Esta atividade durou por séculos e até hoje se flagram fazendas reproduzindo o trabalho escravo. Isto é incrível, mas se pensado em perspectiva histórica, esta e outras atividades de superexploração se tornaram a marcas indeléveis de nossa particularidade histórica na qual a desigualdade social e o racismo estrutural são corolários.

O forte desenvolvimento da indústria a partir do final do século XX não reverteu radicalmente o quadro de superexploração do trabalho nem tampouco os níveis de desigualdade social, sendo um exemplo o período chamado “milagre econômico” brasileiro na segunda metade do século XX, onde em plena ditadura militar, o Brasil se tornou o país mais desigualitário do mundo, mantendo até os dias que correm um lugar proeminente neste ranking.

Postas essas linhas gerais, vamos refletir, ainda que brevemente, sobre a nossa questão chave primeiro expondo alguns aspectos da chamada crise estrutural do capital, para depois passarmos a considerações sobre a história econômica recente do Brasil e seu papel nos BRICS para, por fim, levantar questões sobre as possibilidades que se abrem nesta nova fase da (des) globalização.

O capital financeiro

Não podemos minimizar a importância do capital financeiro global em suas relações com a crise estrutural do capital, que se expressam como crise financeira global, no âmbito de uma financeirização global. Mas o que é financeirização global? Desde a análise de Lenin no seu clássico



“Imperialismo etapa superior do capitalismo”, a financeirização e o desenvolvimento dos conglomerados financeiros deram um salto gigantesco, principalmente após a segunda guerra mundial e os desdobramentos da nova regulação internacional ditada pelo império estadunidense. Financeirização hoje, significa, grosso modo, que a maior parte da mais-valia produzida pela classe trabalhadoras nos cinco continentes do mundo, aflui inevitavelmente para grandes blocos ou organizações de investimentos e de especulação global, sendo que tal massa de mais-valia pode afluir via bolsas de valores, do interior dos Estados Nacionais (dívida pública), organizações públicas e privadas globais de investimento, ou simplesmente organizações bancárias. Assim, o capital financeiro global se organiza de um modo geral caracterizado por: 1. Grandes e poucos bancos globais; 2. Financeiras ligadas ou não às grandes corporações; 3. Fundos de pensão; 4. Os chamados *masters of universe of investments*, como Black Rock, Vanguard e State Street; 5. Fundos soberanos; 6. Corretoras de ações de diversas magnitudes e alcances regionais; 7. Mega investidores independentes, etc.

Tanto o investimento quanto a especulação partem e são partes do capital financeiro. O capital financeiro é o capital produtor de mais-valia, é óbvio que deverá passar pela esfera da produção, que vem ganhando nova concretude digital, por isso, o capital financeiro é o alfa e o ômega da acumulação de capital, e é por isso, que a taxa de juro é a mais importante taxa da economia, muito embora o juro seja uma parte dependente do lucro do capital industrial e comercial. Entretanto, a principal taxa da sociedade do capital é a taxa de exploração ou taxa de mais-valia que não aparece claramente no mundo fenomênico porque, em última análise, depende da luta de classes e vive nos subterrâneos do mundo produtor de mercadorias e seu fetiche. Assim, a taxa de juro é que fica aparente e é com ela que os capitalistas, via os bancos centrais, tentam controlar a economia, que é no fundo, incontrolável. Sendo assim, a economia do capital é uma economia financeira. Apesar de muitos economistas caracterizarem o capitalismo financeiro com o capitalismo do século XX com seus oligopólios e com a fusão do capital industrial com o capital bancário, no fundo, o capitalismo sempre foi e sempre será financeiro. Veja-se por exemplo o caso clássico do experimento colonizador brasileiro que não pode ser entendido sem o financiamento do capital financeiro dos Países Baixos, que ao financiar o experimento colonial colocou capital nas mãos dos empreendedores portugueses que com a superexploração das populações africanas



escravizadas deu vida a produção de excedente econômico que seria repartido entre as coroas portuguesas e os financiadores batavos, afora o império britânico. Ainda não se tratava de um caso de capitalismo maduro, mas estavam lançadas as bases da acumulação capitalista global mercantil na forma de acumulação primitiva. O que ressaltamos aqui é que os estudos de Marx expostos longamente no livro terceiro de *O Capital* dão conta de que o movimento do capital financeiro ($D - D'$) já estava presente nas suas origens e sempre continuará presente enquanto existir a sociedade do capital, pois é sua fórmula suprema e geral da acumulação de capital que sempre requer a existência da atividade criadora de valor dos trabalhadores no seu interior, sem os quais a fórmula seria totalmente irracional. Não é por acaso que a estrutura da obra de Marx comece com a análise da mercadoria e termine com os rendimentos e principalmente com a análise do capital financeiro. Hoje isto fica bastante evidenciado com o poder brutal dos conglomerados financeiros globais e os fundos de investimento e especulação, dada a natureza digital de seu movimento.

No bojo desse espectro de funcionamento do capital financeiro, os países ou Estados Nação não deixam de estar a mercê das decisões dos administradores dessa gigantesca massa de capital financeiro global que, como se sabe, flui por todos os continentes na velocidade da luz, via fluxos cibernéticos cada vez mais eficientes.

Em relação às cadeias produtivas e ao avanço tecnológico aplicado na produção está cada vez mais claro a proeminência de uma mudança drástica de eixo no mundo em favor do continente asiático, que se torna além da fábrica do mundo, também a própria produção e expansão das fronteiras tecnológicas em todos os campos, o que faz aumentar a velocidade não só da produtividade do trabalho no mundo, mas também das forças da grundissização da sociedade.

A crise estrutural do capital:

Para Karl Marx as crises recorrentes ocorrem porque “sob a forma dinheiro, o capitalista lança menos valor na circulação do que dela retira, e sob a forma mercadoria lança na circulação mais valor que dela retira. Enquanto personifica apenas o capital, funcionando como capitalista industrial, sua oferta de valor-mercadoria é sempre maior que sua procura. A igualdade entre ambas equivaleria à não valorização de seu capital que não



teria funcionado como capital produtivo.” (MARX, 1980, livro II, cap. IV, p. 119). Deste modo, as crises são inerentes ao capitalismo.

O que vem a ser crise estrutural? No debate das ciências econômicas é algo que se contrapõe à crise conjuntural, sendo esta uma crise de curto prazo e que incide na economia capitalista ciclicamente, e aquela uma crise de maior envergadura, que pode alcançar até o longo prazo já que incide nos próprios pilares da economia capitalista, sendo assim, uma crise do sistema e não apenas uma crise no sistema.

Entretanto, se adotarmos uma perspectiva mais multidisciplinar ou transdisciplinar e incorporarmos elementos da sociologia, política e até da filosofia, a “crise estrutural” pode ganhar outra representação categorial e remeter a uma crise do próprio modo de produção capitalista. Não apenas uma crise nos fundamentos econômicos, mas uma crise dos elementos estruturantes da própria civilização do capital, entendida como uma relação de dominação onde o trabalho vivo está dominado pelo trabalho morto para a produção de mercadorias e excedente econômico, a mais-valia ou trabalho não pago. É neste escopo teórico metodológico que nos inspira o pensamento do filósofo húngaro Stván Mészáros, principalmente em sua obra “Para além do capital”.

A categoria “crise estrutural” significa que: 1. O capitalismo perdeu seu chamado impulso civilizador do século XIX; 2. O aumento dos gastos militares ocorrem *vis a vis* ao corte dos gastos sociais elementares; 3. São investidos trilhões de dólares na devastação sistemática da natureza, o que coloca a possibilidade real da destruição da própria humanidade; 4. O sistema de dominação está em crise pois sua justificação histórica desapareceu; 5. Milhões de postos de trabalho desaparecem diante da alta produtividade do trabalho; 6. Uma crise de dominação onde os velhos valores de uma família patriarcal são confrontados constantemente em direção oposta: a luta feminista é um exemplo, onde o confronto da estrutura do patriarcado pode colocar em cheque todo o sistema de dominação do capital; 7. Demanda incontável por recursos ou uso intensivo de recursos; 8. Financeirização e especulação desmesurada; 9. crise do império unipolar.

Segundo Mészáros, são vários aspectos que diferenciam a atual crise estrutural das crises cíclicas do passado. Em primeiro lugar cabe destacar o caráter universal ou o alcance global da atual crise, depois é importante ressaltar sua escala de tempo que agora é extensa e por fim a atual crise estrutural é rastejante. Chama a atenção o caráter destrutivo do capitalismo



atual. “Cento e quarenta anos atrás, Marx ainda podia falar sobre ‘a grande influência civilizadora do capital’. (...) A influência civilizadora encontra seu fim devastador no momento em que a implacável lógica interna da autorreprodução ampliada do capital encontra seu obstáculo nas necessidades humanas. Em 1981, o orçamento militar nos Estados Unidos chega a 300 bilhões de dólares, e isso desafia compreensão humana. Ao mesmo tempo, os serviços sociais mais elementares são submetidos a duros cortes.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 800-801)

Segundo Mészáros, “a devastação sistemática da natureza e a acumulação contínua do poder de destruição – para os quais se destina globalmente uma quantia superior a um trilhão de dólares por ano – indicam o lado material amedrontador da lógica absurda do desenvolvimento do capital. Ao mesmo tempo, ocorre a negação completa das necessidades de incontáveis milhões de famintos: o lado esquecido e que sofre as consequências dos trilhões desperdiçados. O lado humano paralisante deste desenvolvimento é visível não só na obscenidade do ‘subdesenvolvimento’ forçado, mas em todos os lugares, inclusive na maioria dos países de capitalismo avançado.” (2002, p. 801)

Devastação ambiental, fome e destruição dos postos de trabalho, sendo “a idade dos trabalhadores considerados ‘úteis’ vem encolhendo e já se fala em algo como 25 a 50 anos. Assim, milhões de pessoas não encontram mais emprego nem ocupação alguma. O que está realmente em jogo é o papel do trabalho no universo do capital, uma vez que se tenha alcançado um nível muito alto de produtividade.” (MÉSZÁROS, p. 802)

Nesse sentido, alguns aspectos da realidade neste momento de crise estrutural do capital se destacam:

1. Crise ecológica: sociedade destrutiva, produção de lixo, agrotóxicos, produção de armamento, necessidade de guerras e destruição para manter a demanda efetiva, contaminação da água e do ar, aquecimento global.
2. Crise nas relações sociais: crise no trabalho assalariado, lei tendencial da queda da taxa de lucro, uberização, informalização, platamorfização com desdobramentos na desigualdade social crescente, pobreza e extrema pobreza.
3. Crise na ideologia dominante de justificação da sociedade do capital: crise do neoliberalismo, ascensão do “populismo” fascismo.



4. Nas relações internacionais, transição entre uma ordem fundada na *pax* norte-americana e europeia para um *mix* de multipolaridade com as novas organizações centradas nos interesses da Eurásia. Ascensão da China como potência global. Os BRICS. Novas formas de pagamentos internacionais. Comércio global e reprimarização do Brasil. Brasil como reprodutor do modelo colonial ou campo de produção de mais-valia para o capital internacional.
5. Novos movimentos sociais, partidos e formas de associação dos trabalhadores para produzir e consumir. Cooperativas solidárias, economia solidária, ocupações do MTST, movimento negro, movimento feminista, quilombolas, nações indígenas, comida grátis, armazéns do MST, agroecologia, etc que se somam aos tradicionais movimentos dos trabalhadores e dos estudantes.

A quarta revolução tecnológica em curso no mundo representa a mais radical transformação nas forças produtivas desde a sua primeira versão na Inglaterra do século XVIII. Ela traz alterações qualitativas no desenvolvimento das forças produtivas com impactos jamais vistos em todas as esferas da vida.

Alguns elementos essenciais desta revolução tecnológica e de suas tecnologias disruptivas são:

Inteligência artificial, robótica, 5G, Big data, biotecnologia, holografia, nanotecnologia, impressora 3D, internet das coisas (prédios, implantes, óculos, veículos, máquinas, robôs interligados, lente de contato), QRCode to pay, realidade aumentada, engenharia genética, Big Techs, C&I, open innovation, informática, cibernética, novos materiais inteligentes, toyotismo, semi-condutores, etc.

Todas essas formas e processos caminham *pari passu* com o interessante fenômeno da chamada "inovação aberta" (CHESBROUGH, 2006) que avança em alguns centros tecnológicos do ocidente, mas principalmente do outro lado do mundo, em algumas cidades chinesas, com destaque para Shenzhen. Tal fenômeno guarda uma peculiaridade pois possibilita a circulação abundante e rápida de inovações que podem criar uma teia de novos conhecimentos aplicados e compartilhados, sem os entraves do anterior modelo de inovação fechada, com suas regras, leis e seus entreves ao fluxo e aplicação do conhecimento.



A revolução tecnológica em pauta chama a atenção por suas diferenças em relação às anteriores. Chamamos essas mudanças e impactos de *grundrissização* da sociedade em uma referência direta a *Fragmento sobre máquinas* do clássico texto de Karl Marx (2011).

Nesta parte dos *Grundrisse* Marx entende que o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais, isto é, o desenvolvimento do capitalismo, tende a criar um "sujeito social", um "conhecimento social" representado por uma força produtiva social capaz de alterar ou de empurrar o capitalismo para seus limites históricos. Mas como? Segundo Marx, "a tendência necessária do capital é o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário. A efetivação dessa tendência é a transformação do meio de trabalho em maquinaria." (MARX, 2011, p. 581)

Neste sentido, "a acumulação do saber e da habilidade, das forças produtivas gerais do cérebro social, é desse modo absorvida no capital em oposição ao trabalho, e aparece conseqüentemente como qualidade do capital, mais precisamente do capital fixo, na medida em que ele ingressa como meio de produção propriamente dito no processo de produção. A *maquinaria* aparece, portanto, como a forma mais adequada do capital fixo, e o capital fixo, na medida em que o capital é considerado na relação consigo mesmo, como forma mais adequada do capital de modo geral." (MARX, 2011, p. 582)

Para Karl Marx do capítulo XIII de *O Capital*, a máquina possuía 3 partes. Entretanto, a quarta revolução tecnológica em curso está assentada no surgimento do quarto órgão da máquina, seu órgão de controle. Segundo Bacchi (2020, p. 32) "a partir de meados da década de 1960, houve um salto qualitativo na construção de máquinas que mudou seu caráter. Este salto se deu em função do surgimento da máquina programável, que introduziu a aplicação, nas máquinas, de um quarto órgão, o órgão de controle." Gostaríamos de sugerir que isto que Bacchi chama de "órgão de controle", o cérebro da máquina, coloca certa materialidade, ou dá realidade, às ideias abstratas de Marx dos *Grundrisse*, na medida em que o "órgão de controle" é um os aspectos da atual revolução tecnológica, ou seja, só faz sentido no bojo de uma revolução informacional, cibernética e robótica, que pode colocar o capital em seus limites, não por causa da natural queda da taxa de lucro sob efeito do espraiamento das novas tecnologias, mas pelo próprio caráter da nova forma que assumem as novas forças produtivas.



Penso que é esta a questão colocada por Marx nos *Grundrisse* e que ganham novo significado hoje.

Deste modo, a permanente e crescente aplicação da ciência e tecnologia no processo produtivo acaba por perturbar a forma valor na medida em que a parte de trabalho vivo nas mercadorias torna-se cada vez menor.

Há um processo de exacerbação das contradições do capital que se apresentam visceralmente no mundo atual. Verifica-se que “na mesma medida em que o tempo de trabalho – o simples quantum de trabalho – é posto pelo capital como único elemento determinante de valor, desaparece o trabalho imediato e sua quantidade como o princípio determinante da produção – a criação de valores de uso -, e é reduzido tanto quantitativamente a uma porção insignificante, quanto qualitativamente como um momento ainda indispensável, mas subalterno frente ao trabalho científico geral, à aplicação tecnológica das ciências naturais, de um lado, bem como à força produtiva geral resultante da articulação social na produção total – que aparece como dom natural do trabalho social (embora seja um produto histórico). O capital trabalha, assim, pela sua própria dissolução como a forma dominante da produção.” (MARX, 2011, p. 583) São essas complexas questões que a quarta revolução tecnológica e a crise estrutural do capital colocam de fato como questão real da sociedade hoje.

O Brasil nos BRICS na nova fase da (des) globalização multipolar

Toda a sociedade e sua necessária atividade econômica está baseada na produção de mercadorias e serviços na busca do excedente econômico para remunerar os detentores de capital. Está ideia simples e óbvia leva ao inevitável: a desigualdade social é uma realidade inerente à própria sociedade moderna. Alguns autores chamaram de “nova pobreza”, outros, como Amartya Sen buscaram novas formas de medida da pobreza e da desigualdade social, já que está seria uma espécie de problema que a sociedade moderna teria que lidar permanentemente. Dada a própria estrutura da sociedade, dividida entre detentores de propriedades e despossuídos, a saída para combater a pobreza e a desigualdade social se transformam num pesadelo de Sísifo. Entretanto, na ausência de um processo que revolucione toda a estrutura e coloque fim em tal processo, as políticas sociais de combate à pobreza e à desigualdade social, que nasceram no final do século XIX na Europa, tornar-se-ão presentes em



praticamente todos os países de todas as partes do globo e, de algum modo, definirão o grau de sofrimento da população despossuída. São políticas sociais de saúde, educação pública, transportes, moradia, etc. E são políticas sociais de transferência de renda e renda mínima de cidadania. Todas com o objetivo de combater as “naturais” contradições da sociedade moderna e, portanto, criar um ambiente que possibilite, ao menos, a sobrevivência de grandes contingentes populacionais. No Brasil, por exemplo, praticamente metade da população carece de políticas sociais para a manutenção da própria segurança alimentar.

Tabela I. Posição dos países do BRICS frente às principais economias do Mundo

Ranking - Economia	PIB – PPP 2020 (em milhões de dólares) [1]	Pertencem ao BRICS	IDH 2019 [ranking] [2][3]	Pobreza (nº estimado de seres humanos)
1ª China	24.273,36	€	0,761[85]	zero
2ª EUA	20.936,60			
3ª Índia	8.907,03	€	0,645[131]	410 milhões
4ª Japão	5.328,03			
5ª Alemanha	4.469,55			
6ª Rússia	4.133,08	€	0,824[52]	20 milhões
7ª Indonésia	3.302,38			
8ª Brasil	3.153,60	€	0,765[84]	23 milhões
9ª França	3.115,31			
10ª Reino Unido	3.019,06			
32ª África do Sul	717,389	€	0,709[114]	9 milhões
BRICS	41.184,46			462 milhões

Fontes: (1. databank.worldbank.org, acesso em 14-abr-2022). (2. IDH, Fonte: ONU, Pnud, Relatório de desenvolvimento Humano, 2019). (3. Posição no ranking de 189 países)



Os BRICS, acrônimo para o agrupamento de 5 países, a saber, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, teve suas origens no ano de 2006 (tendo a África do Sul ingressado no grupo em 2014). O acrônimo foi primeiramente utilizado pelo economista Jim O'Neill no relatório da Goldman & Sachs n. 66 de 2001, que tinha por objetivo discutir a economia global e as relações entre o G7 e os principais países emergentes, daí a ênfase nos países BRICS. No relatório, O'Neill já advertia que o PIB-PPP dos países BRICS já representava 23% do PIB global. Nos dias que correm, após duas décadas do relatório da Goldman & Sachs, o PIB dos BRICS já ultrapassa os 40% do PIB global, o que representa um crescimento extraordinário, principalmente se se observar os indicadores do principal país do grupo, a China. Segundo o Banco Mundial, o PIB – PPP dos BRICS de 2020 soma um total brutal de cerca de US\$ 40 trilhões.

Outro aspecto relevante, no que tange ao campo da economia, foi a criação em 2014 do New Development Bank (NDB) ou Banco dos BRICS, que passou a funcionar em 2016 com um capital de US\$ 100 bilhões, sendo que cada participante ficou responsável por 20% do capital inicial. Outros países como Bangladesh, Emirados Árabes Unidos, Egito e na América do Sul o Uruguai, começaram a participar do banco. Todos os países dos BRICS possuem projetos em diversas áreas, principalmente no campo do desenvolvimento sustentável, inovação tecnológica e meio ambiente, aprovados e em avaliação desde o início de suas atividades. O NDB constituiu-se como uma verdadeira alternativa aos financiamentos do Banco Mundial, sendo que o Brasil tem atualmente mais projetos protocolados no NDB do que no BM.

Na visão do CEO do Novo Banco de Desenvolvimento, Sr. Marcos Troyjo, o futuro abre novas e surpreendentes perspectivas para o Brasil em suas relações com os BRICS já que é possível prever um novo ciclo de crescimento da demanda por commodities e o Brasil poderá aproveitar esta brecha de exportações para investir em ciência e tecnologia e endogeneizar alguns setores fundamentais da ponta tecnológica atual.

Em meio a guerra entre Rússia e Ucrânia, a Rússia recebeu diversos pacotes de sanções por parte dos EUA e da União Europeia, o que fez com que o Governo de Vladimir Putin reagisse com um conjunto de medidas para enfrentar as severas sanções. Uma das ações dos russos foi buscar estabelecer novas formas de financiar e de arcar com os pagamentos e recebimentos do comércio exterior, principalmente porque os chamados países ocidentais excluíram a Rússia do sistema Swift de pagamentos. A



Rússia por sua vez buscou alternativas no sentido de utilizar o rublo no seu comércio com a União Europeia, na medida em que decidiu que os pagamentos de suas exportações de petróleo e gaz seria feito diretamente e em qualquer moeda no Sberbank, ligado às grandes companhias russas. Mas uma coisa chamou-nos a atenção por envolver diretamente o Brasil. No dia 3 de março de 2022, o então vice-ministro das relações exteriores da Rússia declarou que após a chamada “operação militar especial” na Ucrânia, os países dos BRICS serão o centro da nova ordem mundial que estava nascendo².

Esta forte declaração, conjugada a diversas análises que colocam a questão do surgimento de um novo mundo não mais unipolar sob controle dos EUA e da OTAN, mas de uma nova globalização ou (des) globalização, onde o polo da Eurásia teria um papel preponderante ao lado da velha ordem criada no pós segunda guerra mundial. Principalmente se considerarmos os dados recentes da economia dos BRICS, com destaque para o extraordinário crescimento econômico e de desenvolvimento tecnológico da China e do espetacular desenvolvimento no campo militar da Rússia. Esta é uma questão que estará no centro dos debates doravante. No momento podemos inferir que o Brasil, como um membro pleno dos BRICS e do G20 terá que se defrontar com esse novo desafio de uma nova ordem nas relações internacionais. O que se coloca para o campo da esquerda progressista do Brasil, dos BRICS e da América Latina é se em tal nova ordem global, a democracia, a autodeterminação dos povos e o próprio destino dos movimentos sociais e da classe trabalhadora pode estar entrando em uma nova fase, que necessariamente deverá contar com uma maior ênfase nas relações Sul-Sul e entre o Brasil e os BRICS. O que já sabemos é que a velha ordem não tem nada mais a oferecer senão as surradas receitas neoliberais e do FMI. A decadência das organizações de bretton woods é notória. Há que se debruçar sobre os novos desafios colocados para as nações de origem colonial, como o Brasil, no sentido de se perguntar qual os possíveis impactos deste novo desenho internacional tanto na nova divisão internacional do trabalho, quanto nos históricos índices de pobreza e desigualdade social que nos assolam estruturalmente há séculos.

² Ver: poder360.com.br, acesso em 30-03-2022.



O trágico legado do Governo de Jair Bolsonaro (2019 - 2022):

O grande legado do Governo Bolsonaro ao povo brasileiro é o extraordinário efeito de seu governo no IDH ou índice de desenvolvimento humano e na devastação ambiental. Este indicador leva em consideração a expectativa de vida da população, o nível educacional da população e a renda da população. Na gestão Bolsonaro o IDH caiu pela primeira vez nos últimos trinta anos, ou seja, há três décadas o povo brasileiro não vivenciava uma piora generalizada em suas condições de vida como no transcorrer desta trágica gestão.

O Brasil figura como a oitava economia no ranking mundial em termos de PIB PPC, ou seja, é o oitavo país do mundo onde hipoteticamente a população tem acesso aos bens e serviços com sua moeda em relação a uma cesta internacional de bens e serviços. Paradoxalmente, os dados recentes demonstram que o Brasil voltou para o mapa da fome, com cerca de metade da sua população em situação de insegurança alimentar e cerca de 33 milhões de pessoas a passar fome. O que ou quais circunstâncias explicam esse fenômeno? Onde está o real poder de compra de metade da população brasileira? Ou, por fim, onde foi parar a riqueza gerada que se tornou inacessível para esses milhões de brasileiros? Nossa hipótese é que alguns fatores estruturais e outros conjunturais contribuíram decisivamente para a atual situação. Vamos apresentá-los em uma lista de oito causas:

1. Em primeiro lugar vamos focar nas contas do Balanço de Pagamentos de 2021 do Brasil. Como é sabido, este balanço registra todas as transações econômicas do Brasil com o resto do mundo. Em 2021, segundo o Ministério da Fazenda, tivemos um déficit na conta de Transações Correntes da ordem de US\$ 28,1 bilhões, o equivalente a 1,7% do PIB nominal. Isto significa que nós brasileiros enviamos cerca de US\$ 28 bilhões de dólares para remunerar os juros, lucros, royalties, etc, isto já considerando o saldo positivo com o comércio exterior, ou seja, com a balança comercial. Este quesito dá uma ideia de que parte do que os brasileiros produziram foram remetidos como remuneração aos investidores internacionais, seja produtivo, seja especulativo. Este fator é conjuntural mas podemos observar que a conta de serviços é historicamente deficitária;

2. Um segundo fator que ajuda a explicar o fenômeno está relacionado a um fator que é conjuntural mas que tem causas estruturais. É o fenômeno da brutal concentração de renda que assola a economia brasileira. Os dados do coeficiente de Gini demonstram que convivemos com um



elevadíssimo grau de concentração de renda, onde a metade da população brasileira mais pobre só ganha 10% da renda nacional.

3. Em terceiro lugar é preciso considerar a drástica redução dos gastos sociais e das transferências diretas de renda. Neste quesito podemos verificar cortes sistemáticos nos setores de educação e saúde como uma prática habitual do atual governo Bolsonaro, o que colocou muitas vezes a universidade e a pesquisa em situação de total inviabilidade.

4. Em quarto lugar, temos que considerar que ao contrário dos governos anteriores de Luiz Inácio da Silva e Dilma Rousseff, o governo Bolsonaro colocou em prática uma política de reajustes do salário mínimo apenas pelos índices de inflação, sem nenhum aumento real, como foi a prática dos governos anteriores, o que significa um arrocho salarial da parcela mais vulnerável da classe trabalhadora, bem como dos aposentados e pensionistas que recebem nesta faixa salarial.

5. Podemos listar como um quinto fator a roubar a renda dos trabalhadores, o atual processo inflacionário. Estima-se para 2022 uma inflação de cerca de 6 por cento e a inflação da cesta básica está na casa dos 11 por cento, bem acima do centro da meta estabelecida pelo próprio Banco Central. A inflação corrói o salário dos trabalhadores e num cenário de desemprego, flexibilização laboral e reformas trabalhistas contra os interesses dos trabalhadores, a inflação cai como uma bomba ao aumentar os preços dos itens fundamentais como alimentação, aluguel, água e luz.

6. O sexto elemento está correlacionado com o anterior pois ao lado do processo inflacionário vivenciamos uma política monetária de elevação sistemática na taxa Selic que vai corroborar com a diminuição das possibilidades de consumo da classe trabalhadora ao limitar o crédito e estrangular o orçamento com juros elevadíssimos na ordem de 13% ao ano.

7. O mais chocante dos legados catastróficos do governo Bolsonaro é sem dúvida o total descaso com a vida humana demonstrado por todo o período da pandemia. Os relatos da CPI da covid demonstram um alarmante quadro relatado com esmero no documentário "eles poderiam estar vivos", onde são expostas todas as medidas e descálbros do governo que redundaram na morte de quase 700 mil pessoas, das quais, sem exagero, poderiam ter sido salvas aproximadamente 400 mil, não fosse o total desprezo por políticas de contenção da doença. É notório o descado em relação ao atraso na compra da vacina e ao descado com o uso de máscara e outras formas de prevenção como o isolamento. Ao contrário, o Governo federal apostou na divulgação e incentivo ao uso de remédios



comprovadamente ineficazes como a cloroquina e ivermectina, na verdade remédios para vermes e para malária. A desinformação, o imprevisto e a falta de seriedade em relação à vacinação, criaram um ambiente hostil ao combate real da doença, levando muitos setores da sociedade a entender que estávamos diante de uma verdade política de extermínio em massa da população brasileira, principalmente daquela parte mais vulnerável. Este foi um dos reais motivos de ter sido Bolsonaro o único presidente da Nova República que não logrou êxito em reeleger-se.

8. Por último mas não menos importante, temos o legado deste governo na área ambiental que foi uma verdadeira pilhagem da amazônia por grilheiros e garimpeiros, que não enfrentaram grandes obstáculos por parte da fiscalização e do poder federal. Tanto na FUNAI quanto no IBAMA e outras estruturas que deveriam cuidar e dar proteção à amazônia sofreram processos de desmonte ou descaso. O resultado está aí e impressiona o mundo com a dimensão e velocidade de queimadas e devastação da floresta amazônica. Segundo o Greenpeace o desmatamento sob Bolsonaro foi o maior desde 2006 sendo "a área destruída equivalente a quase nove vezes a cidade de São Paulo"³. Já segundo o IPAM Amazônia, "o desmatamento na Amazônia cresceu 56.6% sob o governo Bolsonaro"⁴.

Se somarmos todos esses fatores num quadro de estagflação em que vivemos a uma política econômica conservadora e ultrapassada desenhada ao estilo Chicago boy do Ministro Paulo Guedes, temos uma situação real de produção sistemática da miséria do povo brasileiro. Na verdade, tal política econômica e social é um crime cometido pelo Estado brasileiro contra seu próprio povo.

Considerações finais

É possível afirmar que a chamada concorrência pelas forças de mercado entrou em colapso tão logo se impuseram com força os reais interesses dos monopólios, oligopólios e das grandes corporações que não só ditam as regras da economia capitalista desde o início do século XX, como agora, na forma predominantemente financeira, concentram e retem o fluxo global de mais-valia. Extinguiu-se, a muito, a ainda propalada, liberdade de mercado. Com o fim da liberdade de mercado, cai por terra

³ Ver: www.greenpeace.org.br, acesso em 26-out-22.

⁴ Ver: www.ipam.org.br, acesso em 26-Out-22



também a propalada eficiência da tradicional empresa capitalista, ou firma. Neste momento histórico de crise estrutural do capital, urge se desenvolver novas formas de produzir os bens úteis aos seres humanos. Muitas experiências já convivem no âmbito da atual economia global. É primordial que se desenvolvam as formas cooperativadas de produção e serviços, como a *economia solidária*, é preciso também que se desenvolvam outras formas de *empresas sociais* (ou seja, empresas cujo objetivo é produzir valores de uso, não mais-valia), que se aliadas ao *setor estatal*, com suas empresas e com seus serviços essenciais, como educação, saúde e segurança alimentar, formariam um complexo de três partes que iriam além da atual forma em crise, e sinalizaria para mudanças radicais, tanto nas relações sociais de produção, como no próprio desenvolvimento das forças produtivas para uma nova sociedade mais justa.

No atual processo de desglobalização onde a nação ganha nova relevância, China e Rússia saem com vantagens em relação aos outros BRICs pois são nações com autonomia econômica, política e com autonomia tecnológica em relação aos polos hegemônicos do pretérito processo de globalização. Já o Brasil, submisso aos ditames neoliberais do passado recente, entregou e vem entregando suas estatais e suas possibilidades de desenvolvimento tecnológico nos setores de ponta das tecnologias disruptivas, com o sucateamento das universidades públicas, dos centros de pesquisa, colocando-se a reboque como exportador de commodities e como importador e consumidos de tecnologias de comunicação e informação (C&I), enquanto a China se coloca como produtora e exportadora de C&I (núcleo duro do capitalismo digital).

Apesar de ostentar a oitava posição global em termos de PIB PPC com aproximadamente 3,7 trilhões de dólares, a posição subordinada no cenário global, armada pelas elites brasileiras com sua política neoliberal de privatizações e descontrole das atividades econômicas entregues às forças de mercado, condena-se a nação brasileira ao atraso tecnológico e põe o Brasil na posição de mero consumidor de tecnologias C&I e assim, como nação reprimarizada e de segunda classe no cenário do atual capitalismo Dígito-tecno-global.

A pobreza e a desigualdade social se desenvolvem como corolário de uma economia e sociedade que coloca o desenvolvimento social em detrimento da manutenção das classes abastadas proprietárias das terras e dos capitais, onde a especulação e o capital financeiro se tornam o centro dinâmico de uma economia subordinada aos polos hegemônicos do



capitalismo ocidental. Os dados empíricos são gritantes: em meados de 2022 temos aproximadamente 33 milhões de trabalhadores passando fome no Brasil e um montante próximo de 12 milhões de desempregados, dos quais temos cerca de um terço dos chamados jovens nem-nem (nem trabalham, nem estudam) e se contarmos os desistentes, desiludidos e condenados à informalidade perpétua, chagaremos a números assustadores. Estamos diante de uma verdadeira hecatombe social, já a esses problemas já em si gravíssimos, vem se somar o atual quadro de desequilíbrio ambiental, onde na verdade os pobres e negros são os mais afetados pois muitos são obrigados a viver em áreas de risco como encostas, etc. Somente em 2022 no Estado de Pernambuco, já se contam 110 corpos de pobres que morreram em áreas de risco em função das chuvas e deslizamentos, que comprovadamente tem a ver com o aquecimento global.

Um aspecto brutal do projeto de não desenvolvimento social do Brasil é o deficit habitacional que é paradoxalmente equivalente às moradias vazias, reflexo da entrega de um bem fundamental à sobrevivência humana, a moradia, à especulação imobiliária, que condena centenas de pobres todos os anos à pena de morte para os que vivem em encostas e beira de rios, já que são as primeiras e principais vítimas do processo de aquecimento global. A destruição ambiental e a ganância se juntam para patrocinar a matança de pobres: de um lado a indústria destrutiva produtora de lixo, e de outro, a transformação da moradia em fundo imobiliário para o deleite das elites ricas e especuladoras.

No Brasil, a deterioração das condições de vida do povo brasileiro é flagrante. Segundo os dados do segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Cotexto da Pandemia, realizado pela rede PENSSAN, “além dos 33,1 milhões de pessoas passando fome, o número daqueles que estão em insegurança alimentar é ainda maior. São 125,2 milhões de brasileiros sem alguma alimentação no dia, equivalente a 58,7% da população”⁵. É assim que o Governo Bolsonaro recolocou o Brasil no mapa da fome, com o desmonte de políticas sociais e corte sistemático de gastos sociais em educação, saúde e transferências diretas para os mais pobres. Já o relatório da PNADC de junho de 2022 dá conta que o número de pobres no Brasil em 2021 subiu para 47,34 milhões, onde o número de pobres é o maior da década, só sendo superado pelas taxas anteriores a 2011. O destaque do relatório é o percentual de pobres do norte e nordeste

⁵ Ver: mundosindical.com.br/noticias/52727. Acesso em 27-06-2022.



brasileiros, sendo 36,4% e 39,7% respectivamente. É brutal a disparidade regional no Brasil pois o número de pobres nas regiões norte e nordeste somam quase 80%⁶.

A decadência da modernidade burguesa se expressa nas mazelas da chamada pós-modernidade. Os Estados Unidos é a expressão máxima da decadência com sua pseudo-democracia controlada por dois partidos da guerra que se revezam no poder e expressam o real poder do chamado *Deep State* e o real poder do complexo industrial militar e das suas corporações de escopo. Já a Europa, se não fosse apenas a expressão da NATO, seria um grande museu a céu aberto, ou a expressão do filme "*viagens românticas a lugares improváveis*", com suas cidades fantasmas, igrejas e parques vazios. De outro lado temos a ascensão dos países ou "bloco" da Eurásia que não trazem grande frescor à decadência da sociedade do capital pois ali se expressa ou um capitalismo comandado por oligarcas milionários e ex-militares herdeiros do espólio da URSS ou a sociedade *high tech* da República Popular da China sob a mão forte do partido comunista. Assim, nunca a utopia de Marx de uma "sociedade livre de homens livres conscientemente organizada" esteve tão distante do mundo real.

Tudo indica que não há saída para a dupla crise do capital no interior do próprio capital, já que o capital é a própria crise na medida em que a acumulação de capital cria e recria um desequilíbrio permanente entre a oferta e demanda global para que haja a própria existência do excedente econômico ou mais-valia, ou seja, a própria razão de ser do capital.

Neste sentido, a atual crise estrutural é dupla: estrutural para Marx porque o capital cria naturalmente um permanente e crescente hiato entre a oferta e demanda global, o que pode acentuar a tendência a queda da taxa de lucro; e concomitantemente, estrutural no sentido de Mézáros, na medida em que a atual crise coloca o capital nos seus limites históricos já que tende a destruir as relações sociais próprias ao capitalismo, além de sua essência destrutiva colocar em risco a própria existência do planeta terra e por conseguinte da própria humanidade.

Para finalizar, caberia fazer algumas indagações: os Brics podem ser uma alternativa de desenvolvimento regional para seus países membros?, O Brasil poderia romper com sua velha subordinação ao imperialismo ocidental? Tudo isso poderia eliminar as forças da crise estrutural? O mais

⁶ Ver: Relatório PNADC jun 2022. www.imdsbrasil.org. Acesso em 30-06-22.



provável é que coloque a sociedade do capital e a dupla crise num novo patamar mais elevado, o capitalismo digital.

E quanto ao papel dos BRICS (estendido) neste provável novo contexto e qual o cenário possível em relação à desigualdade social e pobreza? Pois aí está uma pergunta de difícil resposta. Nada garante que o capitalismo com essa nova configuração possa alterar suas forças estruturais destrutivas. O que está em risco não é apenas a natureza, mas a própria existência da humanidade. Qual será a contribuição dos BRICS para o futuro? Nada no momento pode assegurar uma mudança significativa de atitude em relação tanto aos problemas ambientais quanto aos problemas sociais, ou seja, a destruição da natureza, dos rios, das florestas, da camada de ozônio, etc; e a destruição da capacidade de milhões em se alimentar e a morar decentemente. Não basta ter boas propostas sem interferir ou mudar os reais centros de poder e de decisão, como o complexo industrial militar, as corporações, o poder financeiro especulativo e os poderosos do G8, do G20 e dos BRICS. Seja lá como os conflitos sociais e as políticas econômicas encaminharão a questão social no Brasil no próximo governo, o certo é que precisamos romper o eterno ciclo de retorno da miséria e da desigualdade social que nos assola há séculos no nosso particular capitalismo digital da miséria. Finalmente, é preciso entender que não poderá haver efetiva e duradoura distribuição da renda e real desenvolvimento social sem a distribuição da propriedade dos meios de produção, com a adoção de empresas sociais e avanço da economia solidária e a mudança radical das relações do ser humano com a natureza, no sentido de que a produção e o consumo de hoje não coloque em risco a existência das gerações futuras e do próprio planeta.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1994.

BACCHI, Sérgio. "A crise geral do capital". **Revista Fim do Mundo Nº 01**, jan-abr. p. 23-38, 2020.



- BARCA, Stefânia. "On working-class environmentalism: a historical and transnational overview". **Interface: a journal for and about social movements**. Vol. 4 (2) 61-80. November, 2012.
- BENJAMIM, Walter. **O capitalismo como religião**. Disponível em: http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/garrafa/garrafa23/janderdemelo_captalismocomo.pdf. Acesso em 16-jan-2015.
- BORELLI FILHO, Dorival. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/03.pdf>. Acesso em 25 nov 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- CHESBROUGH, H., Vanhaverbeke, W., West, J. **Open Innovation: Researching a New Paradigm**. USA: Oxford University Press, 2006.
- DEBORD, Gui. **La société du spectacle**. Paris: Éditions Camps Livres, 1967.
- CEPAL. **Panorama Social da América Latina**. Nações Unidas, 2012.
- CEPALSTAT. Dados disponíveis em www.cepal.org. Acesso em 21 set 2018.
- CHASIN, José. **Ad Hominem** – rota e perspectiva de um projeto marxista. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.
- CHESNAIS, F. "A globalização e o curso do capitalismo de fim de século". **Revista Economia e Sociedade**, n. 5: 1-30. Campinas: UNICAMP. Dez. 1995
- DRAIBE, Sônia. "A Política Social no período FHC e o sistema de proteção social". **Revista Tempo Social**, USP. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a04v15n2>. 2003
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Artenova, 1977.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Edição comemorativa 50 anos. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.
- GENNARI, Adilson M. & ALBUQUERQUE, Cristina M. P. **Políticas Públicas e Desigualdades Sociais no mundo contemporâneo: debates e práticas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- GENNARI, Adilson M. "Introdução ao pensamento de Francisco de Oliveira: um avis rara na dialética brasileira". **Revista Fim do Mundo**, n. 1, jan-abr 2020. Marília – SP: UNESP. 2020.
- IPEA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Edição Especial n. 13. Disponível em www.ipea.gov.br. Acesso em jan. 2014.
- IPEA. **Toward a Long-Term Strategy for BRICS**. Think Tank.
- HAYEK, F. Von. **O caminho da servidão**. 2. Ed. São Paulo: Globo, 1977.



- IVO, Anete B. L. **Viver por um fio: pobreza e políticas sociais**. São Paulo: Annablume, 2008.
- KEMPF, Hervé. **Para salvar o planeta livrem-se do capitalismo**. Lisboa. Ed. Livre, 2009.
- KILSZTAJN, Samuel. "Paridade do poder de compra". **Pesquisa & Debate**, vol. 11, n. 2, (18), p. 93-106, 2000.
- LENIN. V. I. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: Navegado Publicações, 2011.
- LUKÁCS, G. **El Asalto a La Razon: la trayectoria del irracionalismo desde Scheling hasta Hitler**. Tercera edición. Barcelona-México, D.F. Ediciones Grijalbo S. A, 1972.
- MARX, Karl. **O Capital – crítica da economia política**. Livro Segundo: o processo de circulação do capital, vol. III, 3º edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**, São Paulo: CHED, 1980.
- MARX, Karl & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MASON, Paul. **Pós-capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- MÉSZÁROS, István. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.
- MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MISES, Ludwig Edler von. Primeira edição 1912. **The theory of money and credit**. New Haven: Yale University Press, 1953.
- OLIVEIRA, F. O momento Lênin. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n.75, p.23-47, jul, 2006a.
- OLIVEIRA, F. Neoliberalismo y sectores dominantes. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, p.274, 2006b.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Roberson & GENNARI, Adilson M. **História do Pensamento Econômico**. 2. Edição, São Paulo: Editora Saraiva, 2019.
- O'NEILL, Jim. "Building Better Global Economics", **BRICs, Global Economic Paper n. 66**, nov. 2001. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>. Acesso em 06-abr-2022.



- PAINE, Thomas. **Agrarian Justice**. Inglaterra: Disponível em: http://schalkenbach.org/library/henry-george/grundskyld/pdf/p_agrarian-justice.pdf. 1795
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIZOTTI, Maria Luiza Amaral. "A construção do sistema de proteção social no Brasil: avanços e retrocessos na legislação social". Disponível em : <http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/construcao.pdf> . Acesso em 23/03/2014.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cotez, 2002.
- SANTOS, Aline Mendonça dos; NASCIMENTO, Cláudio. **Paul Singer e a pedagogia da autogestão na economia solidária**. Marília, Lutas Anticapital, 2018.
- SANTOS, Jair F. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- SINGER, Paul. "cidadania para todos". In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla (org.) **História da Cidadania**. São Paulo: contexto, 2008.
- SILVA, Ana C. Aguerri Borges & GENNARI, Adilson M. "Destrução ambiental e desigualdade social: dois lados do mesmo processo de desenvolvimento capitalista". **Revista Fim do Mundo**. n. 2 mai-ago . Marília – SP: UNESP, 2020.
- SUPLICY, E. Matarazzo. **Renda de Cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo: Cotez/Perseu Abramo, 2006.
- WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias brasileira**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

Dezembro de 2022.



Artigos



Lucha de clases: enfoque teórico marxista y su importancia en la actualidad

54

Ana Maria Saldanha¹

Resumen

En el presente trabajo consideramos la importancia y la actualidad de la teoría de clases marxista, buscando comprender los movimientos sociales de hoy, así como la importancia de la actualidad de la lucha de clases en la defensa y lucha por una Nueva Humanidad que contradice el camino hacia la violencia extrema a la que nos está llevando la etapa actual del capitalismo. Comprenderemos y analizaremos así la importancia de la intervención de las masas en la praxis social material, hecho que nos permitirá acercarnos a la concepción marxista de clase social, entendida desde la concepción materialista de la historia y la consiguiente distinción entre situación de clase y conciencia de clase.

Palabras-clave: capitalismo, clases antagónicas, fuerza material, lucha de clases, marxismo, materialismo dialéctico, materialismo histórico, modos de producción.

¹ Profesora Adjunta Convidada del Instituto Politécnico de Macao (IPM), Región Administrativa Especial de Macao (RAEM) / Republica Popular de China. | anasaldanha@ipm.edu.mo * anasaldaha2@gmail.com



Resumo

No presente trabalho consideramos a importância e atualidade da teoria classista marxista, buscando compreender os movimentos sociais atuais, bem como a importância da atualidade da luta de classes na defesa e luta por uma Nova Humanidade que contraria o caminho rumo ao extrema violência a que nos conduz o atual estágio do capitalismo. Desta forma, buscamos compreender e analisamos a importância da intervenção das massas na práxis social material, fato que nos permitire abordar a concepção marxista de classe social, entendida a partir da concepção materialista da história e a consequente distinção entre situação de classe e consciência de classe.

Palavras-chave: capitalismo, classes antagonicas, força material, luta de classes, marxismo, materialismo dialético, materialismo histórico, modos de produção.

Abstract

In the present work we consider the importance and timeliness of Marxist class theory, seeking to understand the social movements of today as well as the importance of the actuality of the class struggle in the defence and fight for a New Humanity that contradicts the path to the extreme violence to which the current stage of capitalism is leading us. We will thus understand and analyse the importance of the intervention of the masses in material social praxis, a fact that will allow us to approach the dialectical materialist conception and the concept of class, understood from the materialistic conception of history and the consequent distinction between class situation and class consciousness.

Keywords: antagonistic classes, capitalism, class struggle, dialectical materialism, historical materialism, material force, Marxism, modes of production.

Introducción

Partiendo del presupuesto de que las relaciones de clase siempre resultan de una relación de dominación económica, pretendemos, con este trabajo, demostrar la actualidad del pensamiento marxista desde el punto de vista de la concepción clasista de la organización social, la cual, desde la sociedad esclavista hasta el modo de producción actual, siempre ha visto oponerse dos clases antagonicas fundamentales.

Este análisis nos permitirá comprender cómo Marx concibe la realidad, preocupándose por su movimiento interno, con el fin último de su transformación. De hecho, dado que la teoría es una fuerza material, la relación entre la teoría y la práctica se convierte en un vector fundamental para comprender el motor transformador de la historia. Comprenderemos y analizaremos entonces la importancia de la intervención de las masas en la



praxis social material, hecho que nos permitirá acercarnos a la concepción materialista dialéctica y histórica.

Hegel abogó por una filosofía de la identidad, en la que lo que es, es lo que debería ser. Así, lo real no tendría que transformarse para adaptarse al ideal, por lo que la filosofía hegeliana consideraba que la práctica histórica de los hombres no podría realizar el ideal. Esta perspectiva idealista se basa en la idea de que "las formas concretas de la vida social no son sino reflejos de la esencia, fenómenos de la Idea" (VILHENA, 2004, p. 7). El joven Marx, por el contrario, argumentará que la teoría puede convertirse en una fuerza material, por lo que la teoría no debe partir de supuestos abstractos, sino del análisis de la realidad concreta. Así, la universalidad de la Idea, en Hegel, se opone a la concepción marxista de que el ideal debe traducirse en la conciencia de los hombres. Marx propondrá, así, una respuesta dialéctica teoría-praxis, en la que ambas se determinarán mutuamente; dado que las ideas tienen un poder que conduce a la acción, es precisamente este poder potencial el que permite la transformación de las ideas en un acto: "Para Marx y Engels, la praxis es esencialmente una práctica social material que abarca desde la acción humana y las actividades prácticas hasta la experiencia científica y social, y desde la producción y reproducción social de los medios de vida materiales hasta la praxis revolucionaria" (Vilhena, 2004, p. 10). Las estructuras teóricas del conocimiento y el conocimiento no tienen un fin en sí mismos, sino que son una función de una praxis. Es, por lo tanto, el todavía joven Marx quien afirmará que las revoluciones necesitan un elemento pasivo, es decir, una base material: "La teoría sólo se realiza en una nación en la medida en que es la satisfacción de sus necesidades" (MARX, 1843).

En 1844, Marx sostiene que las revoluciones sociales no podrían tener lugar sólo en la conciencia de los hombres; la fuerza social material sería así decisiva para transformarse revolucionariamente. Si la práctica debe ser una actividad transformadora de lo real, buscando la construcción de un nuevo orden social, esta materialización de la idea, aunque sometida desde afuera a la conciencia de los hombres, emana de las relaciones sociales de las masas. La intervención de las masas en la praxis social material es, por lo tanto, fundamental para el proceso de materialización de las ideas y la intervención en el curso de la historia: "La interacción dialéctica de lo material y del ideal se basa en una base material histórica y definida concretamente: la praxis social. Ella, y sólo ella, como actividad práctica sociohistórica, consciente, racional, orientada a un propósito, permite el proceso dialéctico de la



reflexión creativa e incluso anticipada de la realidad material por el pensamiento, así como la realización material del ideal" (VILHENA, 2004, p. 11).

Uno real que es la realización material del ideal será un problema desarrollado sobretodo a partir de 1845, momento a partir del cual se elabora plenamente la concepción materialista dialéctica. Y si la fuerza material tiene que ser depuesta por la fuerza material, la teoría también se convierte en fuerza material una vez que se apodera de los hombres: "La teoría es capaz de arrear a los hombres siempre y cuando demuestre su verdadero rostro al hombre, siempre que se vuelva radical" (MARX, 1843). Y es precisamente gracias a la concepción materialista de la historia que Karl Marx y Friedrich Engels elaborarán el concepto de clase social.

En el presente trabajo, procuraremos así centrarnos en el concepto de clases antagónicas fundamentales y en su papel histórico. El concepto de clase es pues entendido desde la concepción materialista de la historia, por lo que entenderemos las clases no como meros agregados estadísticos, sino más bien como el fruto de relaciones sociales de producción que, desde las clases mismas, pueden convertirse en clases para sí mismas y así adquirir conciencia de clase. Por lo demás, la conciencia de su identidad y de los intereses comunes a sus miembros hace que una determinada clase social entre en la lucha de clases.

La lucha de los contrarios

Originalmente, la dialéctica era el arte del diálogo, el arte de la discusión. Más tarde nacerá el concepto que constituye su núcleo: la lucha de los contrarios.

Con Hegel, la dialéctica se torna en un método a través de lo cual la búsqueda de lo contrario y de su oposición permite llegar a la verdad. La dialéctica se convierte así en la expresión del movimiento del mundo mismo. Hay entonces una serie de elementos que se combaten dentro de cualquier fenómeno, los cuales se pueden reducir a dos: la tesis y la antítesis. La lucha de estos elementos contradictorios destruye, en última instancia, la unidad del fenómeno, dando lugar a una síntesis. Esta no es por lo tanto la suma de los elementos contradictorios, sino más bien su negación.

En la continuidad de la filosofía idealista hegeliana, Marx y Engels la aplicarán al real. Considerarán, entonces, que lo que caracteriza fundamentalmente a una clase es su oposición a otra. Las clases sociales se



definen así a partir de las relaciones de producción, dependiendo del lugar que ocupan en las relaciones de producción y de propiedad. Los dueños de los medios de producción forman una clase que se apropia de la fuerza de trabajo de los hombres que están desprovistos de aquellos. Es en esta relación de oposición que se considera el materialismo dialéctico: las clases sociales sólo existen porque se oponen entre ellas.

En cuanto al materialismo, este se opone al idealismo defendido por Hegel: "La cuestión de la relación del pensamiento con el ser, del espíritu con la naturaleza, es la cuestión suprema de toda filosofía (...) A medida que respondían a esta pregunta de esta manera o de otra, los filósofos se dividieron en dos grandes grupos. Aquellos que afirmaron el carácter primordial del espíritu en relación con la naturaleza y que admitieron (...) una creación del mundo, de cualquier tipo que fuera. (...) Estos pertenecían a la facción idealista. Los otros, que consideraban la naturaleza como el elemento primordial, pertenecían a las diferentes escuelas del materialismo" (Marx & Engels, 1846). Para Hegel, idealista, es la Idea la que crea la realidad; la Idea preexiste en estado puro en el mundo y sólo se vuelve sensible al concretizarse. Por el contrario, en la teoría marxista, la realidad tiene la prioridad, ya que es su seno donde se desarrolla la lucha de los elementos contradictorios: "Mi método dialéctico no sólo difiere, por su base, del método hegeliano, sino que es exactamente su contrario. Para Hegel, el movimiento del pensamiento, que él encarna con el nombre de Idea, es el demiurgo de la realidad, lo que no es más que la forma fenoménica de la Idea. Para mí, por el contrario, el movimiento del pensamiento es sólo el reflejo del movimiento real, transpuesto y traducido al cerebro del hombre" (MARX, 1867).

Y así nace la concepción materialista dialéctica de la historia.

La sociedad como grupo de individuos y no como individuos aislados

El estudio aislado del individuo en la sociedad da paso, con Marx, al estudio de las acciones de grupos de individuos que se diferencian por el papel desempeñado en el sistema de relaciones de producción y por las condiciones de producción. Los intereses que así caracterizan la acción del individuo estarán determinados, como hemos visto, por su pertenencia a una clase particular.

En Marx, la violencia no puede crear propiedad privada.



Karl Eugen Dühring, filósofo alemán, escribe una obra en la que imagina una relación entre dos habitantes en una isla perdida y extiende esta relación a su sociedad contemporánea. Friday se convierte en esclavo de Robinson porque poseía una espada y así podía dominar, por la fuerza, a la otra. Engels responde a Dühring con la obra *La subversión de la ciencia* por el señor Eugen Dühring, conocida simplemente como *Anti-Dühring*, en la que demuestra la importancia de las causas económicas de la diferenciación de la sociedad en clases. Así, Engels demuestra que para poseer un instrumento de violencia es necesario fabricarlo; mientras que su fabricación (factor económico) es la condición previa de la violencia y que la esclavitud está excluida ante la baja productividad laboral (porque, en este caso, no hay producción de valor añadido). La división de la sociedad en clases presupone así un desarrollo de la producción social en el que se producen el producto necesario y el producto añadido, que, a su vez, son la premisa de la propiedad privada, que no puede ser creada por la violencia: "Vemos, por lo tanto, que el ejemplo pueril, expresamente inventado por el Sr. Dühring para demostrarnos que la violencia es un factor históricamente fundamental, de hecho, nos demuestra que esto es el solo un medio, mientras que el fin está precisamente en el beneficio económico" (ENGELS, 1877). Fue la mejora de los utensilios y el desarrollo de la división social del trabajo, con el aumento de su productividad, el hecho que creó las condiciones económicas que llevaron a la desagregación de la estructura de la comunidad primitiva: es así en la esfera de la producción donde podemos entender la división de la sociedad en clases.

En la obra de Marx y Engels, se afirma como necesario someter toda la historia del pasado a un nuevo examen ya que se verificó que toda la historia pasada ha sido la historia de la lucha de clases. Así se abrió el camino a la explicación de la conciencia de los hombres desde su ser, en lugar de explicar su ser desde la conciencia. El materialismo histórico mostrará, además, que la existencia de clases está ligada a ciertas fases de un determinado desarrollo histórico de la producción.

La transición de las relaciones de igualdad de la comunidad primitiva a las de dominación

En la comunidad primitiva, la sociedad no estaba dividida en clases, no había exploradores ni explotados, una vez que el trabajo del hombre era suficiente para sostenerse a sí mismo. Hablamos, en este caso, de una



economía de subsistencia (comunismo primitivo). De hecho, como las clases sociales están asociadas a ciertas fases históricas del desarrollo productivo, ellas son la consecuencia misma del nacimiento de la propiedad privada y del aumento de la productividad laboral. Estos elementos, así como el aislamiento de los hombres en el trabajo, han dado lugar a la dominación de un grupo minoritario de individuos sobre un otro. El origen de las clases más antiguas exploradas está, en ese sentido, en el proceso de formación de la propiedad privada.

En la sociedad primitiva, la defensa de los intereses comunes se confiaba a los miembros con mayor autoridad. A medida que evolucionaron las condiciones creadas para producir valor agregado, los jefes militares y sacerdotes tuvieron la posibilidad de agregar una gran parte de este producto: los intereses privados comenzaron a superponerse a los intereses de la sociedad y los servidores de la sociedad se convirtieron en amos. La mano de obra suplementaria era, por su parte, proporcionada por prisioneros de guerra (previamente asesinados o asimilados por la tribu). Podremos observar entonces que la estructura social está determinada en última instancia por la estructura económica. Cada modo de producción da lugar a un sistema específico de clases sociales, que se definen según la relación con los medios de producción, por lo tanto será el antagonismo entre la clase que posee los medios de producción y la clase que se encuentra desprovista de ellos el hecho que conducirá a la lucha de clases: "El hombre libre y el esclavo, el patricio y el plebeyo, el barón feudal y el sirviente, el amo de una corporación y el oficial, en resumen, opresores y oprimidos, estaban en constante antagonismo entre ellos, libraban una lucha ininterrumpida, a veces oculta, abierta otra, que siempre terminaba con una transformación revolucionaria de toda la sociedad o con el declive común de las clases en conflicto. (...) En la antigua Roma tenemos patricios, caballeros, plebeyos, esclavos; en la Edad Media, señores feudales, vasallos, amos de corporaciones, oficiales, sirvientes" (MARX & ENGELS, 1848).

Cada uno de los cinco tipos históricos de modos de producción – comunidad primitiva, esclavitud, feudalismo, capitalismo y el socialismo – se caracteriza por un nivel específico de fuerzas productivas y de relaciones de producción correspondientes. La comunidad primitiva y el socialismo son modos de producción no antagonísticos, mientras que la esclavitud, el feudalismo y el capitalismo son antagonísticos, una vez que en ellos las relaciones de producción se basan, como se mencionó, en el control de la propiedad privada de los medios de producción. Empieza, así, un nuevo



período de desarrollo de la sociedad humana en lo cual se forman clases antagónicas (WTOODZIMIERZ, 1977).

Clases fundamentales y no fundamentales en la sociedad capitalista

Las sociedades humanas esclavista, feudal o capitalista se rigen por el antagonismo de las clases principales. Por un lado, tenemos a la clase dominante, organizadora de las relaciones económicas y poseedora de los medios de producción, y por el otro, tenemos a la clase explotada.

En la sociedad capitalista, los capitalistas constituyen la clase explotadora, que posee los medios de producción y que comparten entre sí el valor añadido creado por los trabajadores. Los trabajadores, en cambio, constituyen la clase explotada, sin medios de producción y obligada a vender su mano de obra, recibiendo, a cambio, un salario. Son ellos los productores directos del valor añadido de que se apropian los capitalistas: "en la medida en que la burguesía se desarrolla - es decir, el capital -, el proletariado, la clase de los trabajadores modernos, sólo viven mientras tienen trabajo y tienen trabajo sólo mientras su trabajo aumenta el capital" (MARX & ENGELS, 1848). De hecho, mientras que el esclavo se vende de una vez por todas, el proletario, por su lado, tiene que venderse a sí mismo, constantemente.

La lucha de clases se desencadena así por la relación entre esas clases antagónicas.

En el período de las formaciones pre-capitalistas, la clase explotada tenía como misión histórica la sacudida de los pilares de la vieja sociedad. Su lucha (esclavos, campesinos) tomó, sin embargo, formas desorganizadas y espontáneas que estaban condenadas al fracaso. Será entonces al proletariado, organizado como clase, al que competirá la destrucción de las viejas estructuras de la sociedad y la creación de una nueva. De hecho, sin propiedad privada, el proletariado sólo estará interesado en su liquidación. La construcción de una nueva sociedad - la sociedad socialista -, aún que tenga como vanguardia al proletariado, solo se llevará a cabo con la unión del proletariado con otros trabajadores no pertenecientes a la clase obrera. Así, el proletariado, apoderándose de los intereses de las clases proletarias y de otros trabajadores, intervendrá como su líder y organizador:

La clase revolucionaria entra en juego desde el principio, ya que se enfrenta a una clase, no como clase, sino como representante de toda la sociedad, y aparece como toda la



masa de la sociedad frente a la clase dominante. Y lo hace porque, al principio, su interés está realmente aún más ligado al interés comunitario de todas las demás clases no dominantes, porque bajo la presión de las condiciones hasta ahora no ha podido desarrollarse como un interés particular de una clase particular. Su victoria también se aprovecha de muchos individuos de las otras clases que no se vuelven dominantes, sino solo en la medida en que permite que estos individuos se eleven a la clase dominante (MARX & ENGELS, 1846).

Las clases fundamentales son pues las que representan los polos antagónicos que se generan con el modo de producción de dominación. Cada una de estas clases integra múltiples capas. Dentro de la clase dominante de la sociedad capitalista podremos considerar las siguientes capas: la burguesía monopólica (monopolista del Estado) y los capitalistas medios y pequeños. La burguesía monopólica del Estado es pocos numerosa, pero domina los principales medios de producción. Incluyamos en esta capa un grupo especial - los representantes del complejo militar-industrial -, una vez que la burguesía monopolista se une no solo a los grandes monopolistas, sino también a los círculos militaristas. Los pequeños y medianos capitalistas dependen, por su parte, de la burguesía monopólica del Estado, siendo a menudo presionada por ella. Esto les permite participar, en ciertas ocasiones, en la lucha antimonopolista. Dentro de la clase obrera, por su lado, podemos considerar la capa de los cuadros obreros, que lidera la lucha contra la explotación capitalista, y la capa de la aristocracia obrera, que asume compromisos con la clase explotadora. Incluyamos aquí también la capa de los obreros oriundos de la burguesía media o pequeña.

Sin embargo, para comprender la compleja estructura de la sociedad capitalista, tendremos que referirnos a las clases no fundamentales y comprender su papel en la lucha de clases. Estas clases no reflejan la esencia de las relaciones de producción de un modo de producción específico y pueden estar vinculadas a trazas de modos de producción anteriores o al nacimiento de nuevas relaciones de producción. En la sociedad capitalista actual, uno puede considerar como una clase no fundamental (y no como una capa de la clase fundamental dominante) las capas de la pequeña burguesía de la ciudad (artesanos, pequeños comerciantes ...) que, muchas veces, no logran hacer frente a la burguesía monopolista y a menudo caen en la ruina. Por eso, ocasionalmente, pueden unirse a la lucha de la mayoría



trabajadora. La pequeña burguesía, sin embargo, no desaparece y nunca desaparecerá bajo el capitalismo; el capitalismo no sólo la liquida, sino que también la crea.

Por su lado, el campesinado, debido a la evolución técnica y a la mecanización de la producción, se encuentra, en la formación capitalista, en progresiva erosión y condenado a la ruina por los monopolios y por el cuerpo político que lo sostiene: el Estado. La precaria situación de las masas campesinas las acerca al proletariado en su lucha antimonopolística. Muchos de los campesinos, además, se ven obligados a una semiproletarización o proletarización completa, incorporando así las filas de los obreros.

Además de las clases fundamentales y no fundamentales, también existen diferentes capas intermedias, como los funcionarios públicos y la intelectualidad, que pueden incluir, dentro de ellas, miembros de las clases fundamentales y/o no fundamentales. Estas capas están creciendo en los países capitalistas de hoy.

Hoy en día, la gran masa de funcionarios y de la intelectualidad está sujeta a condiciones de trabajo precarias que acentúan su explotación. De esta manera, podremos afirmar que estamos asistiendo a una proletarización del trabajo asalariado, manual o intelectual, lo que crea las condiciones para una aproximación de las luchas y reivindicaciones de estas capas con la lucha de la masa de los explotados. Entre los empleados y la intelectualidad se encuentran también los representantes del máximo poder administrativo del Estado: los administradores de empresas, los grandes juristas, entre otros. A diferencia de la gran masa de funcionarios y de la intelectualidad, la posición y el papel social que desempeñan estos representantes del poder los unen a la clase dominante.

Por su parte, teniendo en cuenta la existencia del Estado como un aparato distinto, que se especializa en la promulgación y aplicación de leyes, también tenemos de considerar la creación/existencia de grupos de personas distintas de la clase de los capitalistas que tienen atribuciones y obligaciones especiales: la burocracia. Se trata de una capa social intermedia, situada entre el proletariado y la burguesía. Georges Gurvitch (1966) consideró, por su parte, que el capitalismo hizo nacer otra capa intermedia entre el proletariado y la burguesía, en el marco de la división del trabajo, con la introducción de la democracia parlamentaria burguesa y con el surgimiento de partidos políticos: Gurvitch se refiere al tipo de político



partidista cuyo pensamiento, segundo el mismo autor, no va más allá de las fronteras que la pequeña burguesía no logra cruzar en la vida.

Las clases pueden ser, en suma, fundamentales o no fundamentales, pero también antagónicas o no antagónicas. Las clases antagónicas, como los proletarios y los capitalistas, se caracterizan por el hecho de que los intereses de cada una de estas clases son irreconciliables; por su parte, las clases no antagónicas, como los obreros y campesinos, se caracterizan por el hecho de que tienen divergencias, pero también tienen intereses comunes que pueden posibilitar su alianza. El hecho de que algunas personas o grupos pasen de una clase o de una capa a otra no significa que la estructura clasista de la sociedad desaparezca, ya que las contradicciones y antagonismos que existen entre las clases no solo perduran, sino que siguen aumentando.

Adentro de la clase dominante, Marx y Engels (1846) consideran la existencia, más allá del trabajo material, del trabajo espiritual. De hecho, si la división del trabajo es una de las principales fuerzas de la historia, Marx y Engels señalan que, en el seno de la clase dominante, se ve la división del trabajo espiritual y del trabajo material. Es por esta razón que, dentro de esta clase, tenemos, por un lado, a los pensadores (es decir, los ideólogos conceptuales activos de la misma, que hacen de la formación de la ilusión de esta clase sobre sí misma su principal fuente de sustento), y, por el otro, tenemos a aquellos que tienen una actitud más pasiva hacia las ideas y las ilusiones, ya que son los miembros más activos de esta clase. Esa división a veces puede crear una cierta hostilidad entre ambas partes, pero si la clase dominante se encuentra en peligro, la división desaparece. Marx y Engels también admiten la posibilidad de conflictos entre la clase dominante y sus representantes políticos, y entre ellos y la burocracia, relativamente independiente.

Aunque en el modo de producción actual la burguesía domine en todas las esferas de la vida, las ideas dominantes, que son siempre las ideas de la clase dominante, son por lo tanto las ideas burguesas. Aun así, la existencia de ideas revolucionarias, en un momento dado, presupone necesariamente la existencia de una clase revolucionaria (Marx & Engels, 1846).



La lucha de clases y el dominio ideológico

Hay tres esferas de la lucha de clases: la esfera de la lucha económica, la esfera de la lucha política y la esfera de la lucha ideológica.

La lucha política es el instrumento fundamental para derrocar la actual dominación de clase. Como una forma decisiva de lucha política, Marx y Engels (1843) consideraron la revolución - derrocamiento ilegal y armado del orden político y económico existente -, o sea, el elemento de transformación de la sociedad capitalista en una sociedad socialista. Esto no excluye, sin embargo, que, en el marco de la sociedad capitalista, se lleven adelante formas legales de lucha, con vistas a la consciencia política y a la organización de la masa de los explotados, buscando el objetivo de mitigar y denunciar la explotación: "¿Sobre qué descansa una revolución parcial, una revolución puramente política? En el hecho de emancipar una parte de la sociedad burguesa y establecer su dominación general" (1843).

La lucha de la clase dominada contra la clase dominante empieza cuando los trabajadores comienzan formando coaliciones contra la burguesía, por ejemplo, en defensa de su salario. El verdadero resultado de sus luchas no es por lo tanto el éxito inmediato, sino la extensión y ampliación de aquellas. Su difusión permitirá, por su parte, la transformación de la lucha en una lucha nacional, es decir, en una lucha de clase, siendo que su resultado dependerá de la mutua correlación de las fuerzas.

La lucha política, económica e ideológica de la clase dominada existe como una oposición a la dominación igualmente económica, política e ideológica de la clase dominante. La dominación económica se basa en el control superior de los medios de producción, el proceso y el producto del trabajo, o sea, es la infraestructura sobre la que se asienta la superestructura (formas de conciencia social en general, como la política, la filosofía, la cultura, las ciencias, las religiones, las artes). Por lo tanto, la definición de la relación de clase es la definición de la relación de dominación económica.

La posesión de esclavos (esclavitud), tierra (feudalismo) y capital (capitalismo) son las tres formas básicas de propiedad y son las que definen las relaciones de subordinación y superioridad en el proceso de trabajo y la apropiación de los productos creados. En el capitalismo, sin embargo, la imposición económica reemplaza otras formas de imposición del trabajo que se manifestaron en la esclavitud y en el feudalismo. En el sistema esclavista, el esclavo es una mercancía y un instrumento de trabajo; en el sistema



feudal, el sirviente, conectado a la tierra y al señor feudal, es su propiedad personal; en el sistema capitalista, el que decide la relación de dependencia del trabajador libre es el mecanismo de mercado y la imposición económica. De hecho, la producción capitalista se basa en el hecho de que, en forma de salario, el trabajador obtiene el equivalente del valor de su trabajo, pero no obtiene el equivalente de su trabajo, ya que el valor de la fuerza de trabajo y el valor que el trabajador crea en el proceso de trabajo son dos magnitudes distintas. El excedente creado por el trabajador y apropiado por el capitalista constituye el valor añadido, en el que se basa la esencia misma de la producción capitalista (MARX, 1867).

La dominación política, por su lado, se basa en la garantía estatal de un control superior de los medios de comunicación y de las instituciones por parte de la clase dominante. El cuerpo político de la dominación de clase es pues el Estado, lo cual ejerce una opresión política de clase. De ahí que el Estado es el órgano de dominación de clase (buscando aliviar, por ejemplo, los conflictos de clase), o sea, es el órgano de opresión que resulta, precisamente, del orden que legaliza y consolida la violencia (LENIN, 1978). Sin embargo, como el Estado es la forma en que los individuos de una clase dominante afirman sus intereses comunes y condensan a toda la sociedad civil de una época, se deduce que todas las instituciones comunes que están mediadas por el Estado adquieren una forma política. De ahí la ilusión de que la ley se basaría en el libre albedrío y que se disociaría de su base real (MARX, 1867).

El Estado capitalista corresponde, de esta manera, a una dictadura de la burguesía en la que la dominación ideológica es la consagración del sistema ideológico de esa clase social. La clase que es el poder material dominante de la sociedad es, pues, al mismo tiempo, su poder espiritual dominante: la clase que tiene a su disposición los medios para la producción material tiene los medios para la producción espiritual, de modo que las ideas de aquellos que carecen de los medios para la producción espiritual se someten a ella. Las ideas dominantes no son más, en ese sentido, que la expresión ideal de las relaciones materiales dominantes. Con efecto, los individuos que constituyen la clase dominante también son conscientes, y por consiguiente dominan como pensadores, o sea, como productores de ideas: "por lo tanto, sus ideas son las ideas dominantes de la época" (MARX, 1867). Acabar con las ideas dominantes implica, en consecuencia, que se destruya el órgano de dominación de la burguesía. Siendo que el grado transitorio entre el Estado burgués -el órgano de dominación de la clase



capitalista- y el Estado proletario -el órgano de dominación de la masa explotada- es precisamente la revolución, sólo esta permite reemplazar la dictadura de la burguesía por la dictadura del proletariado. En el seguimiento de este proceso, Lenin (1918) declaró que a los grados transitorios de la revolución se sumarían los grados transitorios de la extinción gradual del estado proletario.

Ideología y conciencia de clase

La ideología proletaria es incomparable a todas las demás. Es una ideología privilegiada, ya que se pone en práctica con el propósito de transformar el mundo y acabar con la existencia de clases y, en consecuencia, con la existencia de las propias ideologías.

Fueron Marx y Engels quienes distinguieron, por primera vez, la situación de clase y la conciencia de clase. Sin embargo, las clases no son meros agregados estadísticos y pueden convertirse en clases por sí mismas y así adquirir conciencia de clase, es decir, conciencia de su identidad e intereses comunes a sus miembros, insertándose así en la lucha de clases.

La burguesía (que tuvo, en la historia, un papel revolucionario) se superó a sí misma en el dominio de la ideología, emergiendo así su conciencia de clase. El proletariado, por su lado, sólo toma nota de sí mismo en etapas y sólo la ideología comunista le ayudará a convertirse en una clase de una vez por todas (Gurvitch, 1966). La etapa final de este proceso es la organización de un partido político que se propone tomar el poder. Como el poder político es el poder organizado de una clase social para la opresión de otra clase y que el Estado burgués es el organismo protector de la sociedad capitalista (siendo la burguesía moderna el producto de un largo proceso de desarrollo, de una serie de profundas transformaciones en el modo de producción y de circulación), a los proletarios les cabe, como vimos, construir un nuevo Estado. De hecho, al igual que la burguesía (que, desde el establecimiento de la gran industria y del mercado mundial, ha luchado por el dominio político exclusivo en el estado parlamentario moderno), el proletariado también tendrá que pasar por una serie de etapas en el campo político. Así, es el cambio en las condiciones de vida y de existencia de los hombres en la sociedad lo que cambia su forma de ver el mundo y los lleva a adquirir (si no lo tienen) la conciencia de pertenecer a una clase particular:



Se necesitará una inteligencia profunda para comprender que, con los cambios en las condiciones de vida de los hombres, en sus relaciones sociales, en su existencia en la sociedad, también cambian sus concepciones, sus formas de ver, sus conceptos, en una palabra, su conciencia. (...) La explotación de una parte de la sociedad por la otra es un hecho común a todos los siglos pasados. No es de extrañar, por tanto, que la conciencia social de todos los siglos (...) se mueva en ciertas formas comunes, en formas de conciencia que sólo se disuelven por completo con la desaparición definitiva del antagonismo de clase (MARX & ENGELS, 1848).

Marxismo vs (Pós-)Modernidad

Los politólogos y sociólogos (pos-)modernos, como Talcott Parsons (1966, 1968, 1970, 1974) o Max Weber (2003), en la secuencia de las doctrinas estructuralistas, abogaron por el fin de la lucha de clases y, como tales, niegan la existencia misma de las clases. Con este fin, crearon teorías funcionalistas de estratificación social, argumentando que la diferenciación social es un fenómeno universal y necesario en todas las sociedades, desempeñando una función social necesaria, con miras a distribuir a los miembros de la sociedad a través de las diversas ocupaciones y roles existentes.

Aun antes de la Primera Guerra Mundial, Max Weber (2003) crea una teoría de la estratificación con tres componentes. Conocida más bien como estratificación weberiana o sistema de tres clases, en ella Weber considera la clase, el estatus y el poder como ideales distintos a los cuales los hombres ambicionarían. Weber argumentó entonces que el poder puede tomar una variedad de formas: puede mostrarse en el orden social a través de su estatus o en el orden económico a través de su clase o en el orden político a través de su partido. La riqueza incluiría las propiedades (edificios, fincas, fabricas) y relevaría de la situación económica, mientras el prestigio se refiere al respeto con el que una persona o posición de estatus es considerada por otros y relevaría de la situación de estatus, de la misma forma que la capacidad de personas o grupos para lograr sus objetivos relevaría de los partidos. Sobre el poder, Weber defendía que la posesión del poder y su ejercicio son las dimensiones fundamentales del poder mismo. Según esta concepción, sería entonces el prestigio vinculado a cada ocupación el que



determinaría el lugar del individuo en la jerarquía social: la división en estratos es, por lo tanto, arbitraria, es decir, no existe en agrupaciones definidas.

En el seguimiento del pensamiento weberiano, Parsons (1966, 1968, 1970, 1974), por su lado, considera que las estratificaciones sociales responden a necesidades sociales, es decir, constituyen sistemas jerárquicos que se fundan sobre los valores máximos de cada sociedad. Esos valores están relacionados con la "actividad intencional que despliegan los individuos dentro del marco de las instituciones". En ese sentido, Parsons define a la estratificación social como "la clasificación diferencial de los individuos que componen un sistema social dado, y su calificación de superiores o inferiores los unos en relación con los otros, según valores importantes para la sociedad" (PARSONS, 1974, p. 45).

Estas doctrinas se basan en una aceptación común de una cierta jerarquía de ocupaciones, basada en supuestos como "la estratificación social siempre ha existido y es una necesidad de todas las sociedades" (MEIREILES et al., 1976/1977, p. 48), que "es imposible definir sin ambigüedad una escala de importancia de las ocupaciones" y que "existe una movilidad social total" (MEIREILES et al., 1976/1977, p. 48). Sin embargo, estas concepciones apuntan primero a la aceptación del lugar del individuo en la sociedad, imposibilitando así que sea consciente de pertenecer a una clase particular y, en consecuencia, neutralizando su lucha. El individuo tendría entonces como único objetivo la progresión en la jerarquía social. El sistema de explotación no tendría alternativa, y la barbarie capitalista sería el fin último de la historia. Sin embargo, no se explica la desigualdad entre dos ocupaciones (o funciones) determinadas ni la existencia, a lo largo de la historia, de los diversos sistemas de estratificación. Por otro lado, se niega la existencia de grandes grupos sociales en oposición y conflicto con otras grandes agrupaciones. Por ejemplo, en la teoría funcionalista (o nominalista), la movilidad social es el fenómeno más importante de la estratificación social contemporánea, considerando que la sociedad avanza hacia la distinción de las personas únicamente sobre la base del mérito y la capacidad de cada uno (meritocracia). La teoría marxista, por su lado, devalúa la importancia de la movilidad social, ya que sigue siendo muy pequeña y el sistema de clases no es cuestionado por ella.

Negar la existencia de las clases sociales es negar la lucha de los contrarios, es negar la lucha de las clases antagónicas y fundamentales, es negar la lucha de clases, es negar la existencia misma del capitalismo.



Constituye, en suma, la aceptación pasiva y continua de la explotación del Hombre por el Hombre, en un sistema donde los individuos estarían desprovistos de conciencia. Tal concepción impuesta por la ideología de la clase dominante tiene como objetivo sofocar las luchas sociales y aumentar su poder político y económico. Al revés, la teoría clasista marxista nos permite comprender no sólo el funcionamiento del capitalismo en su fase monopólica, sino que también nos proporciona una respuesta clara a la destrucción del sistema imperante: la unión del proletariado, del campesinado y de todos los trabajadores corresponderá a la construcción revolucionaria del socialismo.

El análisis marxista del capitalismo es fundamental no solo en el campo de la economía, pero también en los centros académicos y de educación, hoy dominados por las ideas de la clase dominante. De hecho, el capitalismo no tiene la capacidad de acabar con el racismo, el sexismo y el clasismo, no logra abolir la desigualdad económica y cultural, eliminar la explotación y la dominación, ni tampoco reconciliar medio ambiente, tecnología y sociedad. En ese sentido, el análisis clasista, permitiéndonos ver para allá de la apariencia misma del sistema, demuestra que el capitalismo no se detiene ante nada para maximizar las ganancias, incluso si eso significa destruir nuestro planeta y explotar a su gente. La verdad es que mientras el capitalismo domine nuestro sistema económico y social, las injusticias y la violencia perdurarán. Educar es pues fundamental. Hay que educar para una nueva humanidad, hay que infiltrar los centros académicos y argumentar por la defensa de un nuevo hombre y de una sociedad libre. El antimarxismo puede tener su momento, como las teorías funcionalistas lo han exprimido, pero la lucha por la justicia social contra el racismo, el sexismo y el clasismo les seguirá rondando. Como decía Marx, el desarrollo pleno de todos debe ser la condición del completo desarrollo de cada uno.

Conclusión

Pervertido por significados neocapitalistas, el concepto marxista de clase social nos permite comprender la centralidad y la importancia de la teoría materialista histórica y dialéctica, haciendo justicia al libelo acusatorio contra el capitalismo que es el Manifiesto del Partido Comunista. Hoy, los medios de comunicación globalmente dominantes y los centros académicos defienden la idea de que el capitalismo es la última etapa de la historia, por lo que la lucha de clases sería algo que pertenece al imaginario de un



pasado que se pretende extinguir. Según la ideología dominante, estaríamos así en un momento de la historia en el que todos podríamos ascender a los estratos sociales más altos. Sin embargo, estas concepciones apuntan primero a la aceptación del lugar del individuo en la sociedad, imposibilitándole así de luchar por los intereses de la clase que, de hecho, es la suya. El sistema de explotación no tendría alternativa, por lo que al capitalismo no podría seguir otro modo de organización socioeconómico.

La realidad es que diversas luchas tienen lugar y las clases opuestas chocan entre sí ya que sus intereses son muy distintos. De hecho, en el presente trabajo, en lugar de la cosmovisión e ideología dominantes, hemos defendido la importancia y la actualidad de la teoría marxista de clase, buscando comprender la importancia de la actualidad de la lucha de clases en la lucha por una Nueva Humanidad que pueda contradecir el camino hacia la barbarie a la que llegó la etapa actual del capitalismo.

Además, países como Cuba o República Popular de China nos demuestran que, de hecho, una organización socioeconómica al servicio de la grande mayoría que ha sido históricamente dominada es no solo posible, sino también semilla para luchas en otras geografías y realidades. Cuba o República Popular de China nos demuestran también la centralidad que, en la lucha de clases, ocupa la revolución, es decir, el derrumbe de una organización socioeconómica anterior opresiva gracias a la organización de obreros y campesinos en una organización política de vanguardia y defensora de sus intereses de clase.

El capitalismo no es el fin de la historia.

Referências

GURVITCH, G. **As classes sociais**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1966.

LENINE, V.I. **A Revolução proletária e o renegado Kautsky**. Lisboa: Edições Avante, 1918.
<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/renegado/index.htm>

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Lisboa: Editorial Avante, 1848.
<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm>

MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Cap. I. Lisboa: Editorial Avante, 1846. <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-oe/cap2.htm#i9>



- MARX, K. & ENGELS, F. **Anti-Dühring**. *Herr Eugen Dühring's Revolution in Science*. Moscovo: Progress Publishers, 1948.
<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1877/anti-duhring/>
- MARX, K. **O Capital**. Vol. I. Lisboa: Edições Avante, 1867.
<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/index.htm>
- MARX, K. **Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. Lisboa: Edições Avante, 1843.
<https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/criticafilosofiadireito/index.htm>
- MEIRELES, H., RIBEIRO, M.J.A., MARQUES, M.R., & MOREIRA, V. **Notas de Estudo para Ciência Política**. polic. Coimbra, 1976/1977.
- PARSONS, T. El sistema social. **Editorial Revista de Occidente**, Madrid. 1966.
- PARSONS, T. & Shils, E. **Hacia una teoría general de la acción**. Buenos Aires: Editorial Kapelusz, 1968.
- PARSONS, T. Equality and inequality in modern society, or social stratification revisited. **Sociological Inquiry**, vol. 40, nº2, 1970.
- PARSONS, T.. **La sociedad: perspectivas comparativas y evolutivas**. Trillas. México: 1974.
- WEBER, M. **Obras selectas**. Buenos Aires: Distal, 2003.
- VILHENA, V. M.Karl Marx: a teoria, força material. **O Militante**, Lisboa (Portugal), setembro-outubro, 2004, p. 5-15.
- WESOTOWSK, W. **Classes, Estratos e Poder**. Amadora: Novo Curso Editores, 1971.

Recebido em 11 abr. 2022 | aceite em 06 dez. 2022



Da esperança ao conflito: desigualdade no acesso à água pelos trabalhadores rurais reassentados pela transposição do rio São Francisco no estado de Pernambuco — Brasil¹

Ana Carolina Aguerri Borges da Silva ²

Resumo

A transposição do rio São Francisco prevê o acesso à água para uma população estimada em 12 milhões de pessoas na região semiárida do nordeste brasileiro. Uma parcela da população atingida por esse projeto é também potencialmente beneficiária do mesmo. Referimo-nos aqui aos agricultores reassentados em Vilas Produtivas Rurais (VPR), pelo Projeto Básico Ambiental (PBA), que visou reassentar os agricultores (proprietários ou não) atingidos ao longo das margens dos dois canais da transposição (Eixo Norte e Eixo Leste). Nosso estudo analisa um fenômeno socioambiental complexo ligado a uma política pública compensatória focada no reassentamento de populações atingidas, expropriadas e potencialmente beneficiárias do projeto de transposição em oito vilas pertencentes ao estado de Pernambuco. Trata-se de uma análise da situação das famílias reassentadas, como se dá o acesso dessas famílias à água e conseqüentemente a reprodução econômica e social da população envolvida.

Palavras-Chave: Conflito, Agricultores, Água, Rio São Francisco.

¹ Este artigo foi elaborado com base em dados obtidos durante a pesquisa “Desigualdades no acesso à água: um estudo sobre as Vilas Produtivas Rurais do sertão pernambucano” desenvolvida durante o Pós-Doutorado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), supervisionado pela Profa. Dra. Ana Cristina Brito Arcoverde. Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, através da Bolsa Modalidade Pós-Doutorado Júnior/ CNPQ – Processo 167517/2017-1.

² Possui graduação em Ciências Sociais (UNESP-Araraquara), Mestrado em Sociologia e Doutorado em Ciências Sociais ambos pela UNICAMP, especialização em Direitos Humanos (Universidade de Coimbra – Portugal). Realizou Pós-Doutorado (PDJ/CNPq) na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social com pesquisa vinculada ao Observatório de Desigualdades e Políticas Públicas – ODEPP (UFPE/UNESP/UC-PT). Atua no campo da pesquisa nas áreas da Sociologia Ambiental e Sociologia Rural com enfoque na questão da água. Atualmente é Profa. Visitante de Sociologia no Instituto Federal do Rio Grande do Norte. | acborges@outlook.com.br



Resumen

El trasvase del río São Francisco proporciona acceso al agua a una población estimada de 12 millones de personas en la región semiárida del noreste de Brasil. Una parte de la población alcanzada por este proyecto también es potencialmente su beneficiario. Nos referimos aquí a los campesinos reasentados en Aldeas Rurales Productivas (VPR), por el proyecto Ambiental Básico, que tuvo como objetivo el reasentamiento de los campesinos (propietarios o no) afectados a lo largo de las márgenes de los dos canales de transposición (Eje Norte y Eje Este). Nuestro estudio analiza un fenómeno socioambiental complejo vinculado a una política pública compensatoria centrada en el reasentamiento de poblaciones afectadas, expropiadas y potencialmente beneficiarias del proyecto de transposición en ocho aldeas pertenecientes al Estado de Pernambuco. Es un análisis de la situación de las familias reasentadas, cómo estas familias tienen acceso al agua y, en consecuencia, la reproducción económica y social de la población involucrada.

Palabras clave: Conflicto, Campesinos, Agua, Río São Francisco.

Abstract

The transfer of the São Francisco River provides access to water for an estimated population of 12 million people in the semi-arid region of northeastern Brazil. A portion of the population reached by this project is also potentially its beneficiary. We refer here to the farmers resettled in Rural Productive Villages, by the Basic Environmental Project, which aimed to resettle the farmers (owners or not) affected along the banks of the two transposition channels (North Axis and East Axis). Our study analyzes a complex socio-environmental phenomenon linked to a compensatory public policy focused on the resettlement of affected, expropriated, and potentially beneficiary populations of the transposition project in eight villages belonging to the State of Pernambuco. It is an analysis of the situation of resettled families, how these families have access to water, and, consequently, the economic and social reproduction of the population involved.

Keywords: Conflict, Peasants, Water, São Francisco River.

Introdução

O polêmico projeto de transposição do rio São Francisco prevê o acesso à água para uma população estimada em 12 milhões de pessoas na região semiárida do nordeste brasileiro. Podemos verificar que uma parcela da população atingida por esse projeto, é também potencialmente beneficiária do mesmo. Referimo-nos aos agricultores reassentados em Vilas Produtivas Rurais (VPR), pelo Projeto Básico Ambiental (PBA), programa de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional que reassentou agricultores (proprietários ou não) atingidos pela construção da transposição



(canais, diques, represas, estações de bombeamento) ao longo das margens dos dois canais da transposição (Eixo Norte e Eixo Leste). São ao todo 18 Vilas Produtivas Rurais distribuídas entre os estados de Pernambuco, Ceará e Paraíba.

A maior parte das propriedades atingidas e famílias residentes nas áreas desapropriadas, assim como as primeiras vilas implantadas encontram-se no sertão pernambucano. Delimitamos nosso estudo a analisar um fenômeno socioambiental complexo ligado a uma política pública compensatória focada no reassentamento de populações atingidas, expropriadas e potencialmente beneficiárias do projeto de transposição do rio São Francisco nas oito vilas pertencentes ao estado de Pernambuco. Trata-se de analisar a situação das famílias reassentadas, como se dá o acesso dessas famílias à água e conseqüentemente a reprodução econômica e social da população envolvida. Para a realização da pesquisa, que é de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, realizamos trabalho de campo nas VPRs de Pernambuco a partir da aplicação de questionário objetivo e da realização de entrevistas semiestruturadas com as lideranças de cada Vila.

As Vilas Produtivas Rurais foram criadas por meio de uma das políticas compensatórias vinculadas ao Projeto de transposição das águas do rio São Francisco³, o Programa de Reassentamento das Populações (PBA08), implementado pelo Ministério da Integração Nacional. Este programa consiste em aplicar medidas que amenizem os impactos causados aos trabalhadores rurais atingidos pela construção dos canais e reservatórios da transposição do rio São Francisco, por meio do deslocamento dessa população de suas áreas de moradia e trabalho para as Vilas.

Compreendemos que a seca não é o principal elemento gerador das desigualdades na região semiárida e que são os interesses políticos que fomentam esse discurso naturalizador da desigualdade. Na realidade observamos de forma empírica, que o problema das desigualdades sociais

³ O Ministério da Integração Nacional designou várias denominações para o Projeto de Transposição das águas do rio São Francisco – termo utilizado pelos estudiosos e movimentos sociais críticos ao projeto-, chamado inicialmente como Projeto de Integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, também foi denominado Projeto São Francisco e atualmente é chamado de Projeto de Integração do rio São Francisco. Além das construção da infraestrutura para deslocar as águas do rio São Francisco para áreas externas ao alcance da sua bacia, o MI considera todas as ações compensatórias executadas em função das obras, parte fundamental do projeto de transposição.



está na má distribuição e na dificuldade ao acesso da água na região e não sua escassez, pois a população atingida pela obra e que seria potencialmente beneficiária da mesma encontra-se em situação de dificuldade no acesso mesmo estando muito próxima a fontes de água em abundância.

Esses agricultores reassentados convivem historicamente com uma realidade de restrição à água desde o abastecimento humano, a dessedentação animal e principalmente para o desenvolvimento da agricultura. Nesse contexto, o programa de reassentamento, despertou nos agricultores a expectativa de superar um ciclo de dependência (indústria da seca⁴) estabelecido ao longo de gerações. Entretanto, nossa pesquisa desvendou uma realidade com uma série de problemas e contradições, principalmente no que diz respeito a quantidade e a qualidade da água disponível e o surgimento de conflitos entre os moradores das vilas. Nesse aspecto, a perspectiva de uma mudança nas condições de acesso à água, se transformou no estabelecimento de uma nova dinâmica socioambiental que

⁴ Compreendemos a indústria da seca como um fenômeno político, em que uma minoria detentora de capital e poder se utiliza da seca para benefício próprio, no sentido de que, por um lado, empresários dessa região fazem captação de água nos rios e a vendem por meio de caminhão-pipa, por outro lado, grupos políticos, ao fazerem doações de caminhão-pipa à população que não tem acesso à água, estabelecem uma relação de dívida, em que os “favorecidos”, para retribuir à “benevolência” desses políticos passam a ser seus eleitores. Esse fenômeno faz parte da prática clientelista remanescente da tradicional oligarquia dessa região. Além disso, segundo Andrade (1985), esses fazendeiros e comerciantes da região, os quais se beneficiam do flagelo da seca, também o fazem por muitas vezes adquirirem a preço baixo animais e propriedades daqueles que decidem migrar por não conseguirem sobreviver da agricultura e pecuária nos períodos de seca. Ademais, em tempos de seca, muitos investimentos públicos chegam à região e são aplicados em obras de infraestrutura que vão beneficiar as propriedades rurais desses fazendeiros. Com as frentes de emergência, ocorre a circulação de capital que vai alimentar o comércio local, beneficiando, portanto, os comerciantes. Nessa perspectiva, a seca é um problema para a população pobre, entretanto pode ser vista como benefício para os ricos. Em 1883, essa ideia recebe críticas do Prof. José Américo dos Santos, do Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, que avaliou a obra como inviável. Entretanto, no primeiro decênio do século XX, no ano de 1913, o Prof. Clodomiro Pereira da Silva, da Escola Politécnica de São Paulo, defende a transposição como meio de assegurar uma oferta regular de água ao Semiárido nordestino, mas em 1913, o projeto é novamente criticado, dessa vez pelo Eng. Arrojado Lisboa, que, na época, era diretor da Inspeção Federal de Obras Contra a Seca – IFOCS [CAMPOS; STUDART, 2001].



não supera os velhos dilemas (indústria da seca, desigualdade, pobreza) e que coloca no centro da problemática a geração de novos conflitos somados às dificuldades no âmbito da organização política (comunitária) das vilas envolvidas. Todos esses elementos nos levam a compreender que a democratização do acesso à água, que garanta o direito das comunidades a obtenção permanente desse bem natural encontra-se distante de tornar-se realidade, o que podemos observar é um processo de desigualdade e exclusão que se perpetua entre a população do sertão nordestino.

Pressupostos sobre a problemática do acesso à água e as desigualdades geradas

Às desigualdades sociais contemporâneas incluem-se as desigualdades no acesso aos recursos naturais e, portanto, a possibilidade ou restrição da reprodução econômica e social dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, a dificuldade ou restrição no acesso aos recursos naturais desencadeia um processo de desigualdade social e econômica que compromete a sobrevivência de determinados grupos da sociedade, tais grupos são ao mesmo tempo, vulneráveis economicamente, socialmente e também ambientalmente.

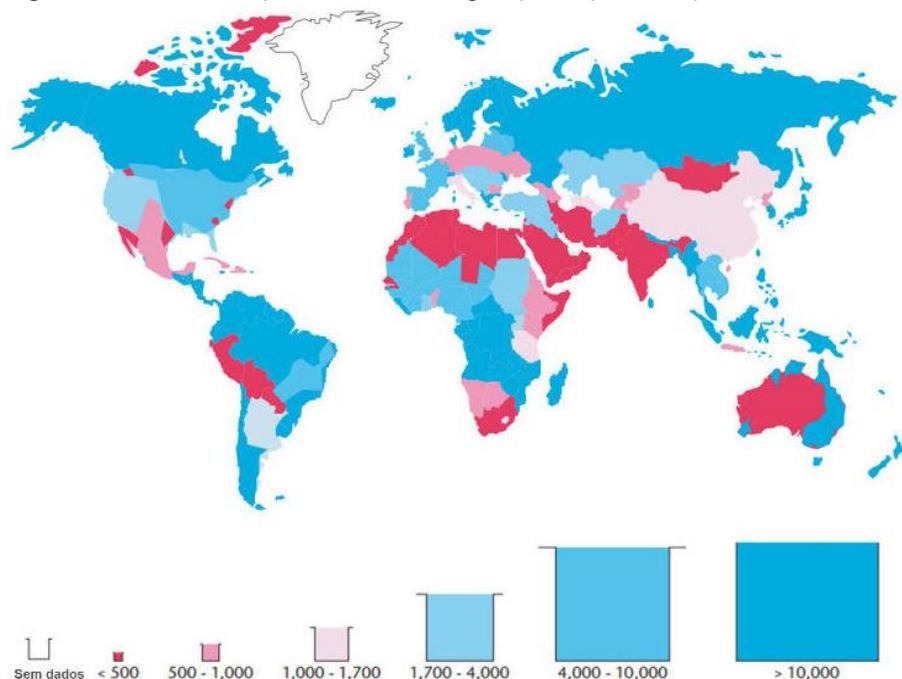
Dessa forma, compreendemos que a distribuição dos riscos e danos ambientais na sociedade capitalista é desigual, pois penalizam grupos sociais de baixa renda, além disso, os benefícios ambientais do desenvolvimento são distribuídos de forma desigual, de modo que os grupos sociais de alta renda possuem mais acesso do que os demais (ACSELRAD, 2010). Essa reflexão vem de encontro ao objeto estudado, pois estamos diante de uma realidade secular de concentração fundiária e desigualdade no acesso à água que gera violentos conflitos.

O debate sobre a questão da água está relacionado tanto à questão da limitação e escassez desse recurso natural quanto à dificuldade de acesso à água por parte da população mundial (SILVA, 2012), o que vem gerando diferentes disputas e conflitos desse recurso fundamental para a reprodução econômica e social das populações em diferentes locais do planeta. Apesar da limitação ou escassez da água ser um fato relevante, compreendemos que a centralidade do problema está na má distribuição desse recurso entre a população. Nesse sentido, verifica-se que a dificuldade no acesso à água é maior para a população mundial com menos recursos econômicos.



Na imagem abaixo podemos observar a disponibilidade de água per capita pelo mundo. No que diz respeito à situação brasileira, verifica-se que a disponibilidade de água é abundante, e apesar de haver uma redução dessa disponibilidade na região semiárida, se compararmos a região semiárida⁵ do Brasil com regiões com condições climáticas semelhantes, podemos observar que as condições de disponibilidade de água são completamente diferentes. Como podemos observar na imagem abaixo, a região semiárida brasileira possui índice per capita entre 4,000 – 10,000 m³/pessoa/ano.

Figura I. Índice de disponibilidade de água per capita (m³/pessoa/ano)



Fonte: [Revenga, C., 2000] in: UN Water, 2006

Apesar das condições hídricas dos países da América Latina estarem entre as mais favoráveis do mundo, como é o caso do Brasil que possui a

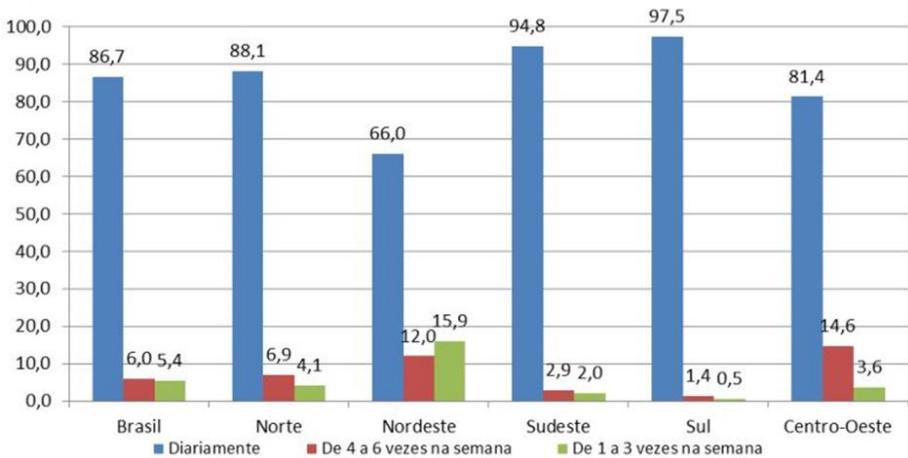
⁵ É uma região semiárida de um tipo muito particular, porque a precipitação pluviométrica é normalmente alta, predominando uma estrutura social muito frágil, dependente diretamente da agricultura (FURTADO, 1998).



maior quantidade de reserva de água doce da América do Sul, possuindo⁶ ainda 11,6% da água doce superficial do mundo o que corresponde a 53% da reserva de água doce de todo o continente Sul-Americano, há regiões do território brasileiro em que a população convive há gerações com a restrição com relação ao acesso à água, como é o caso do semiárido brasileiro.

O problema observado está na forma desigual de distribuição e acesso à água. Segundo estudos da Organização das Nações Unidas, cerca de 10% da população mundial ainda não tem acesso a uma quantidade mínima de água potável para consumo humano. A maior parte delas encontra-se em regiões áridas ou semiáridas, localizadas em países da periferia do capitalismo. No caso brasileiro, essa população encontra-se no nordeste setentrional e segundo Rebolças (2003) são cerca de 11 milhões de brasileiros sem acesso à água limpa para beber.

Gráfico I. Disponibilidade da rede geral de abastecimento de água, por regiões (%)



Fonte: Agência IBGE Notícias⁷.

⁶ Esses dados podem ser verificados no documento: SITUAÇÃO da água no mundo e por regiões. International Press, Tokyo, 17 mar. 2006. Disponível em: www.ipcdigital.com/vernorticiaA.asp?descrIdioma=br&codNoticia=1516&codPagina=1480&codSecao=369 Acesso em 02 maio 2010.

⁷ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20978-pnad-continua-de-2016-para-2017-centro-oeste-puxa-reducao-no-abastecimento-diario-de-agua-do-pais.html>



Podemos observar no gráfico acima que demonstra a disponibilidade da rede geral de abastecimento de água no Brasil, a existência de uma desigualdade regional com relação ao abastecimento, sendo que 15,9% da população da região nordeste possui baixo índice de abastecimento. Segundo dados do IBGE/PNADC, de 2016 para 2017, o Nordeste registrou o menor percentual no que diz respeito aos domicílios com disponibilidade diária de água, com o percentual de 66,0%, enquanto a região Sul do Brasil compreende o maior índice do país, (97,5%).

Ao observarmos um panorama sobre a situação da água no Brasil, podemos compreender que a abundância de água no território não significa a garantia de acesso à água disponível, mas, sobretudo, essa dificuldade de acesso está relacionada a falta de distribuição e condições de acesso somado a falta de qualidade da água fornecida, principalmente para a população mais pobre.

Sabemos que a questão da água no semiárido brasileiro sempre foi considerada como um entrave ao desenvolvimento da região, por conta dos períodos das longas secas, que ocorrem na região. Esta realidade levou tanto a elaboração de alternativas que consideram as especificidades climáticas da região semiárida com um alto índice de concentração pluviométrica em curtos períodos do ano o que possibilita a utilização e armazenamento dessa água para a utilização em períodos de seca, como é o caso das experiências da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)⁸, mas também o surgimento de alternativas onerosas e de complexa engenharia, que promete segurança hídrica futura para a região, como é o caso da Transposição do rio São

⁸ A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) é uma rede que propaga, defende e coloca em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político de convivência com o semiárido. É uma rede formada por mais de três mil organizações da sociedade civil, dentre as quais sindicatos, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, OSCIP, etc. A convivência com o semiárido pressupõe a adoção da cultura do estoque de água para as diversas atividades, desde a utilização doméstica, com o consumo humano, mas também para a dessedentação animal e para a agricultura na produção de alimentos. No início do ano 2000, a ASA desenvolveu seu primeiro programa para o abastecimento de água de beber para a população do semiárido brasileiro, e é a partir dessa iniciativa que nasce o Programa 1 milhão de Cisternas, o qual passou a ser uma política de governo com recursos previstos no Orçamento Geral da União, tendo inclusive o reconhecimento pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) como elemento de segurança hídrica e alimentar.



Francisco, que tem como objetivo levar água a 12 milhões de pessoas que vivem no nordeste setentrional.

A transposição e a população às margens dos canais

Apesar da existência de complexos conflitos sociais decorrentes de interesses divergentes entre diferentes sujeitos, tais como: população tradicional (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, vazanteiros), agricultores, latifundiários, políticos da região, empresários da construção civil, etc; o Governo Federal por meio do Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovou o polêmico Projeto de Transposição das águas do rio São Francisco no ano de 2005.

As obras da transposição iniciaram-se no ano de 2007 e constitui-se principalmente na construção do Eixo Leste⁹ e do Eixo Norte¹⁰, na construção de estações de bombeamento e de reservatórios de água. Segundo dados do Ministério da Integração Nacional, este projeto é a maior obra de infraestrutura hídrica do país dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos. Sua extensão deverá chegar a 477 quilômetros somando-se os dois eixos (leste e norte), onde haverá 14 aquedutos, 09 estações de bombeamento, 27 reservatórios, 09 subestações de 230 quilowatts, 270 quilômetros de linhas de transmissão em alta-tensão e quatro túneis. Toda essa infraestrutura é de responsabilidade do governo federal. Entretanto, os sistemas de distribuição de água deverão ser executados pelos governos dos estados das bacias receptoras, com apoio financeiro federal (SILVA, 2017).

Como podemos observar na figura abaixo, os dois eixos partem da margem esquerda do rio São Francisco, ambos em território pernambucano, pertencente à região do Submédio da Bacia do rio São Francisco. Enquanto o eixo norte é iniciado no município de Cabrobó (PE), passando pelos municípios pernambucanos de Terra Nova, Salgueiro, Verdejante, seguindo até atingir os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. O eixo leste inicia-se no município de Floresta (PE) e compreende um número menor de

⁹ O eixo leste foi inaugurado em março de 2017, o destino principal das águas desse canal é o estado da Paraíba.

¹⁰ Esse eixo teve seu trecho inicial, onde a captação da água no rio acontecerá do escoamento natural da água até a EB1, que é a uma das estações de bombeamento e está situada no município de Cabrobó (PE), inaugurado em 2015, em fase de teste. Esse canal destina-se a levar água para o sertão pernambucano, Ceará e Rio Grande do Norte.



municípios, ainda no estado de Pernambuco atravessa Custódia, Betânia e Sertânia, para em seguida adentrar a Paraíba, chegando ao município de Monteiro.

Figura II. Imagem do desenho dos eixos e adutoras do Projeto de Transposição.



Fonte: REMA Brasil. A transposição do rio São Francisco e os impactos decorrentes dele.

Este projeto prevê ainda que o estado de Pernambuco terá a disponibilidade hídrica aumentada através dos dois eixos e com a construção de adutoras que garantirão o abastecimento hídrico do Agreste e Sertão Pernambucanos, assim como o aumento da garantia hídrica proporcionada pelos reservatórios estaduais de Entremontes e Poço Cruz, que permitirão o aumento da demanda hídrica das bacias dos rios Pajeú e Moxotó numa região que possui 113 municípios e 2,9 milhões de pessoas (BRASIL, 2017).

Cabe ressaltar que além dos dois eixos do projeto terem a captação iniciada no estado de Pernambuco, o mesmo configura-se como o único estado envolvido tanto como doador de águas para a transposição, quanto como receptor das águas a serem transpostas. Para a implantação do



projeto foi necessário que ao longo das margens dos dois canais (eixo leste e eixo norte) ocorressem desapropriações de terras o que acarretou na elaboração de políticas compensatórias através de 38 programas socioambientais destinados a minimizar os impactos da construção desses canais.

Com relação à população que vivia nas proximidades dessa obra, ou seja, a população atingida (e/ou expropriada) pela transposição foi criado o Programa de Reassentamento das Populações, que integra o conjunto dos programas socioambientais que compõem o Projeto Básico Ambiental (PBA)¹¹ do Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional¹². Este programa de compensação aos atingidos pela transposição é de responsabilidade (elaboração e execução) do Ministério de Integração Nacional e tem como finalidade reassentar os agricultores (proprietários ou não) em Vilas Produtivas Rurais (VPR).

Esse programa de Reassentamento das Populações realizou a construção de 18 Vilas Produtivas Rurais ao longo das margens dos dois eixos do projeto, onde foram instaladas 845 famílias cadastradas por este programa. Para a realização de tal empreendimento, o Ministério da Integração utilizou dados do Cadastro Fundiário, de Pesquisa Socioeconômica e da Avaliação de Terras e benfeitorias deste programa (BRASIL, 2017). No quadro abaixo, podemos observar a quantidade de

¹¹ As diretrizes gerais e critérios preliminares para a elaboração do Programa de Reassentamento tiveram como base as propostas, conclusões e sugestões apresentadas no Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial – Atingidos por Barragens, instituído pelo decreto s/n de 10/10/2003, publicado no Diário Oficial da União de 13/10/2003 que, por sua vez, nortearam a definição da metodologia e dos procedimentos adotados. O Programa de Reassentamento buscou refletir não só as características socioeconômicas da área, como, sobretudo, o conhecimento das reivindicações e expectativas da população afetada, identificadas nas pesquisas socioeconômicas, nas Audiências Públicas, assim como nas reuniões realizadas durante o processo de elaboração do Programa na atual fase do Projeto Básico Ambiental (Ministério da Integração Nacional. Projeto São Francisco. Programa de Reassentamento das Populações. PBA-08. Brasília – DF, 20---. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/documents/10157/3675235/PBA08.pdf/156621fb-b0f0-4c86-ba04-4497c750bca2>).

¹² Nome oficial do Projeto de Transposição das águas do rio São Francisco, atualmente chamado de Projeto São Francisco.



famílias potencialmente beneficiárias deste programa e os estados a que pertencem:

Quadro I. Propriedades e Famílias Afetadas.

Estado	Propriedades Atingidas	Famílias residentes na área desapropriada
Pernambuco	1147	313
Ceará	298	231
Paraíba	444	301
Total	1889	845

Fonte: Quadro elaborado pela autora, baseado em dados do Ministério da Integração Nacional.

Como podemos observar no quadro acima, tanto com relação às propriedades afetadas, quanto com relação às famílias residentes na área desapropriada, o estado de Pernambuco é o mais envolvido, pois é o que mais possui propriedades atingidas e famílias residentes nas áreas desapropriadas. No quadro abaixo podemos observar a disposição no território pernambucano da população envolvida e dispersa em 06 municípios.

Quadro II. Municípios atingidos no estado de Pernambuco

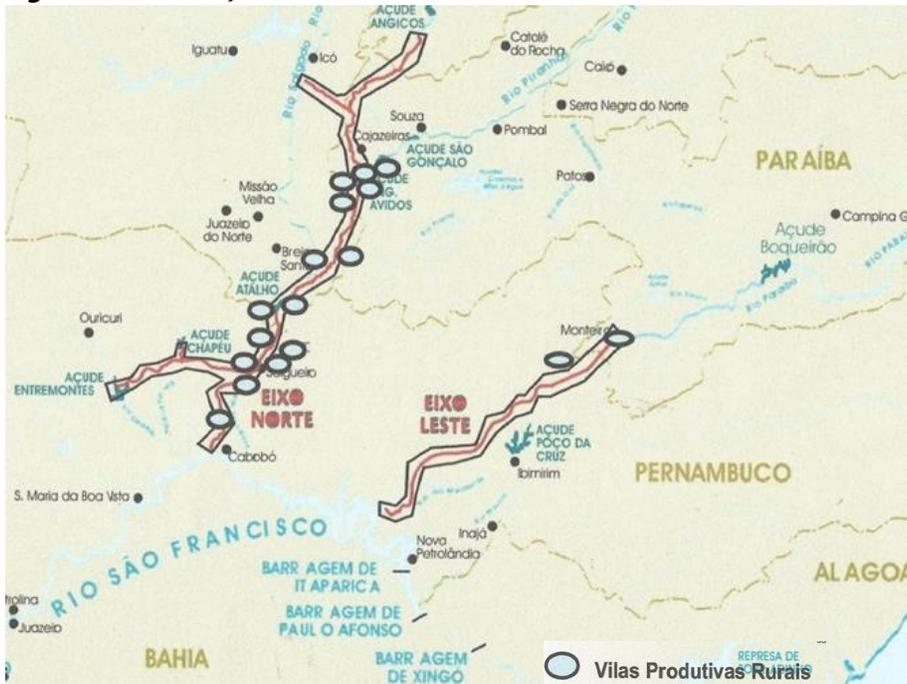
Município	Propriedades Atingidas	Famílias Residentes
Cabrobó	201	43
Salgueiro	268	154
Verdejante	23	07
Floresta	142	12
Custódia	179	14
Sertânia	334	83
Total	1147	313

Fonte: elaborado pela autora, dados do Ministério da Integração Nacional.



Segundo dados oficiais do Ministério da Integração Nacional as Vilas Produtivas Rurais foram projetadas para possuir uma infraestrutura composta por residências de 99 m², postos de saúde, escolas, praças, quadras poliesportivas, campo de futebol, centro comunitário, além de rede de água, esgoto e energia elétrica. Os moradores também devem receber o que é denominado pelo Ministério da Integração Nacional como setores produtivos (áreas com no mínimo dois hectares para cada beneficiário, sendo um hectare irrigado).

Figura III. Localização das Vilas Produtivas Rurais.



Fonte: SOUZA, José Luiz. Projeto de Integração do rio São Francisco com bacias do nordeste setentrional. CGEE¹³.

No município de Cabrobó, encontram-se duas vilas, a primeira delas chama-se Captação e está cerca de 500 metros da primeira estação de bombeamento do eixo norte (EB1-I). A segunda, chamada Junco, está no limite do município ao lado da cidade de Terra Nova. Em Salgueiro encontram-se 4 Vilas: URI, Negreiros, Queimada Grande e Malícia. No município de Verdejante está situada a Vila Pilões e no eixo leste, no

¹³ Disponível em: www.cgee.org.br/atividades/redirect.php?idProduto=5300.



município de Sertânia encontra-se a Vila Salão. Como podemos observar na figura abaixo, o esboço da localização dessas Vilas em torno dos respectivos canais da transposição:

Contradições acerca do acesso à água: observações empíricas

86

Realizamos pesquisa de campo junto às oito Vilas Produtivas Rurais localizadas no estado de Pernambuco. Em cada uma delas aplicamos questionário objetivo onde abordamos as seguintes questões: 1) a localidade de origem (situação fundiária, fonte e formas de acesso à água, quantidade e qualidade da água recebida e acesso aos serviços básicos de saúde e educação); 2) O ano em que foram reassentados; 3) A renda familiar atual; 4) Atividades econômicas atuais; 5) Moradia (condições da construção, energia elétrica, fonte de energia para cozinhar, plantio e criação de animais no quintal); 6) Abastecimento de água na vila (quantidade, qualidade, utilização); 7) Saneamento básico na vila (esgoto, resíduos sólidos); 8) Questão fundiária (recebimento das terras previstas no projeto, regularização da documentação); 9) Atividades agropecuárias (produção, acesso aos programas de agricultura familiar); 10) Problemas diversos na VPR (transporte, comércio, violência, roubo, lixo e sujeira, esgoto, falta de asfalto, falta de área de lazer, má qualidade da água, falta de escola, ausência de posto de saúde e problemas para regularização da documentação das terras).

O processo de reassentamento nas Vilas Produtivas Rurais no estado de Pernambuco, iniciou-se em 2010 e finalizou-se em 2015. As experiências nessas vilas de uma forma geral se assemelham, o que nos leva a compreender o processo se deu de forma similar em todas elas, apesar de considerarmos as experiências individuais fundamentais para a compreensão do processo, compreendemos que de uma forma geral as experiências individuais se configuram como elementos reafirmadores de uma dinâmica perversa e violenta que se repete em várias experiências que envolvem a construção de grandes obras hídricas.

Existem diversos problemas que envolvem o reassentamento dos agricultores. O primeiro deles diz respeito a readaptação das famílias que viviam há gerações num mesmo local, seja em pequenas propriedades pertencentes à família, seja em propriedades de outras pessoas, exercendo funções como empregados assalariados, meeiros, arrendatários ou caseiros. Apesar de haver algumas diferenciações entre os agricultores que vem de



uma realidade fundiária em que a terra pertenciam a eles e aqueles que não tinham a posse da terra, de uma forma geral as dificuldades na readaptação a nova realidade, a essa nova forma de viver se assemelha.

Em primeiro lugar, a configuração espacial das vilas, que apesar de serem denominadas rurais, se equipara muito mais a uma organização espacial urbana, onde a proximidade entre os lotes/moradias é muito pequena. Esses lotes que medem 50 X 100 metros (totalizando ½ hectare), estão distribuídos em quarteirões divididos por ruas não pavimentadas, todas as vilas possuem uma praça, um prédio construído para comportar a associação dos moradores, e apesar de estar previsto no projeto original como padrão para as vilas, nem todas possuem o espaço físico da escola e do posto de saúde, como é o caso da Vila Produtiva Rural Captação, localizada no município de Cabrobó e da Vila Produtiva Queimada Grande, localizada no município de Salgueiro. Em todas as vilas, os lotes de produção (área de criação e área irrigada) estão localizados no entorno das vilas, onde a distância entre a moradia dos agricultores e seus lotes de produção variam entre 1 km a 10 km, situação que dificulta tanto a criação de animais, quanto o cultivo nessas terras.

Somando-se aos problemas citados acima, a questão da limitação do abastecimento de água apenas às necessidades humanas impulsiona a descaracterização da organização desses agricultores por impedir o desenvolvimento das atividades rurais, tais como plantio e criação de animais. Na maioria das Vilas o abastecimento de água ainda é realizado por caminhão-pipa com uma frequência de no máximo três vezes na semana. Todas as vilas que são abastecidas por caminhões-pipas enfrentam problemas com a irregularidade no abastecimento de água, portanto, o abastecimento não é regular, fato que compromete o desenvolvimento das atividades do cotidiano da população.

Nessas vilas já são evidentes alguns problemas tanto com relação a quantidade de água disponibilizada, quanto com relação a qualidade da água fornecida. Com relação à quantidade, a limitação do acesso à água, tem desencadeado um processo de conflitos dentro das vilas. Pelo fato da quantidade de água disponível pelo abastecimento semanal não ser suficiente para suprir as necessidades de uso de todas as famílias que vivem nas vilas, os agricultores criam estratégias individuais para garantirem o acesso à água, como a utilização de reservatórios extras como caixas d'água para armazenar uma quantidade maior de água, reduzindo ainda mais a quantidade de água para aqueles que não disponibilizam desse tipo de



armazenamento ou que por estar mais distante do ponto de abastecimento ficam sem fornecimento regular. A distribuição espacial dos lotes nas vilas e a falta de infraestrutura colabora para este problema, pois muitas moradias foram construídas em lotes com relevo em aclave, o que compromete o abastecimento realizado por gravidade, conseqüentemente necessitam de bombeamento da água desde o ponto de abastecimento da vila para que esse recurso natural chegue até as moradias que encontram-se nessas condições. Todas essas situações geram conflitos entre os moradores, pois configuram acesso diferente na quantidade de água entre os moradores das vilas.

Com relação à qualidade da água, em algumas vilas a água fornecida está contaminada com bactérias e vem provocando doenças estomacais e intestinais nos moradores, principalmente crianças e idosos. Em vários relatos os moradores afirmaram que a água muitas vezes chega em suas torneiras com mal cheiro, muito escura. Por causa da má qualidade da água, muitas famílias acabam comprando água mineral para que, pelo menos, os mais vulneráveis (crianças e idosos) não utilizem a água contaminada.

Há ainda famílias perfurando poços artesianos, a maioria não tem poder aquisitivo para tal empreitada, e por isso a forma possível para conseguirem um poço é organizando coletivamente os custos para a perfuração a partir da divisão dos gastos entre as famílias, ou solicitando junto a políticos da região a construção individualizada, o que nos faz remeter a secular indústria da seca.

O programa de reassentamento previa a garantia de um auxílio mensal por família (independente no número de membros) até que cada uma fosse beneficiada com um lote de terra irrigado destinado a produção rural. Esse auxílio foi determinado pelo programa na quantia de um salário mínimo e meio para cada família. Entretanto, no início de 2018, o Governo Federal reduziu esse auxílio para um salário mínimo por família. Apesar dos agricultores terem se organizado para questionar a redução e reivindicar a manutenção do auxílio inicial, a redução do auxílio foi institucionalizada. Ainda com relação a manutenção desse auxílio, cabe destacar que no ano de 2021, entre os meses de janeiro a março, o pagamento do auxílio ficou suspenso, retomando apenas em abril do mesmo ano, o que intensificou ainda mais as condições de vida precárias desses agricultores num contexto da pandemia pela Covid-19.

Para além da precariedade no acesso à água para o consumo humano que já foi tratado, a contradição maior desse programa está na



impossibilidade dessas famílias reassentadas praticarem suas atividades como agricultores, pois não há água disponível para essas atividades. A água fornecida é destinada apenas para as necessidades humanas. Quando existe produção para a subsistência, ela é muito incipiente, o plantio que raramente é feito, ocorre apenas durante o período de chuva nos lotes das moradias. A maior parte dessas famílias foram reassentadas há mais de 10 anos e ainda estão a espera da chegada da água redentora para poderem a lavoura plantar e cultivar, e dessa forma exercerem seu modo de vida como agricultores.

Considerações Finais

Há décadas que a temática sobre a transposição do rio São Francisco é discutida em diferentes espaços da sociedade por diversos atores sociais. Entre 2002 e 2007, esses atores sociais se posicionaram com relação a esse projeto, a grande maioria, ribeirinhos, agricultores, ativistas ambientais, moradores da bacia do rio São Francisco, mas também atores que vivem na região do nordeste setentrional, região receptora das águas da transposição, foram críticos a essa obra, pois compreendiam que grande parte da população dispersa no território, que necessitam de políticas públicas para ter acesso à água não seria efetivamente beneficiada por esse projeto.

Como já exposto,

Desde o Império até os dias de hoje, diversos atores sociais se manifestaram, ora posicionando-se contra, ora a favor, em um processo que envolve opiniões divergentes e, muitas vezes, contraditórias, além de interesses políticos privados e, ao mesmo tempo, a esperança daqueles que veem no rio a possibilidade de sobrevivência (SILVA, 2017: 90).

Além disso, como bem explica Guimarães Jr. (2010), apesar de toda a conjugação de esforços, a garantia do sucesso do projeto da transposição do rio São Francisco está condicionada ao término de todas as obras, principalmente ao desenvolvimento dos projetos em fase embrionária de utilização das águas transpostas e também de sua gestão.

Nesse sentido, cabe destacar que a execução do projeto de responsabilidade do Governo Federal limita-se a construção dos dois canais (Eixo Norte e Eixo Leste) com toda a sua infraestrutura de funcionamento para a captação da água, escoamento e reserva dessa água ao longo dos



dois trechos, entretanto a distribuição da água para a população, depende da iniciativa do poder estadual e municipal que são os responsáveis pela execução dessa fase do projeto, contando com apoio do governo federal.

Como explicamos nesse trabalho, para a realização do projeto de transposição, programas compensatórios foram elaborados e implementados pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Integração, como o Programa de Reassentamento aqui estudado. Nesse contexto compreendemos que esse programa se insere numa perspectiva das políticas públicas que visam à melhoria das condições de vida da população envolvida. Nessa perspectiva, compreendemos que o acesso aos recursos naturais (distribuição hídrica e fundiária) é fundamental para possibilitar o combate às desigualdades sociais e econômicas dessa população e a superação da lógica social, política e econômica da indústria da seca.

Isto posto, compreendemos que as políticas públicas são ferramentas fundamentais numa realidade em que as desigualdades sociais se complexificam, mas que ao mesmo tempo não desconsidera as classes sociais como referência necessária se “quisermos levar em conta a persistência dos mecanismos de dominação social atuais, já que a estratificação social continua a determinar amplamente o acesso diferencial aos bens, às posições de prestígio e poder (ALBUQUERQUE; GENNARI; RODRIGUES, 2012: 17).

Nesse sentido, a efetivação de políticas que visem o acesso à terra e à água dessa população de trabalhadores rurais, visa também interesses contrários aos interesses do capital em que a água é transformada em mercadoria, pois

a maioria das comunidades da bacia do rio São Francisco possui uma ampla visão baseada na ideia de que as águas do rio São Francisco é um elemento vital para a sobrevivência tanto da comunidade quanto da garantia de perpetuação da riqueza natural e cultural relacionada a esse rio (SILVA, 2017: 96).

Segundo Albuquerque; Gennari; Rodrigues (2012:17) no contexto brasileiro, o combate às desigualdades de acesso aos direitos fundamentais e ao serviço público deve ser central nas resoluções dos problemas sociais atuais, quer tenha uma configuração tradicional ou inovadora. E nesse sentido é preciso a compreensão das novas formas de desigualdades, que são mais dinâmicas e mais difusas, e muitas vezes difíceis de serem



identificadas e mensuradas e que são “tanto mais pertinentes quanto se associam a processos disseminados e complexos de exclusão social e simbólica”. Nesse sentido, as políticas públicas exercem papel fundamental diante do agravamento das desigualdades estruturais e à emergência de novas desigualdades, como por exemplo, o acesso aos recursos naturais, sobretudo à água como direito fundamental.

Nesse sentido, apesar da execução desse programa ter avançado de 2010 a 2015, a partir da pesquisa pode-se observar um cenário contraditório a partir de 2016, pois a população atingida pela obra e potencialmente beneficiária da transposição encontra-se em situação de dificuldade no acesso à água e envolvida em conflitos gerados por essa situação de desigualdade. Esses fatos dizem respeito ao não cumprimento dos acordos estabelecidos pelo programa, como o pagamento integral da quantia (renda mensal de um salário e meio) estabelecida pelo Ministério da Integração Nacional no ato da desapropriação das terras dos agricultores, a ausência de documentação de posse das terras recebidas pelos agricultores como indenização, o fornecimento irregular da água para uso doméstico, o não fornecimento de água para a prática da agricultura, a ausência de documentos que comprovem o vínculo dos agricultores com a atividade rural o que impossibilita terem acesso a alguns direitos sociais como, por exemplo, previdência social rural e programas rurais para a produção agrícola e pecuária. Esses fatos nos fazem compreender que tal programa não está cumprindo o caráter de política pública, pois esses agricultores não estão sendo assistidos como foi estabelecido pelo programa, ao contrário estão submetidos a um processo de perdas de direitos, como o acesso à água, à terra e ao trabalho.

Dessa forma, nossa pesquisa contruibuiu para concluirmos que o não cumprimento integral do Programa de Reassentamento das Populações (PBA08) destinado aos agricultores atingidos pela transposição do rio São Francisco decorreu devido à ineficácia da aplicação dessa política pelos Governos Temer e Bolsonaro, somando-se a negligência do Estado Brasileiro que ignorou os compromissos estabelecidos durante os Governos Lula (2007-2010) e Dilma (2011-2016) após a ascensão de Michel Temer ao poder no ano de 2016 e durante a gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022). Tais posicionamentos governamentais contrários a efetivação do PBA08 contribuíram para a manutenção da desigualdade no acesso à água enfrentada pelos agricultores do semiárido nordestino e conseqüentemente favoreceu a ampliação dos problemas sociais nesta região nos últimos anos.



Referências

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento da justiça ambiental. **Estudos Avançados**. 24 (68). São Paulo, 2010.
- ALBUQUERQUE, C. M. P.; GENNARI, A. M.; RODRIGUES, L. Cidadania e Desigualdades: debates críticos nas sociedades contemporâneas. In: GENNARI, A. M.; ALBUQUERQUE, C. M. P. **Políticas públicas e desigualdades sociais: debates e práticas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- ARCOVERDE, A. C. B.; ALBUQUERQUE, C.; GENNARI, A. M. **Observatório Luso-Brasileiro de Desigualdades e Políticas Públicas** (ODEPP). In: [Projeto de Implantação], 2017. [mimeo].
- ARCOVERDE, A. C. B.; CHAVES, H. L. A.; LIMA, R. M. C.; GOMES, M. M.; SEVERO, R. R. A escassez de recurso hídrico e a prática educativa do serviço social: diagnóstico sócio-econômico-ambiental do vale do Moxotó no Nordeste Brasileiro. In: **IV Simpósio de Hidrologia do Nordeste. XII Encontro Nacional de Perfuradores de Poços**. Olinda (PE), 14-17 outubro 2001.
- ARCOVERDE, A. C. B. Avaliação de Políticas Públicas – Elemento Estratégico de Gestão da Coisa Pública. In: **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luis MA, 25 a 28 agosto 2009.
- ARCOVERDE, A. C. B. Serviço Social e Questão Social na Globalização. **Serviço Social & Realidade**. Franca, v. 17, n. 1, p. 102-124, 2008.
- BORDIEU, P. Espaço social e espaço simbólico. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papius, 1996.
- CAMPOS, J. N. B e STUDART, T. M. C. Secas no Nordeste Brasil: origens, causas e soluções. In: **Anais do IV Diálogo Interamericano de Gerenciamento de Águas**. Foz do Iguaçu, 2001.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Projeto de Integração do Rio São Francisco**. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco/beneficios>. Acesso em: 18 jan. 2015.
- FURTADO, C. **Seca e Poder**: entrevista com Celso Furtado. Entrevistadores: Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade, Raimundo Pereira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- GENNARI, A. M.; SILVA, A. C. A. B da. Globalização, nova pobreza e destruição ambiental na América Latina. In: **Anais do XXVII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología. Buenos Aires, 2009.



- GUIMARÃES Júnior, J. A. O destino dos canais da transposição do rio São Francisco. In: ZINCLAIR, J. **O rio São Francisco e as águas do Sertão**. Campinas – São Paulo: SILVAMARTS, 2010.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Projeto São Francisco. **Programa de Reassentamento das Populações**. PBA-08. Brasília – DF, 20--.
Disponível em:
<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3675235/PBA08.pdf/156621fb-b0f0-4c86-ba04-4497c750bca2>
- REBOUÇAS, A. Água no Brasil: abundância, desperdício e escassez". **BAHIA ANÁLISE & DADOS**. Salvador, v. 13, n. ESPECIAL, p. 341-345, 2003
- SILVA, A. C. A. B da. A transposição das águas do Rio São Francisco: interesses e conflitos. In: **Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. Salvador, 2011. Disponível em:
http://ead2.fgv/ls5/centro_rec/docs/a_transposicao_das_aguas_rio.pdf
- SILVA, A. C. A. B. da. **As águas do rio São Francisco**: disputas, conflitos e representações do mundo rural. Campinas, 2017. [Tese_Unicamp].
- SILVA, A. C. A. B. da. Desigualdade Social e Meio Ambiente: a necessidade do reconhecimento da água como direito humano. In: GENNARI, A. M.; ALBUQUERQUE, C. M. P. **Políticas públicas e desigualdades sociais**: debates e práticas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural**: Questões Metodológicas Emergentes. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002.

Recebido em 29 out. 2022 | aceite em 19 dez. 2022



Sob a égide da crise e da barbárie: Comunidades Quilombolas e Capitalismo Contemporâneo

94

Milena Freitas Machado¹
Josimara Aparecida Delgado²

Resumo

O presente artigo buscou apreender os elementos constitutivos da crise sistêmica e estrutural e seus impactos na vida de diferentes grupos sociais e étnicos, sobretudo na conjuntura do golpe parlamentar, instituído em 2016, na sociedade brasileira. Ademais, coube ressaltar o avanço do neofascismo e da extrema direita no Brasil e no mundo, desnudar os rebatimentos da crise cíclica do capital e os desmontes sociais na vida e no trabalho das comunidades quilombolas, sobretudo das mulheres negras. A partir de uma abordagem teórico-metodológica que dialoga com os debates feministas negro e materialista, o artigo suscita uma compreensão crítica sobre a intersecção entre racismo e sexismo enquanto sustentáculos do capitalismo financeiro na contemporaneidade.

Palavras-chave: Capital; Comunidades Quilombolas; Crise; Feministas;

¹ Doutora em estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo-PPGNEIM/UFBA. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Integrante do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social- UFBA e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas - GEPCOL/UFPE. Possui graduação em Serviço Social pela União Metropolitana de Educação e Cultura- UNIME Salvador (2010) e Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal da Bahia- UFBA (2014).| milena.ssfreitas@gmail.com

² Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia-UFBA. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM Docente do PPGNEIM-UFBA. Grupo de Pesquisa Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social (CNPq-UFBA)| josimaradelgado@gmail.com



Resumen

Este artículo buscó aprehender los elementos constitutivos de la crisis sistémica y estructural y sus impactos en la vida de diferentes grupos sociales y étnicos, especialmente en el contexto del golpe parlamentario, instituido en 2016, en la sociedad brasileña. Además, se destacó el avance del neofascismo y la extrema derecha en Brasil y en el mundo, revelando las repercusiones de la crisis cíclica del capital y el desmantelamiento social en la vida y el trabajo de las comunidades quilombolas, especialmente de las mujeres negras. Desde un abordaje teórico-metodológico que dialoga con los debates feministas negros y materialistas, el artículo plantea una comprensión crítica de la intersección entre racismo y sexismo como pilares del capitalismo financiero en la contemporaneidad.

Palabras-clave: Capital; Comunidades Quilombolas; Crisis; feministas;

Abstract

This article sought to apprehend the constituent elements of the systemic and structural crisis and its impacts on the lives of different social and ethnic groups, especially in the context of the parliamentary coup, instituted in 2016, in Brazilian society. In addition, it was worth highlighting the advance of neo-fascism and the extreme right in Brazil and in the world, revealing the repercussions of the cyclical crisis of capital and the social dismantling in the life and work of quilombola communities, especially black women. From a theoretical-methodological approach that dialogues with black and materialist feminist debates, the article raises a critical understanding of the intersection between racism and sexism as pillars of financial capitalism in contemporary times.

Keywords: Capital; Quilombola Communities; Crisis; feminists;

Afinal, o que é a crise?

A crise é um elemento estrutural, inscrito na lógica da sociabilidade capitalista (ALMEIDA, 2018, p. 155).

Afinal, o que é a crise? Quais são as particularidades das crises sistêmica e estrutural na vida de alguns grupos sociais e étnicos? Como a crise e o racismo se entrelaçam? (ALMEIDA, 2018). Como a crise impacta na vida e no trabalho das mulheres negras?, sobretudo, nas comunidades quilombolas, um grupo social e étnico presente na maioria do território



brasileiro³, que compõe a formação histórico-social brasileira, mas é historicamente desapossado e destituído do seu território pelo capitalismo colonialista, que recria formas de apropriação e expropriação em diferentes momentos históricos. Nesse sentido, é imprescindível apreender os elementos constitutivos da sociabilidade capitalista, que tem como base de sustentação o racismo e o sexismo, desde a sua acumulação mercantil até a contemporaneidade. “Enfim, no contexto da crise, o racismo é um elemento de racionalidade, de *normalidade*, e que se apresenta como modo de integração possível de uma sociedade em que conflitos se tornam cada vez mais agudos” (ALMEIDA, 2018, p. 162).

Uma importante contribuição do pensamento de Marx é propor uma análise sobre a história do capitalismo como um processo de desenvolvimento das contradições inerentes ao próprio sistema, ao processo de acumulação do capital, cujas tendências e leis geram ciclos de crescimento, seguidos de momentos de estagnação e ruptura. Assim, ele mostra que a crise no capitalismo é a própria expressão de suas contradições internas. Por outro lado, ao longo dos séculos, as diferentes crises foram respondidas de formas diferentes, em função de possibilidades estruturais e da correlação de forças entre classes e grupos sociais em dado momento.

Sabe-se, por exemplo, que, até a primeira metade do século XX, as crises capitalistas foram respondidas por meio de medidas keynesianas que, adotadas pelos países de economia central, redundaram nos chamados Estados Sociais.

Na cena contemporânea são muitas as reflexões, episódios e circunstâncias que revelam como o capitalismo financeirizado⁴ vem criando estratégias para dar respostas, especialmente a partir da década de 1990, à crise estrutural do capital que se impôs ao sistema em nível mundial desde a década de 1970. Refere-se, tal resolução, de uma grande reação da burguesia, sob a lógica e a racionalidade do capital financeirizado, com o intuito de derruir a proteção ao trabalho, com exacerbação do aumento das taxas de exploração e/ou apropriação sobre os trabalhadores no mundo

³ Apenas os estados do Acre e Roraima não têm registro e/ou identificação de comunidades quilombolas. (SANTOS, *et al.* 2019). O Distrito Federal também não possui registro pela Fundação Cultural Palmares.

⁴ Atual fase do capitalismo, que se ancora no sistema financeiro e bancário, com forte investimento do capital internacional. Tendo início na década de 70, e sua intensificação nas décadas de 80 e 90, esta última é mais notória no contexto brasileiro e na maioria dos países de capitalismo dependente.



inteiro, expropriam-se os direitos e financeirizando a vida, e seus modos de reprodução. Nesse conchavo, obviamente, foram suspensas as conquistas relativas à amplificação de direitos sociais e políticos. Contrariamente, o propósito é aniquilar os ganhos históricos que foram frutos da luta das trabalhadoras e trabalhadores, dos movimentos sociais e populares, assegurados por meio dos estados sociais democráticos de direito, as conquistas foram fundamentais para a classe trabalhadora, apesar do reconhecimento das contradições e limites dos ganhos (TAVARES; DELGADO, 2021).

Destarte, essa é uma crise que tem revelado o sentido do modo de reprodução do capital e do seu caráter de financeirização da vida e da sociabilidade, difundindo-se através “[...] da forma brutalmente predatória do capitalismo que vivemos hoje: globalizado, financerizado, neoliberal” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 45). Essa natureza deletéria tem se revelado com precisão na forma como inúmeros grupos populacionais, em nível mundial, têm sido jogados na situação de extrema pobreza e dor, transformando-se em rejeitáveis alvos de violações múltiplas, como por exemplo, as pessoas negras, as mulheres periféricas, os idosos e as idosas e as populações tradicionais (TAVARES; DELGADO, 2021).

O panorama descrito, expressão da barbárie, tem fundamentos postos em alguns modos que estruturam o conjunto da vida social na cena contemporânea. Nas questões relativas ao mundo do trabalho as últimas décadas foram marcadas pela reestruturação de forma trágica, atribuindo-se alguns traços marcantes. Constatamos as altas das taxas de desemprego que se expressa na relação intrínseca com a realidade estrutural e atinge a camada de trabalhadores e trabalhadoras qualificados/as; a precariedade, o aumento exponencial da terceirização, com as mudanças na modalidade de atividade-fim e o crescimento do trabalho informal; as jornadas intermitentes de trabalho, a partir da flexibilização dos contratos; o crescimento de bolsões de trabalhadoras e trabalhadores no exército industrial de reserva (ANTUNES, 2018).

Esse é um cenário demarcado pelo desenvolvimento do capital financeiro e especulativo que imprime a lógica financeirizada ao cerne das relações sociais como força motriz da lucratividade do capital. Para isso, a existência de um Estado que seja guiado pelo *modus operandi* neoliberal tem sido imprescindível. O Estado opera, sob essa lógica, como um gerenciador de condições favoráveis para o capital financeiro, potencializando seus lucros e dividendos, em contrapartida, diminuindo seus custos. Dessa forma, esse é



um Estado que, acima de tudo, criou circunstâncias para que o fundo público fosse usado para recuperar as finanças de grandes empresas e amortizar dívidas públicas junto a instituições financeiras; e os gastos com a reprodução da força de trabalho por meio das políticas sociais fossem minimizados e envolvessem formas de valorizar o capital (BOSCHETTI, 2018).

Para expor o processo de retirada de direitos sociais, Fontes (2010) resgata a ideia marxiana de expropriação, utilizada por Marx para refletir a violência presente no dinamismo de acumulação originária do capital. A autora supracitada indica a coerência do conceito e/ou categoria para compreender as estratégias atuais de crescimento do capital. A indicação da autora é para que se pense como, na atual quadra histórica, o desmonte dos direitos sociais tem uma relação intrínseca com a expropriação feita pelo capital, ou seja, estratégias violentas que proporcionam novos meios para a extração de mais valia. No caso, circunstâncias propícias, em que o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras usurpados/as dos seus direitos e sem trabalho e possibilidades de renda estão condicionados à sujeição de formas desumanas de exploração de sua força de trabalho, apropriação dos seus corpos, mentes e vitalidade.

Dito isso, na cena contemporânea originou-se um novo marco para a proteção social no Brasil em que alguns critérios passaram a ser predominantes: a subsunção dos investimentos nas políticas sociais a critérios econômicos e fiscais; a vinculação da política social a estratégias para garantir capacitação e estimular as/os trabalhadoras e trabalhadores mais pobres para o exercício dos trabalhos precarizados e sem vínculos formais, acionando a sociedade civil organizada no terceiro setor (filantrópico empresarial, ONGs, instituições sem fins lucrativos) como parceiros na prestação dos serviços do sistema de proteção social. Refere-se a uma tendência neoliberal, com raízes no familismo, privatismo e na refilantropia (TAVARES; DELGADO, 2021).

As análises feministas revelam como as estratégias familistas vigentes em várias esferas da sociedade penalizam e recaem sobre as mulheres, devido a responsabilizá-las, exclusivamente, pela dinâmica de reprodução social. As análises revelam também que essas estratégias só são possíveis por meio da reprodução, pelo Estado capitalista-racista-patriarcal, das desigualdades naturalizadas nas relações entre os sexos, a autora Sílvia Federici (2017) elucida a presença em todas as fases do capitalismo, da dimensão da violência como meio de subsunção do trabalho ao capital. Em relação às mulheres, a autora sugere que a violência do Estado vem



propiciando- com estratégias como, no passado, a caça às bruxas -, que o corpo feminino atue como máquina de produção de novos trabalhadores, o que pressupõe o confinamento da mulher ao trabalho reprodutivo: “[...] no capitalismo, a reprodução geracional dos trabalhadores e a regeneração cotidiana de sua capacidade de trabalho se convertem em um trabalho de mulheres” (FEDERICI; 2017, p. 26).

Ao demarcar esse panorama do Brasil, como no conjunto dos demais países da América Latina, é fundamental considerar como essa lógica violenta incorreu sobre um cenário de agravamento das desigualdades já existentes em uma dimensão estrutural. As políticas ultraliberaais aprofundam raízes históricas na formação social como o racismo, a divisão sexual e social do trabalho, o caráter da dependência, presentes nos países que têm suas bases sociais fincadas no escravismo colonial, além da superexploração e expropriação do trabalho, o desemprego estrutural, e a concentração de renda, um conjunto de atributos intrínsecos a esse tipo de política social.

O capitalismo monopolista no Brasil é permeado pelos investimentos do capital internacional e a inserção do país na divisão internacional do trabalho, assim como pela consolidação da “industrialização restringida”. Esse movimento é responsável pela dependência econômica do Brasil aos países de capitalismo central, no contexto de exportação de produtos agrícolas, do reconhecimento do Estado da “Questão Social”, dentro de uma perspectiva da tríade da “higiene, ordem, repressão”. Além do aumento da dívida externa, que tem a sua gênese ainda no período do Escravismo Colonial, com os empréstimos concedidos pela Inglaterra, para o Brasil indenizar a Coroa Portuguesa pela perda da Colônia. Esse período de expansão do capitalismo monopolista em nível mundial, e sua gênese no Brasil, é marcado, também, e, deve ser compreendido de forma indissociável da luta da classe trabalhadora contra a superexploração do trabalho e expropriação do capital em todas as dimensões da vida, e as respostas do Estado frente às reivindicações dessa classe, ou seja, a questão social tem como elemento constitutivo à luta de classes, o ingresso da classe trabalhadora no cenário político e o reconhecimento do Estado da Questão Social.

Atualmente, em sua fase de capitalismo financeiro, outras formas são reinventadas para garantir a acumulação de riquezas e a extração da mais-valia, são inúmeras as artimanhas do capital para garantir o seu ciclo de



reprodução, em decorrência de uma superexploração⁵ da força de trabalho das/os trabalhadoras e trabalhadores, assim como uma intensificação da expropriação e mercantilização de territórios. A subsunção real do trabalho ao capital é escamoteada pelas inúmeras faces do capital especulativo, as facetas do neoliberalismo se recriam e continuam permeando todas as dimensões da vida da classe trabalhadora.

A redefinição do trabalho social, junto da precarização das formas de trabalho e o fenômeno do desemprego estrutural são realidades do nosso tempo, que se expressam sob um padrão de gênero predeterminado na sociedade ocidental, fundamentado no sistema de dominação-opressão do gênero feminino” (GARCIA, 2004, p. 143, *apud* PROST; FIGUEIREDO, 2014, p. 3).

No que concerne às inúmeras formas de expropriação dos territórios tradicionais, este trabalho segue a linha de pensamento de Traspadini (2018), em que a autora instiga algumas inquietações acerca do objeto de investigação, o que significa a economia extrativista nas esferas nacional e mundial? Como a cadeia produtiva da pesca alimenta o capitalismo em crise? Como o capitalismo se apropria da riqueza produzida nesse território? A terra é a fonte de riqueza e acumulação para o capital destrutivo, na relação intrínseca entre superexploração do trabalho e na tríade terra-mercadoria-valor.

São os recursos minerais e o humano transformado em disputa pelo capitalismo que demarcam o teor da luta de classes nos territórios. Na dinâmica dos extrativismos e da superexploração da força de trabalho, devem ser retomadas as dinâmicas gerais de acumulação de capital a partir de uma forma-conteúdo de produção ancorada nos diversos tipos de renda da terra nas mãos dos especuladores (TRASPADINI, 2018, p.170).

Na *Comunidade Quilombola de Santiago do Iguape*, é possível detectar uma história política de resistências e lutas pela preservação do território quilombola e, ao mesmo tempo, por um desenvolvimento⁶ que

⁵ Para mais informações, ver Marini (2014).

⁶ Sob a ótica do desenvolvimento extrativista das comunidades quilombolas, a implantação de grandes empreendimentos é a expropriação de seus territórios e apropriação da natureza. A luta histórica das comunidades quilombolas vai na contramão dessa perspectiva. Para aprofundar o tema, ver: Souza, 2018.



respeite suas especificidades de comunidade tradicional. Tal trajetória ganha relevo diante dos ataques e transformações a que essa população sucessivamente responde, como a implantação da *Hidrelétrica da Pedra do Cavalo*, construída em 2005, pelo Grupo Votorantim, entre os municípios de *Governador Mangabeira* e *Cachoeira*, nos limites da *Reserva Extrativista Baía do Iguape*.

Outro exemplo é a instalação de outro empreendimento na *Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape* – RESEX, desde 2009, o *Estaleiro Enseada do Paraguaçu*, localizado no município de Maragogipe. O objetivo da sua implantação é a exploração do petróleo na camada pré-sal na *Baía do Iguape*, com a construção de navios para processamento do aço e armazenamento, produção e transferência do petróleo em alto mar, o que possibilita a conexão do sistema de produção do petróleo⁷, entretanto, o estaleiro interfere no modo de vida de todas as comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhas, dentre outras) que vivem na região.

Em tempos de mercantilização dos territórios tradicionais e financeirização da vida das trabalhadoras e trabalhadores, os territórios tradicionais são expropriados e a riqueza produzida pela classe trabalhadora continua sendo apropriada pelo capital.

A implantação do Estaleiro Naval na RESEX Marinha Baía do Iguape⁸, mediante a concessão estatal de acesso e fixação no território quilombola, como componente do *Programa de Governo Acelera Bahia*, incluso no *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC).

As comunidades que realizavam a atividade pesqueira nesse entorno receberam um auxílio financeiro no período de suspensão das atividades na localidade. Atualmente, com as informações coletadas na Ação Civil Pública, impetrada pelo Ministério Público Federal (MPF), em 2016, que questiona a legalidade da implantação do *Estaleiro Naval na Reserva Extrativista da Baía do Iguape*, afere-se que:

As obras estão paralisadas desde novembro de 2015, com cerca de 82% (oitenta e dois por cento) já concluídas. Especula-se que esta paralisação é reflexo da crise política e econômica que se abateu sobre o país, já que parte das empresas

⁷ Informações obtidas no site do empreendimento. Disponível em: <<http://www.enseada.com>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

⁸ “[...] é um território constituído para a conservação ambiental e manutenção dos usos, saberes e modos de vida das populações tradicionais” (CERQUEIRA, 2011, p. 1).



integrantes do consórcio para sua construção são investigadas no âmbito da Operação Lava Jato (Odebrecht, Kawasaki, OAS e UTC), bem como a principal cliente para os produtos produzidos seria a Petrobrás, também objeto das investigações (BRASIL, 2016).

O Estado é responsável por garantir as políticas públicas que viabilizem a sustentabilidade das comunidades quilombolas, principalmente o direito constitucional à terra, regulamentado pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) (BRASIL, 1988) e pela *Política de Regularização Fundiária para Comunidades Quilombolas* (INCRA, 2017).

O chamado modelo neodesenvolvimentista⁹ tem como base de sustentação a combinação do desenvolvimento econômico e social, através do investimento em obras de infraestrutura, com a participação de capital estrangeiro, e a adoção de programas sociais de redistribuição de renda¹⁰. Associado a esse modelo, destaca-se a implantação do Estaleiro Naval¹¹ na *Reserva Extrativista Federal da Baía do Iguape*, processo que evidencia uma banalização dos recursos naturais e a mistificação dos impactos socioambientais para as populações tradicionais que vivem nesses territórios.

Diante desse cenário, nota-se a confluência dos interesses do capital e do Estado, que operam dentro de uma perspectiva de garantir o “desenvolvimento” a partir da construção de grandes empreendimentos, com alto avanço tecnológico e em parceria com multinacionais. Estão em disputa pelo território, três sujeitos, mas operam apenas duas lógicas, dois projetos de “desenvolvimento” no território tradicional. O primeiro é a lógica capitalista, que tem como base de sustentação a expropriação da terra e a apropriação dos recursos naturais para a obtenção de lucros e acumulação de riquezas.

Já o segundo, na contramão do modelo anterior, é a lógica extrativista artesanal, que dialoga com a convivência e o respeito à

⁹ Mota (2012) realiza uma crítica contundente à nomenclatura utilizada para denominar o período dos governos petistas.

¹⁰ Em virtude dos limites da pesquisa, não se debruçará sobre o principal programa de transferência de renda desse período.

¹¹ Segundo Silva (2014, p. 23), a composição acionária do Estaleiro Enseada do Paraguaçu S. A “[...] é formada por capital nacional e internacional, sendo distribuída da seguinte forma: 70% do capital é controlado pela Enseada Indústria Naval Participações S.A. (Odebrecht, 50%; UTC Engenharia, 25% e OAS, 25%) e 30% do capital pertence à Kawasaki Heavy Industries (EPPSA, 2013) e (Kawasaki, 2013)”.



biodiversidade. Para as comunidades quilombolas, os saberes ancestrais e práticas tradicionais, o direito ao território, a preservação das águas, dos manguezais e de todos os ecossistemas que compõem a *Reserva Extrativista da Baía do Iguape* garantem as múltiplas existências da população, as práticas ancestrais de pesca, da mariscagem e seus modos de vida.

A atividade da mariscagem é, sobretudo, marcada historicamente pelo trabalho de mulheres e, na particularidade de *Santiago do Iguape*, por mulheres negras que desempenham suas jornadas nos manguezais e nas marés e ainda são encarregadas do trabalho de cuidados e reprodução social.

Outra agravante, que incide diretamente na falta de acesso à terra, é a estrutura fundiária do Brasil, que aniquila os direitos constitucionais conquistados pelas comunidades quilombolas conforme consta da na Carta Magna de 1988. Nota-se, portanto, que as continuidades e descontinuidades do modo de produção escravagista fazem-se presentes na contemporaneidade, pois o capitalismo contemporâneo lança mão da herança do escravismo colonial. Permanece, portanto, a negação do direito à terra à população negra, uma estratégia racista adotada pelo Estado no sentido de perpetuar as oligarquias fundiárias. Para Gusmão (1999, p. 344),

[...] As Terras de Preto encontram-se assentadas sob regimes alternativos de posse e propriedade que como diz Berno de Almeida, hoje, se confrontam com a propriedade privada, institucional e capitalista. Trata-se de uma terra que o capital reivindica como propriedade privada e particular, que se investe de outra natureza: uma terra-mercadoria. A terra se transforma e, com ela, a vida dos homens.

Historicamente, *Santiago do Iguape* possui uma predominância de latifúndios no entorno do seu território. Mas, existe uma família que é bastante tradicional na região, desde o período de desagregação e/ou decadência dos engenhos, a Família Rangel. Esse grupo realizou a compra do antigo *Engenho Central* e a obtenção de alguns lotes de terras do território de *Santiago do Iguape*¹².

Os elementos que configuram a estrutura fundiária de *Santiago do Iguape* são marcados por tensões, conflitos, relações de poder e correlações de forças. A estrutura fundiária brasileira tem como elementos constitutivos

¹² Ana Paula Cruz₇ (2012) faz um resgate histórico das questões fundiárias relativas à comunidade de Santiago do Iguape e demais comunidades da região.



o colonialismo¹³ e o escravismo. O território brasileiro vivenciou a expropriação dos bens comuns, o genocídio das populações indígenas, a diáspora africana¹⁴, a escravização dos negros e negras trazidos do outro lado do Atlântico e as inúmeras formas de violações de direitos que atingiram todas as dimensões da vida desse grupo populacional, que, mesmo com a falácia do pós-abolição, não deixou de ter uma base escravocrata que estruturou o novo cenário contemporâneo.

As comunidades quilombolas seguem resistindo às inúmeras formas de expropriação e apropriação dos seus territórios. Em tempos de desmantelamento dos direitos sociais conquistados, os territórios quilombolas continuam tendo a sua existência ameaçada. A estrutura fundiária racista e classista segue com seu modelo de apropriação dos bens comuns. Terra e água não são mercadorias, são direitos dos povos e comunidades tradicionais. A região quilombola de Santiago do Iguape representa a memória coletiva de muitos povos tradicionais.

Em Tempos de Crise: Os Impactos do Desmonte no Campo dos Direitos Sociais

A crise capitalista e as transformações desencadeadas nas relações sociais de produção e reprodução é a totalidade que confere sentido a este acirramento das desigualdades no plano das relações sociais de sexo, classe e raça, em escala global (FERREIRA, 2017, p. 83).

Em uma conjuntura de avanço da extrema direita na América Latina¹⁵, sobretudo no Brasil, as lutas do povo quilombola, a ofensiva de desmonte no campo dos direitos dos povos e comunidades tradicionais são contínuas. Encontrava-se em tramitação, no Congresso Nacional, a Proposta de Emenda

¹³ Ângela Davis, (2017) discute as artimanhas do colonialismo para perpetuar a sua ideologia racista em todas as ex-colônias.

¹⁴ Diáspora Africana é a denominação dada a um fenômeno sociocultural e histórico ocorrido nos países africanos, caracterizado pela imigração forçada da população africana a países que adotavam a mão de obra escrava. (SILVA, 2014).

¹⁵ O Ingresso no doutorado foi marcado pela institucionalização do Golpe midiático, jurídico e da direita conservadora e misógina contra a ex-presidente Dilma Rousseff, entre abril e agosto de 2016, dando início a uma série de desmonte no campo dos direitos sociais da classe trabalhadora, impactando substancialmente na vida e no trabalho das mulheres.



à Constituição (PEC) 215/2000 –que visa retirar do Executivo a responsabilidade da demarcação dos territórios indígenas e quilombolas, com o intuito de favorecer a classe dos ruralistas e incentivar o agronegócio. Além disso, tramitava no Supremo Tribunal Federal, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI nº 3239/204, “[...] impetrada pelo Partido Democrata (DEM) para questionar o Decreto nº 4887/2003, que regulamenta a titulação de terras quilombolas no Brasil” (COUZEMENCO, 2018). O objetivo da ação é derrubar o Decreto nº 4.887 /2003 (BRASIL, 2003a), citado no início deste trabalho, questionando a validade da autoatribuição realizada pelos povos e comunidades tradicionais. A votação ocorreu no dia 08 de fevereiro de 2018, tendo como resultado a vitória do povo quilombola. Apesar dessa conquista, o povo quilombola segue lutando contra ofensivas que retiram os direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Somam-se a essas ações de barbárie, a extinção do Ministério de Promoção da Igualdade Racial, transferindo-o para o Ministério dos Direitos Humanos. Por sua vez, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) passou a estar subordinado à Casa Civil, alterando-se os trâmites do processo de regularização fundiária das comunidades quilombolas. Também foi extinto o Ministério da Pesca, ocorrido ainda na gestão da ex-presidente Dilma Rousseff, na então denominada Reforma Ministerial, em 2015.

Outrossim, a legislação da Política de Regularização Fundiária vem sendo brutalmente atacada pelo atual Governo. Os conchavos realizados entre os partidos da base aliada e o partido do Presidente tendem a alterar e/ou destruir os direitos conquistados pelas comunidades tradicionais.

Historicamente, em tempos de crise do capital, há um ataque direto aos direitos conquistados pela classe trabalhadora, principalmente em relação à população negra e às mulheres. Nota-se que não há mudanças estruturais no campo dos direitos, o que abre brechas, para a direita conservadora e neofascista construir um programa político que rememora tempos sombrios e de barbárie, que jamais foram superados pelos resquícios de uma sociedade que se funde com base na exploração da classe trabalhadora, expropriação da natureza e seus bens, e da negação histórica dos direitos sociais ao povo brasileiro.

Desde a institucionalização do Golpe, vivencia-se uma intensificação da financeirização da vida da classe trabalhadora, um agravamento do desemprego estrutural, perda da soberania nacional, e uma tentativa de criminalização dos movimentos sociais, que lutam pela retomada da democracia brasileira. A esquerda brasileira é brutalmente atacada todos os



dias, que perpassa pela instância do Judiciário, com decisões arbitrárias e seletivas, que privilegiam uma classe da sociedade brasileira em detrimento de outras.

Vale ressaltar as conquistas históricas para a classe trabalhadora na gestão do ministro supracitado, em sua gestão foi institucionalizado o Programa Universidade para Todos (PROUNI), a reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI), e a extinção da exigência do fiador para o Financiamento Estudantil (FIES). Todas as medidas elencadas visavam à inserção e permanência de uma parcela significativa da classe trabalhadora nas instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou privadas.

No que concerne aos frutos semeados em decorrência das mudanças relativas ao acesso e permanência da população pertencente às camadas populares e, principalmente, a população negra, as mulheres negras, indígenas, quilombolas, e demais grupos sociais e/ou étnicos. Foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e emprego (PRONATEC), assim, a expansão e a interiorização das universidades federais, que possibilitaram a emergência dos *campi* em territórios do semiárido e sertão brasileiro (atingidos pela estiagem, pela pobreza extrema, falta de acesso aos serviços essenciais e políticas sociais, principalmente à educação básica, mobilidade e energia elétrica) evidenciaram algumas mudanças significativas na inserção de pessoas cujo acesso ao ensino superior antes era impossível, sobretudo, com a emergência dos cursos de licenciatura na da educação no campo.

Atualmente, com a tentativa de destituição dos bens comuns, além dos cortes nos recursos voltados para a pesquisa científica, vivencia-se um cenário econômico-social desalentador, que exige da população brasileira uma unidade no campo das lutas, tendo em vista o acirramento da crise cíclica do capitalismo, que se entrelaça com a crise sanitária em nível mundial, em decorrência da pandemia da COVID-19.

Os efeitos da crise também têm suas faces no mundo rural. Pensando nessas particularidades, foi feita uma análise documental do último relatório da Comissão Pastoral da Terra (2020) que retrata o recrudescimento da violência no campo, a criminalização dos movimentos sociais, os inúmeros conflitos, e os assassinatos de lideranças indígenas, quilombolas, sem-terra, ribeirinhas, e demais representantes de movimentos e organizações. Nessa trama dos conflitos por terra em territórios quilombolas foram registrados um total 36 conflitos e um assassinato de liderança quilombola que atuava em defesa dos direitos da sua comunidade.



O ano de 2020 teve um total de 2.054 conflitos no campo, e 18 assassinatos em decorrência desses conflitos, em todo o território brasileiro. O Nordeste concentrou cinco mortes de diferentes categorias do campo, sendo três mortes da população quilombola, uma no estado da Bahia e duas no Maranhão. No que concerne à região Norte do país, "Em 2020, a Amazônia Legal chama a atenção no tocante às ocorrências de conflitos por terra. Até o ano de 2014, o Nordeste liderava os conflitos por terra, e, a partir de então, o Norte exerce certa liderança, com exceção do ano de 2018" (CPT, 2021, p. 27).

A breve explanação demonstra que o atual (des) Governo ataca diretamente, também, as comunidades quilombolas e demais povos tradicionais, intensificando e legitimando práticas violentas e de barbárie. Os territórios em disputa pelo capitalismo contemporâneo são fontes de recursos naturais que dão base de sustentação ao agronegócio e ao hidronegócio. A estratégia truculenta de exterminar as lideranças quilombolas é mais uma face do capitalismo contemporâneo, que tem como premissas basilares a espoliação do trabalho humano, a expropriação dos recursos naturais para fins de acumulação de riquezas.

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais- (CONAQ), em articulação com as demais organizações sociais brasileiras que lutam pela defesa dos direitos sociais das comunidades quilombolas, vem somando esforços para denunciar internacionalmente as violações de direitos humanos praticadas pelo Estado. Evidencia-se uma tentativa de desmantelamento das políticas públicas, e um acirramento da violência como saída da crise cíclica do capitalismo. Nesse cenário desalentador, houve a aprovação, em 2016, da Emenda à Constituição 95, que impacta diretamente no orçamento das principais políticas sociais durante duas décadas.

Para enquadrar-se nas novas limitações estabelecidas pela PEC 95, o Governo Federal publicou o Decreto de Contingenciamento, em 30 de março de 2017, que levou a uma redução de quase 50% no orçamento de alguns órgãos, alguns deles já com poucos recursos. O Ministério do Desenvolvimento Social, por exemplo, teve suas despesas reduzidas em 44%, o da Cultura em 41% e o da Educação em 18% (TRENTIN, 2018 *apud* CHADE, 2018).



O contingenciamento orçamentário também reflete substancialmente nas políticas desenvolvidas no das comunidades quilombolas, pois, segundo as organizações envolvidas na denúncia ao Estado democrático de direito.

Esta diminuição orçamentária impacta, automaticamente, nas políticas públicas que buscavam garantir os direitos quilombolas. Assim, a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos quilombolas, a titulação de terras quilombolas e a permanências de estudantes quilombolas nas Universidades públicas brasileiras, por exemplo, são algumas das políticas que se veem severamente impactadas com os cortes promovidos pelo governo federal (CONAQ *et al. apud* BORGES, 2018).

Com relação ao INCRA¹⁶, órgão responsável pelos procedimentos jurídico-institucionais subsequentes, que viabilizaram a titulação do território quilombola, há uma tentativa de desmantelamento, também denunciado no documento que sistematiza os cortes expressivos no orçamento da Política de Regularização Fundiária,

A titulação de terras quilombolas também se encontra muito impactada com o corte expressivo de recursos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão responsável pelo processo de titulação. A autarquia perdeu 30% do seu orçamento total, em comparação ao ano de 2016, sendo que houve um corte de 39% de recursos destinados à titulação de áreas quilombolas [...] (CONAQ, 2018, p. 3).

Outro dado alarmante é o corte das bolsas permanência, benefício que viabilizava a permanência das/os estudantes no ensino superior, pois garantia um auxílio financeiro às/aos estudantes devidamente matriculadas/os nas instituições federais de ensino superior.

Quanto à permanência de estudantes quilombolas no ensino superior, o Governo Federal costumava apoiar estudantes indígenas e quilombolas com uma bolsa mensal de R\$ 900, para custos de moradia, alimentação e material escolar. O programa beneficiava pelo menos 2.500 estudantes do Brasil inteiro, que deixavam suas comunidades indígenas e

¹⁶ A Comunidade de Santiago do Iguape iniciou o processo de regularização fundiária no INCRA, em 2008. Sob número: 54160.001702/2008-62. (INCRA, 2019)



quilombolas para irem estudar. O Governo Federal anunciou que apenas 800 bolsas seriam concedidas para indígenas e quilombolas, mas apenas o estado do Pará tem 400 novos estudantes quilombolas que serão prejudicados com a nova medida (CONAQ, 2018, p.3).

Outrossim, consolidou-se nos últimos quatro anos um avanço da extrema direita e do neofascismo no país, através de inúmeras medidas antidemocráticas e antipopulares. Destaca-se a aprovação pelo Congresso Nacional da Proposta de Emenda Constitucional nº 103, a então denominada Contrarreforma da Previdência (BRASIL, 2019), que ressurgiu dando seguimento ao desmantelamento dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora, tendo seu apogeu desde a destituição da presidente democraticamente eleita, Dilma Rousseff, que se desdobrou em um golpe parlamentar.

A Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 é caracterizada pelo desmantelo de uma política social contributiva, que compõe o Sistema de Proteção Social (Seguridade Social), vigente desde 1988, garantindo à classe trabalhadora o acesso à previdência social e aos benefícios que são oriundos dela (BRASIL, 2019). No antigo sistema previdenciário, no regime de repartição, existem três fontes contributivas para a Previdência Social (empregador, Estado e trabalhador/a). As principais mudanças atingem substancialmente as mulheres, principalmente as mulheres negras, e periféricas, que, em sua maioria, estão inseridas no trabalho doméstico e de cuidados (remunerado e não remunerado), ou no âmbito do trabalho informal.

A falácia da contrarreforma da Previdência é justificada pelos defensores como sendo necessária ao equilíbrio das contas públicas, em virtude de uma suposta crise econômica e política em curso. Na verdade, o superávit primário da Previdência é utilizado para pagamento dos juros e amortização da dívida pública. A crise estrutural vivenciada pelos brasileiros e brasileiras é o esgotamento de um sistema de barbárie, que, para permanecer em seu ciclo de reprodução, encontra a saída no suor e no sangue da classe trabalhadora, principalmente das mulheres, que são as responsáveis, na maioria das vezes, pelo trabalho doméstico e de cuidados, além de ocuparem as atividades laborais mais insalubres e precarizadas, com salários baixíssimos e incompatíveis com o custo de vida real no Brasil.

Vale ressaltar que o atual Governo não foi o único a enviar proposta de alterações na Política de Previdência Social, houve quatro tentativas



anteriores à sua gestão, porém, a do ex-presidente Michel Temer não obteve êxito no Congresso Nacional, na época denominada PEC nº 287/2016¹⁷, mas foi a base da então Contrarreforma aprovada no Congresso na gestão de Jair Bolsonaro, em 2019.

Ao longo dos anos em que Fernando Henrique Cardoso foi o presidente da República, houve alterações importantes na previdência social, com tônica exclusiva no controle das verbas pagas pelo INSS ou por regimes próprios de servidores públicos, em um receituário confessadamente neoliberal (Freitas; Marques; Melo; Bomfim; Carneiro; Silva, 2014, p. 272).

O período do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) foi marcado pela tentativa de reaproximação da Política de Previdência Social seguindo uma linha norteada pelo acesso aos direitos sociais da classe trabalhadora. No entanto, apresentava os limites de um governo estruturado a partir da conciliação de classes. Segundo as (os) autores (as) da obra *Sofrimento Negligenciado* (2014), a

Previdência Social como política pública voltada a atender a população após um retrocesso pautado na adoção de propostas neoliberais, como visto no governo FHC, esses dois modelos de governo ocorreram sob o prisma de uma só Constituição, mesmo que emendada (Freitas; Marques; Melo; Bomfim; Carneiro; Silva, 2014, p. 273).

Não há, no entanto, uma concordância na literatura sobre as questões relativas ao sistema previdenciário, sobretudo, no que concerne às reformas da Previdência ou contrarreforma. A pesquisadora Pimenta (2022), faz uma análise profunda em sua dissertação sobre o termo supracitado¹⁸. “Ao longo de sua história, a Previdência Social passou por reformas — ampliadoras de direitos — e por contrarreformas — restritivas de direitos” (SILVA, 2018, p. 132). O termo é utilizado pelas autoras do campo progressista que analisam o sistema de proteção social pela ótica de uma política pública que passa a integrar o campo da Seguridade Social, fruto da luta da classe trabalhadora nos anos 1980, que antecede o advento da Constituição Federal de 1988.

¹⁷ Ver Silva (2018) para aprofundar conhecimentos sobre o tema.

¹⁸ Para mais esclarecimentos, ver Pimenta (2022).



Ademais, o governo da presidente Dilma Rousseff (2011-2016) foi marcado por contrarreformas na Política de Previdência Social, que atingiram substancialmente os direitos previdenciários da classe trabalhadora¹⁹, principalmente as medidas provisórias de 2014

Em dezembro de 2014, as Medidas Provisórias n°s 664 e 665, convertidas respectivamente nas leis n°s 13.135 e 13.134, de junho de 2015, modificaram a pensão por morte, o auxílio-doença, a aposentadoria por invalidez, o auxílio-reclusão, o abono salarial, o seguro-desemprego (SILVA, 2018, p.142).

O panorama apresentando é a síntese das contrarreformas e /ou alterações na política previdenciária que acontecem desde a década de 1990, mas se aprofunda na atual conjuntura de crise estrutural do capitalismo, sobretudo em um contexto ultraliberal, que tem como princípio norteador a defesa dos interesses do capital especulativo, em detrimento da retirada de direitos dos diversos segmentos da classe trabalhadora, sobretudo das populações do campo, das águas e dos manguezais.

Considerações finais

Neste trabalho procurou-se desvelar a crise sistêmica e estrutural do capital e os reais impactos na vida de diferentes grupos sociais e étnicos, especialmente a partir do golpe de 2016, tendo em vista o avanço da extrema direita e a emergência do neofascismo no contexto brasileiro e mundial. Além disso, jogou-se luz sobre a própria atividade extrativista realizada pelas mulheres marisqueiras, o assédio em forma de expropriação do capital financeirizado sobre a natureza, assim como a apropriação, pelo capital, da riqueza produzida a partir do trabalho dessas mulheres. Nesse artigo, também se traçou um percurso conjuntural dos impactos da crise do capital no campo das políticas e direitos sociais, sobretudo da ofensiva ultraliberal de ataque aos direitos sociais das comunidades quilombolas.

Abordaram-se, brevemente, através das lentes feministas, os rebatimentos da crise na vida das mulheres, principalmente as negras e periféricas, que são as mais penalizadas nessa conjuntura. De modo geral, pensando a realidade das comunidades quilombolas e especialmente das mulheres marisqueiras, o racismo se expressa nas múltiplas violações de

¹⁹ Ver Moreira; Nobre (Cf. MOREIRA, Joana; NOBRE, Maria, 2016). Transformismo do PT e contrarreforma da Previdência Social.



direitos, sobretudo o direito constitucional à terra-território, e às demais políticas públicas que estão previstas no Programa Brasil Quilombola (TEIXEIRA; SAMPAIO, 2019), “[...] instituído no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)” (DEALDINA, 2020, p. 30). Na ausência de um censo demográfico²⁰ que contemple o índice populacional das comunidades tradicionais presentes no território brasileiro, sobretudo para subsidiar a implementação de políticas públicas que atendam as particularidades das comunidades quilombolas. No contexto das trabalhadoras e trabalhadores da cadeia produtiva da pesca.

O presente artigo não teve a intenção de esgotar as questões relativas aos elementos constitutivos da crise cíclica do capitalismo e os rebatimentos na vida dos povos e comunidades tradicionais, sobretudo as comunidades quilombolas, e sim de lançar luz, a partir de uma perspectiva feminista, antissistêmica e antirracista nas questões estruturais e conjunturais que se intensificam no cenário contemporâneo.

Referências

- ALMEIDA, Sílvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**; o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**; um manifesto. Tradução por Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BORGES, Lizely. Organizações sociais denunciam à CIDH violações de direitos humanos das comunidades quilombolas pelo Estado brasileiro. In: **Terra de Direitos**. 2018. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/organizacaoessociais-denunciam-a-cidh-violacoes-de-direitos-humanos-das-comunidadesquilombolas-pelo-estado-brasileiro/22919>>. Acesso em: 24 maio 2022.

²⁰ O primeiro censo demográfico quilombola está em curso neste ano de 2022. A partir dele que teremos subsídios para compreensão da realidade quilombola e ferramentas para a construção de políticas públicas que contemplem as reais necessidades desse grupo populacional e étnico.



- BOSCHETTI, Ivaneti. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. [Constituição Federal (1988)] Emenda Constitucional 103 de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. **Diário Oficial da União** de 13/11/2019; p. 01., col. 01.
- BRASIL. Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 21/11/2003, Página 4. Brasília, 2003a.
- BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República na Bahia. Inquéritos Cíveis nº 1.14.000503/2010-84 (principal) e nº 1.14.000283/2012-51. **Ação Civil Pública**. Feira de Santana, 05 de dezembro de 2016b. Disponível em: <http://www.mpf.mpf.br/ba/sala-de-imprensa/docs/acp_estaleiro_enseada-do-paraguacu.pdf>. Acesso em 21 maio 2022.
- CERQUEIRA, Israel. **Território e norma**: a implantação do polo naval na RESEX Marinha Baía do Iguape, 2011. Disponível em: <<http://https://periodicos.ufba.br/index.php/secosteiros/article/view/14706/10061>>. Acesso em: 03 abr. 2022.
- CHADE, Jamil. Para entidades de direitos humanos, governo entrega relatório *fake* para ONU. In: **UOL Notícias**. (13/08/2020). Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/08/13/para-entidades-de-direitos-humanos-governo-entrega-relatorio-fake-para-onu.htm>>. Acesso em: 24 maio 2022.
- COUZEMENCO, Fernanda. Supremo Tribunal Federal retoma marco temporal contra a luta quilombola. In: **CONAQ**. (2018). Disponível em: <<http://conaq.org.br/noticias/supremo-tribunal-federal-retoma-marco-temporal-contra-a-luta-quilombola/>>. Acesso em: 23 maio 2022.
- CRUZ, Ana Paula Batista da Silva. Costurando os retalhos: Um estudo sobre a comunidade de Santiago do Iguape. In: ENCONTRO BAIANO DE



- ESTUDOS EM CULTURA, III. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012. **Anais** [...]. Feira de Santana -Bahia. UEFS, 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br /8923819-Costurando-os-retalhos-um-estudo-sobre-a-comunidade-santiago-do-iguape.html./>> Acesso em: 14 de mar. 2021.
- CPT. Conflitos no Campo – Brasil 2020 [Centro de Documentação Dom Tomás Balduino]: CPT Nacional – Brasil, 2021. Disponível em <<https://http://www.cptnacional.org.br/> > Acesso em: 20 de setembro de 2021.
- DAVIS, Ângela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DEALDINA, Selma dos Santos. Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. *In*: DEALDINA, Selma dos Santos. **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.
- DELGADO, Josimara; TAVARES, Márcia S.; NORONHA, Valéria S. Violências de gênero contra as mulheres, feminismos e Serviço Social: Desafios políticos à categoria. **Revista Gênero** Niterói, v. 22 n. 2 p. 7-28 1. sem 2022.
- FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa; mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução por Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017
- FERREIRA, Verônica Maria. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências**. 2017. 205 p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pernambuco, Recife, 2017.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo; teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- FREITAS, Carlos Eduardo *et al.* Previdência Social, segurados especiais e marisqueiras *.In*: PENA, Paulo; MARTINS, Vera. **Sofrimento negligenciado: Doenças do trabalho em marisqueiras e pescadoras artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014.
- GUIMARÃES, Juca. Conheça os principais pontos das Reforma da Previdência e como isso impactará sua vida. *In*: **Brasil de Fato**. São Paulo, 21 de Fevereiro de 2019. Disponível em: <brasildefato.com.br/2019/02/21/conheca-os-principais-pontos-da-reforma-da-previdencia-e-como-isso-impactara-sua-vida/ Acesso em: 23 fev 2019.



- GUSMÃO, Neuza Maria Mendes. Herança Quilombola, negros, terras e direitos. In: BACELAR, Jéferson; CAROSO, Carlos (Org.). **Brasil: um país de negros?** Rio de Janeiro: Pallas, 1999.
- INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Andamento dos processos-** Quadro Geral (2019). Disponível em: < https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/andamento_processos.pdf> Acesso em 30 mar. 2022.
- MARINI, Ruy M. Dialética da dependência *In*: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MOREIRA, Joana I. S.; NOBRE, Maria Cristina. Transformismo do PT e contrarreforma da Previdência Social. In: **Ser Social.** v. 18 n. 39 (2016): Previdência Social e Trabalho. Disponível em: < https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14636. Acesso em: 24 mai. 2022.
- MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade. *In*: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: Crescimento econômico e reprodução da desigualdade.** São Paulo: Cortez, 2012.
- PIMENTA, Raquel. **Mulheres e previdência social no Brasil: uma análise feminista sobre o acesso à política pública da previdência social na especificidade dos requerimentos de pensão por morte.** 2022. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (Ppgneim). Disponível em: < https://sigaa.ufba.br/sigaa/public/programa/defesas/jsf?lc=pt_BR&id=1828>. Acesso em 24 maio 2022.
- PROST, Catherine; FIGUEIREDO, Marina. O trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca. **Revista Feminismos.** Salvador, v.2, p. 1-12, 2014. Disponível em: < <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30024> > Acesso em: 12 set 2021.
- SILVA. Débora. Diáspora africana. In: **Estudos Práticos** (2014). Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/diaspora-africana-escravidao-e-a-populacao-negrapelo-mundo/>. Acesso em: 23 maio 2022.
- SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro. **Serv. Soc. Soc.,** São Paulo, n. 131, p. 130-154, jan./abr. 2018. DOI: < <https://doi.org/10.1590/0101-6628.13>>. Acesso em: 24 maio 2022.



- TAVARES, Márcia Santana; DELGADO, Josimara A. Reminiscências de um tempo passado; um olhar perscrutador sobre o Serviço Social no Terceiro Setor. *In*: GÒIS, João Bosco Hora; SOUZA, Sidmara Cristina de. (orgs) **Serviço Social e Pesquisa**. Curitiba: Editora CRV, 2021.
- TEIXEIRA, Tadeu Gomes; SAMPAIO, Camila Alves Machado. Análise orçamentária do Programa Brasil Quilombola no Brasil e no Maranhão: o caso de uma política pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rap/a/fdMyGGdJDqxHfVxLhX7PMKC/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 03 jun. 2022.
- TRASPADINI, Roberta. Questão Agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. **Rev. Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, vol.9, n.3, 2018. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rdp/v9n3/2179-8966-rdp-9-3-1694.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2019.

Recebido em 20 out. 2022 | aceite em 06 dez. 2022



Comercialização de alimentos no Brasil: considerações sobre o papel das redes de supermercados no abastecimento alimentar

Cauê Assis Bráz¹

Ana Monteiro Costa²

Benildes de Souza Ribeiro Neto³

117

Resumo

Este trabalho reflete sobre a instrumentalização das grandes redes de supermercados para o escoamento da produção das grandes empresas do setor agroalimentar. Sua atuação contrasta com o atual momento que a sociedade brasileira atravessa no combate a fome, esta antiga assombração que acompanha 33,1 milhões de brasileiros. O objetivo deste trabalho consiste em relacionar o atual quadro de insegurança alimentar e nutricional com a atuação destes equipamentos de varejo alimentar. Seu desempenho está alinhado tanto com os interesses financeiros que colaboram para as lavouras de monoculturas quanto para a padronização do consumo de alimentos no Brasil de modo que o custo da cesta básica aumenta junto com a depressão da renda dos trabalhadores. Esse cenário expõe as contradições existentes de um país agrário-exportador. Dessa forma, a alternativa para se alimentar de grande parcela da população é o endividamento que fortalece esses grupos financeiros enquanto a maior parte dos agentes envolvidos está diante da forte vulnerabilidade social tanto no meio rural quanto no urbano.

Palavras-chave: Supermercados, Financeirização, Fome.

¹ Economista (UFRGS), doutorando em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). | caue.braz@ufrgs.br

² Economista (PUCRS), doutora em Economia (PPGE/UFRGS) e professora do Departamento de Economia (UFPE). | monteiro.costa@ufpe.br

³ Estudante de graduação em economia (Decon/UFPE). Bolsista PET-Economia. | benildes.souza@ufpe.br



Resumen

Este artículo reflexiona sobre la instrumentalización de las grandes cadenas de supermercados para la distribución de la producción de las grandes empresas del sector agroalimentario. Su actuación contrasta con el momento actual que atraviesa la sociedad brasileña en la lucha contra el hambre, ese viejo embrujo que acompaña a 33,1 millones de brasileños. El objetivo de este trabajo es relacionar el panorama actual de la inseguridad alimentaria y nutricional con el rendimiento de estos puntos de venta de alimentos al por menor. Su actuación se alinea tanto con los intereses financieros que colaboran con las plantaciones de monocultivos como con la estandarización del consumo de alimentos en Brasil, de modo que el costo de la canasta básica de alimentos aumenta junto con la depresión de los ingresos de los trabajadores. Este escenario expone las contradicciones existentes en un país agrario-exportador. Así, la alternativa para alimentar a gran parte de la población es el endeudamiento, lo que fortalece a estos grupos financieros, mientras que la mayoría de los agentes implicados se enfrentan a una fuerte vulnerabilidad social, tanto en las zonas rurales como en las urbanas.

Palabras-clave: Supermercados, financiarización, hambre

Abstract

This work reflects on the instrumentalization of large supermarket chains for the distribution of the production of large companies in the agrifood sector. Their performance contrasts with the current moment that Brazilian society is going through in the fight against hunger, this old haunting that accompanies 33.1 million Brazilians. The objective of this work is to relate the current picture of food and nutritional insecurity with the performance of these retail food outlets. Their performance is aligned with both the financial interests that contribute to monoculture plantations and to the standardization of food consumption in Brazil, so that the cost of the basic food basket increases along with the depression of workers' income. This scenario exposes the existing contradictions of an agrarian-exporting country. Thus, the alternative to feed a large part of the population is debt, which strengthens these financial groups, while most of the agents involved are faced with strong social vulnerability, both in rural and urban areas.

Keywords: Supermarkets, Financialization, Hunger

Introdução

Conferir o gasto mensal em alimentos tem sido uma das grandes dores de cabeça da população brasileira no período atual. Desde a escola aprende-se que uma das principais relações entre o meio urbano e rural está em adquirir o alimento que mantém o corpo vivo e sadio para a realização das tarefas cotidianas. No campo político, tanto movimentos progressistas quanto conservadores atestam essa relação por jargões distintos. Enquanto



os meios de comunicação reverberam ao longo dia o poder do Agro e sua extensão em todos os lugares, inclusive nas geladeiras das pessoas, os movimentos sociais do campo reforçam a mensagem afirmando que “se o campo não roça, a cidade não almoça” ou a variação para o período noturno em que “se o campo não planta, a cidade não janta”. De formas distintas, campos políticos antagônicos buscam legitimação frente a questões que atingem a população brasileira diariamente, afinal não há vida sem alimentação. O debate acerca da alimentação, envolvendo suas etapas de produção, distribuição e consumo, é uma das frentes em que se permite refletir sobre as condições materiais da reprodução social da população brasileira.

O fantasma da fome ainda assola o debate político brasileiro. Em 1946, Josué de Castro já alertava para problemas que estruturavam a fome no país em sua obra *Geografia da Fome* (1984). O despertar da terceira década do século XXI surgiu com uma crise sanitária após a descoberta de um vírus inédito cuja cura era desconhecida e a prevenção também. Esse evento marcou a geração atual. Entre aqueles que sobreviveram à doença infecciosa Covid-19, que atingiu todos os continentes do globo, os mais atingidos encontram-se no Brasil, desde o início da pandemia mais de 680 mil pessoas perderam suas vidas em decorrência das complicações da doença⁴. No contexto alimentar, observaram-se impactos drásticos no acesso e no consumo de alimentos no país. Niederle (2020) indica que a pandemia agravou a situação de insegurança alimentar pelo seus impactos na economia. A renda das famílias reduziu e o custo da cesta básica aumentou. A crise sanitária foi acompanhada de notícias diárias sobre o aumento da fome no país, com pessoas buscando comida em caminhões de lixo, filas para receber ossos em açougues e as cenas alarmantes de famílias famintas.

Campello (2022) sinaliza que a espetacularização da fome segue envolta em argumentos que oscilavam em duas direções. Um caminho apontava para a naturalização do problema, outro responsabilizava a crise sanitária pelo caos econômico que acarretou na perda de renda da população e na interrupção das cadeias de produção e distribuição de alimentos. Uma observação atenta ao fenômeno da fome e à literatura que já foi desenvolvida desde Josué de Castro, em meados da década de 1940, e elaborada sobre o tema conclui que ambos argumentos são insuficientes

⁴ Ver Coronavírus Brasil, Sistema Único de Saúde. <https://covid.saude.gov.br>



para explorar a questão no Brasil. Ao longo da pandemia, os pesquisadores da Rede PENSSAN publicaram duas versões do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Distanciando-se em três semestres, sendo a primeira publicação lançada em dezembro de 2020 e a segunda em junho de 2022, utilizando a metodologia consagrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), o primeiro inquérito detectou que 19,1 milhões de brasileiros estavam em situação de grave insegurança alimentar e nutricional, ou seja, essas pessoas não possuem acesso à comida e podem passar dias sem comer. No segundo inquérito publicado este dado quase duplicou, alcançando a marca de 33,1 milhões de pessoas passando fome diariamente.

O tempo presente é marcado por uma crise sanitária e alimentar que colaboram para a queda no desempenho de diversos indicadores sociais, é sabido que estas crises estão acompanhadas pelo fraco desempenho econômico verificado pela grande quantidade de pessoas batalhando na informalidade para sobreviver. Este trabalho não se debruçará sobre os indicadores macroeconômicos para refletir sobre a alimentação brasileira, porém não pode se ignorar o fato dos grandes centros urbanos estarem repletos de homens e mulheres ocupados em atividades geridas por aplicativos para o transporte de produtos em que se destaca o serviço de entrega de alimentos a qualquer hora do dia em que se torna presente o autogerenciamento dos trabalhadores subordinados a plataformas digitais (ABILIO, 2019). Esse tipo de situação no mercado de trabalho é resultado da reforma trabalhista em que Braga (2021) pontua a facilitação da precarização do mercado de trabalho, diminuindo os direitos trabalhistas ao estender a possibilidade de terceirização da força de trabalho para qualquer atividade econômica, facilitando a contratação de trabalhadores como autônomos e criando instrumentos que flexibilizam a jornada de trabalho. Gerando algo próximo do desemprego disfarçado que surge após situações de crise ou estagnação econômica, que impulsiona pessoas que perderam seu emprego e não tinham acesso ao seguro-desemprego ou condição financeira de se manter sem trabalhar por um tempo procurando um novo emprego, a procurarem alguma ocupação que gerasse alguma renda. Estas ocupações são inferiores em termos de requisitos de qualificação.

Neste contexto, múltiplas crises pressionam a sociedade brasileira e este artigo propõe a observar um dos setores mais sólidos da economia nacional, responsável pela geração de empregos formais e pelo



abastecimento de grande parte dos domicílios brasileiros. Este setor é o dos supermercados que ao longo dos últimos anos têm sido uma peça central para refletir sobre a alimentação, ainda mais em um país periférico cuja principal atividade econômica está na exportação de *commodities* (REARDON; BERDEGUÉ, 2002; BELIK, 2020, MATTIOLI, 2020), pois é o elo que permite o acesso aos alimentos para a população, principalmente, urbana que não é capaz de gerar seu próprio alimento (BURCH; DIXON; LAWRENCE, 2012). Dessa forma, deseja-se refletir sobre o papel das redes de supermercados no abastecimento alimentar da população brasileira, destacando sua relação com o desenvolvimento rural. Infelizmente, grande parte da população urbana reduz o meio rural como fornecedor de insumos para a produção de alimentos que são fundamentais para a segurança nutricional das pessoas, como aponta Maluf (2007).

Este trabalho partilha do que Santos (2014) analisa acerca do antagonismo urbano-rural, muitas vezes apresentado como um simples modelo de dominação e de exploração. Essa relação obscurece que práticas existentes no mundo rural também ocorrem no contexto urbano. De maneira geral, a exploração realizada por setores complexos em que indústrias pressionam outros fabricantes como subcontratados cuja existência é condicionada pela demanda das grandes firmas. No contexto alimentar, para refletir sobre as relações existentes entre o meio urbano e rural é inevitável olhar para as redes de supermercados, que atuam na distribuição dos alimentos e dialogam, por sua vez, com milhares de produtores rurais, pois demandam alimentos de qualidade para ofertar em suas prateleiras a fim de garantir a comodidade do público consumidor. Entretanto, a relação dos agentes das pontas do sistema alimentar, sendo eles, agricultores e consumidores, com os agentes centrais, que realizam o processamento e distribuição dos alimentos está cada vez mais problemática. Entre os problemas a serem observados está o custo dos alimentos e a alta exploração dos fatores de produção para adquirir um produto alimentar, que resultam na deterioração das relações de trabalho e dos recursos naturais, por exemplo.

Percebe-se que os padrões de consumo alimentar envolvem uma gama de complexidades, desde o poder de compra quanto o estilo de vida das pessoas, agindo como condicionantes para facilitar ou restringir o acesso aos alimentos, bem como a eficiência do mercado em atender ou criar desejos na população (PREISS, 2021). Diante o desmanche do Estado, as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional que estruturaram o melhor



acesso de alimentos para a população brasileira não reverberam como anteriormente⁵. Logo, compreende-se a conjuntura dos resultados alarmantes da Rede PENSSAN que sinalizam a manutenção do drama da fome que não é inédito. Castro (1984) afirmou que a fome é uma questão política e creditava a fome ao histórico do Brasil estar envolvido em sucessivos ciclos de economia destrutiva. Iniciando pelo pau-brasil, o país passou pela exploração da cana-de-açúcar, mineração, do café e o da extração da borracha. Sauer (2019) destaca que em uma nação dependente de *commodities* agrícolas, toda vez que a economia é afetada por uma crise de liquidez internacional, o Estado prioriza os setores primários exportadores para gerar saldo comercial. Fato que aprofunda três preocupantes tendências apontadas por Clapp e Isakson (2018) sobre a financeirização do setor agroalimentar. Primeiramente, o agravamento das desigualdades entre os atores do sistema alimentar, em seguida, as transformações realizadas pela financeirização consolidam a riqueza e o poder entre as elites das grandes corporações que, por fim, acumulam riqueza às custas dos trabalhadores do setor alimentar, produtores e consumidores de alimentos, que se encontram todos os dias em algum supermercado que, segundo Matioli (2020) representa a linha tênue entre o absolutamente chato e o perfeitamente eficiente.

Este artigo, depois da seção introdutória, apresentará um debate de base sobre o significado de a população brasileira conviver com uma crise alimentar em um país rico em recursos naturais e, por isso, ter condições para alcançar o sua soberania alimentar. Apontando as contradições existentes no sistema alimentar de modo a destacar que o Brasil produz alimentos com finalidade a dar retornos financeiros aos investimentos das grandes empresas do setor agroalimentar. Nesse cenário, destacam-se os conglomerados responsáveis pela produção de *commodities* e processadoras de alimentos. A seção seguinte avança para compreender como o aumento da cesta básica não interfere nos ganhos sucessivos do setor que representa metade dos postos de venda de alimentos no país, segundo Borges (2022), as redes de supermercados representam um padrão de desenvolvimento que não apresenta soluções para melhorar o acesso aos

⁵ O encerramento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em 2019, representou um grande desfalque para os atores sociais que disputam a arena ao contrabalancear interesses das grandes corporações do sistema alimentar brasileiro que capturam o Estado para promover a iniciativa privada.



alimentos e também não constrói relações que fortalece as condições de vida no meio rural. Sua existência é o que motiva a escrita deste trabalho que encerra com as considerações finais, visando dar suporte ao entendimento que os alimentos devem ser tratados como um bem comum por ser a garantia da energia vital para sobreviver.

Crise Alimentar em um país Agrário-exportador

Uma das faces da crise no sistema alimentar é o preço dos alimentos e sua inflação que, para Fanzo (2020), sinaliza as inúmeras questões levantadas pela pandemia de Covid-19 sobre a eficiência e funcionalidade das práticas vigentes pelos agentes hegemônicos representados pelas grandes corporações da indústria de alimentos. Especialmente por interligar alimentação e a agricultura com aspectos econômicos, sociais, políticos, ambientais e sanitários (HAWKES; *et al.*, 2019), comer se tornou algo que merece a nossa atenção. A indústria alimentícia trabalha com insumos de baixo custo e baixo valor nutricional e preços mais acessíveis, vinculando o ato de comer, que compõe parte importante da cultura e da saúde das pessoas, à lógica do capital. Segundo Machado *et al* (2016), o desenvolvimento da indústria alimentícia foi acompanhado pela ascensão das redes de supermercado, formadas por empresas transnacionais e que ofertam os produtos ultraprocessados. Com o endividamento das famílias, intensificado pelas políticas neoliberais de arrocho salarial e processos inflacionários, temos a inserção da financeirização em todo o ciclo do alimento, desde a produção, distribuição até o consumo final.

A partir de Friedmann e McMichael (1989), que situa o sistema alimentar na história, é possível compreender o papel central dos alimentos na economia política global, e contextualizar as principais contradições históricas em regimes alimentares particulares que produzem crise, transformação e transição⁶. Neste sentido, a análise do regime alimentar traz

⁶ Os regimes alimentares, enquanto conceito apreende a existência de uma lógica política e econômica global na dinâmica da agricultura e da alimentação na evolução do capitalismo. Dessa forma, as variadas estratégias, ações, políticas e práticas desenvolvidas por certos atores (grandes empresários, investidores, proprietários fundiários, agricultores) e instituições econômicas e políticas (corporações transnacionais, bancos, burocracias estatais, grupos de interesse, agências multilaterais, movimentos sociais) expressam a configuração do sistema alimentar e seus conflitos internos por controle das relações de produção, troca,



uma perspectiva estruturada para a compreensão do papel da agricultura e dos alimentos na acumulação de capital através do tempo e do espaço ao especificar padrões de circulação destes alimentos na economia global. Aliás, acrescenta-se que as relações existentes no sistema alimentar não se limitam à escala local-global, mas também a relação urbano-rural. Ploeg (2016) pontua que um importante mecanismo operacional dos Impérios Alimentares é que eles cada vez mais deslocam a produção agrária e a realocam em áreas onde o trabalho, a terra, a água e o espaço ambiental são baratos e há o apoio político para a instalação de suas atividades. Como alternativa, buscam mudar a produção para áreas dotadas de condições técnico-institucionais favoráveis à produção corporativa de larga escala.

Para compreendermos a atual crise do sistema alimentar, que integra a crise do sistema capitalista, é importante elucidar as especificidades da crise do capitalismo contemporâneo, iniciando por uma breve análise da dinâmica do sistema. Ao considerar que a mercadoria guarda a contradição entre valor de uso e valor de troca, Marx (1988) identifica que no sistema capitalista não ocorrem simples intercâmbios de produtos, mas que a condição originária fundamental da produção capitalista é que o produto tem que aparecer como mercadoria e tomar a forma dinheiro e fazer toda a trajetória de sua metamorfose. “A posse de outros produtos’ não constitui, na realidade, o objetivo da produção capitalista; esta tem como fim a apropriação de valor, de dinheiro, de riqueza abstrata”. (MARX, 1988, p. 22). Já na simples metamorfose da mercadoria⁷ há possibilidade de crise, mas também sendo o processo de produção e circulação diferentes no tempo e no espaço, essa possibilidade de crise se torna ainda mais latente.

Todas as mercadorias estão subordinadas à necessidade de se realizarem no processo de circulação e quando uma mercadoria tem dificuldade ou impossibilidade para se metaforizar em dinheiro, isso representa uma perda de valor, um antivalor (HARVEY, 2018). No capitalismo, a produção alimentar não visa seu valor de uso e o seu acesso universal. Trata-se de um bem fundamental à manutenção e à qualidade da vida, mas que na sociedade de mercado (POLANYI, 2000) se pauta por seu valor de troca. O valor da mercadoria é dado pelo tempo de trabalho abstrato social necessário para a sua produção. O produtor da mercadoria, o

distribuição e consumo de mercadorias agropecuárias e alimentares em escala global (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989).

⁷ D-M-D', onde M é mercadoria e D é dinheiro (MARX, 1988).



trabalhador, recebe um equivalente menor do que produz. Disso depende a acumulação de capital, que tem seu processo de expropriação amparado na propriedade dos fatores de produção. Neste processo, o dinheiro é a representação do valor, é “uma modalidade substancial e necessária de existência da mercadoria, onde esta é forçosamente revestida enquanto valor de troca, enquanto salário social genérico” (MARX, 1988, p. 20).

Não há, pois, auto-produção para a subsistência. O trabalhador vende sua força de trabalho no mercado e recebe um equivalente geral, que representa um valor menor do que produziu, para comprar sua subsistência, também produzida por outros trabalhadores. A quantidade do excedente econômico que se torna salário depende da relação de forças da disputa capital-trabalho. Em momentos de crise, o poder de barganha do trabalhador tende a diminuir de modo geral, junto com a sua capacidade de consumo. A contradição do capital não está só na produção do mais-valor, mas também na realização deste mais-valor. Quando a realização ocorre em um tempo acima do adequado, permite a criação de estoques. Retém-se parte do valor no processo de circulação e a rotação do capital é reduzida, acarretando na redução da taxa de lucro e conseqüente redução do investimento.

O processo de acumulação permite a ampliação do investimento em tecnologia, o que é feito visando à redução da necessidade do emprego de trabalho. No entanto, no neoliberalismo, com a desregulamentação sobre as relações de trabalho e sobre o setor financeiro, a redução do consumo, pelas famílias e pelo investimento, tende a se ampliar. Neste contexto, a possibilidade de uma crise de superprodução surge tanto pela demanda ser superada pela oferta de mercadorias quanto pela demanda por dinheiro superar a demanda por mercadorias específicas. Sendo assim, para Marx (1988), o excesso de mercadorias não encontra correspondência com a satisfação das necessidades da classe trabalhadora, pois como os trabalhadores recebem um valor menor daquele que produzem, a tendência é que as suas necessidades sejam cada vez maiores diante do que recebem de renda.

Essa produção em excesso corresponde à quantidade de mercadoria que não foi efetivada, ou que o foi abaixo do seu preço de produção. As crises geralmente são precedidas de um aumento geral de preços de todos os artigos que são produzidos no capitalismo. O excesso seria absorvido a um preço abaixo dos de produção e inferiores aos preços comerciais aplicados no período anterior, o que arruína produtores e comerciantes. Para



uma crise ser generalizada basta que os artigos de maior influência sejam afetados. Dirigindo-se ao sistema alimentar, Ploeg (2008) explica como as grandes corporações degradam as relações de produção na agricultura e o consumo de alimentos para promover as atividades puramente financeiras das empresas. Para os agentes hegemônicos do setor, o desempenho financeiro é mais importante do que o produtivo, impactando em rompimento dos elos entre produção e consumo de alimentos, principalmente pelas perturbações ocorridas na forma de organização produtiva.

Castells (1979) afirma que a organização social se dá a partir de uma hierarquia de determinações estruturais no sistema capitalista, que no topo apresenta a relação de exploração entre capitalistas e os trabalhadores, seguida pela relação de concorrência entre os capitalistas e do desenvolvimento das forças produtivas, nesta ordem de subordinação. Essas relações se estabelecem junto com suas contradições. Sendo, fundamental, portanto, para a compreensão das crises no capitalismo produzidas pelo processo de contradições sociais e que tendem a reproduzir as relações de produção, distribuição e gestão. As contradições são percebidas nas crises do sistema. Para Carcanholo (2011), os elementos que formam a resposta do capital a essa crise são: i) o processo de reestruturação produtiva que promoveu a redução dos tempos de rotação do capital, elevando, assim, a taxa anual ou periódica do lucro; (ii) as reformas estruturais nos mercados de trabalho que implicaram no aumento da taxa de mais-valia nos países centrais e periféricos; iii) o aumento da parcela do valor produzido pelo capitalismo periférico para a acumulação nos países centrais, por mecanismos ligados à concorrência dentro e entre setores produtores de mercadorias, ou por remessas de recursos como serviço da dívida externa e transferência de lucros e dividendos decorrentes do investimento estrangeiro direto; iv) a expansão dos mercados a partir do processo de abertura comercial e do processo de liberalização financeira (que são a base do processo); v) a mudança na lógica de acumulação do capital, segundo as determinações do capital fictício.

No processo de valorização $D \dots D'$, o capital financeiro se concentra em múltiplos mercados, procurando a forma líquida que lhe permite plena mobilidade intersetorial e internacional na economia. Por volta dos anos 1960 até os anos 1980 se constituíram as bases da integração de capitais na agricultura brasileira, juntamente com um processo de integração técnica, os complexos agroindustriais. (GONÇALVES, 2005). No caso brasileiro, essas



características do capital financeiro no setor agrícola se estabelecem em um contexto de concentração fundiária e de exclusão de populações que não foram incorporadas ao processo de modernização, destacando-se aqueles que compõem os grupos dos povos e comunidades tradicionais como indígenas e quilombolas. O Estado esteve e permanece à frente no estabelecimento da relação capital financeiro e agricultura, como financiador do Sistema de Crédito Nacional Rural (SNCR) e regulador de um mercado de terra, direcionando integração técnica e de capitais para os complexos agroindustriais com o propósito de gerar divisas com a exportação de produtos agrícolas. Nos estudos agrários, esse processo foi definido como modernização conservadora em que, de acordo com Graziano da Silva (1982), as relações do Brasil com o mundo não foram alteradas, mas a agricultura implementou novos instrumentos do capital financeiro na setor agroalimentar. Assim, através da expansão da produção agropecuária pautada na intensificação da industrialização do campo e do êxodo rural⁸. Assim, a partir da década de 1980 apresenta duas especificidades: a desindustrialização dos centros urbanos e a especialização em produtos primários, em que poucas commodities fazem parte da pauta de exportações brasileiras. Tratando-se de um sistema que carrega relações antigas, ainda não pacificadas da questão agrária e que refletem nas periferias dos centros urbanos, das quais possui uma impulsão sob o sistema de economia política à completa mercantilização e internacionalização dos bens da natureza com instrumentos do mercado financeiro, algo que não estava presente até os anos 1970 (DELGADO, 2020).

A necessidade do crédito, do dinheiro, para além da terra e do trabalho, para a compra de implementos e contratação da mão-de-obra, é algo fundamental para a expansão do investimento e da produção. Os mecanismos de financeirização, como derivativos, bônus corporativos, contratos de hedge são usados para antecipar pagamentos e usufruir de variações cambiais. O mercado de alimentos se torna cada vez mais atrativo para investidores financeiros, dadas as suas características de essencialidade, principalmente em um contexto de crise e de mais reduzidas opções com

⁸ Santos (2005) pontua que o processo de urbanização no Brasil teve um perfil complexo em que, por um lado, há a tendência de onipresença da metrópole, através de múltiplos fluxos de informação que se sobrepõem aos fluxos materiais e atuam como base dos sistemas urbanos. Contudo, por outro lado, ocorreu uma depreciação das metrópoles por apresentarem crescimento econômico inferior aos de regiões agrícolas com sólido desenvolvimento regional.



menos instabilidade. Além disso, o processo produtivo também se alterou de modo a reduzir o tempo de rotação do capital, algo primordial para garantir o controle e coordenação da produção e consumo de alimentos para gerar ganhos privados (HOWARD, 2016). O agronegócio cria uma cadeia de interação com a indústria a jusante e a montante, com ampliação para investimentos produtivos, cada vez necessitando de mais capital, fato que para Clapp e Isakson (2018) decorre de o setor agroalimentar se tornar a principal arena de acumulação das grandes corporações depois da Crise Econômica de 2008. Logo, os agentes do setor financeiro aumentaram seus investimentos em produtos agroalimentares, reduzindo as variedades culturais da produção agrícola e físicas dos alimentos e da biodiversidade em prol ganhos financeiros como descreve Shiva (2003) ao analisar as políticas globais de preservação da biodiversidade em relação com a produção de alimentos em que sistemas locais de produção perdem espaço para o modo único de cultivar e consumir os produtos da agricultura.

A participação do Brasil no comércio internacional representou o endividamento crescente dos agricultores e a superexploração e precarização do trabalho no meio rural acompanhado pela crescente apropriação dos recursos naturais (DELGADO, 2012). O problema de a agricultura responder às demandas de agentes financeiros é que a produção de alimentos é preterida pela produção de commodities. Isso representa que o capital encontrou, de fato, uma fase de intensa acumulação cuja característica consiste em se fixar em qualquer lugar que forneça tecnologia suficiente para destruir o ecossistema local e investir em lavouras com grandes quantidades de agrotóxicos e baixa variedade produtiva erodindo recursos biológicos e sua capacidade de satisfazer diversas necessidades humanas ao mesmo tempo em que se regeneram e se renovam. Para o Brasil, Flexor e Leite (2017) informam que a expansão das lavouras de soja está associada com a do agronegócio que é financiado majoritariamente pelo crédito rural tradicional.

As tentativas de aumentar os fluxos de mercadoria na direção do lucro geram a escassez de produtos alimentares de qualidade nutricional. Dessa forma, muitos gêneros agrícolas servem de insumos para a indústria alimentícia produzir alimentos ultraprocessados⁹ que possuem lugar de

⁹ De acordo com o Guia Alimentar para a população Brasileira (2014), os alimentos ultraprocessados são fabricados, em geral, por indústria de grande porte. Sua produção envolve diversas etapas e técnicas de processamento. Há o uso de



destaque nas prateleiras dos supermercados. Portanto, a extinção dos meios de subsistência das pessoas através da financeirização está intimamente ligada à erosão da biodiversidade e, conseqüentemente, na redução da diversidade das dietas alimentares. A insustentabilidade do modo de produzir e a uniformidade do consumo alimentar significam que a mínima perturbação de qualquer parte cadeia de suprimento alimentar seja percebida na alteração de todas as outras como as intensas variações na disponibilidade de alimentos *in natura* e minimamente processados (SHIVA, 2003; BELIK, 2020).

Ao abstrair totalmente o uso da terra de espaço produtivo, fundamentalmente de alimentos, para terras agrícolas pautadas por valores financeiros que são resumidos pela especulação de commodities e terras, o setor agroalimentar atua para deprimir a qualidade da alimentação da população e faz dos equipamentos de varejo alimentar das redes de supermercados seu principal canal de distribuição que atua como vanguarda na definição de padrão de consumo através de atributos como disponibilidade, variedade, qualidade, preço, promoções, publicidade, localização dos produtos nas prateleiras, organização do espaço físico e informações nutricionais (MATIOLI, 2020; BORGES, *et al*, 2022). O impacto no consumo de alimentos é a alta volatilidade dos preços que respondem ao aumento dos preços da terra, a degradação ambiental, além dos impactos sociais com a expropriação dos fazendeiros e a redistribuição do valor criado pelos trabalhadores do setor agroalimentar para os fundos de investimento das grandes corporações (SHIVA, 2003; CLAPP, ISAKSON, 2018).

O Gráfico 1 ilustra que o custo do cesta básica para 17 capitais das cinco regiões do Brasil¹⁰ mostra o movimento praticamente uniforme do aumento da alimentação para a população brasileira entre os meses de janeiro de 2019 e dezembro de 2021. Fato que deve servir como um alerta para uma nação rica em recursos naturais, mas que compromete sua produção rural para *commodities*, sem garantir políticas públicas para a promoção da segurança alimentar de sua população. A média nacional

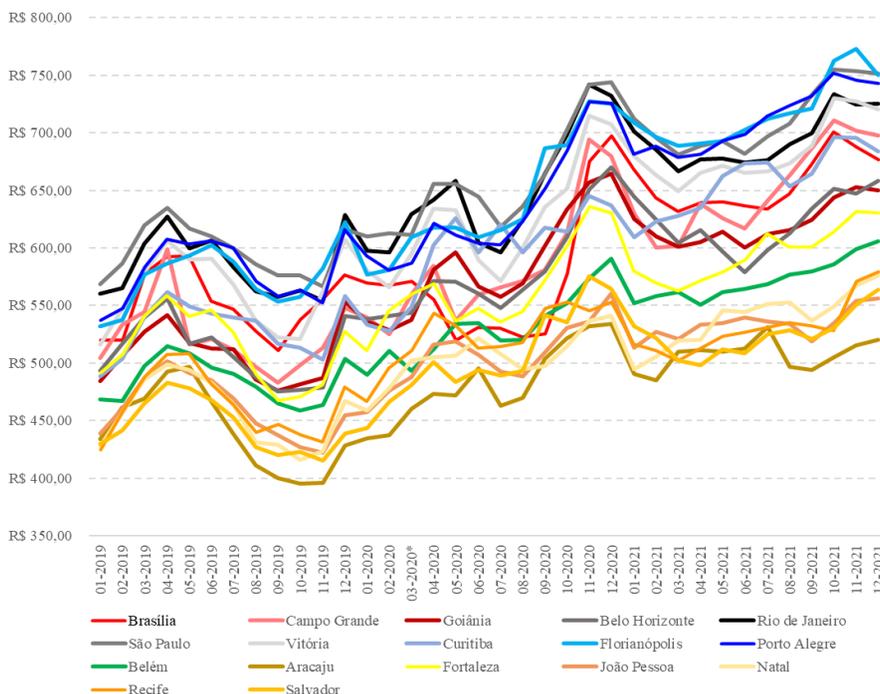
excessivo de ingredientes como sal, açúcar, óleos e gorduras de uso exclusivamente industrial, além de substâncias sintetizadas em laboratório a partir de alimentos e fontes orgânicas como petróleo e carvão. Muitas dessas substâncias atuam como aditivos alimentares cuja função é estender a duração dos alimentos ou, mais frequentemente, dotá-los de cor, sabor, aroma e textura que os tornem atraentes.

¹⁰ A cesta básica do DIEESE conta com os seguintes produtos: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, tomate, pão, café, banana, açúcar, óleo e manteiga.



saltou de R\$ 489,37 para R\$ 652,31 no final do período analisado. Baccarin e Oliveira (2021) observam que o preço dos alimentos nas prateleiras dos estabelecimentos sofre influência de acontecimentos nas várias etapas das cadeias agroalimentares, em especial da produção agrícola, transformação industrial e comércio varejista. Em termos sociais, a inflação de alimentos atinge mais intensamente a população com menor renda, cujo dispêndio com alimentação é relativamente mais alto que o de outras camadas sociais. As capitais das regiões Norte e Nordeste, apesar de possuírem a custo da cesta básica menor, são as mais impactadas pela insegurança alimentar e nutricional segundo os inquéritos da Rede PENSSAN. Essas capitais apresentam vulnerabilidades que atuam de forma conjunta na potencialização em dificultar o acesso aos alimentos por parte da população com menor renda.

Gráfico 1. Evolução da Cesta Básica em 17 capitais brasileiras entre 2019 e 2021 (IPCA 2021.12)



Fonte: DIEESE (2022). Elaboração Própria.

* Início da pandemia no Brasil



Conjuntamente, a atual inflação dos alimentos, a queda da renda do trabalho, o desemprego e o aumento da taxa de juros têm suscitado a necessidade por crédito como modo de manutenção do consumo de alimento mercadoria, através, inclusive, da adesão aos cartões de crédito das grandes redes de supermercados. Esse processo de financeirização do consumo de alimentos mercadoria é considerado neste trabalho como uma das formas mais avançadas de financeirização da vida. Pesquisando o consumo de pessoas de baixa renda na periferia de São Paulo, Sciré (2011) identificou a “financeirização da pobreza” que consiste na expansão do consumo vinculado ao crédito em que as pessoas utilizam diversos cartões com vencimentos em datas diferentes para administrarem suas dívidas e, através, de compras no crédito conseguem os itens básicos para seu consumo cotidiano. O cartão de crédito é o tipo de dívida mais procurado pelos consumidores, mesmo sendo o dinheiro mais oneroso. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - Peic (2022), três em cada dez famílias atrasaram as contas e dívidas em abril de 2022, tendo por volta de 30,2% da renda comprometida com o pagamento de dívidas e o endividamento segue com tendência ascendente, dada a piora ou estagnação dos fatores que o impulsionam. Conforme Serasa eCred (2022), 34% das pessoas usuárias de cartão de crédito entrevistadas consideram que as compras mais importantes que realizam com o cartão de crédito são as de supermercado e alimentação.

A primazia dos supermercados no abastecimento alimentar

O setor supermercadista brasileiro é resultado de mudanças que coincidem com a maturidade da urbanização brasileira na década de 1980. Reardon e Berdegué (2002) destacam os supermercados tornaram-se instrumentos dominantes no setor agroalimentar da América Latina a partir da década de 1990, levando uma década para alcançar o impacto gerado pelo setor, que nos Estados Unidos durou 50 anos. Engendrou relações de cooperação e disputa com diversos outros atores do setor agroalimentar, incluindo o setor público e privado, e equipamentos de distribuição alimentar como feiras livres, mercados públicos e centrais públicas de abastecimento (MATIOLI, 2020). Esse processo movimentou uma gama de operações socioeconômicas e simbólicas que vêm posicionando o setor como protagonista do sistema alimentar brasileiro, principalmente ao atuar com estabelecimentos em que se atua com autosserviço onde não há um



intermediário entre o consumidor e o produto, permitindo que custos operacionais sejam reduzidos sem a venda assistida e, aliado ao sistema de crédito e a venda de alimentos ultraprocessados seja possível atuar com ganhos de escala (MORAIS; MIRANDA, 2021). As facilidades geradas pelas operações efetuadas nestes estabelecimentos que equivalem à otimização dos recursos, a organização das prateleiras, o conforto da escolha e diversidade produtos, as possibilidades de pagamento e a agilidade são vantagens oferecidas pelos supermercados que são uma das principais categorias de estabelecimentos comerciais do meio urbano, sua existência determinam se bairros garantem o conforto dos moradores, além de facilitar o abastecimento das famílias do entorno. Entretanto, as práticas adotadas pelo setor não dialogam com os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional. Muitos produtos comercializados nesses estabelecimentos estão longe de garantir a boa nutrição dos consumidores. Além disso, parte significativa dos produtos ofertados são ultraprocessados reduzindo a qualidade da alimentação estimulada nesses espaços. Maluf (2007) aponta que não se dá necessária atenção aos hábitos alimentares por meio dos quais essa "reposição energética" é feita, além dos cuidados elementares com a higiene e condições nutricionais que repercutem na saúde dos consumidores.

Sendo o principal local de compra de alimentos, os supermercados exercem enorme poder no setor agroalimentar decorrente do fato de, para Reardon e Berdegué (2002), os supermercados, em conjunto com indústria alimentícia, transformarem profundamente os mercados agroalimentares ao alterar as condições de entrada, principalmente, dos produtores de alimentos ao excluir os pequenos produtores e suas empresas de processamento e distribuição. De acordo com Pereira *et al* (2020), os supermercados são uma inovação modernizante no sistema alimentar, através da qual um ator foi responsável pelo fornecimento de todos os bens que anteriormente teriam sido fornecidos por diferentes atores. Centralizando em um mesmo lugar as mercadorias de padeiros, açougueiros, assim por diante. Santos (2018) ressalta que as modernizações geram subsistemas subordinados que avançam em função dos avanços do setor moderno, gerando espaços derivados nos países subdesenvolvidos com a difusão generalizada da informação e do consumo. Generalização que viabiliza a transformações de diversos setores econômicos, impactando a sociedade e, principalmente, a organização do espaço. Surgidos nos Estados Unidos, as inovações oriundas desses estabelecimentos possibilitaram uma



redução significativa dos custos operacionais e conseqüentemente dos preços de alguns tipos de alimentos, proveniente dos ganhos de escala (MORAIS; MIRANDA, 2021). Burch e Lawrence (2007) alertam que os supermercados inovam em sua atuação no abastecimento alimentar ao desempenhar o papel de instituições financeiras ao alterar os termos de condição para que outros agentes possam atuar nas cadeias alimentares, seja no suprimento quanto no consumo. Principalmente, ao impor condições restritivas para os produtores. Um exemplo é o prazo de pagamento que nas grandes redes de supermercados varia de 40 a 50 dias (BELIK; CUNHA, 2015). Enquanto isso, aos consumidores, estes estabelecimentos oferecem uma série de facilidades ao permitir a compra por meio do cartão crédito, fato que acarreta no endividamento de seus consumidores, apesar da agilidade de, em tese, entrar com as mãos vazias e sair com as sacolas cheias.

Swinburn *et al.* (2019) chamam atenção para como a indústria alimentar tem explorado as vulnerabilidades biológicas, psicológicas, sociais e econômicas dos indivíduos, muitas vezes auxiliando a criar ambientes alimentares altamente influenciáveis. Este processo acaba sendo facilitado pela ausência de medidas governamentais que fiscalizem ou controlem estas práticas, tais como regulamentações para a comercialização de alimentos e bebidas não saudáveis, rótulos de advertência na frente das embalagens, políticas fiscais e leis de proteção ao consumidor. No comércio global, a integração dos elos de um canal de distribuição assume o ritmo de colaboração entre os membros para atender o consumidor final. Esse fenômeno tem como objetivo aumentar a produtividade e reduzir custos ao longo do canal de distribuição. Nesse contexto, a complexidade das relações entre os agentes econômicos faz com que os agentes intermediários que fornecem bens e serviços para as grandes redes de supermercados se adaptem a fim de alcançar o bom funcionamento das relações comerciais sem perder sua posição no canal de distribuição. Dessa forma, observa-se a interdependência dos atores cujas parcerias são firmadas para minimizar custos internos e abrir portas para mais fornecedores dessa cadeia de suprimentos cuja gestão se fundamenta no princípio do ganho conjunto de todos os participantes a partir da demanda criada pelos consumidores finais. Na primeira ponta, a gestão se ocupa dos suprimentos e na outra da distribuição (PIGATTO; ALCANTARA, 2006). Aos consumidores, Lambert (2008) pontua que o gerenciamento da cadeia de suprimentos concentra-se em manter os relacionamentos na rede de organizações, desde os clientes finais até os fornecedores originais, usando processos de negócios



multifuncionais para criar valor para clientes e outras partes interessadas a fim de selecionar os agentes que podem manter esse modelo de negócio e excluir aqueles que não podem nem fornecer tampouco consumir nos espaços que compõem as cadeias de suprimentos das redes de supermercados que no Brasil, conforme a Tabela 1 segue ampliando seu faturamento apesar do fraco desempenho econômico nacional e intensificaram seus lucros em meio à crise sanitária da Covid-19 ao atuarem sem as limitações que outras categorias de venda de alimentos encontraram como as feiras e pequenos comércios de bairro.

Tabela 1. Maiores redes de supermercados no Brasil (2020-22)

Razão Social	Sede	Faturamento Bruto (em bilhões R\$)	Número de lojas	Número de funcionários	Faturamento por funcionário (R\$)
2020					
CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA	SP	62,220	464	87.879	708.019
GPA (GRUPO PÃO DE AÇÚCAR)	SP	61,500	1.076	110.834	554.884
CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA	SP	8,596	202	24.896	345.261
IRMÃOS MUFFATO & CIA. LTDA.	PR	7,518	61	13.760	546.370
SDB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.	SP	7,296	67	9.900	736.992
SUPERMERCADOS BH COMÉRCIO DE ALIMENTOS SA	MG	6,994	203	19.500	358.692
COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA	RS	5,490	36	11.378	482.510
DMA DISTRIBUIDORA S.A.	MG	4,175	259	14.700	284.034
SONDA SUPERMERCADOS EXP. IMP. SA	SP	3,697	44	8.882	416.257
MART MINAS DISTRIBUIÇÃO LTDA.	MG	3,522	37	6.098	577.523
Geral (Top10)		171,01	2.449	307.827	
2021					
CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA	SP	74,751	721	95.667	781.367
ASSAÍ ATACADISTA	SP	39,400	184	50.000	788.000
GPA (GRUPO PÃO DE AÇÚCAR)	SP	31,063	873	55.750	557.184
MATEUS SUPERMERCADOS S.A.	MA	14,353	159	36.108	397.497
CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA.	SP	9,403	201	23.015	408.560
IRMÃOS MUFFATO & CIA. LTDA	PR	9,039	67	15.352	588.791
SUPERMERCADOS BH S.A.	MG	8,971	226	23.700	378.528
SDB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.	SP	8,786	72	10.700	821.165
COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA	RS	6,110	36	11.471	532.648
DMA DISTRIBUIDORA S.A.	MG	5,837	170	17.319	337.011
Geral (Top10)		207,71	2.709	339.082	
2022					
CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.	SP	81,185	548	100.502	807.795
ASSAÍ ATACADISTA	SP	45,585	212	60.120	758.234
GPA (GRUPO PÃO DE AÇÚCAR)	SP	29,028	809	50.198	578.270
MATEUS SUPERMERCADOS S.A.	MA	17,940	202	38.646	464.210
SUPERMERCADOS BH COMÉRCIO DE ALIMENTOS SA	MG	11,112	243	25.134	442.100
IRMÃOS MUFFATO S.A.	PR	10,589	80	17.945	590.099
SDB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. (GRUPO PEREIRA)	SP	9,703	75	11.250	862.448
CENCOSUD BRASIL COMERCIAL SA	SP	9,141	202	20.044	456.056
DMA DISTRIBUIDORA S.A.	MG	6,666	181	17.440	382.248
COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA	RS	6,320	38	11.899	531.137
Geral (Top10)		227,27	2.590	353.178	

Fonte: ABRAS (2021). Elaboração Própria.



Os dados da Tabela 1 são provenientes da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) e chama a atenção pelo fato de o grupo formado pelas 10 maiores redes de supermercados no país entre os anos de 2020 e 2022 serem quase sempre as mesmas. Juntas, concentram metade do faturamento do setor ao considerar as maiores 500 redes de supermercados no Brasil. Frente aos desafios de aplicativos de entrega a domicilio e outras estratégias similares, a ABRAS reconhece a necessidade de instaurar o que eles denominaram como coopetição¹¹ para controlar os recursos a partir da cooperação e a competição em um ambiente relacional entre as grandes redes de supermercado, gerando oligopólios, o que não exclui a concorrência, mas essa se estabelece sobre outros parâmetros, resultando em uma concorrência interna neste oligopólio que detêm força econômica e política. Para a elaboração do Ranking ABRAS, são consideradas as 500 redes de supermercados com maior faturamento. Em média, nos três anos analisados as 10 maiores redes concentraram metade do faturamento de todos os supermercados somados no país. Algo que permite ver a dimensão destes conglomerados.

Ao observar que tão poucas redes concentram tamanho faturamento, nota-se que existe algum grau de coordenação entre as maiores do setor, ou seja, a competitividade é definida com base na articulação das grandes redes de supermercado. Morais e Miranda (2021) destacam que o modelo de negócio exercido pelas redes de supermercado foi causador de inúmeras rupturas no comércio de alimentos. As inovações de caráter organizacional tem como principal característica o gigantismo das lojas, uma herança da influencia estadunidense, que sofreu resistência nos primeiros anos de atuação por enfraquecer laços tradicionais entre comerciantes e consumidores. O intermediário que assistia as vendas era importante. Para lograr êxito, então, a propaganda aliada com a organização das lojas dessas redes atua como estimuladores do consumo de seus clientes, assumindo a influencia estadunidense que sofreu resistência nos primeiros anos, mas atualmente já foram internalizados como estratégias determinantes para a expansão desse tipo de equipamento de varejo alimentar ao ter na sua estrutura elementos que influenciam as escolhas de seus clientes como optar ofertar produtos ultraprocessados anunciando promoções e posicionando-os em prateleiras de fácil alcance para os clientes (BORGES, *et al.*, 2022).

¹¹ Superhiper – Edição 272. COOPETIÇÃO: é tempo de cooperação entre competidores.



O lado oculto da supremacia conquistada pelo modelo supermercadista, entretanto é composto por um conjunto de efeitos negativos causados nos tecidos sociais onde são implantados, defrontando-se com inúmeros movimentos de contestação social¹². É um ambiente em que, diariamente, direitos humanos são violados. Aos clientes que podem ser constrangidos e, em alguns casos, até agredidos fisicamente pela equipe desses estabelecimentos suspeitar de sua conduta e aos trabalhadores pelo trabalho ser extenuante e desvalorizado, tornando sua atividade quase automática por ter como meta não ter a presença do trabalho humano perceptível. Um dos dados da Tabela 1 que merece destaque junto é o faturamento por funcionário que aumentou na maior parte das redes. Observando esse indicador para a líder do setor percebe-se que de 2020 para 2022, o salto do faturamento por funcionário saltou quase R\$ 100 mil. Fato que não se representou melhorias para os trabalhadores desta rede, assim como das outras. Isso porque o setor se caracteriza por ter alta empregabilidade diante a forte demanda de trabalho ao longo dos doze meses do ano, de acordo com Lemos (2019), além desses fatores é fundamental apontar que as redes de supermercados são conhecidas por empregar trabalhadores com baixa qualificação para atuar em longas jornadas por baixa remuneração, resultando na alta rotatividade dos funcionários. A confluência destes fatores remete a compreender os limites do modelo de negócio dessas redes para o desenvolvimento humano e social, suas práticas remetem ao que foi lido por Lewis (1969) ao analisar países com excedente de mão de obra, economias cuja oferta de trabalho era muito superior aos fatores de produção de capital e terra.

Nesse sentido, necessita-se compreender que o crescimento econômico das nações subdesenvolvidas é a restrição da capacidade produtiva pelo fato de existir um estoque de mão de obra utilizado em atividades de baixa capitalização, impedindo o contingente de trabalhadores de ingressar a setores com maior produtividade (BASTOS; OLIVEIRA, 2021). Correspondendo ao sucesso dessas redes ao se instalarem na América Latina por aproveitar os baixos níveis salariais e de renda da população como relatam Reardon e Berdegú (2002), acentuando a oferta de trabalho em tarefas especializadas que se caracterizam pela ampla área de produção em espaços reduzidos e cada vez mais compactos (SANTOS, 2005). Além de

¹² Ver Revista da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul. Edição Especial: Caso Carrefour (2021).



concentrarem uma gama volumosa de produtos em seus estabelecimentos, as redes de supermercados usufruem o que Santos (2018) percebeu acerca da existência de uma massa de pessoas que sobrevivem com salários muito baixos ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, criando na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneiras permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Logo, a mesma loja que comercializa produtos alimentares é responsável por tornar sobras mercadoria, como a venda de ossos que se popularizou ao longo da pandemia.

Os supermercados até podem ser a principal fonte de abastecimento alimentar do Brasil contemporâneo, mas é um local a ser problematizado. Maluf (2007) aponta que o acesso aos alimentos engloba não apenas comer regularmente, mas também, comer bem. Preservando hábitos culturais e práticas saudáveis que preservem o prazer associado à alimentação. Fato que não está ocorrendo, segundo Belik (2020). Ao traçar um quadro sobre a dieta nacional, observam-se desigualdades consideráveis no padrão de consumo entre as classes sociais, porém uma similaridade geral que se encontra no aumento do consumo de alimentos ultraprocessados. Entre os mais ricos, o aumento foi de 27,3%. Já para os mais pobres, o valor alcançado foi de 62,3%. A preocupação é que a ampliação do consumo de alimentos ultraprocessados foi maior entre os mais vulneráveis. Confirmando que as classes de menor renda são as que mais estão sujeitas a aumentar o consumo de alimentos com maior nível de processamento e reduzir o consumo de alimentos frescos, intensificando os riscos à saúde associados a esse padrão alimentar. Depois da habitação, a alimentação é o maior componente do consumo para o estrato de menor renda.

Matioli (2020) pontua que os supermercados são a vitrine de um paradigma de desenvolvimento que fracasso, apesar de representar o progresso da urbanização. Nesse contexto, a pesquisa tem como problemática questões acerca do protagonismo desse setor em uma das pontas do sistema alimentar. O poder exercido por essas grandes redes restringe as capacidades estatais de atuação no abastecimento alimentar dos centros urbanos do país. Como impacto, delega às redes alimentares alternativas um papel próximo a de um nicho de mercado. Nesse sentido, Jomalinas e Maluf (2022) pontuam que a alimentação é um componente central nas dinâmicas urbanas, embora nem sempre valorizado. Os equipamentos de atacado, varejo e consumo alimentar, responsáveis pela



provisão de alimentos, compõem a paisagem urbana e são elementos das dinâmicas socioespaciais e territoriais. Mais do que isso, o urbanismo e estudos com variadas perspectivas sobre as cidades vão ao ponto de mostrar que os alimentos contribuem na própria moldagem das cidades. Santos (2018) assevera que a seletividade do espaço, causada pelas disparidades presentes no nível econômico e social, ocorre tanto na produção como no consumo, sendo responsáveis pelo processo econômico e pela organização do espaço em circuitos superior e inferior.

Por motivos como esse, Cassol e Schneider (2022) destacam que o estudo dos mercados alimentares é necessário para compreender dinâmicas que fortaleçam alternativas de fuga à forma mais popular e convencional de obtenção de alimentos no meio urbano. Essa busca motivou pesquisas empíricas como a análise das cadeias curtas por Gazolla e Schneider (2017). O ponto comum dessas abordagens reside no destaque atribuído à dimensão local dos mercados, suas contribuições para a circulação de conhecimentos e práticas tradicionais, desenvolvimento de processos sustentáveis e inovadores. Destaca-se também que esses mercados alternativos são espaços de sociabilidade e de interconhecimento, que fortalecem os tecidos sociais e territoriais permitindo acesso a alimentos frescos e saudáveis (CASSOL; NIEDERLE, 2019). Iniciativas cujo propósito transcende a qualidade do consumo de alimentos e visam a manutenção dos produtores rurais que precisam, de acordo com Ploeg (2016), acessar mercados protegidos dos impactos da financeirização que coloca em perigo os níveis de emprego e as rendas das famílias agricultoras enquanto, simultaneamente, deprime padrões de consumo alimentar ao privilegiar produtos baratos e de origem artificial.

Considerações finais

O desafio de refletir sobre os supermercados é um esforço importante, afinal o setor é responsável por maior parte do abastecimento alimentar, atuando na geração de empregos diretos e indiretos e sendo peça central de inúmeros problemas oriundos das relações de trabalho tanto no campo quanto na cidade. As redes de supermercado exploram trabalhadores e fornecedores através de instrumentos financeiros como relatado no trabalho. Elas estão interligadas com o que há de mais avançado em uma economia quanto o que é mais arcaico. Sua existência se encaixa no que Santos (2018) definiu para os atacadistas que, através de crédito acessível,



estes estabelecimentos transportam um grande número de variados produtos. Dessa forma, o mesmo supermercado que está na base da financeirização do sistema agroalimentar, é também a experiência mais viável de muitas pessoas desesperadas para acessar crédito para poder consumir itens básicos. As operações desses estabelecimentos no mundo financeiro são realizadas em caixas que vendem itens de alimentação, roupas, brinquedos e toda a variedade de produtos possíveis localizados nestas redes. Cada conglomerado possui sua própria organização financeira que oferece um cartão de crédito para seus clientes enquanto faturam bilhões sobre fornecedores não pagos e funcionários mal remunerados. As redes de supermercados atuam como prateleiras dos produtos oriundos do agronegócio, sem resolver o drama da fome em um país que possui recursos abundantes para produção de alimentos de qualidade. Fome é uma questão política, como Josué de Castro provou há mais de seis décadas, porém ele segue presente e as redes de supermercados são um importante instrumento para tornar o alimento, um bem comum, em uma mercadoria qualquer ao romper os elos entre produção e consumo sem permitir que alternativas se desenvolvam sem perturbações por meio de padrões de qualidade alimentar e barreiras mercantis.

Referências

- ABÍLIO, L. C. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.
- ABRAS, Associação brasileira de supermercados. Ranking Abras 2020. **Superhiper**. Maio, 2020. Disponível em: <https://www.abras.com.br/edicoes-antiores/Main.php?MagNo=259>. Acesso em: 14 de jul. 2022.
- ABRAS, Associação brasileira de supermercados. Ranking Abras 2021. **Superhiper**. Junho, 2021. Disponível em: <https://www.abras.com.br/edicoes-antiores/Main.php?MagNo=270>. Acesso em: 11 de jul. 2022.
- ABRAS, Associação brasileira de supermercados. Ranking Abras 2022. **Superhiper**. Maio, 2022. Disponível em: <https://www.abras.com.br/edicoes-antiores/Main.php?MagNo=280>. Acesso em: 15 de set. 2022.



- BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A. Inflação de Alimentos no Brasil em Período da Pandemia da Covid 19, Continuidade e Mudanças. **Segur. Aliment. Nutr.**, Campinas, v. 28, p. 1-14. 2021
- BASTOS, C. P.; OLIVEIRA, B. R. Políticas econômicas, teorias e contextos sociais. In: ARAÚJO, V. L. de; MATTOS, A. M. de (org.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma** – novas interpretações. 1. ed. São Paulo : Hucitec, 2021.
- BELIK W. **Estudo sobre cadeia de alimentos**. Imaflora, Instituto Ibirapitanga, Instituto Clima e Sociedade; 2020. 126 p.
- BELIK, W. CUNHA, A. R. A. Abastecimento no Brasil: desafio de alimentar as cidades e promover o Desenvolvimento Rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 615 p.
- BORGES, C. A.; et al. Caracterização das barreiras e facilitadores para alimentação adequada e saudável no ambiente alimentar do consumidor. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 37, n. 1, p. 1-16, 2022.
- BRAGA, J. O desemprego disfarçado revelado. In: GALHARDO, A; LACERDA, F. **O Mito de Sísifo: mais dois séculos para a independência econômica?**. jan. 2021. 21 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 158 p.
- BURCH, D.; LAWRENCE, G. Supermarkets and Agri-food Supply Chains. In: BURCH, D., LAWRENCE, G. (ed.) **Transformations in the Production and Consumption of Foods**; Edward Elgar: London, UK, p. 100-128. 2007.
- BURCH, D.; DIXON, J.; LAWRENCE, G. Introduction to symposium on the changing role of supermarkets in global supply chains: from seedling to supermarket. **Agriculture And Human Values**, [S.L.], v. 30, n. 2, p. 215-224. 2012.
- CAMPELLO, T. Apresentação. In: CAMPELLO, T. BORTOLETTO, A. P. **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro** São Paulo: Cátedra Josué de Castro. Editora Elefante, 2022. p. 216.
- CARCANHOLO, M. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidade. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**. Edição especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo. v. 1. , n. 3, p. 73-84 . dez., 2011.
- CASSOL, A.; NIEDERLE, P. A. **Mercados, sistemas alimentares sustentáveis e desenvolvimento rural: novas práticas à espera de novas políticas**.



- Nota técnica para consultoria de pesquisa sobre Sistemas Agroalimentares e Desenvolvimento Rural. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). 2019.
- CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. A imersão social da economia em mercados alimentares brasileiros: uma abordagem institucionalista. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.L.], v. 60, n. 2, p. 1-21. jan. 2022.
- CASTELLS, M. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979. p. 145.
- CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro : pão ou aço**. Rio de Janeiro : Edições Antares, 1984. p. 318.
- CLAPP, J; ISAKSON, S. R. *Speculative Harvests: financialization, food and agriculture*. Halifax: Fernwood Publishing, 2018. p. 194.
- DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2012. p. 142.
- DELGADO, G. C. Questão agrária e capital financeiro na agricultura brasileira. In: FAVERO, C. A.; FREITAS, C. E. S.; TORRES, P. R. (org.). **Distopias e utopias: entre os escombros do nosso tempo**. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 352.
- DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Cesta Básica**. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/cesta> Acesso em: 01 de set. 2022.
- FANZO, J. *et al.* A research vision for food systems in the 2020s: Defying the status quo **Global Food Security**, n 26. p. 1-9. 2020.
- FLEXOR, G.; LEITE, S. Mercado de terra, *commodities boom* e *land grabbing* no Brasil. In: MALUF, R. S.; FLEXOR, G. (org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro, E-Papers, p. 20-38. 2017.
- FRIEDMANN, H. ; McMICHAEL, P. Agriculture and State System. The rise and decline of national agriculture from 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, v.29, n.2, p.93-117, 1989.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2017. p. 518.
- GONÇALVES, J. S. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações Econômicas**. São Paulo, v. 35, n. 4, p. 7-36. 2005.
- HARVEY, D. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo. Boitempo. 2018. p. 223.



- HAWKES, C.; PARSONS, K.; WELLS, R. **Understanding the food system**: why it matters for food policy. London: Centre for Food Policy, p. 1-9. 2019.
- HOWARD, P. **Concentration and power in the food system**: who controls what we eat? New York: Bloomsbury Academic, 2016.
- JOMALINIS, E.; MALUF, R. S. Redes de supermercado e dinâmicas socioespaciais no município do Rio de Janeiro: desigualdades e varejo de alimentos In: GRISA, C., SABOURIN, E., ELOY, L., MALUF, R. S. **Sistemas alimentares e territórios no Brasil**. Editora da UFRGS. 2022. p. 311.
- LAMBERT, D. M. **Supply chain management**: processes, partnerships, performance. Sarasota: SCM Institute. 2008.
- LE MOS, P. R. Precarização do trabalho nos supermercados da rede Walmart no Brasil. 7º Encontro Internacional de Política Social **Anais...** Vitória, 2019.
- LEWIS, W. A. O desenvolvimento económico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: Agarwale, A. N.; SINGH, S. (coord.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro : Forense, p. 406-456 1969.
- MACHADO, P. P.. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 25, n. 2, p. 505-515. 2016.
- MALUF, R. S. J. **Segurança alimentar e nutricional**. Editora Vozes, 2007. p. 174.
- MARX, K. **As crises econômicas do capitalismo**. Editora Acadêmica. São Paulo. 1988. 71p..
- MATIOLI, V. **Donos do mercado**: como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade. São Paulo: Elefante, 2020. p. 312.
- MORAIS, J. R. G. de; MIRANDA, R. de S. A gênese supermercadista : das resistências às inovações do autosserviço (agro)alimentar. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 41, n. 1, p. 134-158, 2021.
- PEIC, **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor** – CNC – Sesc Senac. maio de 2022. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-abril-de-2022/423798> . Acesso: 15.jun. 2022.
- PIGATTO, G.; ALCÂNTARA, R. L. C. Relacionamento colaborativo nos canais de distribuição. In: ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T.R. (coord.) **Agronegócios: gestão e inovação**. São Paulo: Saraiva, 2006.



- PLOEG, J. D. v. d. **Camponeses e arte da agricultura**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2016. p. 196.
- PLOEG, J. D. v. d. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2008. p. 372.
- POLANYI, K. **A grande transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- PREISS, P. V.; *et al.* **Relatório de Resultados Preliminares da Pesquisa “O impacto da COVID-19 na comercialização direta da agricultura familiar no RS”**: Regiões Metropolitana do Delta do Jacuí e Vale do Rio Pardo. Santa Cruz do Sul: OBSERVA-DR, 2020.
- REARDON, T.; BERDEGUÉ, J. A. The Rapid Rise of Supermarkets in Latin America: Challenges and Opportunities for Development. **Development Policy Review**, v. 20, n.4: p. 371-388, set. 2002
- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – Rede PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN, 2022. p. 112.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo, EDUSP, 5. ed. 2005. 120 p.
- SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 204 p.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2018. 420 p.
- SAUER, S. **Desenvolvimento e transformações agrárias**. Outras Expressões, São Paulo. 2019. p. 335.
- SHIVA, V. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003. 204 p.
- SWINBURN B *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, 2019.

Recebido em 10 out. 2022 | aceite em 06 dez. 2022



Cursinhos populares e a juventude: potencialidades e contradições

144

Mariana Gomes Vicente ¹

Resumo

Juventude é um conceito polissêmico que envolve a dimensão biológica dos indivíduos e suas potencialidades de intervenção nos rumos coletivos de cada sociedade. Esses rumos são latentes a partir dos interesses daqueles que socializam as juventudes, sendo relevante analisar tanto as trajetórias escolares quanto a formação social brasileira que historicamente produziu, por sua condição dependente, um sistema de educação extremamente desigual, especialmente no Ensino Superior. Os cursinhos populares são iniciativas extragovernamentais existentes desde a década de 50 no Brasil que atuam como facilitadores no acesso à universidade das camadas mais vulneráveis da população. Ao unirem diferentes extratos sociais e buscarem a redução das desigualdades educacionais, os cursinhos podem ser fontes de ricas pesquisas sobre a juventude e uma educação emancipatória. Mas esses locais também podem reproduzir métodos e concepções pedagógicas instrumentais voltadas unicamente à aprovação em vestibulares. É sobre esses tópicos que o presente texto busca contribuir.

Palavras-chave: Cursinhos Populares, juventude, Educação Superior.

¹ Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo (2019). Atualmente realiza mestrado acadêmico em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e MBA em Gestão Escolar pelo Pecege/USP. É servidora pública do município de Elias Fausto (SP), atuando como professora de ciências. Tem experiência com pesquisas nas áreas de Ecologia, com ênfase em Microbiologia, e Educação, com ênfase em Educação Popular. | marianavicente.bio@gmail.com



Resumen

Juventud es un concepto polisémico que involucra la dimensión biológica de los individuos y su potencial de intervención en los caminos colectivos de cada sociedad. Estos caminos son latentes de los intereses de quienes socializan la juventud. Esto destaca las trayectorias escolares e la formación social brasileña que históricamente produjo, por su condición dependiente, un sistema educativo extremadamente desigual, especialmente en la Educación Superior. Los cursos preuniversitarios populares son iniciativas extragubernamentales que existen desde la década de 1950 y buscan facilitar el acceso a la universidad para los estratos más vulnerables de la población. Al unir diferentes estratos sociales y buscar reducir las desigualdades educativas, estos cursos pueden ser fuentes de investigación sobre la juventud y educación emancipatoria. Pero estos lugares también pueden reproducir métodos y conceptos pedagógicos instrumentales destinados únicamente a aprobar los exámenes de ingreso. Es sobre estos temas que el presente texto busca contribuir.

Palabras-clave: Cursos preuniversitarios, juventud, Educación Superior.

Abstract

Youth is a polysemic concept that involves a biological dimension of individuals and their potential for intervention in collective paths of each society. These paths are latent from the interest of who socialize the youth. This highlights the school trajectories and the history of Brazilian society that produced, by Brazilian dependent condition, an extremely unequal educational system, especially in Higher Education. Preparatory courses for entrance exam, called “popular cursinhos”, are extra-governmental initiatives that have existed in Brazil since the 50s and aim to facilitate the access to universities for the most vulnerable communities of the country. By uniting different social strata and seeking to reduce educational inequalities, popular cursinhos may be sources of research of youth and emancipatory education. But these places can also reproduce methods and pedagogical concepts of an instrumental education, focusing mainly on entrance exams approval. It’s on these topics that the present text pursues to contribute.

Keywords: Preparatory courses, Youth, Higher Education.

Introdução

A temática das desigualdades educacionais não é novidade na história da educação brasileira, mas a expansão que ocorreu no sistema básico de ensino nos últimos vinte anos, somada à ampliação de vagas no Ensino Superior desde a criação de um maior número de instituições federais até a oficialização de políticas de ações afirmativas², gerou um movimento onde a

² Em 2002 o Estado brasileiro instituiu o Programa de Ações Afirmativas no Brasil, após se comprometer com essa prática na III Conferência Mundial contra o Racismo,



pressão de acesso migrou do ensino Básico ao nível Superior (SPOSITO, SOUZA, SILVA, 2018).

Esses níveis escolares abrangem idades associadas à juventude: da infância e adolescência no ensino Básico até o início da vida adulta no Ensino Superior. Desta forma, enquanto espaços fundamentais de socialização dos indivíduos, o período de escolarização e as trajetórias educacionais se tornam fundamentais para compreender os processos de formação das juventudes.

Porém, embora usualmente seja associado a um determinado intervalo de existência física, há mais de uma década já é consenso entre pesquisadores da área que o conceito de juventude vai muito além de uma categoria biológica. Ele traz consigo debates sobre contextos sociais geracionais, ou seja, a inserção social na qual os indivíduos de uma determinada sociedade estão alocados – o que envolve sua classe social, raça, gênero, região, posição geracional, entre outros – e potencialidades para um futuro, construídos no presente (AUGUSTO, 2005).

Assim, considerando as características da formação social brasileira e, por consequência as desigualdades dentro do nosso sistema educacional, as possibilidades de desenvolvimento da juventude no país não são equânimes.

E é justamente na mobilização daqueles jovens cujas trajetórias foram limitadas por um sistema educativo excludente que os Cursinhos Pré-Vestibulares Populares (PVPs), também chamados “cursinhos alternativos” ou apenas “cursinhos populares”, buscam intervir. Tomando por princípio uma intermediação extragovernamental para o acesso ao Ensino Superior no Brasil, os PVPs são bastante relacionados a espaços universitários e unem, em sua maioria, faixas etárias e estratos sociais que são caracterizados como juventude.

Calcados numa concepção onde se compreende a educação como fator para a ascensão social - ou, ao menos, para sua manutenção -, as juventudes que se encontram nos cursinhos populares são mediadas por uma série de contradições que envolvem desde a reprodução de cursinhos privados até os conflitos gerados pela constante precariedade da vida infanto-juvenil individual e coletiva no Brasil.

Discriminação Social e Xenofobia e Intolerâncias Correlatas que ocorreu no ano anterior. Entre os compromissos firmados estavam: a política de cotas étnico-raciais de acesso ao Ensino Superior e concursos públicos e o ensino da cultura e história dos povos afro-descendentes e indígenas (MOCELIN, 2020).



Reflexões sobre o conceito de juventude

Juventude é um termo polissêmico que envolve dimensões temporais entre diferentes indivíduos e suas capacidades de intervenção nos destinos individuais e coletivos em cada contexto histórico e social. De acordo com Augusto (2005), uma das possíveis leituras sobre a juventude é colocando-a enquanto categoria social em oposição à fase adulta, identificada a partir da autonomia financeira da família e legitimação da vida sexual pela capacidade de gerar seu próprio núcleo familiar após o casamento. Alinha-se a tal concepção uma série de características comportamentais contraditórias atreladas à categoria jovem como: imaturidade, inexperiência, rebeldia, impulsividade e, ao mesmo tempo, audácia, despojamento, espiritualidade.

Essa caracterização, entretanto, é insuficiente, dado que não apenas generaliza uma parcela da condição juvenil como desconsidera os fatores históricos e sociais que constituem a psique humana. A própria autora, assim, já concebe outras leituras onde a juventude não é apenas uma fase intermediária entre a infância e maturidade, mas pode representar duas outras categorias: a realização de uma meta de vida ou uma força renovadora da sociedade.

Sobre a primeira, as características favoráveis atribuídas à juventude como vivacidade, beleza e saúde do corpo, capacidade de constante renovação e liberdade na ocupação do tempo, se tornam imperativas, ou seja, se tornam fonte de desejo e passam a representar o ideal para todas as faixas etárias. Isso se daria especialmente devido à maior longevidade dos indivíduos na sociedade atual, que permite a coexistência de diferentes gerações entre si (AUGUSTO, 2005).

Já sobre a última, ela se baseia na elaboração teórica de Karl Mannheim. Para o autor, o conceito de gerações é subdividido em três tópicos: posição geracional, conexão geracional e unidade geracional. O primeiro abrange o ano de nascimento e contexto histórico-social que influem sobre todos de uma mesma época; o segundo envolve a participação política aplicada dos indivíduos de uma geração; enquanto o último trata de como cada grupo processa os fatos históricos de seu tempo. Desta forma, a juventude não é uniforme nem ao longo do tempo histórico e nem dentro de cada sociedade (WELLER, BASSALO, 2020).

Em suas palavras: "A juventude não se apresenta progressista nem conservadora por natureza, mas é uma potencialidade que está pronta para qualquer nova orientação da sociedade" (MANNHEIM, 1977, p.95). Seria,



portanto, mais correto tratar de juventudes, no plural, e sua função seria de atuar enquanto recurso latente que depende da natureza de quem as utiliza e da estrutura social de determinada sociedade.

As juventudes, assim, estariam sob a predominância dos objetivos políticos e ideológicos daqueles que as socializam em cada tempo histórico, seja na escala da produção ou da reprodução social. E como já bem desenvolvido por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (2007, p.47):

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes. [...] A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual.

Considerando-se que o modo de produção dominante é o capitalismo, convém compreender a partir de qual classe e com qual horizonte social e político se elabora um processo educativo voltado à juventude, o que remonta a massificação da educação que ocorreu no século XX no Brasil.

A função da juventude num país de capitalismo dependente: educar para quê?

A expansão do sistema educacional brasileiro ocorre concomitantemente a uma reestruturação do Estado burguês, que visava minimizar as contradições da luta de classes, dado que se passava por intensas mudanças políticas, econômicas e sociais em âmbitos nacionais e internacionais, a partir da universalização do modo de produção capitalista. Para compreender as limitações históricas e sociais da educação no país é preciso analisar as especificidades da formação social brasileira neste contexto.

Durante o período colonial e império, o Brasil caracterizava-se exclusivamente por ser um país agrário exportador. A partir de uma reorganização do capitalismo monopolista no início do século XX, as burguesias nacionais e internacionais reforçaram interesses comuns de exploração dos recursos e da força de trabalho dos países que não estavam no bloco central do imperialismo (MINTO, 2011).



Desta forma, seguindo a perspectiva de Florestan Fernandes, o fato de não ter havido uma ruptura com a dominação capitalista do regime anterior colocou o Brasil numa condição de dependência crônica. A partir das diferentes condições de desenvolvimento das forças produtivas entre países centrais e dependentes, tanto o subdesenvolvimento não seria uma condição intermediária para o pleno desenvolvimento quanto até as conquistas sociais nos países dependentes seriam limitadas. E como a formação do Estado brasileiro não surge a partir de um processo de revolução nacional e democrático, mas, antes, como a expressão das classes dominantes que buscavam manter sua hegemonia, tal interesse refletia não apenas no setor produtivo, mas também na esfera da reprodução social, que envolve a educação (Ibid).

As escolas possuíam uma tarefa dupla: ao mesmo tempo que buscavam profissionalizar os quadros de elite que comporiam o Estado burguês, elas também buscavam disciplinar as camadas populares, majoritariamente negras e imigrantes, à nova realidade republicana, urbanizada e industrial. O sistema educacional deste período dividia os níveis escolares de forma correspondente à divisão econômica e social do trabalho, implementando medidas como a obrigatoriedade de frequência, o ensino simultâneo das classes, a elaboração de um currículo voltado ao nacionalismo e à educação cívica, cristã e enciclopédica, aplicação de testes psicológicos e de inteligência e a serialização das turmas (SCHWARTZMAN et al., 2000; CARVALHO, 2003).

Esses critérios geraram uma das principais problemáticas educacionais do século passado, que foi a questão da desigualdade educacional, gerada pela intensa reprovação e evasão escolar que afetavam de forma mais intensa as camadas mais vulneráveis da juventude, afastando-as das instituições escolares e levando-as a precocemente se ocuparem de trabalhos precários (GIL, 2018). Essas desigualdades se iniciavam no Ensino Básico e geravam um efeito cascata que foi sustentado por décadas até Ensino Superior.

Durante a década de 60, há uma expansão industrial no Brasil, decorrente do período entre guerras, que, em alguns momentos, tem forte caráter nacional e, em outros, vencem os interesses externos e as multinacionais se alastram por todo o país. É a partir da atuação dessas multinacionais que a transferência de valor aos países centrais garante a manutenção da condição dependente e exploratória no Brasil. De toda forma, por interesse do Estado de uma formação técnica que suprisse a

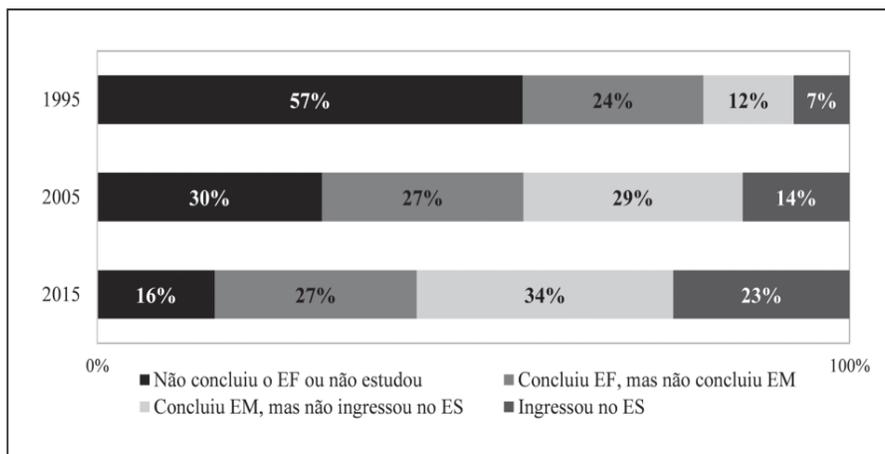


demandas das indústrias de base em desenvolvimento, entre outros motivos, houve uma expansão de vagas do nível Superior durante a Ditadura Militar. Esse processo, entretanto, foi um novo momento de reorganização da posição dependente do Brasil (MINTO, 2011).

Dessa forma, seja no sistema básico ou superior, a expansão do sistema de ensino é limitada a uma formação excludente e enfrenta uma série de contradições inerentes da condição dependente do Brasil. Em outras palavras, o intuito dessa educação não era a emancipação dos oprimidos ou a busca pela soberania nacional, mas uma capacitação técnica e disciplinadora necessária para as recentes transformações das forças produtivas no contexto brasileiro.

Já após o período de redemocratização, na educação o maior destaque de mudanças ocorreu nos últimos vinte anos. As mais significativas foram: a obrigatoriedade da matrícula escolar para crianças e jovens entre 4 e 17 anos, os recordes na taxa de alfabetização da população maior de 15 anos (chegando a 93% em 2017), o aumento do número médio de estudos completos de 6,5 para 9,9, a universalização do Ensino Fundamental, a cobertura acima de 90% de matrículas no Ensino Médio e a expansão de números de vagas e matrículas no Ensino Superior (SENKEVICS, CARVALHO, 2020; SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018).

Gráfico 1. PNAD 1995 / 2005 / 2015



Fonte: SENKEVICS; CARVALHO, 2020.

O gráfico acima, desenvolvido a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) entre os anos de 1995 a 2015, evidencia os

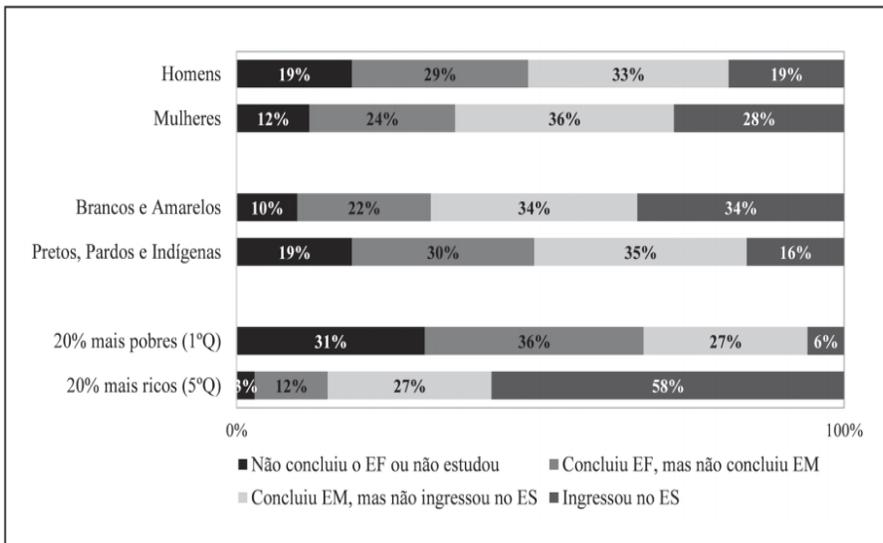


reflexos das políticas educacionais no que refere às trajetórias escolares da população jovem. É evidente a redução massiva, embora ainda persistente, de não concluintes do nível Fundamental e o aumento significativo de acesso ao Ensino Médio e Ensino Superior.

Enquanto o acesso para o Ensino Fundamental hoje é eficiente, não se pode dizer o mesmo de sua permanência, ainda em decorrência de taxas de reprovação e evasão escolar que afetam as camadas mais populares, de forma que aqueles com menor escolaridade realizam trabalhos mais precarizados e possuem uma renda menor. Em suma, tivemos avanço, mas ele foi insuficiente para suprir o hiato educacional herdado do século XX em nosso país (SENKEVICS, CARVALHO, 2020; SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018).

O Ensino Médio tem sido o novo campo de foco, devido à identificação da manutenção da estratificação educacional nesse nível de ensino e sua perceptível estabilização em números de matrículas nos últimos quinze anos. Para dados de comparação, em 2015, 43% dos jovens de 18 a 24 anos sequer eram elegíveis para o Ensino Superior por não terem concluído o Ensino Médio. Entre os 57% restantes, ou 13 milhões de jovens que conseguem concluir o Ensino Médio, apenas 23% acessam as Instituições de Ensino Superior (IES) (Ibid).

Gráfico 2. PNAD 2015



Fonte: SENKEVICS; CARVALHO, 2020.



E esse acesso ainda hoje é extremamente heterogêneo, como é possível observar no gráfico a seguir: as mulheres representam $\frac{2}{3}$ de quem acessa o Ensino Superior, possivelmente como continuidade à reversão do hiato educacional de gênero existente desde a década de 60 no país; jovens brancos e amarelos representam o dobro (34%) de matriculados em IES em oposição à negros e indígenas (16%); e o quintil mais rico é hiper presente no Ensino Superior, alcançando quase 60% das vagas, em oposição ao quintil mais pobre que sequer se torna elegível a este nível de ensino porque foi barrado pelo sistema de educação anteriormente, inclusive tendo ainda hoje $\frac{1}{3}$ de sua população como não concluintes do Fundamental (Ibid).

Apesar da recente expansão do Ensino Superior, das políticas públicas de Ações Afirmativas e financiamento estudantil, como Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), ou disposição de bolsas, como o Programa Universidade Para Todos (ProUni), ainda há limitações concretas para o acesso ao Ensino Superior no Brasil, sejam elas pela falta de perspectiva de trabalho, pela dificuldade de conciliar estudos e trabalho, insuficiência de políticas de permanência na universidade, entre diversos fatores (Ibid).

Ainda segundo Senkevics e Carvalho (2020), esses dados demonstram a razão da alteração nos interesses de pesquisas para a transição entre o Ensino Médio e o Superior, campo esse que há duas décadas não estava em ênfase porque a demanda para esse nível escolar era pouca se comparada frente aos desafios educacionais do Ensino Básico. Por outro lado, hoje, 1,9 milhão de jovens finalizam o Ensino Médio todos os anos. Assim, em pouco tempo surgiu um número muito maior de candidatos elegíveis para prestar os vestibulares e acessar as IES.

De acordo com os autores, a estimativa de demanda para o Ensino Superior em 2015 era de 16,8 milhões de jovens de 18 a 29 anos. As matrículas, apesar de toda expansão, eram de apenas 8 milhões. Sendo assim, é numericamente impossível assimilar toda essa demanda com o número atual de vagas nas IES, sendo certo que pelo menos metade desse número sequer será matriculado - sem ainda contabilizar as evasões ou averiguar a qualidade de formação. Ou seja, a concorrência se amplificou vertiginosamente e a seletividade educacional foi deslocada para níveis maiores de escolaridade (Ibid).

A questão que urge de toda essa contextualização é: e o que acontece com os 8,8 milhões de jovens em idade ideal para dar continuidade aos estudos que não acessam o Ensino Superior? Sabe-se que muitos entram precocemente no mundo do trabalho e ali permanecem por uma



série de fatores sociais e psicológicos. Mas alguns se agarram à possibilidade de ascensão social e satisfação pessoal que uma graduação pode fornecer a si e sua família. São estes que vibram de esperança quando surgem cursinhos populares.

A alternativa dos excluídos: a emergência dos cursinhos populares

De acordo com Marx e Engels (2007, p.40):

A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições.

Embora haja um grande esforço por parte da burguesia nacional e do Estado brasileiro de utilizar a escolarização enquanto ferramenta de dominação social, a própria condição precária da vida impede um movimento de completo subjugo das camadas populares e, de forma dialética, cria as movimentações sociais e políticas que buscam a superação da sua exploração.

Este é o caso dos cursinhos populares que, por reconhecerem a herança histórica da desigualdade educacional brasileira, buscam contribuir no acesso à Educação Superior, em especial para as camadas em maior vulnerabilidade da população, como pessoas negras, LGBTQs, indígenas e quilombolas e de baixa renda.

Seu surgimento se dá a partir de 1950 quando há uma primeira expansão do Ensino Superior no Brasil e efervescência política da juventude, que faz o movimento estudantil de universidades públicas buscarem preparar as camadas médias para o processo seletivo do vestibular, como foi o caso dos primeiros cursinhos registrados: o Cursinhos da Poli, na Faculdade Politécnica da USP em São Paulo, e o cursinho realizado pelo Centro Acadêmico Armando Sales de Oliveira (CAASO) em São Carlos (CASTRO, 2005).

Já nas décadas posteriores, os PVPs se aproximaram da Educação Popular, especialmente a partir de uma segunda onda de cursinhos



relacionados à Teologia da Libertação e aos Movimentos Eclesiais de Base da igreja católica (Ibid).

Uma diferença significativa entre a primeira e segunda onda de cursinhos reside no fato que a primeira buscava pontualmente amenizar as dificuldades educacionais dos vestibulandos das camadas médias, não necessariamente trazendo discussões sobre as desigualdades educacionais ou sobre o diálogo entre a universidade e as demandas da população brasileira. O segundo, ao contrário, tinha suas bases fincadas numa concepção educacional de caráter emancipatória, de participação e formação política, para além do mero acesso e que questionava o papel da universidade em si, ou seja, eram ações políticas e educacionais motivadas pela efetiva intervenção nos rumos da sociedade.

Além da membros da igreja católica, movimentos sociais, estudantis, sindicais, comunidades de bairro, partidos políticos e ONGs também contribuíram para o estabelecimento dos PVPs como iniciativas contra hegemônicas.

Destaca-se um importante marco de organização dos cursinhos populares que ocorreu em meados dos anos 80 através do movimento negro no Rio de Janeiro: o EDUCAFRO (Educação Para Afro-descendentes e Carentes). Este cursinho surge a partir de uma campanha de fraternidade da igreja sobre o centenário da abolição da escravidão no Brasil e está, segundo Castro (2005), entre as experiências de cursinhos mais bem-sucedidos do país.

O EDUCAFRO não apenas visava viabilizar o acesso de populações negras e de baixa renda ao Ensino Superior, buscando a redução das desigualdades educacionais para estes grupos sociais, como também se concebeu enquanto movimento social nas lutas por moradia, direitos humanos e reforma agrária. Além disso, foi uma importante força mobilizadora na luta pela isenção de taxas dos vestibulares e pelo sistema de cotas em IES (Ibid).

Assim, é perceptível que há uma multiplicidade de concepções pedagógicas em torno dos PVPs, que envolve desde a reprodução conteudista – mas num período mais curto de tempo – do currículo do Ensino Médio até uma educação crítica e abertamente política que chega a intervir de forma ampla na sociedade, através da formulação de políticas públicas.

Com este breve histórico, portanto, é possível perceber contradições marcantes nos cursinhos alternativos desde sua origem, estando, assim,



sempre atrelados aos objetivos que os organizadores dos cursinhos atribuíam à própria atuação e à juventude. E é neste ponto que entram dois grupos relevantes de juventude que constituem os PVPs: aqueles concluintes ou recém formados do Ensino Médio que não conseguiram acessar o Ensino Superior e os universitários.

Enquanto os primeiros são adolescentes e têm, no geral, entre 15 a 18 anos, os segundos têm entre 18 a 25 anos e já passaram por mais vivências que os aproximam da vida adulta, o que os coloca em categorias diferentes de juventude, de acordo os conceitos desenvolvidos por Sposito, Souza e Silva (2018)³.

Isso é relevante porque coloca em encontro jovens que não apenas estão em diversas faixas etárias como também em situações educacionais diferentes e até antagonistas, visto que aqueles que acessaram a universidade tem mais chances de serem das camadas socialmente mais privilegiadas enquanto o público-alvo dos cursinhos é exatamente de grupos mais marginalizados.

Mas, embora contemplem distintos estratos sociais, os cursinhos são iniciativas que geram um vínculo entre os indivíduos participantes a partir de ações coletivas que buscam efetivamente alterar o destino comum de determinados grupos e contextos histórico-sociais. Em outras palavras - e utilizando os conceitos de Mannheim -, apesar destas juventudes estarem em posições geracionais diferentes, elas formam uma conexão geracional. E essa conexão pode ser efetivada em uma unidade geracional a partir das concepções político-pedagógicas daqueles que constroem os cursinhos populares.

Como não se pode afirmar que a juventude tenha determinada orientação política à priori e os cursinhos populares são, em sua vasta maioria, arquitetados por setores da juventude, não é coerente afirmar que, unicamente por ser um cursinho popular e ser direcionado a camadas mais

³ Para a autora, a juventude poderia ser dividida em três faixas principais: de 15 a 17 anos, marcados principalmente pela vivência escolar e, nos casos das camadas mais precarizadas, pela evasão escolar e a atividade laboral precoce; de 18 a 24 anos, com uma maior heterogeneidade de vivências que vão desde o acesso ao ensino universitário até um grande contingente de jovens que nem trabalham e nem estudam; e dos 25 a 29 anos, período etário de conclusão dos estudos, inserção da vida profissional, conquista da autonomia financeira e experiência da parentalidade.



precarizadas da sociedade, ele tenha perspectivas emancipatórias. As implicações dessa reflexão serão discutidas na próxima sessão.

Para além do acesso à Educação Superior: o papel contraditório dos cursinhos para a juventude brasileira

Há abundantes pesquisas sobre diversos cursinhos populares por todo o país, sendo predominantes os estudos de caso ou de comparação com outros tipos de cursinhos.

156

Destaca-se que os PVPs possuem uma heterogeneidade de funcionamento, organização interna, dinâmica de aulas, processos seletivos para estudantes, perfis de professores e locais de funcionamento (CASTRO, 2005). Somado ao fato que nem todos têm alguma institucionalidade, a unificação de dados amplos sobre a quantidade de cursinhos existentes e números de alunos ou educadores atuantes é limitada. Ainda assim, de acordo com Zago (2008), há estimativas que existam pelo menos 800 cursinhos populares espalhados por todo o Brasil, sendo a maior incidência na região sudeste do país.

Esse dado notabiliza uma problemática: a normalização da juventude brasileira por um intermédio entre o Ensino Médio e o Superior. Isso evidencia, por um lado, a insuficiência educacional do Ensino Médio, em especial o público, para a competitividade crescente por vagas nas IES brasileiras e, por outro, que há grupos sociais dispostos a se interpor diante dessa necessidade concreta da juventude. Esses grupos podem ser tanto os cursinhos populares quanto cursos preparatórios da iniciativa privada.

Em relação aos cursos privados, há de se pensar na assimetria de preparação entre eles e os cursinhos populares. De acordo com Fernandes (2015), cursinhos privados corroboram à manutenção de desigualdades educacionais, visto que eles se especializam em determinadas instituições ou áreas prestígio social de Ensino Superior, como medicina, direito e engenharia, ou seja, áreas historicamente ocupadas por grupos sociais de alta renda e por pessoas racializadas como brancas. A desproporção entre esses grupos e todos os outros estudantes que concorrem em condições comuns, sejam eles de cursinhos populares ou até escolas privadas, é descomunal.

Além disso, a lógica de educação é totalmente direcionada para o vestibular, de forma a ignorar aspectos de uma educação crítica,



desconsiderando interesses dos estudantes e até a futura utilidade de determinados conteúdos na área de formação. Foca-se predominantemente em metodologias instrumentalistas que possibilitem um melhor rendimento no vestibular, dando uma compreensão bastante utilitarista da educação (FERNANDES, 2015).

Isso ocorre pelo fato dos alunos desses cursinhos enxergarem a educação como investimento, inclusive estudantes de escolas públicas que veem nesses locais uma oportunidade de acesso a determinados conteúdos que não foram vistos ao longo de seus estudos. Fernandes (2015) ainda destaca a preocupação de alcançar o Ensino Superior com o único objetivo de obter melhores empregos, sem considerar todos outros amplos horizontes aos quais esse nível de escolaridade e a educação em si podem contribuir a nível cultural, filosófico e pessoal.

Trazer essa contextualização é importante porque mesmo entre os cursinhos populares podem existir concepções pedagógicas focalizadas por uma lógica mercantilista de aprovações no vestibular, ou seja, elas podem reproduzir os modelos de cursinhos privados, mas com público-alvo específico para uma população mais vulnerável, o que limita uma busca real de transformação social.

Cito dois exemplos. O primeiro é o caso do Cursinho da prefeitura de Piracicaba (SP). Ele existe desde 2005 e já teve mais de 5 mil estudantes. As vagas são exclusivas para estudantes que concluíram o 3º ano do Ensino Médio em escolas públicas ou bolsistas integrais em escolas particulares. O cursinho possui 150 vagas anuais, mas, no ano de 2020, em torno de 1.100 pessoas se inscreveram, o que gerou uma relação de quase 7,5 candidatos por vaga (Maestro, 2019), número este maior até do que diversos cursos de graduação nas melhores universidades do país. Embora se identifique enquanto popular, o um processo seletivo se dá por meio de uma avaliação escrita e, posteriormente, uma entrevista socioeconômica. Dessa forma, se busca selecionar apenas os melhores estudantes oriundos das camadas populares ou, escrito de outra forma, aqueles que teriam maiores chances de serem aprovados no vestibular. É, de forma contraditória, a lógica meritocrática do vestibular reproduzida num curso que se diz popular.

Outro exemplo é do cursinho do ITA em São José dos Campos (SP), chamado CASD Vestibulares, que foi concebido por membros do Centro Acadêmico, mas quis se desprender desse vínculo "político". Nesse caso, o artigo de Socorro e Vertamatti (2004, p. 3) cita o cursinho como "empreendimento educacional" e chega a dar o passo-a-passo - que contem



sua “missão e visão” - para que ele seja reproduzido em qualquer região, o que é bastante polêmico se se partir do princípio que o cursinho popular deve se relacionar com o contexto social no qual ele está inserido.

Este curso tem parceria com o Colégio Anglo, além de sua fiscalização e avaliação de qualidade serem rigorosas, muito assemelhando-se aos procedimentos de cursinhos privados. Ele tem processos seletivos muito concorridos para professores voluntários, chegando a ter 50 candidatos por vaga e que contam com aula teste e entrevistas individuais. O artigo ainda traz a informação: “Cabe registrar que 4 dos 5 diretores do Colégio Anglo – escola sede hoje - haviam se formado em engenharia no ITA, e deles, pelo menos dois haviam ministrado aulas no antigo Curso CASD” (SOCORRO; VERTAMATTI, 2004, p. 4).

A crítica não busca desmerecer o trabalho dos estudantes e organizadores dessas iniciativas, mas expor como a heterogeneidade dos PVPs pode deixá-los num limiar entre mero assistencialismo e instituição privada em potencial. O maior exemplo desse último é o Cursinho da Poli que, como dito anteriormente, foi um dos primeiros cursinhos do país. Ele não se guiava pela transformação social e hoje possui mais de 20.000 estudantes, chegando até a vender sistemas apostilados para outros cursos pré-vestibulares privados e populares (CASTRO, 2005).

Em suma, portanto, o diferencial dos cursinhos populares está na sua juventude e potencialidade de transformação social, política e ética, para além da socialização do capital e pela emancipação humana, especialmente porque tratam-se de iniciativas que estão fora de qualquer preceito do Estado, seja políticas públicas, currículos, limitação de carga horária, entre outros. Quando essas iniciativas riquíssimas se orientam por lógicas mercantilizadas e miméticas de cursos privados, elas não apenas perdem sua maior contribuição como, em mesma escala, ganham força como possível cursinho privado no futuro.

Por fim, se é verdade que “a juventude é o pioneiro predestinado para qualquer mudança da sociedade”, como afirma Mannheim (1977, p. 95), que tenhamos honestidade na crítica e determinação para desenvolver nossos projetos sociais e educacionais dentro de uma perspectiva realmente crítica e que busque a transformação das atuais e tão dramáticas condições de existência de nossa sociedade, pois qualquer atividade fora disso tem mais potencial para dissimular os problemas de nossa condição de exploração do que de, efetivamente, resolvê-los.



Referências

- AUGUSTO, M. Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v.17, n.2, 2005.
- CASTRO, C. **Cursinhos alternativos populares: movimentos territoriais de luta pelo acesso ao ensino público superior no Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2005.
- CARVALHO, M. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- FERNANDES, F. Neoliberalization of education in Brazil: the impact of cursinhos and the private sector on pedagogical practices and access to university. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v.40, n.3, p. 351-367, 2015.
- GIL, N. **Reprovação escolar no Brasil: história da configuração de um problema político-educacional**. Revista Brasileira de Educação, v.23, 2018.
- MAESTRO, F. Cursinho gratuito oferecido pela Prefeitura de Piracicaba recebe inscrições. **Piranot**. Acesso em: 10/01/2021. Disponível em: <<https://www.piranot.com.br/noticias/piracicaba/cursinho-gratuito-oferecido-pela-prefeitura-de-piracicaba-recebe-inscricoes/87249/>>.
- MANNHEIM, K. A função das novas gerações. In: PEREIRA, L. e FORACCHI, M. **Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MINTO, L. **A educação da “miséria”**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2011.
- MOCELIN, C. S. Uma análise marxiana da política de cotas no ensino superior público brasileiro. **R. Katál**, Florianópolis, v.23, n.1, p.101-110, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n1p101>.
- SCHWARTZMAN, S., BOMENY, H. M. B., COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. Fundação Getúlio Vargas, Editora Paz e Terra, 2ª ed, 2000.
- SENKEVICS, A. S.; CARVALHO, M. P. Novas e velhas barreiras à escolarização da juventude. **Estudos Avançados**, v.34, n.99, p.333-352, 2020.



- SOCORRO, A. A.; VERTAMATTI, E. Um modelo de implantação e gerenciamento de projeto social através do ensino pré-vestibular. **Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia**, Brasília, setembro, 2004.
- SPOSITO, M. P.; SOUZA, R.; SILVA, F. A. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v.44, e170308, p.1-24, 2018.
- WELLER, V. A atualidade do conceito de gerações em Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**, v.25. n.2, p.205-224, 2010.
- WELLER, V.; BASSALO, L. A insurgência de uma geração de jovens conservadores: reflexões a partir de Karl Mannheim. **Estudos Avançados**, v.34, n.99, 2020.
- ZAGO, N. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. **Perspectiva**, Florianópolis, v.26, n.1, 149-174, 2008.

recebido em 03 mar. 2022 | aceite em 27 dez. 2022



A relação entre sujeito e objeto na obra de Karl Marx

Fernando Ferreira ¹

161

Resumo

O presente estudo se propõe a analisar a relação estabelecida entre sujeito e objeto; estrutura e agência na obra de Karl Marx. Na primeira parte vamos resgatar a categoria de sujeito histórico como o proletariado. Num segundo momento apontaremos elementos para uma leitura do sujeito como o capital. Ainda na segunda parte mostraremos como estas perspectivas estão diluídas, cada um a seu modo, nos escritos do teórico analisado.

Palavras-chave: Marx, Marxismo, sujeito histórico, capital.

Resumo

Este estudio tiene como objetivo analizar la relación que se establece entre sujeto y objeto; estructura y agencia en la obra de Karl Marx. En la primera parte rescataremos la categoría de sujeto histórico como proletariado. En un segundo momento, señalaremos elementos para una lectura del tema como capital. En la segunda parte, mostraremos cómo estas perspectivas se diluyen, cada una a su manera, en los escritos del teórico analizado.

Palabras clave: Marx, marxismo, sujeto histórico, capital.

Abstract

This study aims to analyze the relationship established between subject and object; structure and agency in the work of Karl Marx. In the first part we will rescue the category of historical subject as the proletariat. In a second moment, we will point out elements for a reading of the subject as capital. In the second part, we will show how these perspectives are diluted, each in its own way, in the writings of the analyzed theorist.

Keywords: Marx, Marxism, historical subject, capital.

¹ Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2016) e mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2019). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS), e do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Política Social (GEMPS). | fernandogoncalvesferreira@gmail.com



O proletariado como sujeito histórico

162

A crítica de Marx à dialética posta em termos idealistas pode ser apreendida em matéria de um descolamento de uma análise pautada em um conteúdo metafísico para uma análise ontológica, entendida aqui como o estudo do ser social, não em termos transhistóricos. A dialética *posta sobre seus próprios pés* pode ser compreendida como uma dialética das formas de ser, das determinações da existência na particularidade de cada momento histórico. De forma mais acabada, pode-se dizer que é a dialética das categorias. No entanto, tanto Hegel, expressão maior do pensamento dialético idealista, quanto Marx, partem de um pressuposto da relação entre sujeito e objeto de forma coletiva. O sujeito não se apresenta em condições de um indivíduo abstrato, como pressupõe o individualismo metodológico burguês, antes de uma coletividade social, da humanidade e especificamente de classes sociais. O sujeito entendido aqui é sempre um nós. Nesta questão os dois autores se afastam do subjetivismo de Kant à Schelling. Por outro lado, Marx supera dialeticamente o pensamento hegeliano ao conceber o sujeito e o objeto como autodeterminantes e complementarmente contraditórios. Não há um sujeito pressuposto que se autodesenvolve aprioristicamente como um vir a ser no mundo, de forma que o sujeito precisa ser compreendido como sujeito concreto e determinado em dado período histórico. É conhecida a frase de O 18 de Brumário (MARX, 2011b, p.25) de que “os homens fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. Certamente isso não nos remete a uma análise de Marx como sendo nem evolutiva nem contingente, mas como determinadamente aberta dentro das possibilidades postas.

Assim como Marx não pretendeu compreender as formas pelas quais a humanidade não foi capaz de produzir sua própria história legada do passado ao presente em cada período histórico, não é nem poderia ser este o nosso objetivo aqui. Antes, torna-se necessário pensar estas contradições no marco deste período histórico, desta sociabilidade, da sociedade burguesa. Nesse sentido, como Marx e parte da tradição marxista apreende tais determinações no capitalismo.

Voltando a questão posta no 18 de Brumário, se as mulheres e homens não fazem a história como querem, quais são os meios pelos quais são condicionados, além do legado histórico progresso? É somente o peso



do passado que impõe ao presente esses condicionamentos à construção histórica? Quais são as determinações pelas quais os sujeitos tornam-se predicados de sua própria história? É exatamente a contradição dialética que pode nos responder tais questões. A agência humana está sempre condicionada pelas estruturas pelas quais, ainda que criadas pelos próprios seres humanos, nos submetem, não sem resistências e conflitos, a elas mesmas. Em outras palavras, os seres humanos não fazem sua história como querem, ainda que a façam. No entanto, ainda que o passado imponha as possibilidades e condicionamentos para a humanidade, existe um segundo elemento que se levanta como trava à agência dentro de tais circunstâncias dadas historicamente. Este é o elemento da dominação. É certo que esta determinação não é um pressuposto lógico da forma social capitalista que se realiza como imperativo absoluto, havendo, entretanto, uma contradição posta onde a negação da forma social capitalista é sempre compreendida como possível *força material*.

A questão central é entronizar até que ponto as condições determinadas impõem ao sujeito o condicionamento de não fazer sua própria história? Até que medida os sujeitos fazem sua história? Quais são os elementos pelos quais tais estruturas legadas do passado tornam-se sujeitos da história e até que ponto os seres humanos tornam-se objetos sob a forma de dominação capitalista. Certamente todo esse conjunto de questões passa pela dialética da contradição entre práxis e estranhamento, entre o passado e o presente e entre agência e estrutura.

A vasta obra marxiana expõe tais contradições, ora dando acento na práxis humana e na importância da transformação social, isto é, da agência humana, ora apontando como o estranhamento impõe sua própria dinâmica ao movimento do real. Em última análise, Marx oscila entre o papel político e humanista de apontar para um *dever ser*, de tomar partido em favor da práxis, ora de apontar as determinações próprias do ser, de como o estranhamento cumpre, na sociabilidade burguesa, o papel do sujeito e a estrutura se apresenta como o próprio agente, a força motriz pela qual os seres humanos são balizados a não fazerem a história como querem, isto é, em favor da realização de seus próprios interesses coletivos.

É certo que Marx não nasce pronto, mas todo e qualquer postulado de uma ruptura no pensamento marxiano entre o jovem e o maduro, o filósofo e o economista, o prático e o teórico é mera querela ideológica. Antes existe um fio condutor que atravessa toda sua obra entre o pensar e o propor, o conhecer e o criticar e, por fim, de expor as fraturas desta forma



social e suas formas de dominação para fornecer as bases para a agência humana na modernidade, sem que a necessidade de transformar a realidade influenciasse sua análise a ponto de escamotear determinados elementos dela mesma. Marx não só tinha uma posição política em sua forma de pensar e escrever, nem o pensar pelo pensar (como os neokantianos) movia sua obra. É a unidade de tais determinações que formam o fio condutor a que me referi anteriormente.

Por determinações ideológicas e filosóficas esta estrutura interna do pensamento marxiano foi quase sempre rompida na tradição marxista em todo século XX. Do estruturalismo althusseriano ao marxismo analítico de Cohen, da falsa dualidade entre economicismo e politicismo ao marxismo de cariz positivista da segunda internacional, todos estes preservam um traço que os distinguem de Marx, a saber, a carência da dialética como determinação central da análise. Em contrapartida diametralmente oposta, mas não menos vulgar, a vertente voluntarista esvazia toda análise ao tomar como pressuposto de toda compreensão a própria ação, esvaziando as mediações analíticas pelas quais se permitem compreender as formas essenciais de dominação imposta pela sociedade produtora de mercadorias. No entanto, o mesmo século XX foi o período histórico onde o marxismo mais floresceu desde Marx com as obras de Lukács, Gramsci, Ernest Mandel, a Escola de Frankfurt, etc. Nesse sentido, uma análise que se pretende seguir os passos da compreensão histórica a partir da teoria marxiana entre sujeito e objeto, agência e estrutura, etc., deve levar as duas dimensões em conta: a primeira, a razão dialética e o materialismo histórico, isto é, o próprio método como fio condutor; a segunda, a análise do real a partir da compreensão do ser e a proposição do *dever ser* sempre no sentido, em termos analíticos, da totalidade da vida social, evidenciando a compreensão para a transformação radical da sociedade.

O percurso da filosofia ocidental sempre colocou como questão central a relação entre sujeito e objeto. Às vezes explicitamente, e por outras tomadas como pressuposta. Nosso objetivo é apresentar como este debate aparece na teoria social de Marx tomada sob três aspectos: primeiro, em como Marx concebe esse debate no que se refere ao ser de forma genérica, como agente consciente, isto é, a sua concepção de sujeito na história; segundo, como Marx concebe o sujeito histórico como o proletariado e o seu papel na particularidade histórica do capitalismo; e terceiro, como a teoria do fetichismo da mercadoria apresenta a mercadoria como um sujeito sob o prisma da reificação das relações sociais no capitalismo. Esta tarefa



pressupõe trazer à baila determinações que extrapolam o aspecto sociológico, precisando ser compreendido em seu aspecto histórico, político e filosófico, isto é, na totalidade de seu pensamento.

Com relação ao ser genérico, é seguro dizer que, ao analisar o trabalho como a relação eterna do homem com a natureza, no sentido de transformá-la para satisfação de suas necessidades, Marx deixa claro o lugar do sujeito, ente que projeta teleologicamente a objetivação. O sujeito como o elemento consciente e que age sobre a matéria ou a natureza. Mas não é tão simples quanto se apresenta. Marx aponta que homem e natureza são determinações relacionais que só são possíveis na medida em que o seu oposto existe, mediando sempre as relações dos homens consigo mesmos neste processo. Numa longa citação de Marx isto se evidencia:

Vimos como, sob o pressuposto da propriedade privada positivamente suprasumida, o homem produz o homem, a si mesmo e ao outro homem; assim como [produz] o objeto, que é o acionamento (*Betätigung*) imediato da sua individualidade e ao mesmo tempo a sua própria existência para o outro homem, [para] a existência deste, e a existência deste para ele. Igualmente, tanto o material de trabalho quanto o homem enquanto sujeito são tanto resultado quanto ponto de partida do movimento (e no fato de eles terem de ser este *ponto de partida* reside, precisamente a *necessidade* histórica da propriedade privada). Portanto, o caráter *social* é o caráter universal de todo movimento; *assim como* a sociedade mesma produz o *homem* enquanto *homem*, assim ela é *produzida* por meio dele. A atividade (*Tätigkeit*) e a fruição, assim como o seu conteúdo, são também os *modos de existência* segundo a atividade *social* e a fruição *social*. A essência *humana* da natureza está, em primeiro lugar, para o homem *social*; pois é primeiro aqui que ela existe para ele na condição de *elo* com o *homem*, na condição de existência sua para o outro e do outro para ele; é primeiro aqui que ela existe como *fundamento* da sua própria existência *humana*, assim como também na condição de elemento vital da efetividade humana. É primeiro aqui que sua existência *natural* se lhe tornou a sua existência *humana* e a natureza [se tornou] para ele o homem. Portanto, a *sociedade* é a unidade essencial completada (*vollendete*) do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo da



natureza levado a efeito (MARX, 2010b p. 106-107, grifos do autor).

O trecho supracitado dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* é uma passagem brilhante em que Marx estabelece claramente a relação de causalidade entre ser social e natureza, onde ainda que sujeito e objeto se autodeterminem, preservam, cada um, a sua manifestação autêntica. É certo que neste ponto de seu percurso intelectual, Marx ainda preserve elementos como *essência humana*, remetendo-se claramente ao materialismo feuerbachiano. Todavia, Marx já dispõe de elementos sólidos para a crítica de Hegel em sua concepção filosófico-abstrata da relação entre sujeito e objeto, apontando que:

Hegel põe no lugar daquelas abstrações fixas o ato da abstração girando em si; por isso, ele tem o mérito de ter mostrado primeiramente os lugares de nascimento de todos esses conceitos impróprios pertencentes, segundo sua data de origem, a filósofos singulares; tê-los conjuntamente apreendido e, em vez de uma abstração determinada, ter criado como objeto da crítica a abstração que tenha a ver com o circuito todo (por que Hegel separa o pensar do *sujeito*, veremos mais tarde; mas está já evidente que se o homem não é humano, também sua externalização da essência (*Wesensäusserung*) não o pode ser; portanto, também o pensar não podia conceber-se como externalização da essência do homem como sujeito humano e natural, com olhos, ouvidos etc., vivendo na sociedade, no mundo e na natureza) (Ibidem p. 135, grifos do autor).

Com essa argumentação, fica clarividente a evocação de Marx por um sujeito humanamente concreto, *com olhos, ouvidos etc.* Agora não mais o Espírito é o sujeito, mas o ser social concretamente determinado e histórico. A partir desta noção de sujeito, Marx chegará à síntese (supracitada) de seu entendimento sobre o sujeito-humano ao afirmar, em seu *O Dezoito de Brumário de Louis Bonaparte*, que “os homens” – entendidos amplamente como seres humanos – “fazem a sua história; ainda que não a façam de “livre e espontânea vontade”. (MARX, 2011b, p. 25).

Ora, se é pela via do *trabalho*, isto é, pela relação que os seres humanos estabelecem com a natureza, que o ser social se constitui e desenvolve, seria mais ou menos acertado dizer que, para Marx, os seres



humanos são os sujeitos, aqueles que fazem a sua história, sob condições postas. Ao estabelecer o ser social como sujeito-humano, aquele que atua conscientemente sobre a matéria, (o objeto e, no limite, a sociedade) fazendo sua história (ainda que limitadamente), Marx deriva sua teoria do sujeito histórico. É precisamente neste ponto em que o sujeito na história se transforma em sujeito histórico para Marx: a classe que trabalha. O sujeito histórico se apresenta como a classe que não tem mais nada a perder senão seus próprios grilhões, o proletariado. É certo também, que esta escolha não é uma aposta cega, mas é resultado da análise processual das lutas sociais, onde o proletariado se apresentava como o protagonista de tais lutas, sendo a teoria do mais-valor fator central para reafirmar este estabelecimento.

A Crítica da filosofia do direito de Hegel (1843) é o primeiro passo que Marx dá em direção à constatação do proletariado como sujeito histórico, o que confirma a tese filosófica do sujeito como os seres humanos e o objeto como a natureza, ou neste caso, a sociedade. Neste ponto, as preocupações que rodeiam Marx, em seu debate com Hegel, são exatamente as questões do Estado e da Sociedade Civil que podem parecer laterais a este debate, mas não o são. Ao criticar a proposição hegeliana de que o Estado seria a base da Sociedade Civil, salientando exatamente o seu contrário, Marx afirma um passo importante rumo a solidificação do seu materialismo histórico. Ademais, ele propõe essa inversão a partir do pressuposto das classes sociais que compõe a estrutura dessa sociedade civil, agora não mais como massa indiferenciada, e nesta inversão, o trabalho, na persona do proletariado, ocupa um lugar de destaque. É na *Introdução* deste texto, escrita entre dezembro de 1843 e janeiro de 1844 que Marx aponta diretamente para o proletariado como sujeito histórico. Dizendo:

Eis a nossa resposta: na formação de uma classe com grilhões radicais, de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua um caráter universal mediante seus sofrimentos universais e que não reivindique nenhum direito particular porque contra ela não se comete uma injustiça particular, mas a injustiça por excelência, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano, que não se encontre numa oposição unilateral às consequências, mas numa oposição abrangente aos pressupostos do sistema político alemão; uma esfera, por



fim, que não pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar todas essas esferas – uma esfera que é, numa palavra, a perda total da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesma por um reganho total do homem. Tal dissolução da sociedade, como um estamento particular, é o proletariado (MARX, 2010a p.156).

Essa tese de Marx ganha mais fôlego a partir do desenvolvimento das lutas sociais na Europa, com destaque para a Prússia. Neste mesmo ano, me refiro aqui a 1844, eclode a revolta dos tecelões silesianos, que é massacrada pelo rei Frederico Guilherme IV, diga-se, na segunda tentativa de derrubar a revolta. Com a pretensão de analisar este acontecimento no calor do momento, Arnold Ruge, amigo de Marx, escreve um texto intitulado O Rei da Prússia e a Reforma Social, assinado um prussiano na revista *Vorwärts!* [Avante!] em julho, que é imediatamente respondido por Marx em agosto desse mesmo ano na mesma revista. O texto de Marx, intitulado *Glosas Críticas ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma social: de um Prussiano*, que ficou conhecido apenas como *Glosas Críticas* ou *Glosas Marginais*, é o texto que confirma a tese de Marx sobre proletariado como sujeito histórico em uma dimensão mais concreta do que na *Introdução*, visto que parte de uma luta social que, ainda que massacrada, está inscrita na realidade social, isto é, como movimento do próprio real.

Ainda que seja um texto de resposta ao artigo de Arnold Ruge no calor dos acontecimentos, este é um texto bastante rico do ponto de vista teórico, nele Marx analisa o Estado e o pauperismo tendo como base, ainda que incipiente da crítica da economia política, muito influenciado pelo texto de Engels sob o título de *Esboços para a crítica da economia política*, lido meses antes por Marx. É certo que o autor avançou bastante entre os dois textos supracitados. Nesse meio tempo, ele escreve os manuscritos de 1844 que ficaram conhecidos como *Manuscritos de Paris*, onde aponta também para o proletariado como sujeito da transformação social da ordem burguesa (já apontados). Nesse sentido, entre a *Introdução* e a *Glosas Críticas*, passando pelos *Manuscritos de Paris*, Marx vai consolidando sua visão do proletariado como sujeito da transformação social, saindo de uma defesa ética desta classe trabalhadora para uma constatação a partir da própria imanência das lutas sociais.

A descoberta da categoria do mais-valor é importante nesse sentido. Em dois textos, separados por 16 anos, me refiro à *Trabalho assalariado e*



capital e Salário, preço e lucro, Marx analisa a produção capitalista do ponto de vista da classe trabalhadora, reafirmando a tese do sujeito histórico e da necessidade da formação desse sujeito.

Não é nossa intenção fazer um excuro filológico da obra de Marx, apenas mostrar como o sujeito aparece em suas obras e é possível afirmar, com algum grau de certeza, que o proletariado é o sujeito histórico na particularidade da sociabilidade burguesa.

No entanto, ao passo em que sua compreensão sobre o caráter da modernidade vai consolidando, ele percebe que este *sujeito autêntico* tende a revelar-se aparentemente como *predicado* nesta sociabilidade. Sobre este aspecto, apenas os *Manuscritos de 1844*, os *Grundrisse* e *O Capital* preservam um fio condutor que resume o esforço de apreender as formas pelas quais o sujeito aparentemente troca de lugar com o objeto. Primeiro pela análise do estranhamento, passando pelo fetichismo do dinheiro e chegando no fetichismo da mercadoria. É preciso dizer que o esforço dessa compreensão sempre esteve associado à necessidade de recolocar esse mesmo sujeito no seu devido lugar. Podemos dizer que o percurso que Marx faz é o de (num primeiro momento) reconhecer o proletariado como único sujeito capaz de pôr pelos ares o capitalismo. Num segundo momento, reconhece as manifestações pelas quais o proletariado é eclipsado pela forma mercadoria, o que dificulta a ação do primeiro para pôr pelos ares a segunda. O terceiro momento é o esforço teórico e político de expor as duas primeiras determinações para uma transformação radical do capitalismo.

Antes de adentrarmos no centro do debate em questão, é preciso colocar de antemão a existência de duas entradas para este. Não resta dúvida sobre a relação sujeito e objeto na interpretação de Marx da generalidade histórica. O sujeito é o ser humano, o objeto é a natureza, a sociedade, etc., mas na medida em que o proletariado se apresenta como sujeito histórico, concomitantemente a mercadoria, ou a forma de relação baseada na produção de mercadorias, aparenta tornar-se o próprio sujeito. Em resumo, na especificidade da sociabilidade capitalista, existe, na obra marxiana, duas análises distintas sobre quem seria o sujeito. O proletariado ou a mercadoria. Isso não é tão simples, visto que as mercadorias são coisas, as relações sociais que produzem e trocam mercadorias, por sua vez, são relações humanas. A mercadoria só *ganha vida* a partir do estabelecimento das relações sociais capitalistas, em outras palavras, as relações entre pessoas passam a ser mediada por coisas, portanto, as primeiras tendem a ser subsumidas pelas segundas. Vejamos a questão mais de perto.



O imperativo do capital é a auto-valorização do valor, nesse sentido, toda produção e relações sociais pautadas na troca de mercadorias na sociabilidade burguesa, seriam o suporte oco preenchido pela coisa, pelo produto do trabalho humano no capitalismo, pela própria mercadoria como fim em si. Dizendo de outra maneira, Marx analisa a forma capital como dinheiro ou mercadoria que, posta em processo produtivo, valoriza-se pela mediação do trabalho humano. A força argumentativa da categoria capital reside na compreensão de que este, partindo dos pressupostos desta forma de relação, impõe à dinâmica das relações sociais uma forma nova de relação/dominação. Não necessariamente apenas uma dominação de uma classe sobre outra, como historicamente compreendida, mas como uma dinâmica de dominação abstrata da própria forma mercadoria (materializada no dinheiro) aos seres humanos. A compreensão de capital como dinheiro previamente acumulado e investido num processo produtivo, pondo em movimento a atividade humana é a exposição formal de como as relações no capitalismo se apresentam.

Olhando por esse ângulo, abre-se uma via de compreensão do capitalismo, uma nova lente analítica, conhecida como a tese de que Marx tivera pensado no sujeito histórico da forma social capitalista como sendo o próprio capital, isto é, o valor que se valoriza. Não apenas nos escritos da juventude, como nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, mas também nos *Grundrisse* onde aponta claramente para esta proposição e na sua obra mais substancial, *O Capital*, especialmente no capítulo I e IV (MARX, 2013). Não há dúvida de que existe a possibilidade desse tipo de leitura em Marx. Certamente o valor adquiriria o mesmo estatuto do *Gaist* para Hegel, como um posto lógico que se desenvolve de forma imanente, mas não sem contradições. Se partirmos dessa tese para a compreensão da dialética entre sujeito e objeto em seu pensamento, onde o capital se apresenta como o Espírito Absoluto, isto é, o tólos da história, aos seres humanos, conseqüentemente restaria o estatuto de objeto. Essas diferentes e, em certa medida, contraditórias formas de compreensão da realidade social a partir da obra de Marx, iluminam diferentes formas de análise teórica e ação prático-político do sentido da modernidade e da revolução social.

Por supor que Marx esclarece melhor esta questão nos manuscritos de 1857-1858 e para compreender melhor como essa determinação aparece em sua obra da maturidade, analisaremos os *Grundrisse* de forma mais detalhada no tópico seguinte.



Grundrisse e a relação entre sujeito e objeto em Marx

Os Grundrisse, texto escrito na Inglaterra em 1857-1858, é onde Marx desenvolve o início de sua crítica mais fecunda ao capitalismo, traçando a arquitetônica do capital. Esse texto é escrito no contexto de uma crise mundial, deflagrada nos Estados Unidos em 1857, de magnitude sistêmica.

Adentrando a obra que se constitui o laboratório de Marx, vemos que a divisão interna dos manuscritos é feita com uma Introdução, intitulada *Produção, consumo, distribuição, troca (circulação)*, um primeiro capítulo do dinheiro² e o segundo capítulo do capital.

No primeiro capítulo, há uma espécie de acerto de contas com dois economistas, nomeadamente com “Bastiat e Carey”. Marx critica a intenção dos autores de harmonizar as contradições postas já nas obras de autores da economia política clássica, de Smith à Ricardo. Tratava-se de “provar a harmonia das relações de produção ali onde os economistas clássicos ingenuamente retratavam seu antagonismo” (MARX, p. 28). É importante ressaltar que, ainda que a economia política clássica não harmonizasse tais relações, as tornavam naturais. Aqui evidencia-se que Marx faz uma dupla crítica: de um lado, a naturalização posta pelos economistas políticos clássicos e de outro, a harmonização como tentativa de escamotear o desenvolvimento dos pressupostos da mesma economia política até o limite³, como forma de restauração conservadora desta última pelos dois economistas não clássicos, mas segundo Marx, um tanto originais.

No capítulo da introdução, Marx faz uma estranha divisão entre subcapítulos começando pela “A produção em geral”, passando pelo tema “A relação geral entre produção, distribuição, troca e consumo” e chegando ao subcapítulo “O método da economia política”. Há ainda duas páginas pelas quais Marx alude ao debate que apenas enceta de modo esquemático sobre a “Produção. Meios de produção e relações de produção. Relações de produção e relações de intercâmbio. Formas de Estado e de consciência em relação às relações de produção e de intercâmbio. Relações jurídicas. Relações familiares”. Há de se fazer referência ao capítulo do *método* onde

² Publicado sob o título de “*Para a crítica da economia política*”.

³ Visto que segundo Bastiat e Carey, toda a arquitetura da crítica da economia política “tem seu pressuposto teórico nas obras da própria Economia clássica, especialmente em Ricardo, que tem de ser considerado sua expressão última e mais perfeita



Marx aponta que na relação histórica de formações sociais mais ou menos desenvolvidas, as formas mais desenvolvidas sempre preservam potencialmente a explicação das menos desenvolvidas. A exemplo da relação entre a renda da terra e o capital, Marx coloca que a primeira não pode ser compreendida sem a segunda, mas que o seu inverso é perfeitamente possível. Apontando que “o capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina” (ibidem, p. 60), sendo este o ponto de partida para se compreender as outras formas de exploração/dominação. É certo que esta expressão usada por Marx aponta para o processo de compreensão da realidade, circunscrita ao método, às disposições das categorias que vão do real ao pensamento, do concreto ao *concreto pensado*. O capital (que é o valor que se valoriza), esta relação social, é exatamente o centro de todas as abordagens e críticas marxistas.

Mas nada disso até aqui remete ao objeto de nosso interesse neste trabalho, a saber: a relação entre trabalho e valor; sujeito e estrutura e força produtiva e relação social de produção. É no próximo capítulo que Marx apresenta tais relações. É no “Capítulo do dinheiro” que ele começa a penetrar no caráter aparentemente místico das relações sociais no capitalismo, e de como o valor exerce esta dominação impessoal pela via do trabalho abstrato sobre os seres humanos.

Depois de uma longa abordagem da obra do proudhoniano Alfred Darimon sobre a relação das reservas metálicas dos bancos, neste caso o francês, e os títulos descontados pelos bancos, Marx avança pelo que consideramos central para o nosso debate neste capítulo, a questão do trabalho abstrato e conseqüentemente o dinheiro como mediação social.

Marx parte do apontamento de que o desenvolvimento histórico da divisão social do trabalho no capitalismo, articula uma interdependência da produção e apropriação dos distintos resultados dos trabalhos concretos pela via do valor de troca.

A dissolução de todos os pressupostos e atividades em valores de troca pressupõe a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção, bem como a dependência multilateral dos produtores entre si (ibidem, p. 104).

No que se refere à produção, fica pressuposto que a própria divisão do trabalho de modo geral já engendra tal processo. A particularidade histórica do capitalismo se manifesta apenas quando a forma trabalho



abstrato (tendo como forma o valor de troca e conteúdo o capital) se universaliza, solapando as formações sociais mais primitivas, que a apropriação das diferentes expressões do trabalho em geral é pressuposta pela mediação do trabalho abstrato, isto é, quando a forma valor (usada ainda como valor de troca por Marx neste momento) se universaliza como predominante é que surge tal possibilidade. O valor corporificado na forma mercadoria e dinheiro é a mediação social que engendra esta dependência recíproca, não mais o conteúdo concreto das necessidades imediatas da troca dos produtos do trabalho humano em geral. Nas palavras de Marx, “essa dependência recíproca se expressa na permanente necessidade da troca e no valor de troca como mediador geral” (Ibidem, p. 104).

Não é que haja uma separação entre valor de uso e valor na produção de mercadorias, pelo contrário, essa dualidade inextrincável da forma que a produção da riqueza assume no capitalismo é patente, antes, a observação notável feita por Marx é que a forma valor de troca (valor) é a mediação social entre os indivíduos, é a determinação que alinha todas as relações sociais circunscritas na forma social capitalista. O que corrobora no seguinte parágrafo:

A dependência recíproca e multilateral dos indivíduos mutuamente indiferentes forma sua conexão social. Essa conexão social é expressa no *valor de troca*, e somente nele a atividade própria ou o produto de cada indivíduo devêm uma atividade ou produto para si; o indivíduo tem de produzir um produto universal – o *valor de troca*, ou este último por si isolado, individualizado, *dinheiro*. De outro lado, o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais existe nele como proprietário de *valores de troca*, de *dinheiro*. Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso. A atividade, qualquer que seja sua forma de manifestação individual, e o produto da atividade, qualquer que seja sua atividade particular, é *valor de troca*, *i.e.*, um universal em que toda individualidade, peculiaridade, é negada e apagada. Na verdade, essa é uma situação muito distinta daquela em que o indivíduo, ou o indivíduo natural ou historicamente ampliado na família ou tribo (mais tarde, comunidade) reproduz-se diretamente com base na natureza ou em que sua atividade produtiva e sua participação na produção são dependentes de



uma determinada forma de trabalho e de produto, e sua relação com os outros é determinada da mesma forma (Ibidem, p. 105, grifos do autor).

Ora, se a mediação social que determina todas as relações sociais no capitalismo é a mediação do valor, se é pela via do trabalho, que do ponto de vista do capital importa que seja a medida do valor e do dinheiro que as relações sociais são postas nesta particularidade histórica, a forma de dominação, segundo Marx, se dá pela mediação *coisal*.

174

Neste sentido, Marx retoma a perspectiva que de certa forma não é inédita nem limitada aos Grundrisse que é a dominação impessoal pela via do valor e da mercadoria. Esta compreensão da sociedade burguesa aparece, como dissemos, em seus estudos de juventude já em 1844 nos manuscritos de Paris e aparecerá também em *O Capital* pela via do fetichismo da mercadoria. A categoria da exploração de uma classe sobre outra deverá sempre ser compreendida na perspectiva da dominação reificada da mercadoria sobre as relações sociais, ainda que, por vezes, não sejam exclusivamente apreendidas desta forma.

Esta determinação, da dominação abstrata da mercadoria e do trabalho como fonte de valor, rearticula toda potencialidade de crítica da sociedade burguesa, do modo de vida e do que seria uma sociedade emancipada, pondo o acento de todo projeto da crítica da economia política tanto à exploração em si, meio sintomático pelo qual se manifesta esta dominação, quanto e, sobretudo, a própria dominação *per si*. Visto que esta nova forma de dominação sustenta tanto a reprodução material quanto a reprodução espiritual, ideológica, etc., da sociabilidade burguesa. Residindo aí a força potencial do marxismo enquanto crítica do mundo burguês.

Cada indivíduo possui o poder social sob a forma de uma pessoa. Relações de dependência pessoal (de início, inteiramente espontâneas e naturais) são as primeiras formas sociais nas quais a produtividade humana se desenvolve de maneira limitada e em pontos isolados. Independência pessoal fundada sobre uma dependência *coisal* é a segunda grande forma na qual se constitui pela primeira vez um sistema de metabolismo social universal, de relações universais, de necessidades múltiplas e de capacidades universais. A livre individualidade fundada sobre o desenvolvimento universal dos indivíduos e a subordinação de sua produtividade coletiva, social, como seu poder social, é o terceiro estágio. O segundo



estágio cria as condições do terceiro. Por isso, as condições patriarcais, bem como as antigas (justamente como as feudais), declinam com o desenvolvimento do comércio, do luxo, do *dinheiro*, do *valor de troca* na mesma medida em que com ele emerge a sociedade moderna (Ibidem, p. 106, Grifos do autor).

A estrutura de dominação social e de dependência coisal pressupõe não só a conformidade e aceitação harmônica desta dominação por parte do sujeito (e de certa forma de classe social), mas suas próprias contradições expressam as possibilidades do engendramento das formas de resistência e emancipação. A contradição dialética entre estranhamento e práxis está explicitamente posta na obra de Marx. Precisa-se ter claro, no entanto, qual é o polo pelo qual erradia esta dominação abstrata. Não se trata apenas da dominação de classe pela via da propriedade privada, antes, estrutura-se na forma pela qual produzimos as mercadorias e como tais exercem essa dominação.

Por esse ângulo, partimos da hipótese de que não há em Marx uma leitura dicotômica, no que se refere a dominação, entre o fetichismo da mercadoria, das classes sociais e formas particulares. Ambas são *formas de ser* constitutivas das relações sociais onde predomina a troca generalizada de mercadorias. Não há uma hierarquia categorial explicativa que exprime a diferença no grau de importância em conteúdo valorativo. Todavia, consideramos que há a condição pela qual certa categoria pode conter em si os elementos explicativos de outra ou de outras. Em outras palavras, certas categorias preservam elementos que permitem mais mediações e são mais totalizantes. O que evidencia isto é o nível de abstração que esta categoria exige para sua apreensão. A crítica feita a forma de dominação de classe é pertinente e preserva um conteúdo sensível quando exposta, visto que aponta para as personas que se relacionam enquanto trabalhadores e capitalistas. Explicitar, por outro lado, a dominação do trabalho abstrato, portanto da mercadoria, é muito mais complexo e pressupõe que se faça um número maior de mediações. A crítica feita à dominação de classe geralmente é atribuída a forma desigual com que o valor é distribuído.

É certo que a dominação de classe é anterior à dominação reificada, visto que historicamente as classes sociais como servil e escravista já estabeleciam formas de dominação que precedem a capitalista, sendo a dominação reificada possível apenas a partir da universalização da troca que só é possível com o excedente. Em outras palavras, é com o desenvolvimento da sociedade moderna, onde a objetivação da forma



mercadoria se universaliza, que se torna possível tal dominação objetiva e subjetiva. Este é um elemento qualitativamente novo na história da humanidade, onde o produto do trabalho humano articula e arma todas as relações sociais.

Outra diferença qualitativamente nova com o desenvolvimento da sociedade burguesa é que a dominação de classe não se apresenta explicitamente de forma coercitiva, antes se manifesta sob a falsa condição de liberdade, a liberdade de venda da força de trabalho no mercado, reservando a dominação de classe à condição na forma objetiva de garantia das necessidades materiais de vida e existência e, por outro lado, a dominação subjetiva como forma ideológica, isto é, como falsa consciência que entifica-se no mundo material.

Por sua vez, a centralidade que o trabalho assume no capitalismo não se apresenta imediatamente desta forma, exposta à primeira vista. Ela se apresenta como centralidade do capital, sobretudo na sua forma elementar, o seu equivalente universal, o dinheiro. No entanto, fica claro que, ao tomar como ponto de partida a teoria do valor trabalho, Marx chega ao trabalho como fonte do valor e neste momento desnuda o caráter aparente do dinheiro e a especificidade do trabalho como mediador das relações sociais. Capital é, em sua essência, a forma que se vivifica com o conteúdo do trabalho (abstrato), como observamos acima.

É a partir da alienação total das capacidades de viver sem a submissão do trabalho ao capital (o espraiamento do trabalho assalariado), que o trabalho passa de uma das determinações da vida social para transformar-se na mediação central da vida social, isto é, os seres humanos passam a se relacionar a partir da sua subordinação como trabalhadores ao capital. Não se relacionam mais como sapateiro, alfaiate, padeiro, professor, etc., mas como produtores de valor. A determinação central da vida humana é deslocada no capitalismo para o trabalho abstrato.

Neste sentido, a relação entre os homens passa a ser subsumida a relação entre coisas, o produto do trabalho humano passa a ser a intercessão entre as relações sociais, visto que o trabalho passa de elemento transformador da natureza (*e da própria natureza humana*) à produtor de valor, ainda que preserve (em alguns casos) o caráter de transformação da natureza.

Numa passagem longa, Marx aponta brilhantemente como as relações sociais se reconfiguram com o desenvolvimento das relações mercantis:



Caso se considere relações sociais que geram um sistema não desenvolvido de troca, de valores de troca e de dinheiro, ou às quais corresponde um grau pouco desenvolvido destes últimos, é desde logo claro que os indivíduos, embora suas relações apareçam mais pessoais, só entram em relação uns com outros como indivíduos em uma determinabilidade, como suserano e vassalo, senhor e servo etc., ou como membros de uma casta etc., ou ainda como integrantes de estamento etc. Na relação monetária, no sistema de trocas desenvolvido (e essa aparência seduz a democracia), são de fato rompidos, dilacerados, os laços de dependência pessoal, as diferenças de sangue, as diferenças de cultura etc. (todos os laços pessoais aparecem ao menos como relações *pessoais*); e os indivíduos *parecem* independentes (essa independência que, aliás, não passa de mera ilusão e , mais justamente, significa apatia – no sentido de indiferença), livres para colidirem uns contra os outros e, nessa liberdade, trocar. [...] A determinabilidade que, no primeiro caso, aparece como uma limitação pessoal do indivíduo por parte de um outro, aparece no segundo caso desenvolvida como uma limitação coisal do indivíduo por relações dele independentes e que repousam sobre si mesmas (Ibidem, p.111, Grifos do autor).

Marx apreende o giro que a relação mercantil generalizada imprime nos indivíduos, onde um tipo de relação de *dependência pessoal* torna-se uma forma acabada e predominantemente de *relação de dependência coisal*.

No entanto, a originalidade de Marx nesse texto consiste na sua capacidade de analisar o movimento do capital em sua totalidade ampliada e levar às *determinações ultimas* esse movimento. O capital aparece como forma avassaladora de uma *destruição criativa* que se apropria do conteúdo do trabalho como uma *criação destruidora*.

Dois pontos são apontados como centrais na análise geral do movimento do capital, isto é, no capítulo do III, intitulado *capítulo do capital [reprodução e acumulação do capital]*. Tais movimentos, se tomássemos o estágio atual de desenvolvimento do capital, seriam determinadamente negativos, vejamos mais de perto:

No conceito mais simples do capital, têm de estar contidas *em si* suas tendências civilizatórias, etc.; não podem aparecer, tal qual nas teorias econômicas até aqui, como meras



consequências externas. Da mesma forma, é preciso demonstrar que neles já estão latentes as contradições posteriormente deliberadas (Ibidem, p. 338, Grifos do autor).

A primeira tendência aparece como esgotada de possibilidades nessa quadratura do desenvolvimento do capital, sobretudo pela manifestação da sua crise estrutural, que é o caráter civilizatório dessa forma social. A segunda é o elemento chave para entender o movimento na sua totalidade, i.e., as suas contradições internas, que já não estão necessariamente latentes, mas superexpostas pela mesma motivação.

Ao tomar como pressuposto a segunda tendência apontada, Marx, ao analisar a contradição entre a produção e a valorização, e constatar que, necessitando de uma abordagem mais imanente, totalizante, etc., aponta que:

Para abordar a questão mais de perto: há um limite, não à produção geral, mas a produção fundada no capital, e esse limite é duplo, ou melhor dizendo, é o mesmo limite considerado em duas direções. Aqui é suficiente mostrar que o capital contém uma limitação *particular* da produção – limitação que contradiz sua tendência geral de transpor obstáculos à produção – para desvelar o fundamento da *superprodução*, a contradição fundamental do capital desenvolvido; para desvelar, sobretudo, que ele não é, como acreditam os economistas, a forma *absoluta* para o desenvolvimento das forças produtivas – forma absoluta como forma da riqueza, coincide absolutamente com o desenvolvimento das forças produtivas. O próprio capital, contudo, corretamente entendido aparece como condição para o desenvolvimento das forças produtivas, uma vez que elas necessitam de incitamento externo, incitamento que, ao mesmo tempo, aparece como seu freio. Disciplina das forças produtivas que se torna supérflua e incômoda a certo nível de seu desenvolvimento, da mesma forma que as corporações etc. Esses limites imanentes têm de coincidir com a natureza do capital, com suas próprias determinações conceituais essenciais (Ibidem, p. 339, Grifos do autor).

Por fim, consideramos que a análise de Marx não propõe uma substituição ou auto-contradição entre as formas de dominação. Antes, precisa-se ter claro que ambas, a dominação de classe e a dominação



impessoal da mercadoria, exercem suas legalidades relativas na sociabilidade burguesa. Ora Marx põe o acento em uma forma, ora em outra. O que unifica as diferentes perspectivas dadas pelas leituras da obra de Marx, é que para uma sociedade emancipada seria necessário pôr pelos ares ambas as formas de dominação.

Referências

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010a.

MARX, K. **Manuscritos econômicos –filosóficos**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010b.

MARX, K.; ENGELS, F. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010c.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011a.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011b.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.

Recebido em 03 dez. 2021 | aceite em 06 dez. 2022



Texto para Discussão



Levantados dos porões. Presente tenebroso, passado obscuro e futuro incerto: após o 1º turno das eleições presidenciais de 2022 — breves notas

Paulo Alves de Lima Filho¹

181

Resumo

Neste texto procura-se abordar três temas correlatos que conformam o destino da democracia sob o processo da revolução na contrarrevolução, quais sejam, a opção antidemocrática radical da ultradireita e a necessária revolução democrática radical dos trabalhadores e a transição democrática promovida pela revolução democrática radical no sentido da transformação social. Para tal formula-se uma crítica radical da assim chamada revolução socialista e retoma-se a formulação da necessária teoria da transição comunista.

Palavras-chave: Revolução na contrarrevolução; revolução antidemocrática radical; revolução democrática radical dos trabalhadores; crítica da teoria da revolução socialista; teoria da transição comunista.

¹ Economista pela Universidade da Amizade dos Povos “Patrice Lumumba” – Moscou - Rússia, doutor em Ciência Política pela PUC-SP. Coordenador Geral do IBEC. | palf1951@gmail.com



Resumen

Este ensayo busca abordar tres temas relacionados que marcan el destino de la democracia bajo el proceso de revolución en la contrarrevolución, a saber: la opción antidemocrática radical de la ultraderecha, la necesaria revolución democrática radical de los trabajadores y la transición democrática promovida por la revolución democrática radical en el sentido de transformación social. Para ello, se formula una crítica radical a la llamada revolución socialista y se retoma la formulación de la necesaria teoría de la transición comunista.

Palabras clave: Revolución en la contrarrevolución; revolución antidemocrática radical; revolución obrera democrática radical; crítica a la teoría de la revolución socialista; teoría de la transición comunista.

Abstract

This essay seeks to address three related themes that shape the fate of democracy under the process of revolution in the counterrevolution, namely: the radical anti-democratic option of the ultra-right, the necessary radical democratic revolution of the workers, and the democratic transition promoted by the radical democratic revolution in the sense of social transformation. To this end, a radical critique of the so-called socialist revolution is formulated and the formulation of the necessary theory of the communist transition is resumed.

Keywords: Revolution in the counterrevolution; radical anti-democratic revolution; radical democratic workers' revolution; criticism of the theory of socialist revolution; communist transition theory.

Introdução

A era histórica que se abre no Brasil com a revolução na contrarrevolução (instaurada esta última, oficialmente com o golpe de 1964 e não extinta com a Constituição de 88) é a da revanche da linha dura ditatorial, derrotada com a abertura democrática, é a ascensão dos porões da ditadura, a hora dos torturadores e dos assassinos, dos abandeirados de Frota e Ustra, a sublevação da caserna contra o fantasma da decadente civilidade burguesa, a desforra da ultradireita contra a abertura democrática, é a marcha da família com deus contra o comunismo ateu, a marcha ao retorno da ditadura por dentro da ordem e contra a ordem vigente na Nova República.²

² "A questão metodológica central relativa ao golpe parlamentar em curso é derivada da particularidade desta sociedade capitalista em sua subordinação estrutural ao



A revolução na contrarrevolução é a revolução da ala ultradireitista da contrarrevolução civil-militar de 1964, radicalmente antidemocrática, uma revolução antidemocrática radical, forma histórica da nova etapa da contrarrevolução. Institui e prossegue sua tarefa de desmanche da Nova República, da Constituição e 1988, pois a destruição dessa república implica, necessariamente, a desconstitucionalização do país, a destruição da nação e um salto no vazio neocolonial.

Os homens que a promovem são todos, necessariamente, liquidadores da história pregressa da nação e de todos os elementos emancipatórios da civilização capitalista construída até aqui no país e no mundo, contra a forma histórica do capitalismo brasileiro, expansão singular do capitalismo particular às ex-colônias ibéricas.

Para bem exercerem tal proeza inaudita se exige deles a cruzeza e o sangue frio, a violência e a brutalidade, a desfaçatez dos algozes, a rudeza e o desprezo pela civilidade e os modos fraternos dos povos originários assim como dos ingênuos civis alheios à mitológica superior retidão da cultura castrense, o desrespeito às formas históricas consagradas das relações interpessoais, institucionais e sociais em geral, carregarem a suposta verdade inabalável dos ungidos pelas forças celestiais superiores e um inesgotável baú de enganos e mentiras. Eles são revolucionários, mas de uma especial revolução a exigir deles modos especiais, expressos por via do **cafajestismo delinquente**, a atuar simultaneamente contra as normas sociais e os códigos civis.

Esta revolução na contrarrevolução nos pagos ex-coloniais assume o caráter de uma regressão às trevas coloniais, de ódio à civilização aborígene, seja ela a original, indígena milenar, ou a brasileira construída nos cinco séculos e pouco de sua existência. O projeto dos porões é o da reconquista e

capital monopolista mundial. Daí podermos afirmar que a real economia política do golpe é o desmonte da nação como forma da revolução da contrarrevolução, cujo complexo socioeconômico e, conseqüentemente, político, não só não foi derrotado na transição transada à democracia dos monopólios como cresceu sob a sombra dos governos democráticos que se sucederam no poder desde 1985. " (In <https://iela.ufsc.br/noticia/o-desmonte-da-nacao-ou-revolucao-da-contrarrevolucao>, 30/03/2016)



ocupação de um território a ser subjugado e limpo dos recalcitrantes, dos adeptos da velha ordem a ser exterminada.³

A nova ordem é a dos conquistadores, a promover a anulação da velha ordem e a redescoberta e reconquista do Brasil, agora expressão da metrópole da ultradireita, da contrarrevolução trumpista, contrarrevolução mundial. A nova ordem é a ordem dos bárbaros, daqueles derrotados politicamente dentro do bloco ditatorial forjado em 1964. Trinta e quatro anos após o nascimento da Nova República que ora fenece, a ala cavernaria da caserna se viu abraçada por novas forças sociais que atravessam todas as classes, porém fundamentalmente por uma nova burguesia predadora, sedenta de poder e sangue, disposta a marchar alegre e destemida por sobre os cadáveres da velha ordem, tal como fizeram com suas vítimas sob a ditadura civil-militar, aliada, por sua vez, às novas forças burguesas mundiais a operar no mesmo sentido histórico. Vivemos a hora dos assassinos.

Saliente-se que em se tratando de processo de constituição de uma nova civilização capitalista mundial a alastrar-se, estamos diante do surgimento de um novo capitalismo mundial, em especial de um novo imperialismo radicalmente antidemocrático, dado ser a revolução mundial da ultradireita uma **revolução antidemocrática radical**. Aponta, esta, no mundo ex-colonial, para um futuro neocolonial de estatuto agravado, profundo e de amplo espectro reprodutivo, caráter de um futuro colonialista no que respeita a esse novo capitalismo em construção, ao novo imperialismo.⁴

Assim é que no mundo ex-colonial a revolução na contrarrevolução é **conservadora** de modo peculiar, pois trata-se de afirmar radicalmente os fundamentos miseráveis do capitalismo particular a essa órbita. É *uma revolução conservadora do capitalismo da miséria, aberto à predação econômica, ambiental e social da nação, muito especialmente de sua classe trabalhadora e pobres em geral, seus miseráveis*.

Ora, como enfrentar uma revolução antidemocrática radical quando toda a ordem social é estável e incivilizadamente conservadora, democraticamente conservadora? A ordem social está na **defensiva** e

³ Lima Filho, Paulo Alves. As artes do parafuso sem fim, in Campos (org.), Fabio **Introdução à formação econômica do Brasil**. Marília, Lutas Anti Capital, 2018, p. 99-107.

⁴ Sampaio Jr., Plínio de Arruda Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial, in **Crônica de uma crise anunciada**, São Paulo, SG Amarante, 2017. p.123-133.



mostra-se impotente para opor-se radicalmente à **ofensiva** da revolução contrarrevolucionária da ultradireita. A oposição radical para a superação da contrarrevolução só pode ser, nestas circunstâncias, a proposta de luta por uma **revolução democrática radical**. Há uma guerra de vida ou morte entre a velha e a nova ordem capitalista em gestação. A ofensiva democrática, então, só pode ser a de uma nova ordem democrática radical.

Mesmo a vitória bem provável do bloco da velha ordem conservadora, com Lula à frente, não será garantia de sucesso, a médio e longo prazos, contra a ofensiva dos bárbaros.⁵

A persistir como dominante a **política da união da democracia conservadora**, se verá dessangrado o patrimônio democrático das forças sociais brasileiras e, assim, concomitantemente, do próprio PT, tal como já ocorrido com o PMDB e PSDB e em processo avançado com o PDT e, anteriormente, com o PTB e o Partido Comunista e seus vários desgarramentos.

Contra a reconquista e ocupação do território nacional pela revolução da ultradireita, somente será eficaz e definitiva a transição a uma luta, uma guerra pela revolução democrática radical liderada pelas forças populares, únicas talvez nela potencialmente interessadas, dado que as burguesias desde sempre se negaram a ela. E o partido político que lideraria tal luta seria bem distinto daquele que ora congrega e anima as esperanças da maioria do proletariado e pobres em geral, o PT.

Para que isso ocorra é necessário alimentar nos trabalhadores as esperanças emancipadoras, ou seja, de transformação social para além dos apelos materiais imediatos e pouco mais além, no sentido exclusivo de melhorar socialmente a qualidade do controle do capital sobre os trabalhadores (universalização da educação pública de qualidade, do sistema de saúde popular, p.ex.) e da fé amorosa, cristã ou não.

Obrigatório será pensar a transformação social como transformação da sociedade brasileira, da vida em todas as suas dimensões, a transformação da reprodução social que viria a demolir a ordem conservadora do capitalismo da miséria, a transformação da vida pessoal, de classe e nacional unicamente possível por meio de revolução democrática radical, que abra as portas para a revolução social. Alimentar as consciências

⁵ Como, dentre outros, observam Paulo Nogueira Batista e Boaventura de Souza Santos, respectivamente na Carta Capital, "Contra o golpe do medo", 21/09/2022, 34-35 e "A nova ordem e as rochas", 27/07/2022, 45-49.



O passado assombra o presente

Entretanto, as vicissitudes históricas dos últimos dois séculos operaram o obscurecimento da questão democrática na luta operária e popular, tornando-a refém de duas matrizes teóricas que a empobreceram e ainda a empobrecem radicalmente, a liberal e a marxista-leninista.

O veio liberal aprisiona a democracia nos limites do capital e da propriedade privada, ao passo que a marxista oficialista, emanada posteriormente pela URSS de Stalin e neostalinistas, a aprisiona nos limites da sua sociedade socialista, do poder esmagador do estado e do partido regente, bloqueando a revolução social, o trânsito anticapitalista no sentido anti-capital, i.e., a transição comunista, perpetuando, assim, o capital e a sua propriedade estatal. O sentido do sequestro da questão democrática, é, pois, o da conservação do capital e sua elevação a regente indiscutível da ordem social, da negação da possibilidade e necessidade da emancipação econômica do trabalhador assalariado, o retrocesso teórico e prático aos limites da economia política e da política de negação da revolução emancipadora. Permaneceria, supostamente em pé, desse modo, teoricamente e vigente, somente a revolução democrática burguesa, radical ou conservadora, consagrada na historiografia e desapareceria a revolução democrática radical dos trabalhadores como antessala, vestíbulo, introito da revolução social que se realizaria como *revolução comunista* em suas duas fases, tal como teorizado por Marx em sua *Crítica do programa de Gotha* de 1875.

Ocorreu, entretanto, haver sido abandonada a vertente histórica materialista de Marx, tal como já ocorrera com a transição comunista, em prol da *revolução socialista*, inventada por Lassale e chancelada por Kautsky, assim universalizada em todo o movimento operário socialista e comunista e



posteriormente consagrada por Stalin e seus sucessores, hoje dominante nos meios revolucionários anticapitalistas.⁶

Antes que se inventasse a teoria lassaleana da revolução socialista, o movimento emancipador visava a elevação da consciência de classe dos trabalhadores para a conquista do poder político, condição essencial para que a classe pudesse realizar a sua emancipação econômica. Esta revolução política ocorreria como resultado da revolução democrática radical dos trabalhadores. Entretanto, o trânsito de contrabando da revolução socialista à III Internacional e a revolução proletária ocorrida na Rússia em outubro de 1917 obscureceram os processos político-econômicos vitais a ela imanentes, transformando a revolução democrática radical em revolução socialista e a transição em transição socialista, contrariamente ao que expressara Marx em sua crítica ao programa de Gotha dos socialistas alemães, da unificação de suas duas principais vertentes.

Essa conglomeração de equívocos teóricos, a caracterizar o colapso teórico vivido pelo movimento emancipador dos trabalhadores ainda não foi resolvida, o que promove impasses práticos devastadores (a bem da verdade, cumpre dizer que Lucien Sève, no quarto volume de sua quadriologia, iniciada em 2004 e semiacabada em 2019, seu opus final, a resolve de modo extremamente satisfatório). Em primeiro lugar, a questão das equívocas revoluções socialistas e suas inevitáveis transições, de fato, ao capitalismo. Fato que motivou o surgimento e expansão de uma certa crítica democrática liberal dessas experiências históricas dentro do movimento comunista (e não só) que, por força de seus fundamentos teóricos, orientava à deposição definitiva das armas da crítica, da luta emancipatória e, conseqüentemente, à liquidação dos partidos que ainda ousavam se chamar de comunistas.

Tal o caso, para não falar de outros de menor relevância, do maior partido comunista do ocidente, o PCI (Partido Comunista Italiano), que optará por autodissolver-se em 1991 e renomear-se como PDS (Partido dos democratas de esquerda), mais o surgimento de suas frações partidárias, o PRC (Partido da Refundação Comunista) e PdCI (Partido do Comunistas Italianos). O imediato declínio e posterior desaparecimento da luta emancipatória dos trabalhadores conduzirá à demolição do bloco democrático italiano forjado após a II Guerra e ao conseqüente avanço das

⁶ Sua crítica radical se encontra em Sève, Lucien. **Penser avec Marx aujourd'hui**. Tome IV. Le communisme?, Paris, La dispute, 2019, p.300; 309; 312.



forças antidemocráticas, até a vitória, dias atrás (25/09), de Giorgia Meloni, líder de um partido neofascista (Fratelli d'Italia). Pela primeira vez, desde o pós-guerra, o fascismo voltava ao poder.

Em todos os países onde se opera a desfibrilação emancipacionista da luta democrática dos trabalhadores, gesta-se um bloqueio à emancipação destes, observa-se intensa degradação democrática e ascensão das forças antidemocráticas da ultradireita, pró-fascistas ou explicitamente fascistas. Passo a passo rumo ao centro, a velha esquerda emancipacionista, socialista, comunista ou pequeno burguesa, vai abrindo caminho à ascensão fascista.

O Brasil segue o mesmo roteiro. De concessão em concessão às necessidades burguesas, às necessidades estratégicas do capital e suas burguesias, opera-se mundialmente a transição ao novo imperialismo, ao capitalismo fascista que se organiza politicamente a nível mundial para além das relações exclusivamente econômicas.

No Brasil, sob o empuxe da revolução na contrarrevolução promovida pela ultradireita, a simples tentativa de manutenção da ordem conservadora do capitalismo da miséria não só é impotente para barrar o avanço dos bárbaros, como conduzirá inevitavelmente à destruição dessa ordem até a sua falência final. Ordem já bastante estraçalhada, já em grande medida suspensa no STF, quando as demais instituições se encontram mais ou menos colonizadas pelos revolucionários da ultradireita e seus aderentes oportunistas. A negação do movimento de emancipação dos trabalhadores, das maiorias pobres e miseráveis é a afirmação incontestável da emancipação do capital. O capital emancipado, como sabemos, por sua vez, rapidamente marcha à recriação da escravidão aberta desses contingentes de classe e da própria sociedade, eleva-se ao controle pleno da reprodução social.⁷

Entretanto, o trânsito teórico que vai da negação da marcha da ultradireita para o salto à exigência imediata da luta pela revolução socialista, como ocorre nas atuais vertentes revolucionárias da esquerda marxista, ao pretender ser resposta à ofensiva da revolução antidemocrática radical da ultradireita, **abole**, de fato, o caminho real, o trânsito da luta através da revolução democrática radical dos trabalhadores, única capaz de propor e realizar a emancipação destes. Ora, a abolição da única forma de realização

⁷ Note-se a já realizada escravização espiritual das massas neopentecostais e sua enorme dimensão política. Aliás, o recrudescimento dos movimentos identitários, em grande medida são obra da própria política imperialista.



da emancipação dessas maiorias opera, de fato, o *bloqueio* desta. O que se deseja ser a radicalidade necessária do processo, de fato torna-se a *destruição dessa radicalidade*.

Eis, então, haveremos chegado ao nó górdio da incrível complexidade de nosso impasse transformador e à sua solução, quando os processos comandados pelas mais democráticas das forças democráticas, quais sejam, a *esquerda da ordem* (para todos os efeitos chamemos assim o PT e assemelhados) que no seu afã de *salvar* a ordem conclama e *opera a unidade da ordem pela democracia* (conservadora) e a *esquerda contra a ordem* (chamemos assim as seitas comunistas, socialistas e anarquistas contra a ordem) ao quererem *superar* a ordem capitalista miserável, conservadora, operam ambos, concomitantes e solidários, o bloqueio à emancipação dessas maiorias.

A primeira, negadora teórica da necessidade da transformação social e, portanto, da emancipação da classe proletária, não concebe outro meio de barrar a ultradireita senão postulando o cerco ao seu avanço por via da máxima ampliação das forças eleitorais coligadas, em *movimento de conservação, restabelecimento e melhoria incremental da ordem capitalista*. A outra, adepta da transformação social, quer a liquidação dos fundamentos históricos da existência da ultradireita e da ordem capitalista conservadora, não vê outro caminho para isso senão a *revolução socialista*, embora não tenha clareza de como se chega a ela nem se ela, de fato, eliminará os fundamentos da ordem, dado a *regressividade universal* desta primeira fase da *experiência socialista mundial*. Ao não enfrentar decididamente a ordem, passa a ser ela, *também, caudatária da conservação da ordem*.

Em ambas inexistente a concepção da inescapável necessidade da transformação da massa proletária pobre e miserável em classe e da emancipação desta como fundamento da possibilidade histórica de superação da ordem capitalista, seja a *miserável* particular aos países ex-coloniais ou a sua *genérica expressão mundial rica* da ordem do capital. Ambas não concebem a emancipação da classe como necessidade vital para a negação do capitalismo e do capital, como **único meio de transitar ao comunismo**. E a única via de alcance da transição comunista é a revolução democrática radical dos trabalhadores, antessala desse processo, sem o qual não se salta do cerco da ultradireita e da ordem capitalista miserabilizante da massa proletária e da nação à negação dessa ordem. Não se chega à revolução social e à transição comunista a não ser através da revolução democrática radical dos trabalhadores. Sob o império de sua ausência



chega-se à fantástica devastação social operada pela regressão neocolonial, tal como aquela observada no Chile, aos atuais impasses dramáticos do movimento social emancipatório.

A teoria da revolução socialista

Por sua vez, a teoria da revolução socialista, ao negar a posição de Marx (em sua Crítica ao programa de Gotha) ignora a imanente vitalidade dinâmica da transição comunista, forma do movimento da classe trabalhadora emancipada, expressão da democracia em pé constituindo-se em agente fundamental da transformação social. Advoga uma transição socialista sob comando do estado e do(s) partido(s) revolucionário(s) da ordem, impotentes para transitar contra o capital, embora assumindo formas anticapitalistas.

Não há transição comunista sem centralidade do movimento emancipador da classe trabalhadora, agente vital desse processo, sem a constituição da classe operária e trabalhadora em classe hegemônica e dirigente. A emancipação da classe, por sua vez, expressa a marcha da revolução democrática radical sob a hegemonia da classe operária e trabalhadora em geral que, ao postular a realização de sua emancipação econômica, se propõe negar o controle social do capital e das classes que o encarnam. Sem esse processo não há transição possível ao comunismo.

Quando Lenin advogou o capitalismo de estado como via para a transição comunista⁸ na ordem social russa revolucionária, *não se tratava de posição tática, mas de estratégia*, meio de preservar a classe trabalhadora, de forjar a sua expansão e a possibilidade de sua emancipação, de fortalecer-la tanto contra o estado como contra os desmandos partidários, de capacita-la para tomar os destinos da sociedade em suas mãos, pois capaz de pensar e agir com sua própria cabeça. Postulava Lenin ser esse um capitalismo de estado particular, pois manteria o rumo anticapitalista através da socialização estatal do capital dos setores essenciais, enquanto se forjasse a emancipação dos trabalhadores como meio de avançar e superar o capital. A nova ordem manteria o capital controlado contra si mesmo, sob o comando da revolução democrática radical, na qual a classe trabalhadora se capacitaria para o

⁸ Intervenção de Lenin no IV Congresso da Internacional Comunista, em novembro de 1922. In Uliánov, Vladimir Ilítch Lenine e III Internacional, Editorial Estampa, Lisboa, 1974 p. 155-156.



exercício crescente do poder, retirando-o do domínio exclusivo do estado e do(s) partido(s). Desse modo, a estratégia anticapitalista transitaria naturalmente a ser anti-capital.

A postulação de Lenin é reveladora de que na revolução russa, assim como em todas as demais revoluções proletárias e populares do campo dos capitalismos derivados das revoluções burguesas conservadoras dos séculos XX e XXI, a revolução democrática radical dos trabalhadores abre-se à revolução social sob o império do baixo desenvolvimento das forças produtivas e insuficiente esclarecimento e organização dos trabalhadores, a exigir, portanto, imenso esforço de capacitação da massa trabalhadora para sua transformação revolucionária em classe dominante e regente da transformação social. Tarefa prioritária e imprescindível, única capaz de manter viva a revolução social.

O segredo da transição comunista

Em todas as sociedades capitalistas derivadas de revoluções burguesas conservadoras, seja na órbita ex-colonial (ibérica ou não) seja na Europa, a revolução democrática radical dos trabalhadores, ao abrir-se para a transição anticapitalista exige percorrer um processo com três fases, três momentos obrigatórios, uma **tripla transição** a transcorrer simultânea e solidariamente: uma transição propriamente burguesa em dois momentos, um deles no qual a classe trabalhadora conquista a sua maioria emancipada nos campos ideológico, organizacional e político e passa a enfrentar o imperialismo, e outro, propriamente anti-capital, ao postular sua emancipação econômica, a substituição das velhas classes dominantes, deslocando e substituindo o estado, ou seja, liquidando-o. A primeira fase da transição, entretanto, como ocorre nas cidadelas dos capitalismos subordinados ao imperialismo, das burguesias subalternas dos capitalismos da miséria, neocoloniais, expressa um *anticapitalismo nacional*, digamos. Alcançar sua plenitude de classe é um particular libelo do anticapitalismo nacional. A segunda fase da transição ocorre ao afirmar-se como classe plenamente emancipada e então ousar transitar à sua emancipação econômica, enfrentando a ordem mundial do capital, o imperialismo, em pé de guerra contra a sua inevitável luta pela emancipação nacional e de classe,



o que conforma uma outra *transição anticapitalista de caráter universal*.⁹ E à medida que ambas estas etapas da transição ocorrem, tão mais avança o caráter social da produção, ocorrerá a *terceira fase da transição, propriamente anti-capital*, dar-se-á início propriamente à transição comunista.

Mal informadas teoricamente, as revoluções socialistas de matriz neostalinistas, herdeiras do útero socialista alemão, sequer suspeitam dessa complexidade, mal conseguem realizar a primeira e obrigatoriamente são incapazes de realizar as duas outras transições. Nem emancipam a classe trabalhadora e, assim, não expressam a multiplicação das liberdades, nem podem transitar contra o capital, ou seja, não expressam a transição comunista. Sejamos sinceros, não são revoluções comunistas e não realizam a transição comunista, não transformam a classe trabalhadora em classe dirigente, a qual não se apropria diretamente dos meios de produção e não promovem a liquidação do estado e muito menos avançam contra o capital, substituindo a mercadoria por uma produção social expansiva. São revoluções conservadoras do capital, sob controle do estado e do partido comunista regente do estado, forma defendida pelo despotismo político, cultural e legal. Todas inevitável e inexoravelmente transitam ao capitalismo. O que algumas delas conseguem – e a URSS atesta esse caráter – é garantir a plena soberania da nação e a retirada da classe trabalhadora da pobreza e miséria, alfabetizando-a e garantindo a expansão do complexo educacional e científico-tecnológico, garantindo-lhe padrões minimamente civilizados de existência. A soberania econômica e política da nação será, por sua vez, garantida pelo desenvolvimento de um poderoso complexo industrial-militar escorado pelo complexo científico-tecnológico.

⁹ Esse é o sentido da observação de Engels, em carta a Weidemeyer, em 1853, referindo-se ao caráter das revoluções prematuras: "Num país tão atrasado como a Alemanha, no qual existe um partido avançado e que é arrastado para uma revolução avançada junto com um país tão avançado como a França, no primeiro conflito sério, assim que um perigo real ameaçar, será a vez de esse partido avançado agir, e isso seria, de qualquer modo, prematuro. No entanto, tudo isso não é importante, e o melhor que se pode fazer é preparar com antecedência em nossa literatura partidária uma justificativa histórica para o nosso partido, caso isso realmente aconteça. No entanto, nosso desempenho no palco histórico em geral agora será muito mais impressionante do que da última vez. " p. 490-491; P.S. Marx and Engels, t.28, 2ª edição russa, Moscou, 1965, carta 42 ENGELS - WEIDEMEYER, 12 DE abril de 1853, Manchester, 12 de abril de 1853 485- 493.



A ascensão do novo capital e suas consequências

Os tempos atuais são de expansão do cerco dos bárbaros à democracia burguesa, seja em sua cidadela central, os EUA, seja em toda a órbita ex-colonial em trânsito neocolonial expandido, devido ao surgimento do **novo capital** produtivo-financeirizado de base microeletrônica, que promove uma revolução tecnológica e sucessiva evolução tecnológica no processo de produção, a exigir a recolonização do mundo, a destruição da civilização capitalista tal qual ela deu-se antes de seu nascimento e expansão e, assim, à destruição da humanidade.¹⁰ Pela primeira vez na história do capitalismo, surgirão novas forças produtivas incapazes de desenvolver-se plenamente sob o comando do capital. Abre-se, assim, uma era de crise estrutural do capital.

Nasce, também, uma era de inevitável expansão do cafajestismo delinquente, das forças da ultradireita predestinadas a cumprir o papel de funcionários desse novo capital, algozes da velha ordem social, de elevação do limbo social desses novos personagens da destruição, dos novos bárbaros. Não há como enfrentar e derrotar a revolução antidemocrática radical da ultradireita a não ser com a luta pela revolução democrática radical do povo trabalhador e população esclarecidos. Essa revolução instala a chegada da humanidade ao vestíbulo da revolução social. O capital, em sua evolução, cria uma situação histórica preche de possibilidades de sua própria superação.

Outubro de 2022

¹⁰ BACCHI, Sergio. **La crisis final del capitalismo**. El hombre y la máquina. Santiago-Chile, Ernesto Carmona editor, 2008.; LIMA FILHO, Paulo Alves A emergência do novo capital in Ladislau Dowbor, Octavio Ianni e Paulo Edgar de Almeida Resende Desafios da globalização, Petrópolis-RJ, Vozes, 1997, p. 237-255.



Ensaaios Críticos



A função perversa da grande mídia na desestabilização das leis trabalhistas

Mauro Donato¹

195

Resumo

Com admirável competência para criar mitos, os meios de comunicação de massa têm grande responsabilidade no imaginário popular pela miragem de um mundo paradisíaco: o do empreendedorismo. Essas empresas difundem o mantra fraudulento “seja seu próprio chefe”, quando mais honesto seria dizer “escravize-se voluntariamente sem causar consequências, nem punições, nem encargos, nem processos ao empresariado”. A grande mídia, ou mídia corporativa, tem papel fundamental na glamourização do empreendedorismo. Afirmar que tal iniciativa esteja “no DNA do brasileiro”, “no espírito do nosso povo” é corriqueiro no jornalismo parceiro do patronato. “Cinquenta e dois milhões de brasileiros possuem negócio próprio”, é algo dito na TV com naturalidade e sorriso no rosto dos apresentadores, com a intenção de fazer tal dado parecer um avanço. Na prática, são milhões de desempregados, pessoas a quem não restou alternativa a não ser sair em busca de alguns tostões diariamente fazendo bicos. Das empresas em atividade no país, 70% são de microempreendedores individuais (MEI). Denominar um camelô como empreendedor é mais um eufemismo do mundo encantado descolado da vida real. Todo esse discurso atende ao empresariado robusto, ávido por enterrar as conquistas de direitos de trabalhadores. Retrata ainda a particularidade da grande mídia no Brasil que está nas mãos de meia dúzia de famílias, um retrato da concentração de poder e de renda. Uma mídia que atua em interesse próprio e das grandes empresas anunciantes, em detrimento dos interesses dos trabalhadores.

Palavras-chave: mídia, aplicativos, empreendedorismo, jornalismo, leis trabalhistas, desigualdade social, reformas.

Resumen

Con una capacidad admirable para crear mitos, los medios de comunicación tienen una gran responsabilidad en el imaginario

Abstract

With an admirable ability to create myths, the mass media have a great responsibility in the popular imagination for the mirage

¹ Escritor e Jornalista independente. | maurodonato@uol.com.br



popular por el espejismo de un mundo paradisiaco: el del emprendimiento. Estas empresas difunden el mantra fraudulento “sé tu propio jefe” cuando sería más honesto decir “esclavízate voluntariamente sin causar consecuencias, castigos, cargos o demandas a la comunidad empresarial”. Los principales medios de comunicación, o medios corporativos, desempeñan un papel clave en la exaltación del espíritu empresarial. Afirmar que tal iniciativa está “en el ADN de los brasileños” y “en el espíritu de nuestro pueblo” es un lugar común en el periodismo asociado con mecenazgo. “Cincuenta y dos millones de brasileños tienen sus propios negocios”, es algo que se dice en la televisión con naturalidad y una sonrisa en los rostros de los presentadores, con la intención de que esos datos parezcan un gran avance. En la práctica, hay millones de desempleados, personas que no tienen más remedio que salir a la calle en busca de unos centavos todos los días haciendo trabajos ocasionales. De las empresas que operan en el país, el 70% son microempresarios individuales (MEI). Llamar empresario a un vendedor ambulante es otro eufemismo más para el mundo encantado separado de la vida real. Todo este discurso sirve a la robusta comunidad empresarial, ávida de enterrar los logros de los derechos de los trabajadores. También retrata la particularidad de los grandes medios de comunicación en Brasil, que está en manos de media docena de familias, un retrato de la concentración de poder y renta. Un medio que actúa en interés propio y de las grandes empresas publicitarias, en detrimento de los intereses de los trabajadores.

Palabras clave: medios, aplicaciones, emprendimiento, periodismo, leyes laborales, desigualdad social, reformas.

of a paradisiacal world: that of entrepreneurship. These companies spread the fraudulent mantra “be your own boss” when it would be more honest to say “voluntarily enslave yourself without causing consequences, punishments, charges or lawsuits to the business community”. The mainstream media, or corporate media, plays a key role in glamorizing entrepreneurship. Claiming that such an initiative is “in the DNA of Brazilians”, and “in the spirit of our people” is commonplace in partner journalism with patronage. “Fifty-two million Brazilians have their own businesses”, is something said on TV with naturalness and a smile on the faces of the presenters, with the intention of making such data seem like a breakthrough. In practice, there are millions of unemployed, people who have no choice but to go out in search of a few pennies every day doing odd jobs. Of the companies operating in the country, 70% are individual microentrepreneurs (MEI). Calling a street vendor an entrepreneur is yet another euphemism for the enchanted world detached from real life. All this speech serves the robust business community, eager to bury the achievements of workers' rights. It also portrays the particularity of the mainstream media in Brazil, which is in the hands of half a dozen families, a portrait of the concentration of power and income. A media that acts in its own interest and that of large advertising companies, to the detriment of the interests of workers

Keywords: media, apps, entrepreneurship, journalism, labor laws, social inequality, reforms.



Introdução

Durante a pandemia de Covid-19, um célebre executivo do ramo da publicidade redigiu artigo em jornal de grande circulação, analisando as benesses que a tecnologia trouxera ao mundo do trabalho. Em seu texto, o publicitário mostrou-se maravilhado com o fato de a doença ter agido como um acelerador de tempo e trazido o futuro num piscar de olhos. Relatou a própria experiência de ter trabalhado durante mais de um mês em sua casa de veraneio sem prejuízo de produtividade. Ufanista com o país onde vive, enalteceu a nação de empreendedores chamada Brasil e citou números de novas microempresas individuais abertas durante a pandemia. “Diante de dificuldades, brasileiros criam empresas”, escreveu. Como bom publicitário, tinha dado nova embalagem ao surrado provérbio “Na crise há os que choram e os que vendem lenços”. Segundo sua observação, estava finalmente provado que a tecnologia permitia estar fora do escritório e das baias do ambiente de trabalho com ganhos mútuos para as empresas e para os trabalhadores.

Casa, trabalho, internet? Para quem aquele texto era dirigido? Nada menos que 86,6 milhões de pessoas não conseguem se conectar à internet todos os dias e outras 33,9 milhões simplesmente não têm acesso nunca à rede. Isso dá impressionantes 71% da população acima de 16 anos que não dispõe de internet diariamente (grupo esse formado majoritariamente por pessoas negras e das classes C, D e E)². Será que o nobre executivo pensaria igual se estivesse na rua pedalando debaixo de sol e chuva para entregar sanduíches por menos de um salário-mínimo ao mês?

O que o publicitário fez, foi colaborar com a hegemonia do discurso a ser difundido pelas classes dominantes, avaliar a linha editorial do jornal que o publicou. Afinal, é um “profissional da área, sabe o que está dizendo”. Para pessoas iguais ao ilustre publicitário, ficar repetindo clichês como “pensar fora da caixinha” ou “sair da zona de conforto” é banal. São expressões revestidas de conotações encorajadoras, mas que pouco ou nada querem dizer a quem não tem caixinha nem conforto. Obviamente tanto o indigitado executivo da publicidade quanto os donos das grandes empresas de comunicação sabem que uma parcela gigantesca da população não possui *office* nem *home*, já que informação não lhes falta. Desde 2004 o economista Thomas Piketty vinha alertando em estudos preliminares - que

² Estudo do Instituto Locomotiva e da consultoria PwC, divulgado em março de 2022



culminaram em seu livro "O Capital no Século XXI" - sobre o progresso tecnológico estar levando a um aprofundamento da desigualdade e não o contrário. A concentração de renda entre os mais ricos acentuou-se desde a entrada e fortalecimento das empresas de tecnologia no mercado de trabalho e a compressão das tais mudanças de comportamento só nos primeiros 7 meses de pandemia resultou num aumento de 27,5% na fortuna dos 2.189 bilionários enquanto os demais humanos ficaram mais pobres³, desmentindo o publicitário.

Na verdade, aquele executivo é um exemplo do que o geógrafo Milton Santos classificava como um "especialista do saber falar, do dizer, não do pensar". Para Milton Santos, que também foi jornalista, existe uma associação entre a mídia e pseudointelectuais danosa para a qualidade e confiabilidade da informação jornalística. E desde o dia 26 de abril de 1962, quando a manchete de O Globo foi "Considerado desastroso para o país um 13º mês de salário", é sabido de que lado a mídia corporativista está. Desastroso para quem?

Classificar as grandes empresas de mídia como corporativistas não é indevido, pois no Brasil a imprensa está basicamente concentrada nas mãos de meia dúzia de famílias. A imprensa por si só é um retrato da concentração de poder e renda no país. Cada um desses latifundiários da comunicação tem concomitantemente emissoras de televisão, jornais, revistas, rádios, agências de notícias, produtoras de filmes. Isso lhes dá um poder monumental quando 98% das casas têm TV⁴. Por isso seus interesses são exatamente os mesmos do empresariado e das elites econômico-sociais; por isso seus discursos homogêneos que preparam terreno para reformas nefastas que favorecem a si mesmos; por isso a insistência em doses homeopáticas e frases de efeito como "os tempos são outros". Mas quando não foram? Todo direito do trabalhador teve que ser conquistado na base de protestos, de greves.

Como grandes empregadoras, a essas corporações é conveniente desobrigarem-se de garantir férias, 13º salário, licença-maternidade, estabilidade, fundo de garantia. De forma vil, para criar uma justificativa da prática de baixos salários (benéfica para elas próprias e para gigantes empresas anunciantes), é comum noticiarem periodicamente que "há vagas,

³ Fonte: Billionaires Report 2020 do banco suíço UBS em conjunto com a consultoria PwC.

⁴ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2016



mas a dificuldade reside em encontrar mão-de-obra qualificada”. Trata-se de meia verdade que nos leva a refletir que o desemprego no Brasil é uma marca estrutural e não um problema pontual, sob medida para acuar o cidadão, algo que Jessé Souza chama de “antropofagia neoliberal do capitalismo financeiro”. E, sobretudo, ao colocar a culpa numa deficiência do trabalhador, a grande mídia tira o corpo fora de um de seus compromissos como concessionárias: educação. As emissoras de rádio e TV são obrigadas a veicular 300 minutos semanais de programas educacionais. Há muito tempo não só isso não é respeitado como, pior, desde 2019, na esteira do “desregramento geral para passar a boiada”, foi aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 5479/19⁵ que autoriza as TVs a venderem seu tempo total de programação. Ganha-se a concessão e repassa-se a terceiros a produção. Oficializaram a sublocação, endossaram o interesse exclusivamente financeiro dos concessionários. Como esse descalabro é possível? Simples: está longe de ser raro no país que deputados e senadores (não coincidentemente mais afeiçoados à tríade Deus, Pátria e Família do que Trabalhador, Sindicatos e Direitos) sejam detentores de emissoras de rádio, TVs, jornais, em mais uma relação incestuosa escandalosa. A Justiça até tem cancelado a concessão de alguns, mas em ritmo vagaroso para algo que perdura há um século e que, diante do risco, tem sua sociedade alterada para o nome de algum laranja.

Fábrica de mitos

Talvez um dos melhores exemplos de mito criado pela mídia seja o agronegócio. Cuspido e escarrado como força motriz do país, é um segmento que, quando destrinchado em números e fora das imagens de grande beleza plástica das reportagens, não condiz com a fama. Nas bancadas de telejornais, o agronegócio seria o responsável por quase um terço do PIB nacional. Para ser mais exato, 27,4% de acordo com estudo do Cepea/Esalq⁶ em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Para se chegar a esse número magnífico, leva-se em consideração a corrente pensante do agro é pop, o agro é tec, o agro é tudo, e ali embute-se tudo, até o arame farpado. Quando se isola apenas o que realmente diz

⁵ Fonte: Agência Câmara de Notícias

⁶ Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP



respeito direto ao agronegócio em si, essa cifra não chega a 7%⁷. E para ficarmos no tema desta edição, mercado de trabalho, é importante desnudar outra jactância divulgada a torto e a direito: a geração de empregos. Graças a implementação de maquinários e mecanização das tarefas, só em 2019 mais de 185.000 trabalhadores perderam emprego⁸. Quando se mede o resultado dos últimos dez anos, houve uma redução de nada menos que 1,4 milhão de empregados no campo⁹. É um setor que mais desemprega do que emprega.

O sucesso do agronegócio é divulgado aos quatro ventos, mas os dados acima demonstram tratar-se de mais um segmento com alta concentração de poder e renda. Pelo Censo Agropecuário, são só 9% das propriedades que respondem por 85% do valor bruto do que se produz. O que essas imensas áreas com milhares de hectares e poucos funcionários estão gerando na verdade é um processo de favelização em seus entornos, algo absolutamente excluído das imagens dos noticiários.

Outro dado alarmante é que, além de empregar pouco, o setor escraviza. Só em 2021, foram resgatadas 1937 pessoas em condições análogas à escravidão no Brasil. E a imensa maioria (89%) foi resgatada em áreas rurais, trabalhando principalmente nas lavouras de café, cana-de-açúcar e na criação de gado para corte¹⁰. Curiosamente, isso não é associado aos números do agronegócio no jornalismo. Sem desviar muito tema, mas para trazer apenas mais um dado que comprova que o agro nada tem de bonito como veiculado, empresários do setor fizeram doações 21 vezes maiores ao partido de Jair Bolsonaro do que ao de Lula para as campanhas eleitorais deste ano. Enquanto o setor destinou R\$ 256,8 mil ao PT, R\$ 5,4 milhões foram para o PL (sendo Bolsonaro o maior beneficiado com R\$ 3,2 milhões ao passo que Lula recebeu menos de 2 mil reais, foram míseros R\$ 1.983,00¹¹). Ao doar 21 vezes mais, fica explícito que o setor dá total preferência a continuidade dos retrocessos da gestão atual, com desmatamentos recordes e desmonte de órgãos de fiscalização. Fica explícita a intenção de encorpar uma bancada ruralista que pretende, através de lei (PL 432/13) “relativizar” o que é trabalho escravo.

⁷ Dados do IBGE

⁸ Dados do Cepea/Esalq coletados pelo IBGE

⁹ Números do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados)

¹⁰ Fonte: Secretaria de Inspeção do Trabalho - Ministério Público do Trabalho

¹¹ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral e Receita Federal em 26/9/22



Essa mídia que exalta o agronegócio e sua participação no superávit da balança - sem se preocupar com a contradição de 33 milhões de brasileiros passando fome - tem poder para tirar do ostracismo personagens como Fernando Collor ou Jair Bolsonaro e projetá-los nacionalmente com intuito único e exclusivo de manter o status quo e seus privilégios. É com esse continuísmo disfarçado de reviravoltas, lideradas por presidentes fantoches, que muitas reformas são aprovadas. Reformas que sempre favorecem ao empresariado, defendidas no discurso pasteurizado do noticiário de demonização de impostos que, segundo narrativa maliciosa, oneram a cadeia produtiva. A reforma trabalhista, por exemplo.

Como em todas as reformas propostas pelo neoliberalismo, a Trabalhista seria não só uma necessidade urgente como uma alavanca criadora de empregos. Subsequente à choradeira de que "é difícil ser empresário no Brasil", a promessa da Lei 13.467/2017 era que ela geraria 6 milhões de vagas em dez anos, sendo 2 milhões delas logo nos primeiros dois anos. Contudo, essa cilada parida na gestão Michel Temer provou-se mais um instrumento prejudicial ao trabalhador e sem resultar em contratações. Desde o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, o pagamento por horas trabalhadas sem jornada fixa, os contratos intermitentes, tudo ficou ainda melhor para o empregador contar com o trabalhador por mais horas, pagando menos, com menos encargos, e mais insegurança jurídica aos trabalhadores. Segundo a Confederação Sindical Internacional (CSI), todo o sistema de negociação coletiva entrou em colapso no país, com uma redução drástica de 45% no número de acordos coletivos celebrados. O resultado é que hoje o Brasil está entre os dez piores países para os trabalhadores. O ranking negativo feito com 148 países em 2022 apresenta Bangladesh, Belarus, Brasil, Colômbia, Egito, Essuatíni, Filipinas, Guatemala, Mianmar e Turquia¹². Mas para a grande mídia e seus pseudointelectuais, estamos no caminho certo.

Implantada a Reforma Trabalhista - e desmascarada - já se pode ouvir o novo malabarismo argumentativo que traz a reboque a próxima reforma: "Empresa não deixa de contratar só por causa de direitos. O que precisa, de fato, é uma reforma tributária". Enquanto ela não vem, o esquadrão midiático persevera na venda do sonho encantado do empreendedor

¹² Levantamento da Confederação Sindical Internacional (CSI) sobre relatório do Índice Global dos Direitos



individual, algo visto com ressalva até na meca do individualismo, os EUA. Segundo a American Freelance Union, os trabalhadores freelancers, que já representam 36% da força de trabalho americana, devem superar os trabalhadores tradicionais até 2027. A análise é a de que isso não é bom. No Brasil a realidade já é esta, já temos um número de informais maior que os chamados CLTs. São 39,3 milhões, o maior número da série histórica, contra 36 milhões com carteira assinada¹³. Como no total de informais entram até mesmo aqueles que sequer têm CNPJ ou MEI, esse dado não é um avanço. Com esse mar de trabalhadores na informalidade, a arrecadação cai. Esse detalhe fundamental jamais é alertado pelo jornalismo corporativo, que tem certo apreço em demonizar impostos. Uma reforma tributária se faz necessária, obviamente, mas por motivos diferentes aos propagados noite e dia nas TVs. Não é por menos impostos que se deve fazê-la e sim para que ricos paguem mais e pobres paguem menos. Uma reforma tributária que permita taxar os ricos para o financiamento de mais políticas sociais, por exemplo.

“Quem pensa que é preciso esperar um país se tornar rico para então redistribuir, comete um enorme erro. O **Brasil** atualmente é um país, do ponto de vista da repartição da renda e do patrimônio, ainda mais desigual do que a **Europa** de antes da **1ª Guerra Mundial**”, adverte o economista francês Thomas Piketty em seu mais novo livro. A fotografia de um país em que os 10% mais ricos têm mais de 50% da riqueza total enquanto os 50% mais pobres detêm apenas 10% em termos de renda, assusta qualquer um. “Se olharmos propriedades, seria ainda mais extremo. Os 50% mais pobres teriam 2% ou 3%, enquanto os 10% mais ricos teriam 70% a 80% de tudo. São níveis de desigualdade que tínhamos no fim do século XIX”, escreve ele, afirmando que as elites brasileiras cometem um erro ao perpetuar o **abismo social no país**, comprometendo o futuro da nação.

Piketty, que divulga seus estudos sustentados em dados e não em opiniões, reforça em sua obra que os argumentos neoliberais para desenvolvimento e redução da desigualdade não se sustentam, os números os desmentem. São retóricas divulgadas à exaustão, com linguajar pretensamente culto, já que é a ideologia que faz as coisas serem como são. Portanto é o fator político, a tal “vontade política”, que é capaz de implementar ações que resultem em diminuição da desigualdade. A depender de inovações tecnológicas (entre elas a chamada uberização) e

¹³ Fonte: Informativo IBGE de 30 de setembro de 2022



receitas econômicas, nada muda. O escritor Douglas Rushkoff vai nessa mesma linha. Em seu livro “Sobrevivência dos mais ricos”, o autor pondera que a tecnologia muitas vezes traz soluções nem tão necessárias assim, que elas acentuam a concentração da fortuna e ainda confronta o culto à expansão da economia como um objetivo constante, sem que se analise o quanto esse crescimento implica em extrativismo, exploração da mão-de-obra e desigualdade social para ocorrer.

Entretanto, as matérias jornalísticas revestem o tema com glamour. Os avanços tecnológicos são expostos como fator preponderante para que nos adaptemos aos *novos tempos*, à *era digital*, à *nova economia*. É inegável que os trabalhadores devem acompanhar as evoluções da tecnologia, na medida do possível, mas o que isso tem a ver com retirar direitos conquistados?

A “gig economy” é a *nova economia* da vez. Também chamada de “economia freelancer”, é apresentada por seus defensores como um ambiente em sintonia com os tempos atuais, no qual empresas contratam trabalhadores para realizar tarefas pontuais, sem vínculos empregatícios. Segundo essas mentes “atentas”, as leis trabalhistas estão desatualizadas ante as novas tecnologias e anseios dos trabalhadores por uma melhor qualidade de vida. “É perfeitamente possível que um trabalhador execute tarefas desde sua casa, no horário que achar mais conveniente, sendo remunerado proporcionalmente por projetos e resultados”, afirmam. Esses aspectos, verdadeiros e factíveis, coadunam maravilhosamente bem com funções intelectuais ou hierarquicamente superiores, cujas remunerações permitem sejam feitas com conforto, segurança, bem-estar e equipamentos de ponta. Realidade que diz respeito ao topo da pirâmide somente. É inescrupuloso utilizar o argumento “novos tempos” e “novas tecnologias” para enquadrar toda a classe trabalhadora. A imensa maioria da população não exerce atividades de alta capacitação técnica, não pode prescindir da segurança do emprego, de um salário estável e de direitos trabalhistas. Aquele que executa a mesma e repetitiva tarefa todos os dias não pode ser caracterizado como trabalhador autônomo ou freelancer. Isso é de uma desonestidade atroz. Continuará trabalhando como um funcionário, porém sem as garantias de um emprego formal. Um engenheiro (ou o publicitário do início deste artigo), no interior de sua confortável casa, sentado de frente para a piscina, trabalhando em um computador top de linha conectado a uma internet ultrarrápida, não pode servir de base para estabelecer regras que afetarão o entregador que pedala 40 km por dia, calçando chinelos, exposto às variações do clima, sob alto nível de risco de acidente, em uma



bicicleta enferrujada. O primeiro irá ganhar, digamos, R\$ 25 mil pelo projeto específico, um trabalho pontual, ao passo que o outro ganhará R\$ 3,00 por entrega, numa demanda que é diária, não pontual nem esporádica. Mas nas reportagens, termos como “empreendedorismo” e “reinventar-se” são veiculados em tom persuasivo, sempre acompanhados de um ou dois exemplos de sucesso, como que entregando a fórmula mágica da liberdade. De liberdade, não tem nada. As atuais relações trabalhistas remetem a uma nova forma de escravidão.

Ainda antes da pandemia, iniciei uma série de entrevistas com trabalhadores de aplicativos dos mais diversos segmentos (motoristas, entregadores, eletricitistas/serviços gerais, faxineiras etc.) e o que observei foi um desamparo completo. Pessoas que caíram ingenuamente na lãbia do “seja um empreendedor”, uma cantilena incutida sub-repticiamente, que vende a ideia de que é possível ter uma remuneração ilimitada, dentro de um sistema meritocrático cuja renda aumentaria de acordo com a produtividade, estavam realizando jornadas de 12 a 14 horas de trabalho - muitas vezes 7 dias por semana - tendo que primeiramente comprar os equipamentos e utensílios para realização do trabalho, sem direitos básicos de assistência nem em caso de acidente ou pior, de morte. A média das remunerações giravam sempre em torno do equivalente a um salário-mínimo, muitas vezes abaixo disso. Ali encontrei a resposta para o dilema colocado sete anos antes por Thomas Piketty ainda nas primeiras páginas de seu “O capital no século XXI”: o progresso tecnológico levaria a uma redução da desigualdade ou a uma concentração de poder e riqueza ainda mais acentuadas?

Hoje é visível que essas empresas de app que fazem a gestão do cruzamento de informações entre oferta e demanda ficam ricas ao espoliar os recursos humanos disponíveis a baixo custo, sendo que a força humana - aquela que realmente faz com que o pedido chegue às mãos do comprador, aquela cuja falta inviabilizaria tudo - é a que recebe as migalhas remanescentes do processo.

Fornecendo sustentação à narrativa neoliberal de estímulo ao empreendedorismo individual, a grande mídia reverbera a linguagem corporativa que trata o funcionário por “colaborador”, “parceiro”, incutindo-lhe a crença de só haver vantagens na renúncia de toda a segurança que o emprego formal lhe dava. Em qualquer dicionário que se consulte, colaborador é “aquele que colabora”. Ainda que colaborar signifique também “trabalhar na mesma obra”, “cooperar”, “contribuir”, nunca teve a



conotação de uma atitude compulsória. Seria uma aberração similar a classificar uma extorsão financeira como “empréstimo compulsório” (e antes que o leitor acredite ser mera chacota deste autor, saiba que o governo Fernando Collor utilizou de tal malabarismo vocabular ao tungar as economias da população brasileira nos anos 1990). Um funcionário de empresa, e mesmo um “aplicativo” é uma empresa, jamais poderia ser chamado de colaborador. Essa definição é uma forma de suavizar e normalizar uma relação desigual, na qual apenas uma das partes detém o poder pleno. Se uma - e apenas uma - das partes pode demitir, dar ordens, tomar decisão, não há colaboração. Há subordinação. Simples.

Antes que se inicie uma caçada a qualquer jornalista visto nas ruas, antes de pedir a cabeça de quem esteve lhe fazendo crer que direitos eram privilégios, não se deve perder de vista que todo esse instrumental de recursos beneficia somente os donos das grandes empresas de mídia, mergulhadas no capitalismo especulativo. Só os donos ficam ricos. Os jornalistas funcionários são tão vítimas quanto qualquer trabalhador. O setor das comunicações, aliás, foi um dos primeiros a pressionar seus empregados a se tornarem pessoas jurídicas ainda lá nos anos 1990, criando uma aberração chamada “freela-fixo”. “Freela vem de free lance, e free lance é o ‘não fixo’. Se um free lance é fixo, é uma burla para ele ser fixo e receber como freela, sem direitos”, como observado pelo sociólogo Ricardo Antunes, numa situação que evoluiu para o que ele descreve como “escravidão digital”. Em minhas entrevistas, conversei com jornalistas sofrendo de burnout e outros levados a trabalharem como entregadores ou motoristas de aplicativo, tamanho o desgaste pela intensa exploração associada a um declínio vertiginoso dos salários. Afinal, o concorrente trabalha de graça. Não, você não leu errado. Darei um único exemplo que resume bem todo o cenário: o Huffington Post. O site americano era um “agregador de blogs”, que nasceu e cresceu com todas as pessoas/colaboradores trabalhando/colaborando gratuitamente. Quando ultrapassou o New York Times em número de acessos, sua proprietária, Arianna Huffington, vendeu-o por US\$ 315 milhões para a AOL. Diante da notícia, alguns blogueiros do site de notícias criaram um grupo chamado “Hey Arianna, Can You Spare a Dime?” (“Ei, Ariana, você pode dividir uns trocados?”), alertando para o fato de os colaboradores não serem remunerados. “Esse negócio de US\$ 315 milhões com a AOL, junto com o salário anual de US\$ 4 milhões para Arianna, foi construído com a ajuda de escritores que nunca viram um centavo por seu trabalho. Nós pedimos que a senhora Huffington viva de



acordo com os ideais que professa e rateie os lucros com as pessoas responsáveis pelo sucesso do Huffington Post”, reclamaram. Nunca receberam nada.

O exposto acima é mais um exemplo de que o socialismo faria bem nesse segmento também. Fossem os jornais dos jornalistas e não de uns poucos donos, tudo poderia ser bem diferente. Em suas pesquisas e estudos para o livro *Capital e Ideologia*, o economista Thomas Piketty concluiu o que nos parece óbvio: que é a redução das desigualdades que possibilita mais prosperidade econômica, mais crescimento. Verificou isso em todos os países que analisou: “Todos os países que ficaram ricos chegaram a isso reduzindo suas desigualdades durante o século 20. Ao mesmo tempo, insisto que não é um processo determinista, depende de mobilização política, ideológica, das sociedades”, escreveu.

As escolhas econômicas que uma sociedade faz estão mais intimamente associadas à sua visão ideológica do que a medidas técnicas. O perigo dos oligopólios de comunicação, cujos proprietários detêm diversos meios à disposição (TVs, sites, revistas, rádio e por aí vai), é que estes direcionam a opinião pública com imensa facilidade e passam a ter uma influência gigante nas direções tomadas pelo país. Deixam de noticiar o rumo tomado para serem agentes ativos da decisão. Daí a gerarem um fantoche que amplifique e traduza com todas as letras para a população aquilo que a mídia comunica nas entrelinhas, é um pulo pequeno. Assim surge, por exemplo, um presidente da república que pressione o povo a escolher entre direitos ou mais empregos. Para o gazeteiro de aluguel, essas coisas são excludentes. Doutrinado pela mensagem jornalística diária, o povo concordará com a existência de tal “dilema” e fará a escolha suicida.

Conclusão

A triste constatação é que as novas práticas trabalhistas do livre mercado aprofundarão ainda mais a desigualdade. Há uma relação estrutural entre essas práticas liberais e o aumento da pobreza que não pode ser ignorada. Com a informalidade de uns e o empreendedorismo mambembe de outros, a arrecadação de impostos torna-se cada vez menor, obrigando o Estado a investir cada vez menos. Isso leva a um desmonte do sistema de saúde, ao corte de gastos públicos com educação, ao corte das fontes de financiamento para moradia. Seria imprescindível que a mídia trouxesse isso para as manchetes e não que varresse para debaixo do tapete. Mas se



explicasse de maneira honesta o “não existe almoço grátis”, essas empresas e seus proprietários não acumulariam tanta fortuna.

A redução do papel de proteção social do Estado torna o fardo ainda mais pesado para os mais pobres. Sem dispor de um ensino público de qualidade, a deficiência na formação os impede de “competir de igual para igual”. Esse ambiente *cada um por si* não favorece a formulação de políticas públicas de assistência social. É um ciclo vicioso perverso, pois são os mais pobres os que mais dependem dos serviços públicos. A pandemia, ao contrário do que imagina o publicitário do início deste artigo, escancarou isso. O país que, antes mesmo de 2020, já estava entre os sete mais desiguais do mundo (depois de seis países africanos: África do Sul, Namíbia, Zâmbia, República Centro-Africana, Lesoto e Moçambique) e como concentração de renda era o segundo pior (atrás apenas do Catar)¹⁴, não teve como ocultar a disparidade. Em São Paulo, local onde mais se praticou o home-office, das pessoas que puderam realizar seus ofícios remotamente, a imensa maioria era branca (79%), com ensino superior (74%), com renda salarial mais alta e com casa própria. Das que ganham até 1 salário-mínimo, somente 7% conseguiram trabalhar em casa¹⁵.

O neoliberalismo quer fazer crer que suas regras – ou a falta delas – reduzem a desigualdade quando, na verdade, é cruel e injusto com as classes historicamente desfavorecidas, que partem em desvantagem. O predomínio dos interesses das classes dominantes, das quais as grandes corporações de mídia fazem parte, resultou na extinção do Ministério do Trabalho, na morte por inanição de sindicatos e associações trabalhistas, levando a uma situação em que o trabalhador, sem saber a quem recorrer, submete-se a espoliação. “Assim nasce um novo proletariado de serviços, dentro da hegemonia neoliberal, a do ‘cada um por si’. Para isso, criou-se o discurso de que a ‘empresa digital’ pode trabalhar em horários flexíveis, em sistemas flexíveis, com produção flexível, sob uma regulamentação do trabalho flexível que levou, na prática, a uma desregulamentação do trabalho”, escreve Ricardo Antunes.

De fato, a grande mídia e os correligionários da uberização geral do mercado de trabalho apelam para uma narrativa presunçosa quanto às “novas dinâmicas econômicas”, “novas relações sociais”, “novas relações

¹⁴ Segundo relatório Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em 2019

¹⁵ Fonte <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/.../homeOfficeBrasilRegioes.pdf>



horizontalizadas com liberdade e flexibilidade”. Para essa turma, as novidades são incompatíveis com o emprego formal e a Consolidação das Leis Trabalhistas. As plataformas, segundo eles, não apresentam a hierarquia entre empregador e empregado (chamado de “colaborador”), e essa ausência de chefes e subordinados, por si só, justificaria o não enquadramento dessas “novas dinâmicas” dentro das leis trabalhistas. Ora, o correto a se fazer é exatamente o contrário. Se a tecnologia avança – e ela nunca vai estacionar – são as leis e o Direito do Trabalho que devem se atualizar e não criar uma “relação social nova” desvinculada da lei a cada novo degrau tecnológico. “Nova relação social” só existirá depois de redistribuir tudo e reconfigurar o formato piramidal. A urgência no debate se faz quando vemos que decisões de tribunais de Justiça estão favorecendo essas empresas e não reconhecendo o vínculo trabalhista entre as partes.

No já distante ano de 1997, o sociólogo Domenico De Masi conjecturava sobre um futuro próximo no qual as máquinas iriam substituir o trabalho físico, restando a homens e mulheres muito tempo livre e a oportunidade de desempenharem trabalhos fascinantemente intelectuais, criativos. A despeito de seu otimismo em relação ao que as tecnologias do século XXI trariam, De Masi reconheceu o perigo do “caráter onívoro” das empresas. Cauteloso, o sociólogo acertadamente já alertava há mais de 20 anos que o modelo de trabalho industrial e o pós-industrial eram incompatíveis, mas que empresas, portadoras de “um desprezo quase total pela vida pessoal, afetiva e familiar dos empregados”¹⁶, ainda permaneceriam aplicando regras do ambiente industrial no futuro “por imposição, ou com alienação, ou com chantagem psicológica”.

Ou com tudo isso e mais jargão, linguagem e técnicas jornalísticas, eu diria.

Referências

- DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Editora Sextante, 2000.
- PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Editora Intrínseca, 2014.
- PIKETTY, Thomas. **Capital e Ideologia**. Editora Intrínseca, 2020.
- SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**. Estação Brasil, 2018.
- GANDOUR, Ricardo. **Jornalismo em Retração, Poder em Expansão**. Summus Editorial, 2020.
- GOMES, Marcos Emílio. **O agro é top?** Revista Piauí nº 192, 2022.

¹⁶ De Masi, Domenico – O ócio criativo. Editora Sextante, 2000 – p. 228



ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. Boitempo, 2020.

RUSHKOFF, Douglas. **Survival of the richest: Escape fantasies of the Tech Billionaires**. W.W Norton & Company, 2022.

Recebido em 10 out. 2022 | aceite em 06 dez. 2022

209



C.L.R. James na Mira do Brasil: o Internacionalismo negro na luta contra o Capital¹

Marcio Farias²

Resumo

O objetivo deste ensaio é apresentar alguns apontamentos para uma análise das contribuições da obra do intelectual C.L.R James para a compreensão da luta contra o racismo e contra o capitalismo a partir da categoria internacionalismo negro, tal como foi proposta pelo autor no livro *A History of Pan-African Revolt*. Para tanto, busca-se conectar a luta contra o racismo no Brasil em relação à luta e a produção teórica contra o racismo em outras localidades.

Palavras-chave: C.R.L James, Internacionalismo Negro, Luta Antirracista.

Resumen

El objetivo de este ensayo es presentar algunos apuntes para un análisis de los aportes de la obra del intelectual C.L.R James a la comprensión de la lucha contra el racismo y contra el capitalismo desde la categoría internacionalismo negro, tal como la propone el autor en el libro *A Historia de la revuelta panafricana*. Por lo tanto, busca conectar la lucha contra el racismo en Brasil en relación con la lucha y la producción teórica contra el racismo en otros lugares.

Palabras clave: C.R.L James, Internacionalismo negro, Lucha antirracista.

Abstract

The aim of this essay is to present some notes for an analysis of the work contributions of the intellectual C.L.R James to the understanding of the fight against racism and against capitalism from the category black internationalism, as proposed by the author in the book *A History of Pan -African Revolt*. Therefore, it seeks to connect the fight against racism in Brazil in relation to the fight and theoretical production against racism in other locations.

Keywords: C.R.L James, Black Internationalism, Anti-racist Struggle.

¹ Texto originalmente escrito como prefácio à edição brasileira *A History of Pan-African Revolt* do escritor C.R.L. James que estava no prelo, mas que não tem mais previsão de lançamento. Versão submetida neste momento é uma versão alterada do original.

² Graduado em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2011). Mestre e Doutor em Psicologia Social na PUC-SP com vinculação ao NUTAS (Núcleo de estudos e pesquisa Trabalho e Ação Social). Professor convidado do Celacc (Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação) Eca/ USP. | mfariasont@gmail.com



No início dos anos 2000, a editora da Universidade Federal da Bahia editou o livro *O Brasil na Mira do Pan Africanismo*³ reunindo duas obras clássicas do pensamento social brasileiro escritas por Abdias do Nascimento: *O Genocídio do Negro Brasileiro* e *Sitiado em Lagos*, ambas em sua segunda edição.

Os dois livros, originalmente lançados em fins da década de 1970 e início da década de 1980, representam um momento de salto qualitativo da luta contra o racismo no Brasil, na medida em que denunciam o lastro de exploração e violência ao qual a população negra ainda estava submetida no Brasil. Também expressam um momento de maturidade teórica e política do movimento negro brasileiro, fator que colocará o país posteriormente na vanguarda da luta antirracista internacional. Assim, Abdias junto com Lélia Gonzales, Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, Hamilton Cardoso, Thereza Santos, Yedo Ferreira, Joel Rufino e tantos outros e outras intelectuais forjam um pensamento original e perspicaz.

No campo do ativismo, a luta contra o racismo ao longo do século XX no país promoveu uma contra hegemonia que só ganhou espaço amplo em 1978 quando do ressurgimento do movimento negro organizado em pautas políticas. Antes, no início do século, os jornais *O Menelick*, *O Clarim da Alvorada*, entre outros, foram trabalhos de escrita e comunicação engajadas que partiam da experiência imediata de negros e negras brasileiros e propunham mudanças frente a sua situação nos idos dos anos de 1920 e 1930. As experiências de jornais colaborativos da comunidade negra culminaram no surgimento da Frente Negra Brasileira, que chegou a se tornar partido, com um número amplo e significativo de associados. No conteúdo dos jornais que precederam a Frente Negra e mesmo no veículo oficial da entidade, os temas debatiam questões por uma perspectiva integracionista.

A primeira contestação dessa perspectiva, o Teatro Experimental do Negro (TEN) propunha a reelaboração por meio do teatro, para que negros e negras da classe trabalhadora pudessem representar algo diferente do cotidiano imediato e projetassem outras vivências. Na ponta de lança do

³ NASCIMENTO, Abdias. **O Brasil na mira do pan-africanismo**. Salvador: Edufba, 2002



TEN, dois eminentes intelectuais: de um lado, Guerreiro Ramos e sua participação como intelectual não só na denúncia do racismo, como também em suas contribuições no projeto de Brasil desenvolvimentista, então em voga⁴. Do outro, Abdias do Nascimento é o sujeito síntese da integração da luta antirracista brasileira com suas congêneres internacionais.

O *Brasil na mira do panafricanismo* permitiu um lastro maior para se pensar o ativismo negro brasileiro, as várias correntes do pan-africanismo, o movimento negritude, o movimento consciência negra sul-africano, a luta pelos direitos civis nos EUA, as guerras por libertação no continente africano e as primeiras expressões de lutas de imigrantes africanos no continente europeu são as referências para o antirracismo brasileiro da segunda metade do XX⁵. E é aqui que o Brasil, ao mirar o panafricanismo, encontra Cyril Lionel Robert James.

James, nascido em Trinidad e Tobago no ano de 1901, foi jornalista, escritor e teórico de orientação marxista. Autor de vasta produção, escreveu obras antológicas, dentre as quais *A History of Pan-African Revolt*⁶, originalmente publicada em 1938 e relançada em versão expandida 1969.

Clássico do pensamento político, neste trabalho, James analisa as condições históricas e contemporâneas da luta internacional antirracista.

II

Neste contexto, o internacionalismo negro, como o próprio James adverte, vivia uma nova condição: a África se libertava politicamente do jugo colonial - ainda que persistisse a dependência econômica - na antessala da reestruturação produtiva do capital, que impôs uma agenda austera e brutal aos que vivem do trabalho. Na diáspora, a emergente classe média negra não suplantava a existência do proletariado negro que vivia com baixos rendimentos. Pior, o fim do ciclo de ouro nos centros dinâmicos remodelava o capitalismo administrado para um estado policial e punitivo. No caso das massas negras que viviam na Inglaterra, França e Estados Unidos essa não era necessariamente uma nova circunstância, ainda assim, os dilemas antigos

⁴ Guerreiro Ramos é nome de destaque do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

⁵ MOORE, Carlos. Prefácio. In. NASCIMENTO, Abdias. **O Brasil na mira do panafricanismo**. Salvador: Edufba, 2002.

⁶ JAMES, Cyrol Robert Lionel. **A History of Pan-African Revolt**. PM Express. Oakland: 2013.



ganhavam novos vultos. Essa configuração do Estado neoliberal de extração punitivista, encontra no Brasil uma realidade já marcada secularmente por superexploração, informalidade, pauperização e conflito.

Por isso, as iniciativas de congregação da luta antirracista internacional permaneceram ativas ao longo das décadas de 1960 e 1970. Os destaques são: o 6º Congresso Pan Africanista ocorrido em Dar es Salaam na Tanzânia, depois oposto pelo 1º Congresso Integral da União de Escritores dos Povos Africanos, realizado em Dakar no Senegal em 1976, e o Festival Mundiais de Arte Negra - sobretudo o de 1977, na cidade de Lagos, Nigéria. Neles, tanto Abdias do Nascimento como C.L.R. James têm destaque⁷.

James, já um veterano, foi um dos principais articuladores do 6º Congresso Panafricanista, o primeiro a ocorrer em território africano. Dos cinco congressos anteriores, o destaque do 5º é evidente na medida em que em 1945, na cidade inglesa de Manchester se reuniram intelectuais, sindicalistas e militantes que tiveram papel destacado na luta antirracista em seus territórios. George Parnmore, Kwame N'Krumah e C.R.L. James são apenas alguns nomes de vulto que estavam presentes naquela importante e célebre reunião do internacionalismo negro⁸. É digno de nota que em nenhum dos congressos ocorridos entre 1900 e 1945 tivemos a participação de um delegado brasileiro, exceto o 6º Congresso que contou com a participação de Abdias.

Abdias, no auto exílio desde 1964, quando da instalação da ditadura burgo-militar no Brasil, vivia nos Estado Unidos, onde expandiu suas articulações políticas e, há um só tempo absorveu elementos do internacionalismo negro, bem como começou a colocar a luta da população negra brasileira no mapa do pan-africanismo. É assim que tem contato com C.L.R. James. Quando dos eventos preparatórios para o 6º Congresso, ocorridos em Kingston na Jamaica, em 1973, Abdias qualifica a compreensão dos internacionalistas negros sobre como operava o racismo brasileiro e quais foram às estratégias de luta utilizadas pelos africanos e seus descendentes ao longo da história do Brasil. Neste contexto, as teses daquilo que Abdias chamara de *Quilombismo* - uma proposta de emancipação dos povos negros de todo o mundo a partir da valorização da experiência africana e da diáspora - começavam a ganhar contornos mais definitivos.

⁷ NASCIMENTO, Elisa Larkim. **Pan-Africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra**. Vozes: Petrópolis, 1981.

⁸ DEGRAENE, Philippe. **O panafricanismo**. Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1962.



James, por sua vez, atento ao novo cenário que coloca a experiência negra brasileira como uma das mais importantes lutas locais contra o racismo assevera, junto com Roosevelt Brown, outro importante articulador das etapas preparatórias para o 6º Congresso, a necessidade da reserva de um painel de dia inteiro na programação do evento para discutir a situação do negro brasileiro.

No entanto, o 6º Congresso foi tomado pelo espírito de disputa pela hegemonia que encampou uma divisão política reinante no espectro mundial. Frente às tomadas de decisões da cúpula anfitriã do evento - dentre eles o importante Julius Nyerere, que teve papel oscilante quando da organização e depois na realização do evento - e por diferenças políticas, James decide não participar e boicota o Congresso.⁹

Pouco mais de um ano depois, em 1976, James e Abdias participam do Primeiro Congresso Integral da União de Escritores dos Povos Africanos, em Dakar, no Senegal. Abdias novamente se destaca, explicitando ao mundo o racismo à brasileira. James, por sua vez, ao fazer um balanço dos congressos panafricanistas, reitera uma posição anticolonialista e anti-imperialista, confrontando - nos seus dizeres- uma elite africana ocidentalizada e burguesa, e apontando como saída uma atenção do internacionalismo negro às lutas do campesinato africano, bastião da continuidade do combate contra a opressão no território africano. Também assinala a importância das lutas feitas pelas frações urbanas do operariado negro, marginalizadas mundo afora. Nesse aspecto, James reivindica a produção da escritora brasileira Carolina Maria de Jesus como um exemplo de que a massa possuía relativa autonomia frente à burocratização dos instrumentos políticos que outrora se afirmavam como vanguarda. O Brasil estava, portanto, na mira do panafricanista C.L.R. James.¹⁰

III

Agora, ainda que Abdias tenha sido um dos principais articuladores da luta antirracista brasileira com o internacionalismo negro, não foi ele o único, naquela ocasião, a mirar James. Havia outros desígnios que

⁹ BOUKARI-YABARA, **Amzat. Africa Unite! Une histoire du Panadricanisme**. La Découverte: Paris, 2017

¹⁰ NASCIMENTO, Elisa Larkim. **Pan-Africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra**. Vozes: Petrópolis, 1981.



aproximavam o intelectual caribenho com o pensamento negro brasileiro daquele período. O país vivenciava uma ditadura burgo militar que intensificou o processo de expansão capitalista à custa da superexploração da grande massa trabalhadora - em sua maioria negra - mas que, contraditoriamente, forjou, de um lado, um operariado que entrava numa nova fase de tomada de consciência e, de outro, uma pequena fração de setores medianos, com curso técnico e superior. Nessa franja mediana, ainda que incipiente, emergiu uma classe média negra, com um núcleo de *intelligentsia* que vivencia, em outra esfera, os desígnios da raça no Brasil: emparedado ao não ser reconhecido como membro de sua nova classe social pelo seu pertencimento racial. Assim, esse grupo se volta à comunidade de origem como reduto e redenção no enfrentamento ao racismo. Havia também a franja negra que atuava em sindicatos e partidos.¹¹ Esse processo se assemelha àquilo que James analisou em seu clássico *Jacobinos Negros* sobre as correlações de forças das classes em luta quando da Revolução Haitiana: o papel da identificação racial na conformação da solidariedade entre escravizado camponês e *intelligentsia* urbana formada por profissionais liberais e do funcionalismo público.

Assim, “o Haiti é aqui” brasileiro se moldava sob as seguintes características: a proposta de integração, aos moldes anteriores não dava mais conta do projeto antirracista. Se antes a ideia era pensar e projetar um brasileiro negro, e a democracia racial como mola propulsora desse salto, a partir da década de 1960 o movimento negro se percebe como mais um elo da luta antirracista internacional: negros do mundo, uni-vos! O duplo estatuto de ser negro e africano se firmava como um poderoso elemento contra hegemônico capaz de implodir as ambiguidades e contradições da obsessiva ideia de identidade nacional. O encontro das águas afluiu em algo pujante e rico: de um lado vinham as novas tendências modernistas que desembocam na reafirmação de um país miscigenado sem racismo, do outro a intensa força da luta antirracista internacional. Por aqui, uma ideia de um povo dentro de um território. Ser negro-africano era a nova pauta do movimento negro, redescobrir a África em nós foi a grande bandeira da versão nacional da luta antirracista internacional.

¹¹ GONZÁLES, Lélia. O Movimento Negro Unificado : Um novo estágio na mobilização política negra. In. GONZÁLES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino americano. Ensaios, intervenções e diálogos/** Org Flávia Rios, Marcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.



Esses novos contornos se refletiam numa produção teórica ampla, consistente e original. Exemplos disso, além dos já mencionados textos de Abdias, são Clóvis Moura e Octavio Ianni que protagonizam um bom embate interpretativo sobre as conexões da luta negra brasileira com as demais formas de resistência da diáspora africana, em especial a caribenha. Aqui James e o pensamento caribenho – sobretudo o anglófono - têm papel importante, ainda que ambos tenham formulações originais sobre o tema. *Negro, de bom escravo a mau cidadão?*(1977)¹² de Moura e *Escravidão e Racismo* (1978)¹³, de Ianni são exemplos da absorção crítica feita pela intelectualidade brasileira quando dessa nova quadra histórica. As formulações de James são decisivas para um salto qualitativo na análise sobre cultura e política feita por Clóvis Moura na análise da rebeldia negra.

No campo político, parte da militância negra de esquerda da época, referenciada na Convergência Socialista – Organização política de orientação trotskista - também tem papel importante numa aproximação ao pensamento de James no Brasil. Intelectuais e militantes como Hamilton Cardoso e Flávio Carrança, ao terem contato com a produção de Trotski sobre a questão racial, absorvem a discussão sobre tática e estratégia a partir do debate sobre opressão e autodeterminação do povo negro.¹⁴ A aproximação de Trotski ao tema do racismo se deu na batalha de ideias com os demais quadros da Quarta Internacional. Destes debates, um dos mais emblemáticos, foi o ocorrido entre James e Trotski, no ano de 1939 no México, que foi farol para muitos dos caminhos seguidos por parte da militância negra brasileira ao longo da década de 1980¹⁵

¹² MOURA, Clóvis. **Negro, de bom escravo a mau cidadão?** Conquista: Rio de Janeiro, 1977.

¹³ IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. Hucitec: São Paulo, 1978.

¹⁴ Ver: OLIVEIRA, Fábio Nogueira de; RIOS, Flavia. Consciência negra e socialismo: mobilização racial e redes socialistas na trajetória de Hamilton Cardoso (1953-1999). **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, p. 507-530; SERAFIM, Danilo. Leon Trotsky e os apontamentos com C.L.R. James. In. **Revista Movimento**. (<https://movimentorevista.com.br/2021/08/leon-trotsky-e-os-apontamentos-com-c-l-r-james/>) Acesso em 04/01/2022.

¹⁵ A tese de doutorado de Amílcar Araújo Pereira apresenta um bom panorama das circunstâncias que envolviam a inserção de militantes do movimento negro nas fileiras da Convergência Socialista e as contradições desse processo. Ver. PEREIRA, Amílcar Araújo. **“O mundo negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Tese de Doutorado – Universidade Federal



Para estes setores mais radicalizados, a luta antirracista se conectava a luta contra o capital. Nesse sentido, um horizonte de visibilidade revolucionário estava na ordem do dia e exigia um programa de transição consequente. O socialismo brasileiro precisava estar a favor da população negra e não o contrário. Assim, James foi um importante interlocutor para essa elaboração teórica e política.

IV

O pujante movimento negro das décadas de 1970 e 1980 vive um momento de rearticulação ao longo das décadas de 1990 e início dos anos 2000. Em sendo uma articulação em formato de frentes, sofreu os desgastes das diferenças políticas internas, como também foi absorvido pelos novos ares do capitalismo mundial: o deserto neoliberal da década de 1990, que jogou uma pá de cal nos sonhos revolucionários.

Como expressão ideo-teórica dessa nova fase do capitalismo, o liberalismo progressista se afirmava como corrente teórica que absorvia os dilemas sociais. Entendido como pensamento pós-moderno, contraditoriamente, absorvia pautas civilizatórias históricas e apresentava, aparentemente, soluções de curto prazo a elas: diversidade como horizonte ético e realinhamento do mercado e do Estado como soluções às essas demandas. Fora de moda, o marxismo vivia sua crise política se renovando teoricamente: leitura exegética de Lukács, Frankfurtianos, Gramsci, Althusser e toda a sorte de perspectivas e escolas que, desde a década de 1970, ocupava a agenda de estudos.

No caso brasileiro, desde a Marcha Zumbi (1995), e depois nos eventos preparatórios para a Conferência Internacional de Durban, o Movimento Negro local assume uma postura que o qualifica e faz assumir a vanguarda da luta antirracista internacional. Ao longo da década de 1990, forjou quadros técnicos em um conjunto de organizações não governamentais que souberam ler os novos ventos e mover os moinhos que alcançariam agora não só o diagnóstico do racismo, como também



formulações concretas de enfrentamento a ele: interpelar o mercado e o Estado em termos de reparação histórica e inclusão.¹⁶

Neste contexto de reversão da luta revolucionária, contraditoriamente, tivemos pela primeira vez o contato menos fragmentado e mais amplo com a obra de James. No ano 2000, foi publicado no Brasil o clássico *Os Jacobinos Negros Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*¹⁷. Este texto vem sendo, até o momento, praticamente o único contato mais amplo com a produção de James disponível no Brasil.¹⁸

V

Aquele Movimento Negro, que emerge diante do fim do ciclo desenvolvimentista brasileiro, coloca suas bandeiras e pautas reparatórias em prática via políticas sociais no contexto do Brasil neodesenvolvimentista¹⁹ das gestões progressistas. A ideia de pertencimento racial como valor identitário positivo se alastrou por um setor mais amplo do que aquele movimento negro de classe média do Brasil de fins da década de 1970. Os motivos são de várias ordens e têm múltiplas determinações (os movimentos culturais e estéticos nas periferias dos grandes centros urbanos que explodem pelo país inteiro nas décadas de 1990 e anos 2000, por exemplo). No Brasil neodesenvolvimentista, o precariado negro também se afirma positivamente e brada: poder para o povo preto, empoderado, resistente e que quer representação, por todos os meios necessários!

¹⁶ OLIVEIRA, Dennis. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico crítica**. São Paulo: Dandara, 2021.

¹⁷ JAMES, Cyrol Lyonel Robert. **Os jacobinos negros Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2000.

¹⁸ MATA, Iacy Maia. Tradição negra radical e marxismo: C.L.R. James e a Revolução de São Domingos. In. **Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista [livro eletrônico]** / organização Danilo Enrico Martuscelli, Jair Batista da Silva. -- Chapecó, SC: Ed. dos Autores, 2021. -- (Coleção marxismo21).

¹⁹ Há ampla bibliografia que se propõe a caracterizar o período de gestão progressista no Brasil em termos econômicos e sociais. Aqui adota-se as análises de Ruy Braga (*A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*); Armando Boito Jr (*Reforma e crise política no Brasil: Os conflitos de classe no governo do PT*); André Singer (*O lulismo em crise: um quebra cabeça do período Dilma*); Laura Carvalho (*A valsa brasileira: Do boom aos caos econômico*); Plínio de Arruda Sampaio (*Crônicas de uma crise anunciada*);



Tempos depois, o lulismo foi golpeado diante do revés econômico e da quebra do pacto civilizatório das elites e classes médias para com um neodesenvolvimentismo inclusivo. A população negra, nesse contexto, se viu e se vê diante de dilemas. Grande parte de uma plataforma de atuação material e simbólica do movimento negro contemporâneo que consagrou uma nova gramática social e que disputava a narrativa do que é ser brasileiro começa a não dar mais conta das vivências. A frase passa a superar em muito o conteúdo e produzir cisões entre a cotidianidade e seus signos.

Partindo desse chão e suas mediações, entender a dinâmica da moderna luta de classes brasileira e sua dimensão subjetiva, passa, em primeiro lugar pela validação e verificação daquilo que permaneceu e daquilo que mudou. No período lulista, para além de uma vanguarda, um amplo setor da classe trabalhadora negra brasileira passa a ter “atitudes” condizentes com o “tornar se negro”, no entanto, o problema está justamente na condição precária desses sujeitos enquanto inserção nas relações sociais de produção.

Se no começo do Brasil neodesenvolvimentista certa plataforma de atuação do Movimento Negro ampliou o leque da disputa hegemônica, sobretudo sobre o mito criado pela elite nacional que dizia sobre harmonia social, agora, diante da crise, passa da resistência para a conformação, promovendo apenas uma revolução formal, porém, sem alcançar o conteúdo reprimido das relações raciais no Brasil contemporâneo.

Do ponto de vista teórico e político, nesse contexto, existem três grandes linhas disputando a forma de compreensão e enfrentamento ao racismo: 1) Liberais progressistas; 2) Afrocentrados; 3) Marxistas.

No primeiro caso, de pensamento teórico difuso, se amparam na saída de inclusão no mercado, sistematizado a partir do Black Money e do afro-empendedorismo, ainda que entendam o papel importante do Estado na promoção de Políticas Públicas; no segundo caso, ainda que também existam distinções e diversidades internas, a unidade se dá na recuperação de certos aspectos do nacionalismo negro que tem em Marcus Garvey uma primeira expressão, mas também alicerçado no pensamento de Cheik Anta Diop, Molefi Kete Asante, Wade W. Nobles, Katherine Bankol, Cleonora Hudson Weems, entre outros. Propõem uma ruptura total com padrões civilizatórios europeus, rompimento com as formas tradicionais da política entendida como forma “branca” de luta e apontam para as tradições africanas como potência de aglutinação e destino para os povos negros do mundo. No terceiro, os marxistas, que reivindicam não só a tradição clássica



do marxismo, como apontam para as negligências teóricas dos clássicos, os limites do pensamento que renovou conservando, bem como buscam a recuperação do marxismo negro²⁰.

Os liberais progressistas têm conseguido colocar o debate sobre o racismo na esfera pública, mas a falta de radicalidade da sua postura impõe um circuito fechado para o conjunto da população negra que vivencia a diáde negro drama ou empoderamento, o primeiro como tragédia e o segundo como farsa. Os afrocentrados captam o sentido da história em relação ao racismo, mas a falta de uma síntese que forja uma tática e estratégia mais consequente os facultam a condição de guardiões da memória e de fiscais do racismo. Aos marxistas caberia o projeto, mas como força menor nesse diapasão, ser a terceira via tem imposto a este setor uma necessidade de recuperação, em muitos casos, proselitista do legado marxiano e marxista na luta contra o racismo.

Eis que, agora, o Brasil pode mirar James: autor de erudição rara, não cede à vulgarização do politicismo, nem ao pedantismo teórico. Aposta na experiência concreta da luta negra como uma saída, ainda que indique a necessidade de que ela se vire contra o capitalismo. Por isso, a leitura de *A History of Pan-African Revolt* é providencial. Quem sabe, com este insumo, enfim, o capítulo do Brasil na luta pan-africana poderá ser escrito por uma geração que precisará dar respostas consequentes aos desígnios do seu tempo.

Referências

- BOUKARI-YABARA, Amzat. **Africa Unite! Une histoire du Panadricanisme.** La Découverte: Paris, 2017.
- DECRAENE, Philippe. **O pan-africanismo.** Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1962.

²⁰ Como categoria analítica, marxismo negro tem possibilitado uma análise da produção de intelectuais que analisaram o tema do racismo por múltiplas perspectivas marxistas. Ver Grosfoguel, Ramon *¿NEGROS MARXISTAS O MARXISMOS NEGROS?: UNA MIRADA DESCOLONIAL* **Tabula Rasa**, núm. 28, 2018, Enero-Junio, p. 11-22 Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca Colombia; ROBINSON, Cedric. **J. Marxismo Negro : La formación de la tradición radical negra.** Prácticas Constituyentes: Madrid, 2021; PICO, Daniel Montañez. **Marxismo Negro. Pensamiento descolonizador del Caribe Anglófono.** Akal: Madrid, 2020.



- GONZÁLES, Lélia. O Movimento Negro Unificado : Um novo estágio na mobilização política negra. In. GONZÁLES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino americano. Ensaios, intervenções e diálogos/** Org Flávia Rios, Marcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GROSGUÉL, Ramon ¿Negros marxistas o marxismos negros?: una mirada descolonial **Tabula Rasa**, núm. 28, 2018, Enero-Junio, p. 11-22 Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca Colombia.
- IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. Hucitec: São Paulo, 1978.
- JAMES, Cyrol Lyonel Robert. **Os jacobinos negros Toussaint L’Ouverture e a Revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. **A History of Pan-African Revolt**. PM Express: Oakland, 2013.
- MATA, lacy Maia. Tradição negra radical e marxismo: C.L.R. James e a Revolução de São Domingos. In. **Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista [livro eletrônico]** / organização Danilo Enrico Martuscelli, Jair Batista da Silva. -- Chapecó, SC: Ed. dos Autores, 2021. -- (Coleção marxismo21).
- MOORE, Carlos. Prefácio. In. NASCIMENTO, Abdias. **O Brasil na mira do pan-africanismo**. Salvador: Eufba, 2002.
- MOURA, Clóvis. **Negro, de bom escravo a mau cidadão?** Dandara: São Paulo, 2021.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Brasil na mira do pan-africanismo**. Salvador: Eufba, 2002.
- NASCIMENTO, Elisa Larkim. **Pan-Africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra**. Vozes: Petrópolis, 1981.
- NASCIMENTO, Elisa Larkim. **Pan-Africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra**. Vozes: Petrópolis, 1981.
- OLIVEIRA, Dennis. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico crítica**. São Paulo: Dandara, 2021.
- OLIVEIRA, Fábio Nogueira de; RIOS, Flavia. Consciência negra e socialismo: mobilização racial e redes socialistas na trajetória de Hamilton Cardoso (1953-1999). **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, p. 507-530; SERAFIM, Danilo. Leon Trotsky e os apontamentos com C.L.R. James. In. **Revista Movimento**. (<https://movimentorevista.com.br/2021/08/leon-trotsky-e-os-apontamentos-com-c-l-r-james/>) Acesso em 04/01/2022.
- PEREIRA, Amilcar Araújo. **“O mundo negro” : a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Tese de



Doutorado – Universidade Federal Fluminense- Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

PICO, Daniel Montañez. **Marxismo Negro. Pensamento descolonizador del Caribe Anglófono**. Akal: Madrid, 2020.

ROBINSON, Cedric. J. **Marxismo Negro : La formación de la tradición radical negra**. Prácticas Constituyentes: Madrid, 2021.



Uma reflexão sobre o Lenin⁽¹⁾

Paulo de Tarso Presgrave Leite Soares ⁽²⁾

223

Resumo

Na primeira parte mostramos que há dois Lenins, bem distintos e opostos. Um Lenin que recusa a dialética e um Lenin dialético. Na segunda parte mostramos as discordâncias com o Lenin místico, dialético. Na terceira parte mostramos a concordância com o Lenin não dialético. Na quarta parte mostramos que as discordâncias em nada diminuem nossa admiração pelo Lenin.

Palavras-chave: Lenin; dialética; capitalismo.

Resumen

En la primera parte mostramos que hay dos Lenins, muy distintos y opuestos. Un Lenin que rechaza la dialéctica y un Lenin dialéctico. En la segunda parte mostramos los desacuerdos con el místico, dialéctico Lenin. En la tercera parte mostramos la coincidencia con el Lenin no dialéctico. En la cuarta parte, mostramos que los desacuerdos de ninguna manera disminuyen nuestra admiración por Lenin.

Palabras clave: Lenin; dialéctica; capitalismo.

Abstract

In the first part we show that there are two Lenins, very distinct and opposite. A Lenin who refuses dialectics and a dialectical Lenin. In the second part we show the disagreements with the mystical, dialectical Lenin. In the third part we show the agreement with the non-dialectical Lenin. In the fourth part, we show that disagreements in no way diminish our admiration for Lenin.

Keywords: Lenin; dialectic; capitalism.

¹ As reflexões aqui expostas são apresentadas na disciplina “Uma análise da fase monopolista do capitalismo”, que leciono no curso de economia da FEA/USP e em alguns vídeos no canal “Marx, sem ilusões”, no Youtube.

² Professor da FEA/USP, Canal no Youtube: Marx – sem ilusões. | ptsoares@usp.br





Um monte de gente louva o Lenin. Há muitos que o leram? Não! Louvam uma caricatura do Lenin. Seria melhor se o louvassem menos, mas o lessem mais (3).

224

Parte 1: a antinomia em Lenin

Há uma antinomia em Lenin. Há dois Lenin. Há o Lenin revolucionário à La Marx. Onde a revolução é uma necessidade prática para acabar com o sufoco da vida, com a opressão de uma esfera social sobre as demais. Onde a revolução não é a evolução da razão, não é inexorável, não é o destino da humanidade. Há também outro Lenin, à La Hegel, místico. Onde a revolução é fruto da evolução da razão em busca da sua autossuficiência, é o destino da humanidade.

Começemos tratando do Lenin revolucionário à La Marx, aquele que, no *Quem são os amigos do povo*, disse que a transformação da economia capitalista em economia socialista nada tem a ver com a dialética hegeliana, que a dialética era usada pelo Marx apenas como forma de expressar-se e não como método de análise (4). É o Lenin que diz que os críticos de Marx, sem melhores argumentos faziam a vulgar acusação de que o marxismo aceita a dialética hegeliana (5). É o Lenin que diz que, na transição do capitalismo para o socialismo, no caso da expropriação dos expropriadores, o fio condutor é a contradição entre o desenvolvimento da socialização do trabalho e a centralização dos meios de produção, algo absolutamente distinto da tríade hegeliana (6).

Tratemos, agora, do Lenin místico, à La Hegel, aquele que, no mesmo *“Quem são os amigos do Povo”*, onde depois renegar o Marx dialético, < < dá

³ Adaptação livre da Epígrafe de Kautsky que foi reproduzida em: Lênin, W. I. *Quienes son los <amigos del pueblo> y como luchan contra los socialdemócratas? Respuesta a los artículos de Russkoie Bogatsvo contra los marxistas. Escritos Económicos (1892-1899), vol. II, 2a. ed. Madrid/México: Siglo Veintiuno, 1979. De agora em diante referido como **Quem são os amigos do povo**.*

⁴ *Quem são os amigos do povo*, Op. cit. p.16.

⁵ *Quem são os amigos do povo* Op. cit. p. 43.

⁶ *Quem são os amigos do povo*, op. cit. p. 50/52.



uma cambalhota>> ⁷) e, ao que parece sem o saber ainda, trata hegelianamente o marxismo. O Lenin que disse que o materialismo deu um salto de qualidade quando reduziu as relações sociais às relações de produção e estas às forças produtivas. As forças produtivas estão em permanente desenvolvimento, desenvolvendo a organização social mercantil até a sua transformação em organização capitalista e a necessidade da sua transformação em outra relação social de produção e criando as classes antagônicas, a burguesia e o proletariado.

Parte 2: discordâncias com o Lenin hegeliano

Cumpre inicialmente observar sobre o uso da palavra <discordância>, ao invés da palavra <crítica>. A intenção é marcar que os comentários aqui feitos não podem ser entendidos como críticas à La Marx. No “*Para a crítica à filosofia do direito em Hegel – Introdução*” ⁸), Marx disse que a crítica não é um bisturi anatômico, para uma cirurgia recuperadora e sim uma arma apontada contra um inimigo que se quer destruir ⁹).

Não poucos, no entanto, dirão que houve uma mudança epistemológica no Marx e, portanto, o sentido com que ele usava a palavra crítica também mudou. Discordamos fortemente disso. Explicamos o motivo.

No capítulo 1 do *Capital: crítica da economia política* ¹⁰), Marx rompe a ligação entre valor de uso e valor de troca. Disse ele que a mercadoria não contém um átomo das qualidades que lhe dão valor de uso ¹¹) e que o trabalho concreto não entra no valor de troca ¹²). Como o que cria o valor não é o trabalho humano concreto efetivamente realizado, mas o trabalho

⁷ Marx, no *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do sr. Proudhon* Hemus, 2008, p. 91 (de agora em diante referido como **Miséria da filosofia**), disse que os hegelianos partem do real e, por meio da abstração, chegam à categoria lógica, em seguida dão uma cambalhota e voltam para o real.

⁸ *Para a crítica à filosofia do direito em Hegel – Introdução*, Coleção Textos Clássicos LusoSofia, Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008, disponível em http://www.lusosofia.net/textos/marx_karl_para_a_critica_da_filosofia_do_direito_de_hegel.pdf . De agora em diante referida como **Para a crítica filosofia do direito – Introdução**.

⁹ *Para a crítica filosofia do direito – Introdução*, p. 8

¹⁰ O *Capital: crítica da economia política*, Livro I, vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. De agora em diante referido como **Capital**.

¹¹ *Capital*, p. 58/59.

¹² *Capital*, p. 63.



humano concreto convertido em trabalho humano abstrato, na qualidade de trabalho humano igual (¹³), o valor é uma realidade apenas social (¹⁴). No capítulo 3 Marx rompe a ligação entre valor de troca e preço. Disse ele que o preço revela a relação de troca da mercadoria com o dinheiro, mas não necessariamente revela a magnitude do valor de troca. A transformação da magnitude do valor em preço ocorre quando a mercadoria é trocada pela mercadoria dinheiro, uma mercadoria com existência extrínseca à mercadoria com que a mercadoria dinheiro está sendo trocada. Assim, essa transformação pode se dar tanto na magnitude correta quanto na magnitude deformada para mais ou para menos (¹⁵). Mas além das divergências quantitativas há também divergências qualitativas. Uma coisa que em si mesma não é mercadoria pode ser alienada por dinheiro e assim receber a forma de mercadoria (honra, consciência etc). Uma coisa pode formalmente ter preço sem ter valor (terra não cultivada, que não tem valor por nela não ter sido realizado qualquer trabalho humano) (¹⁶). Isso retira da teoria do valor qualquer relacionamento intrínseco com a produção. Isso faz da teoria do valor mera expressão de relações sociais alienadas, fetichizadas. Uma crítica que, obviamente, não é um bisturi para uma cirurgia recuperadora e sim uma arma direcionada para um inimigo que ele quer destruir (¹⁷).

A palavra crítica, em Marx, sempre teve o mesmo sentido, o de ser uma arma contra um inimigo que se quer destruir.

Como <discordâncias> aqui não devem ser entendidas como <críticas>, os comentários sobre a antinomia são um esforço para que Lenin seja melhor entendido e reverenciado sem adoração, sem beatificação, sem religiosidade característica dos hegelianos. Afinal, Lenin aqui não é visto como Hegel via o monarca. Lenin aqui não é visto como a encarnação da razão.

¹³ *Capital*, p. 67/68.

¹⁴ *Capital*, p. 69.

¹⁵ *Capital*, p. 128/129.

¹⁶ *Capital*, p. 129/130.

¹⁷ Como exposto no vídeo seis do Canal no Youtube, *Marx, sem ilusões: Paulo de Tarso Presgrave Leite Soares*. Não é por outro motivo que a disciplina que leciono chama-se *Marx: destruição da economia política*. Note-se aliás a quantidade de vezes em que o Marx usou a palavra <crítica> nos títulos da sua obra. Um uso constante e duradouro. Por isso aqui a insistência em se usar a palavra <discordância>.



O primeiro comentário discordante dirige-se ao Lenin do *Quem são os amigos do povo*, onde o conceito de forças produtivas cria e desenvolve o real e ao Lenin do *O imperialismo, fase superior do capitalismo (ensaio popular)* (¹⁸), onde o conceito concorrência entre os capitalistas é o motor do desenvolvimento do capitalismo. O fundamento para a discordância está no Marx, do *Miséria da filosofia* e em Marx & Engels, do *Ideologia alemã* (¹⁹). No primeiro, Marx diz que os hegelianos, ao fazerem abstrações imaginam fazer análise. Eles partem do concreto e, mediante abstrações, chegam às categorias lógicas, dão uma cambalhota e voltam da categoria lógica para o concreto (²⁰). No segundo, Marx & Engels dizem que, segundo o sistema hegeliano, as ideias, os pensamentos, os conceitos, produzem, determinam e dominam o mundo real dos homens, seu mundo material, suas relações reais e que os <<rebeldes discípulos de Hegel>> tomam dele essa concepção (²¹). Em Lenin, tanto no *“Quem são os amigos do povo”* quanto no *“Imperialismo”*, indiscutivelmente, o conceito cria, desenvolve o real. Cabe, então a dizer: <<o segundo Lenin é um rebelde discípulo hegeliano>>.

O segundo comentário discordante relaciona-se ao ponto anterior, onde o conceito cria o real, mas o fundamento da discordância agora é o Marx, do *Crítica à filosofia do direito em Hegel: crítica dos parágrafos 261 ao 313 da obra de Hegel, I* (²²), onde está dito que, em Hegel, a alma dos objetos já está pronta, predeterminada, antes do seu corpo. Corpo que não é propriamente mais do que a aparência da alma. O conceito é o filho da “Idéia” em Deus pai, é o “agens”, o princípio ativo, determinante e diferenciador (²³). Uma vez que uma concepção em que o conceito é o *agens* (princípio ativo), determinante e diferenciador, é uma concepção religiosa/mística, cabe a afirmativa de que o<< segundo Lenin é místico/religioso>>.

¹⁸ *O imperialismo, fase superior do capitalismo (ensaio popular)*. in Obras Escolhidas, Tomo I. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. De agora em diante referido como **Imperialismo**.

¹⁹ *Ideologia alemã*, São Paulo: Boitempo, 2007, p. De agora em diante referido como **Ideologia alemã**.

²⁰ *Miséria da filosofia*, p. 90/94.

²¹ *Ideologia alemã*, p. 524

²² *Crítica à filosofia do direito em Hegel: crítica dos parágrafos 261 ao 313 da obra de Hegel*, São Paulo: Boitempo: 2005. De agora em diante referido como **Crítica filosofia direito - Hegel**

²³ *Crítica filosofia direito - Hegel* p.36.



O terceiro comentário discordante tem como fundamento o Marx do *A sagrada família ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes* (²⁴). Ali Marx critica Bauer por aplicar o aparato magico hegeliano, que faz brotar as “categorias metafísicas” – as abstrações da realidade – sacando-as da lógica e faz com que elas encarnem. Marx, então, conclui com a exclamação crítica dizendo: <<Socorro, Hinrich!>> (²⁵). À continuidade, Marx diz que, em Hegel, a autoconsciência, o espírito, é o todo, fora dele não há nada. É o criador poderoso, do universo, do céu, da terra. O mundo é uma manifestação de vida da autoconsciência que deve alienar-se e adquirir forma servil. A diferença entre o mundo e a autoconsciência é apenas uma diferença aparente. Marx então diz que dizer, como faz Hegel, que a autoconsciência não distingue nada real de si mesma, que dizer que o mundo é, muito antes, apenas uma distinção metafísica, uma quimera do seu cérebro etéreo, uma figuração do mesmo, equivale a dizer que o movimento material diferente do movimento ideal do cérebro existe apenas na aparência. E conclui Marx dizendo: <<Socorro Hinrich!>> (²⁶). Isso, portanto, permite aplicar ao segundo Lenin a mesma expressão que Marx usou contra os hegelianos: <<Socorro Lenin!>>.

O quarto comentário discordante refere-se ao futuro do capitalismo. Lenin, no *Imperialismo* disse que o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior. O futuro do capitalismo é necessariamente o socialismo (²⁷). Não há papel para o acaso. Agora o fundamento para a discordância está no Marx, do *Excertos sobre a economia política de John Stuart Mill* (²⁸), onde está dito que a verdadeira lei do mundo real é o acaso. Em Lenin não há a possibilidade de o capitalismo ser transformado em

²⁴ *A sagrada família ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2011. De agora em diante referido como **Sagrada família**. Os trechos aqui reproduzidos foram extraídos exclusivamente das partes escritas apenas pelo Marx.

²⁵ *Sagrada família*, p. 157.

²⁶ *Sagrada família*, p. 160.

²⁷ *Imperialismo*, p. 641.

²⁸ *Excerpts from James Mill's Elements of Political Economy in Early Writings*, London/New Yorl: Penguin Books/New Left Review, 1977, disponível também em <https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/115991/113664>



barbárie ou em um sistema compatível com o processo de socialização do trabalho, chamado de socialismo. O otimismo histórico, o finalismo, o determinismo, são evidentes no segundo Lenin.

O quinto comentário discordante refere-se ao tratamento que Lenin dá para a luta de classes no *Imperialismo*. É equivocado dizer que a luta de classes tem um papel decisivo no processo de monopolização e, portanto, no destino do capitalismo que, como dito no *Quem são os amigos do povo*, é dado pelo permanente movimento das forças produtivas.

Para facilitar a compreensão do ponto em tela, comecemos pelo Marx, no *Grundrisse* (²⁹) dizendo que o capital caminha para sua dissolução como modo predominante de produção da vida, devido ao processo de socialização do trabalho. Repetindo o que dissera no *Miséria da filosofia* (³⁰), Marx, no *Grundrisse* disse que a luta de classes leva à transferência do trabalho direto para as máquinas e complementa dizendo que a colocação do trabalho direto em suspenso faz com que a principal força produtiva seja a aplicação da ciência à produção e assim cria-se o trabalhador coletivo. Isso corrói do as bases do capitalismo, pois se o trabalho está nas máquinas e não no trabalhador, não faz mais sentido se apropriar do trabalho do outro, base fundamental do capitalismo. Também não faz mais sentido a teoria do valor, pois baseada no tempo de trabalho do trabalhador e não no tempo de “trabalho” (ressaltem-se as aspas) das máquinas. Além do mais, se o conhecimento, ou melhor, a aplicação da ciência à produção é a principal força produtiva, não faz sentido manter a propriedade privada, pois ela conflita com o caráter social do trabalho científico. O avanço científico depende da interação entre os cientistas, da disponibilidade a custo zero dos conhecimentos já adquiridos. Qualquer limitação a isto é uma limitação ao desenvolvimento científico e tecnológico e, portanto, ao avanço das forças produtiva, é um entrave ao desenvolvimento da produção.

Já para o Lenin, o final do capitalismo tem uma explicação distinta da que acabamos de expor, feita pelo Marx. Em Lenin, o monopólio, a fase imperialista, é fruto da livre concorrência capitalista, em razão da superioridade da grande produção. A vitória da grande produção sobre a pequena, leva a uma enorme concentração e centralização da produção, leva

²⁹ *Grundrisse: Foundations of the critique of political economy*. London/New York: New Left Review/Pelican Books, 1077, especialmente Notebook VI e Notebook VII. De agora em diante referido como **Grundrisse**.

³⁰ *Miséria da filosofia*, p. 120/122.



ao monopólio. A acentuada elevação da composição orgânica do capital leva à queda da taxa de lucro. A situação de monopólio, no entanto, permite que essa queda na taxa de lucro seja compensada pelas maquinações financeiras. O capitalismo não recorre mais tão intensamente às modificações técnicas como instrumento da competição e, assim, tem seu dinamismo reduzido, ainda que não abolido. A separação entre propriedade e gestão da produção, a famosa e tão badalada profissionalização da gestão, cria uma camada parasitária que vive da propriedade de ações, sem qualquer relação direta com a produção ⁽³¹⁾. Essas maquinações financeiras, os preços de monopólio, as exportações de capital, a política colonial e as inevitáveis guerras imperialistas, junto com a criação de dois novos personagens, a oligarquia financeira e a aristocracia operária, dão um traço de decomposição e parasitismo à fase monopolista do capitalismo.

Em suma, nos temas do desarranjo e do futuro do capitalismo, diferentemente de Marx, onde a luta de classes tem um papel essencial, em Lenin a luta de classes não tem um papel fundamental. O fundamental é a concorrência entre os capitais. Há, portanto, um distanciamento entre o segundo Lenin, o economista e o Marx, o revolucionário.

O sexto comentário discordante decorre do comentário anterior, sobre a mudança do capitalismo para outra forma social de produção da vida. Para tanto começemos recorrendo ao György Lukács, no *Tecnologia e relações sociais* ⁽³²⁾ criticando Bukharin por transformar a tecnologia em um princípio transcendente, chamando isso de materialismo burguês.

Cogitamos que a inspiração de Lukács para tal crítica está no *Manifesto do Partido Comunista* ⁽³³⁾, de Marx & Engels, onde está dito que a burguesia estava se revelando incapaz de continuar a exercer seu domínio por muito mais tempo, (porque) incapaz de impor à sociedade, como lei suprema, as condições de existência de sua classe, pela incapacidade para assegurar ao seu escravo (proletário) a própria existência no quadro da escravidão (assalariamento). Assim, a burguesia estava se afundando em

³¹ O famoso “empresário schumpeteriano”, mito criado pelo ideólogo Joseph Schumpeter e a tal destruição criadora, a valer o que foi mostrado pelo Lenin, já não existem mais na virada do século XIX para o século XX, pois a fase monopolista do capitalismo já está consolidada na entrada dos anos 1900.

³² *Tecnologia e relações sociais*, in Bukharin: teórico marxista. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989

³³ *Manifesto do Partido Comunista*, São Paulo: Cortez, 1998. De agora em diante referido como **Manifesto**.



uma situação em que tem de ser ela a alimentar seu escravo/proletário ao invés de ser alimentada por ela ⁽³⁴⁾.

Em Lenin, o fim de um modo de produção ocorre como consequência de um princípio transcendente, o permanente desenvolvimento das forças produtivas e a competição entre os capitalistas. Em Marx/Lukács o fim do modo de produção decorre da luta de classes e ocorre quando a classe dominante deixa de ser sustentada pela massa e passa a ter que sustentar a massa ⁽³⁵⁾.

O sétimo comentário é que a antinomia, já presente no *Quem são os amigos do povo*, indica que então Lenin não dominava adequadamente a dialética. Daí não causar surpresa que, posteriormente, quando estudou a obra do Hegel ⁽³⁶⁾, Lenin tenha se encantado e dito erradamente que era preciso ler Hegel para se entender melhor a obra do Marx ⁽³⁷⁾.

Isso parece responder à questão de se o determinismo, o finalismo do Lenin era fruto de pragmatismo político, das tarefas de agitação e propaganda, como eu mesmo por muito tempo pensei que fosse, ou de um legítimo hegelianismo? Os comentários discordantes aqui apresentados não são prova definitiva, mas sugerem fortemente que o ativismo revolucionário do Lenin o tem um fortíssimo traço religioso, místico, é movido por um otimismo histórico. O que obviamente, como será mostrado adiante, não invalida suas magníficas realizações teóricas e políticas.

Parte 3: concordância com o Lenin marxista “raiz”

A esmagadora maioria dos que lerem este texto e estará se perguntando: “Mas Marx não inventou a dialética materialista? O materialismo dialético não é uma correção do idealismo hegeliano?”. A resposta, aqui, é: “Não!”.

³⁴ *Manifesto*, p. p. 19.

³⁵ Um ponto interessante que deriva desse comentário nos remete a uma conjectura, a de que o Bolsa Família, ou a Renda Mínima, ou ao Imposto de Renda Negativo, idealizados pelo liberalismo e não pela esquerda, pode estar anunciando o fim do capitalismo e sua transformação em socialismo ou em barbárie.

³⁶ *Cadernos sobre a dialética de Hegel*, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

³⁷ No Youtube, no canal *Marx, sem ilusões: Paulo de Tarso Presgrave Leite Soares*, em dez vídeos reproduzindo as aulas que leciono na disciplina EAE 0524 Marx: destruição da economia política no curso de economia da FEA/USP, mostro o erro de se associar Marx ao Hegel.



Para explicar a resposta negativa, começemos por Lucio Colletti, no *Marxismo y dialéctica* ⁽³⁸⁾, dizendo que o marxismo, na maioria dos casos, sequer suspeita que oposição dialética e oposição real são duas oposições radicalmente distintas e, nos poucos casos em que teve notícias delas, não compreendeu o significado delas, pois considerou a oposição real como um caso de dialética ⁽³⁹⁾. A oposição dialética, oposição por contradição, se expressa pela fórmula <A> e <não-A>. De um lado, <A> não é nada em si, não é nada por si, é apenas a negação de <não-A>. De outro lado, <não-A> não é nada em si, não é nada por si, é apenas a negação de <A>. Ambos os polos, <A> e <não-A>, são negativos no sentido de que são irreais, não são coisas, são apenas ideias. O conceito verdadeiro de dialética, disse Hegel referindo-se ao Platão, consiste em mostrar o movimento dos conceitos puros ⁽⁴⁰⁾. A dialética, portanto, só existe nos conceitos. E Colletti fulmina dizendo que é perda de tempo e, em alguns casos é pior do que isso, falar-se em dialética das coisas ⁽⁴¹⁾.

Em seguida lembremos de algo que aqui mesmo já foi referido, do Marx, no *Sagrada família*, criticando os hegelianos por verem o real como mera aparência ou como encarnação da Ideia. Isso nos remete de volta ao Colletti dizendo que a dialética da matéria, a dialética das coisas, que deveria ser o específico do marxismo, já está toda contida na obra de Hegel, não em contradição com o idealismo de Hegel, mas como instrumento e meio desse idealismo ⁽⁴²⁾. Lembremos aqui do Marx, no *Sagrada família*, criticando o real como a encarnação da Ideia, assim, o materialismo dialético seria a encarnação da dialética hegeliana. Mas voltemos ao Colletti. O drama do marxismo, disse ele e aqui reforçamos a palavra drama, incorrido até mesmo por Engels, no seu *Dialética da natureza*, é tomar ao pé da letra <dialética da matéria>, de Hegel, como sendo uma forma superior de materialismo ⁽⁴³⁾.

Registre-se que tal ponto não é puro delírio do Colletti, como alguns menos avisados podem alegar, delirar, pois o próprio Marx, no *Critica*

³⁸ *Marxismo y dialectica*, in La cuestión de Stalin y otros escritos sobre política y filosofía, Barcelona: Editorial Anagrama, 1977. também disponível em <http://pt.scribd.com/doc/174570581/COLLETTI-L-1977-La-cuestion-de-Stalin-y-otros-escritos>, de agora em diante referido como **Marxismo y dialectica**

³⁹ *Marxismo y dialéctica*, p.163.

⁴⁰ *Marxismo y dialéctica*, p.164.

⁴¹ *Marxismo y dialéctica*, p.167.

⁴² *Marxismo y dialéctica*, p.176.

⁴³ *Marxismo y dialéctica*, p.177.



filosofia direito – Hegel, disse que o dualismo fundamental da lógica de Hegel era tratar a universalidade e a singularidade, os momentos abstratos do silogismo, os momentos abstratos da inferência lógica, como opostos reais, como antítese real ⁽⁴⁴⁾. Por conseguinte, quando Marx chama a atenção para o dualismo fundamental da obra de Hegel, quando critica Hegel por tratar os momentos abstratos do silogismo como se fossem opostos reais, ele está dizendo que o silogismo <posição; oposição, composição>, ou em grego <tese; antítese; síntese, ou na linguagem sacramenta <afirmação; negação; negação da negação> só vale para os conceitos ⁽⁴⁵⁾.

Isso posto, podemos focar na negativa à afirmação que Marx, no final da vida, voltou ao Hegel.

Cabe desde logo questionar se Marx algum dia foi hegeliano. Uma carta escrita por ele, em novembro de 1937 e dirigida ao seu pai ⁽⁴⁶⁾, diz que já havia lido fragmentos da filosofia hegeliana, cuja grotesca melodia pétreia não o agradava, mas no período em que esteve mal, em Stralau, ele quis mergulhar novamente nesse mar. Dessa vez com um propósito específico : encontrar a natureza do espírito de modo tão essencial , concreto e preciso quanto a natureza física; não mais como um exercício de esgrima, mas sim segurando pérola pura sob a luz do sol ⁽⁴⁷⁾. Ele, então, conheceu toda a obra do Hegel, do começo ao fim, incluindo a da maioria dos seus alunos e, no entanto, foi se prendendo, de maneira cada vez mais firme, à filosofia mundana, da qual pretendia escapar. Mas tudo o que era sonoro silenciou, uma verdadeira fúria irônica o dominou, como era de esperar que acontecesse após tanta negação ⁽⁴⁸⁾. Lembremos, adicionalmente, do Colletti, na *Introdução aos Primeiros estudos do Marx* ⁽⁴⁹⁾, chamando a atenção para a perplexidade que a descoberta deles causou, pois ao invés de

⁴⁴ *Critica filosofia direito – Hegel*, p.105

⁴⁵ É muito útil recorrer ao *Miséria da filosofia*, em especial às p. 90/94, para se ver o desprezo do Marx por esse silogismo.

⁴⁶ in HEINRICH, M. **Karl** Marx e o nascimento da sociedade moderna: biografia e desenvolvimento de sua obra. São Paulo: Boitempo, 2018. 1 v. De agora em diante referida como **Carta ao pai/1837**.

⁴⁷ *Carta ao pai/1837*, p. 430.

⁴⁸ *Carta ao pai/1837*, p. 431.

⁴⁹ **“Introduction”**, à edição pela Pelican / New Left Review dos Early Writings of Karl Marx, 2ª ed., Middlesex/London: ew, 1977; também disponível em La cuestión de Stalin y otros escritos sobre política y filosofía, Barcelona: Editorial Anagrama, 1977 e acessível em <http://pt.scribd.com/doc/174570581/COLLETTI-L-1977-La-cuestion-de-Stalin-y-otros-escritos>



atribuir o caráter reacionário do Hegel ao seu compromisso pessoal com o monarca, Marx dizia que este derivava da própria lógica do Hegel.

Do início pulemos para o final da vida do Marx, da *Carta ao pai/1837* para o famosíssimo *Prefácio à segunda edição do Capital* (⁵⁰). Neste está ressaltada a distinção entre o modo de investigação de o modo de exposição. Marx disse que a investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e perquirir a conexão íntima entre elas e só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever adequadamente o movimento real (⁵¹). Note-se como isso se coaduna com o que Marx disse no *Manuscritos econômico-filosóficos* (⁵²). Aqui, Marx disse que, para explicar a interconexão essencial entre os fatos da realidade econômica, não faria como a economia política, não recorreria a um estado primitivo imaginário, pois isso significaria agir como o teólogo, que explica a origem do mal pelo pecado original, ou seja, não vai supor como um fato dado e acabado, na forma de história, o que precisa ser explicado. Marx disse que iria partir de um fato nacional econômico presente e buscaria as conexões essenciais com a sua origem (⁵³). Cabe então comentar que não é demais enfatizar que, se a investigação que o Marx se refere, *Prefácio à segunda edição do Capital*, fosse pelo caminho da dialética, não faria sentido ele buscar a conexão íntima entre as diferentes formas, pois ela já está dada pelo conceito, já está implícita no conceito. Em reforço, cabe ainda enfatizar o alerta do Marx, o de que se conseguir capturar essas ligações essenciais, a vida da realidade pesquisada poderá ficar espelhada no plano ideal, o que pode dar a impressão de uma construção “a priori” (⁵⁴). O movimento do real não é a expressão do movimento do conceito, coo seria caso a investigação fosse pela dialética.

Em suma, a *Carta ao pai/1837*, o *Crítica filosofia direito – Hegel*, o *Sagrada família*, o *Manuscritos*, o *Miséria da filosofia* e o *Prefácio à 2ª. ed* indicam que a dialética nunca foi o modo de investigar do Marx, que não houve mudança epistemológica em Marx. Reforçam a interpretação em que

⁵⁰ *Prefácio à segunda edição do Capital*, in *Capital*. De agora em diante referido como **Prefácio à 2ª. ed.**

⁵¹ *Prefácio à 2ª. ed.*, p.28.

⁵² *Manuscritos econômico-filosóficos* 2ª. Reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2008. De agora em diante referido como **Manuscritos**.

⁵³ *Manuscritos*, p. 80.

⁵⁴ *Prefácio à 2ª. ed.*, p.28.



a dialética era um mero recurso expositivo para Marx dialogar com a corrente então hegemônica no pensamento alemão.

Por conseguinte, no *Quem são os amigos do povo*, Lenin não estava errado quando disse que Marx não investigava dialeticamente e sim se expressava dialeticamente. Concordamos com o primeiro Lenin.

Parte 4: porque mantenho a admiração pelo Lenin

Esta parte contém os sete fundamentos para a manutenção da minha admiração pelo Lenin, um autor tão importante na minha vida acadêmica ⁽⁵⁵⁾ e na compreensão política que tenho hoje .

O primeiro fundamento para continuidade da minha admiração pelo Lenin segue György Lukács, no *Lenin* ⁽⁵⁶⁾. A grandeza de um pensador proletário é medida pela profundidade e pela amplitude da visão que ele tem, pela intensidade com que é capaz de entrever corretamente, por trás dos fenômenos da sociedade burguesa, aquelas tendências que vão em direção à revolução proletária. Medido por esse padrão, Lenin é o maior pensador que o movimento revolucionário dos trabalhadores concebeu desde Marx. E continua Lukács, a chegada da revolução não foi vista apenas por Lenin, mas ele foi o **único** capaz de fazer disso o fio condutor seguro para o tratamento do conjunto das questões do presente, por isso, no sentido histórico mundial. Lenin é o **único** teórico à altura de Marx até então (1924) produzido no interior da luta de libertação do proletariado ⁽⁵⁷⁾.

O segundo fundamento para continuidade da minha admiração pelo Lenin ainda segue Lukács. Lenin realizou em relação a nossa época o mesmo que Marx fez em relação à totalidade do desenvolvimento do capitalismo. A atualidade da revolução, essa é a ideia principal de Lenin. Com Lenin, a atualidade da revolução proletária deixou de ser apenas um horizonte histórico mundial, aberto sobre a classe trabalhadora em luta pela sua libertação, para ser colocada na orem do dia do movimento operário ⁽⁵⁸⁾.

⁵⁵ Ver especialmente *Estudo sobre Lenin e a reforma agrária*. Tese de doutorado aprovada com nota dez, com distinção e louvor (qualificativos que naquela época havia).

⁵⁶ *Lenin*, São Paulo: Boitempo, 2012

⁵⁷ *Lenin*, p. 29 e33.

⁵⁸ Lenin, p. 30/31.



O terceiro fundamento para a continuidade da minha admiração pelo Lenin está no já referido princípio da cotidianeidade, algo em absoluta coerência ao desprezo do Marx pelas abstrações (⁵⁹).

Iniciamos recorrendo ao Miguel Vedda, na "*Apresentação*" que fez ao texto do György Lukács, intitulado "*Lenin: um estudo sobre a unidade do seu pensamento*" (⁶⁰). Vedda chama a atenção que, em outro texto, escrito em 1968, intitulado "*Lenin e as questões do período de transição*", Lukács destaca a capacidade do Lenin de ter sempre em vista "inteira vida cotidiana dos homens". O princípio da cotidianeidade é um traço marcante em Lenin, por toda sua vida.

Isso nos remete imediatamente ao Marx, no *Miséria da filosofia*, criticando os hegelianos por confundirem erradamente abstração com análise, por imaginarem que fazendo abstrações estão fazendo análise. Isso nos remete também aos Marx, no *Para a crítica à filosofia do direito em Hegel – Introdução*, dizendo que a crítica não é um bisturi para a uma cirurgia recuperadora e sim uma arma dirigida contra um alvo que se quer destruir e que ela deve descrever/denunciar a opressão que uma esfera social exerce sobre as demais.

O princípio da cotidianeidade do Lenin foca na em denunciar a miséria/desgraça que é a vida dos trabalhadores, foca na opressão cotidiana do capitalismo sobre a massa. Um foco que nos permite ver a revolução proletária, não como uma evolução da razão, à La Hegel e sim à La Marx, como uma necessidade prática, extraída da necessidade de nos livrarmos da opressão cotidiana capitalista.

O quarto fundamento para a continuidade da minha admiração pelo Lenin está em que não conheço autor melhor, estudo mais completo, da relação cidade-campo no desenvolvimento do capitalismo. Melhor ainda. Um estudo eito na feita na perspectiva do proletariado, ou melhor, na perspectiva da revolução proletária.

Em *Um estudo sobre Lenin e as defesas da reforma agrária no Brasil* (⁶¹) "mostrei que, para o Lenin, o compromisso do marxista era com o

⁵⁹ Chamo a atenção para o *Sagrada família* e para o *Miséria da filosofia*.

⁶⁰ São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

⁶¹ Paulo de Tarso Presgrave Leite Soares, *Um estudo sobre Lenin e as defesas da reforma agrária no Brasil*. Tese de Doutorado (Economia) São Paulo: FEA/USP, 1992, disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-01062007-173056/pt-br.php>. De agora em diante referido como **Estudo sobre Lenin e a reforma agrária**.



desenvolvimento das forças produtivas, criadoras da classe operária. Lenin saudava o desenvolvimento do capitalismo no campo, a introdução das máquinas no campo, que destruía o campesinato, gerando a burguesia e proletariado rural, gerando o êxodo rural, a acumulando na cidade a força histórica da sociedade. Lenin defendia os direitos trabalhistas, pois este destruía a pequena produção, acelerava o triunfo da grande produção e o desenvolvimento do proletariado, da força histórica da sociedade. O que preocupava Lenin era a ausência de um partido comunista verdadeiramente revolucionário que organizasse essa força histórica em direção à revolução. Note-se que Lenin era radicalmente contra qualquer proteção ao camponês, era este que deveria se ajustar à perspectiva do operariado. Lenin dizia que, na estatização das terras não se devia dar preferência aos camponeses, pois o objetivo não era dar terra para quem não tem e sim abolir a renda absoluta da terra, propiciar a aceleração do desenvolvimento do capitalismo no campo. O camponês é que deveria ajustar-se à perspectiva do proletariado e não ao contrário. O compromisso não é como passado e sim com o futuro. Sendo assim, causa perplexidade ver referências elogiosas ao Lenin entre os defensores da reforma agrária. A aliança operário-camponesa jamais foi estratégica e sim meramente tática, para fazer frente a uma nobreza assassina que levava adiante uma guerra que estava exterminando a população russa.

O quinto fundamento para a continuidade da minha admiração pelo Lenin está na obra *Imperialismo*, onde Lenin decifrou a fase monopolista/imperialista do capitalismo. Nela, ele mostrou que o imperialismo não é uma prática e sim uma fase do desenvolvimento do capitalismo. Mais ainda. Ali está mostrado que ela é uma fase de decomposição e parasitismo, de senilidade do capitalismo. Está igualmente mostrado que a acentuação da opressão e as guerras imperialistas são traços inerentes à essa fase. Mostra ainda o surgimento de dois novos personagens nessa fase monopolista do capitalismo, a aristocracia operária com a oligarquia financeira e denuncia a aliança ideológica entre esses dois novos personagens.

Como trata o imperialismo como fase, como a fase em que predominam os monopólios, é uma obra que continua atualíssima. Assim, ela não só permitiu ao Stalin entender a situação naquela época e defender a URSS, como hoje nos propicia entender a movimentação dos EUA no mundo e o apoio generalizado que esse movimento tem. Obra que nos ajuda a entender a atual operação militar especial russa na Ucrânia, a



entender que se trava uma guerra por procuração, modo como aparece a guerra entre as duas maiores potências, os EUA e a China.

O sexto fundamento para a continuidade da minha admiração pelo Lenin está em que, no *Imperialismo*, além de decifrar a fase monopólica do capitalismo, ele desenvolveu a teoria do <<imperialismo como uma corrente>>. A resistência de uma corrente é a do seu elo mais fraco. A Rússia, então, era o elo fraco dessa corrente imperialista. É isso que traz a revolução de um horizonte histórico mundial para a ordem do dia do movimento operário. Para Lenin, seria da Rússia que sairia a revolução mundial.

A Rússia não foi o estopim da revolução proletária mundial, mas isso não diminui a relevância da análise do Lenin, nem a minha admiração por ele. Explico melhor.

Como Lucio Colletti, no *La cuestión de Stalin* ⁽⁶²⁾, chamou à atenção, todos os grandes marxistas da época sabiam que o comunismo só tem sentido como fenômeno mundial. Eles achavam que a Rússia seria o estopim de uma revolução mundial. A burguesia, no entanto, afogou inclusive em sangue as tentativas de espalhar a revolução proletária ocorrida na Rússia. Isso colocou para os bolcheviques uma questão crucial. Nas minhas próprias palavras e não mais nas de Colletti, a questão era deixar a nobreza assassina voltar e, com a manutenção da guerra, continuar o extermínio da população russa, ou tentar garantir as conquistas libertadoras da Revolução Socialista? A decisão, como agora é óbvia, foi pela segunda alternativa e para tal se inventou a teoria da << possibilidade do socialismo em um só país >>. Uma história que o Domenico Losurdo, com maestria, expos no *Stalin: história crítica de uma lenda negra* ⁽⁶³⁾. É razoável pensar que, sem a URSS & Stalin, teríamos as conquistas sociais que temos hoje e que, depois da derrocada da URSS, estão sendo retiradas?

Mas acima de tudo, cabe aqui lembrar da crítica que Marx & Engels, no *Ideologia alemã* ⁽⁶⁴⁾, fizeram à transformação do socialismo e do comunismo em teorias abstratas, em dois princípios. Isso evidencia o equívoco de se dizer que a URSS foi um desvio de um alegado "socialismo

⁶² *La cuestión de Stalin*, in *La cuestión de Stalin y otros escritos sobre política y filosofía*, Barcelona: Editorial Anagrama, 1977 e acessível em <http://pt.scribd.com/doc/174570581/COLLETTI-L-1977-La-cuestion-de-Stalin-y-otros-escritos>

⁶³ *Stalin: história crítica de uma lenda negra*, Editora Revan, 2010.

⁶⁴ *Ideologia alemã*, op. cit. p. 441.



teórico". Não cabe se falar em socialismo teórico e socialismo real, uma distinção de cunho idealista que não cabe na obra do Marx. Só o desconhecimento e/ou a má fé criam um modelo de socialismo, para em seguida imbecilmente dizer que o socialismo não deu certo em lugar nenhum. Luta política e ideológica mascarada em racionalidade, que tanto agrada os incautos e incultos, especialmente à burguesia e aos seus acólitos.

Em suma, mesmo com a derrocada da URSS em nada afeta a minha admiração pelo Lenin. Uma admiração que a primeira parte deste texto indiscutivelmente não permite ser acusada de religiosa.

O sétimo fundamento para continuidade da minha admiração pelo Lenin está em que o *Imperialismo* é uma ótima resposta ao Adam Smith. Este é um ícone da burguesia, talvez o maior nome entre os teóricos burgueses, porque acabou com uma contradição no discurso burguês, a de que o egoísmo, algo ruim, gerava uma coisa boa, a riqueza. Smith diz que a competição faz com que vícios privados não se tornem vícios sociais e, assim, o egoísmo é uma coisa boa ⁽⁶⁵⁾. Coisa boa, egoísmo, gerando coisa boa, riqueza. A contestação do Lenin ao Smith não consiste em negar as vantagens da concorrência, mas em mostrar que, dada a superioridade da grande produção, a concorrência entre os capitalistas leva ao monopólio. O benefício da concorrência tem vida curta. Sua consequência, o monopólio, decididamente é inaceitável para Smith ⁽⁶⁶⁾. Uma bela resposta ⁽⁶⁷⁾.

⁶⁵ Sigo aqui Lucio Colletti, *Mandeville, Rousseau and Smith*, in *From Rousseau to Lenin: studies in ideology and society*, Month Reviv Pres, 1974.

⁶⁶ Joseph A. Schumpeter escreveu o *Capitalismo, socialismo e democracia* (Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961) para contestar o Lenin e o fez dizendo que este aderira a uma velha teoria, que o monopólio existe desde o início do capitalismo, que a concorrência relevante é entre tecnologias, uma nova tecnologia destruindo a anterior, a destruição criativa. Esta resposta de Schumpeter ao Lenin não é uma bela resposta porque este jamais negou que a concorrência em alguns lugares, em alguns ramos, não se impusesse. O argumento do Lenin é que o estímulo ao progresso técnico era menor quando predominava o monopólio do que quando predominava a concorrência. O que o Lenin dizia é que o estímulo ao progresso técnico, na fase em que predomina o monopólio era menor do que na fase em que predomina a concorrência. Como a tese do Schumpeter é útil à burguesia, ele é louvado como um brilhante intelectual.

⁶⁷ Posteriormente a contestação ao Lenin focou em dizer que o monopólio não é inevitável, que a livre entrada no mercado impedia essa monopolização e que se ela existia devia-se à interferência governamental gerando privilégios indevidos para certos grupos. Uma resposta inferior à de Schumpeter, pois baseada no jeito religioso apontado pelo Marx, no *Sagrada família*, em que no céu (teoria) tudo é maravilhoso,



O oitavo fundamento para continuidade da minha admiração pelo Lenin está em que posso ler o *Imperialismo* do modo como hoje leio Marx. Nem sempre um texto permite ser lido de outra forma. É certo que isso desfigura o texto, constitui-se de fato em uma caricatura do texto original, mas o propósito não é a originalidade e sim a utilidade para a compreensão do fenômeno, é a quantidade e a qualidade das informações nele presentes. Afinal, lembro da crítica do Marx a que se veja o movimento do real como resultado do movimento do conceito. Lembro também do Marx dizendo que ao invés de se buscar a existência empírica da verdade, se deve buscar a verdade da existência empírica. Assim, mesmo discordando de um texto, ele pode ser útil para o nosso propósito de compreender melhor um fenômeno. Lenin mesmo era useiro e vezeiro em recorrer a autores com os quais tinha profundas discordâncias, para provar o ponto que defendia. Ele pegava as informações e dava um novo significado a elas. O *Imperialismo* está lotado de exemplos disso.

Anteriormente eu via na magnífica obra sobre o imperialismo uma teoria positivista, onde o monopólio causava tudo o mais ali apontado, causava os preços de monopólio, a exportação de capital, a política colonial, as guerras imperialistas e o surgimento da oligarquia financeira e da aristocracia operária, que caracterizam a decomposição e o parasitismo do capitalismo. O monopólio causava a decomposição e o parasitismo do capitalismo. Essa é a estrutura da obra. Ela, no entanto, também pode ser lida de forma diferente e oposta. O monopólio, ao invés de ser visto como causa, pode ser visto como expressão, como síntese, como o que <<amarra>>, como o que dá inteligibilidade para as diferentes manifestações da decomposição e do parasitismo do capitalismo. Que diferença isso faz?

Isso faz muita diferença! Dá um sentido diferente à história, retira o caráter determinista, abole a necessária causalidade, coloca o acaso no centro dos acontecimentos, faz com que o presente não seja o destino do passado, no mais puro espírito do Marx lecionado na disciplina já referida na primeira nota de rodapé e aqui já exposto.

mas na terra as coisas se passam de modo oposto. O capitalismo é bom, o homem é que é ruim. Ridículo!



Continuo a exposição. Sabe-se que Marx admirava o Darwin (⁶⁸). Antes da teoria da evolução das espécies, a estatística era um recurso para compensar a nossa ignorância. Não se conhecendo a razão da relação entre <A> e , a estatística, ao estabelecer uma regularidade na relação entre <A> e , permite fazer uma associação entre <A> e , diminui o problema do desconhecimento sobre o fenômeno <A;B>. A estatística permite estabelecer regularidades, regras, leis, mesmo sem se conhecer o que faz com <A> e se existam e se relacionem. Darwin mudou esse quadro, pois trouxe a estatística para dentro da dinâmica. Explico melhor. Se a reprodução não é perfeita, ela produz é um leque de reproduções que não são idênticas ao original. Ao longo do tempo, acaba predominando a reprodução mais adaptada ao meio ambiente. Somente *ex post* se consegue identificar o que se passou, *ex ante* não se consegue dizer o que se passará. Assim, por exemplo, o homem não é o destino do macaco, o que se pode dizer é que os macacos e os homens vieram do mesmo veio.

Nunca é demais repetir. Como apontado por Colletti, no *Marxism and Hegel* (⁶⁹), para Marx, o movimento do conceito não determina o movimento do real (⁷⁰). Não há uma filosofia da história. O presente não é o destino do passado. Há lugar para o acaso. É o presente que ilumina o passado. É neste sentido que se pode falar em contemporaneidade da história. O que Marx (⁷¹) faz é dar uma inteligibilidade para a história, ou melhor, para o presente (⁷²). Entende-se assim porque, no *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx disse que partiria de um fato presente (⁷³) e no *Prefácio à 2ª. ed.*, disse que é preciso apoderar-se da matéria em estudo, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e perquirir a conexão íntima entre elas (⁷⁴).

Qual a origem da diferença entre o jeito corrente de pensar e o jeito como Darwin e Marx pensam? No jeito corrente, o pensar existe antes do

⁶⁸ A fonte para a associação entre Marx e Darwin é BENSÄID, Dniel. *Marx: o intempestivo (grandezas e misérias de uma aventura crítica)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. De agora em diante referido como **Marx intempestivo**.

⁶⁹ *Marxism and Hegel*, London: NLB, 1973 (publicado originalmente como Part II de *Il marxismo e Hegel*, Editori Laterza, Bari, 1969). De agora em diante referido como **Marxism and Hegel**.

⁷⁰ Ver também *Crítica filosofia direito – Hegel*, p. 36.

⁷¹ e Darwin

⁷² *Marxism and Hegel*, p.130.

⁷³ *Manuscritos*, p. 80.

⁷⁴ *Prefácio à 2ª. ed.*, p. 28.



ser, daí que compreender é identificar a “verdade”, a Ideia, na realidade (⁷⁵). Compreender é buscar a existência empírica da verdade (⁷⁶). Isso faz com que o homem e a história não passem de meros campos de comprovação da verdade, torna o homem e a história subalternos à Ideia, existem para que a verdade chegue à autoconsciência (⁷⁷). Diferentemente, no jeito como Marx pensa, em que o ser é que leva ao pensar, compreender é buscar a verdade da existência empírica. Percebe-se então que o homem, mediante o trabalho, engendra o próprio homem, que o homem faz a história (⁷⁸). Não cabe portanto perguntar por um ser acima do homem e da natureza, uma pergunta que contém a confissão da inessencialidade do homem e da natureza (⁷⁹). Compreender é aprender a lógica específica do objeto específico (⁸⁰). Um materialismo em que o objeto, a realidade, o sensível, é apreendido como atividade humana sensível, como prática objetiva e não subjetivamente (⁸¹). É um verdadeiro materialismo! Aqui, o conceito **não** é o filho da “Idéia” em Deus pai, **não** é o “agens”, **não** é o princípio ativo, determinante e diferenciador do mundo real (⁸²).

Hoje leio o *Imperialismo* do mesmo jeito com que leio o *Ideologia alemã*. Nesta obra escrita com o Engels, Marx trata da vida, da vida humana. Para haver vida humana é preciso produzir os humanos, uma vez que eles são percíveis. Para produzir homens vivos é preciso produzir bens materiais (alimento, alojamento, vestuário) e outros homens (homem e mulher). O ser humano é o único ser vivo que produz a vida mediante o trabalho (uma ação em que o homem já tem na mente o resultado dela, em que ela não se dá por instinto, não se dá por programação genética). O homem é o único ser vivo que produz instrumentos de trabalho. O trabalho não é o ponto de partida e sim a conclusão do estudo. Hoje leio Lenin partindo de um fato presente, a guerra e aliança ideológica entre a aristocracia operária e a oligarquia financeira beneficiária da guerra. Faço então a ligação entre a guerra e a política colonial (não há guerra sem colônia), entre a política

⁷⁵ *Critica filosofia direito - Hegel*, p. 108

⁷⁶ O que é isso se não o teste de hipótese?

⁷⁷ *Sagrada família*, p. 96/97 e 102.

⁷⁸ Ver *Ideologia alemã*.

⁷⁹ *Manuscritos*, p. 14

⁸⁰ *Critica filosofia direito - Hegel*, p. 108

⁸¹ Karl Marx, *Ad Feuerbach*, in *Ideologia alemã*, op. p. 533

⁸² *Critica filosofia direito - Hegel*, p.36.



colonial e a exportação de capital e os preços de monopólio. O monopólio não é o ponto de partida e sim a conclusão do estudo.

Assim, o que enfeixa as diferentes manifestações da senilidade do capitalismo, da decomposição e parasitismo do capitalismo, o que “amarra” os preços de monopólio, a exportação de capital, a política colonial, as guerras imperialistas, a oligarquia financeira e a aristocracia operária, é o monopólio. Estabelece-se assim uma relação entre o monopólio e a acentuação da opressão da vida sob o capitalismo, desfazendo a impressão de uma construção à priori como se fosse uma contrução positivista.

Conclusão

Lenin é plenamente merecedor da minha admiração. A análise da relação cidade-campo no desenvolvimento do capitalismo e a análise sobre a fase monopólica do capitalismo são magistrais. Seus méritos são infinitamente superiores aos seus eventuais defeitos. São análises fundamentais, utilíssimas para se entender o mundo atual. Análises feitas na perspectiva do proletariado, da abolição do capitalismo. Elas, no entanto, não tornam Lenin um Deus. Não é, portanto, “pecado” discordar de certos aspectos delas. Não é heresia registrar tais discordâncias.

Recebido em 14 mar. 2022 | aceite em 22 mai. 2022.



Resenhas



Capitalismo Carcerário¹

JACKIE WANG

São Paulo – SP: Igrá Kniga, 2021. 328 p.

Bruno Xavier²

245



A publicação do livro *Capitalismo Carcerário* - que chega ao Brasil através do selo editorial Igrá Kniga³-, traz para o português os primeiros textos da autora estadunidense. *Jackie Wang* é abolicionista penal, poeta, artista e pesquisadora do Departamento de Estudos Africanos e Afro-americanos na Universidade de Harvard, onde se especializou na investigação sobre raça e a economia política da polícia e das prisões nos EUA.

Capitalismo Carcerário faz a atualização das dimensões raciais, econômicas, políticas, jurídicas e

¹ Este texto originalmente foi publicado no portal *Le Monde Diplomatique Brasil*. Esta é uma versão adaptada. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/comentarios-sobre-o-livro-da-abolicionista-penal-jackie-wang/>.

² Mestre em Geografia Humana pela USP, graduou-se em Geografia pela USP e Economia pela PUC-SP. Tradutor do livro "Capitalismo Carcerário", de Jackie Wang. | bruno.x.martins@hotmail.com

³ Ver: <https://www.igrakniga.com/product-page/capitalismo-carcerário-jackie-wang>



tecnológicas do problema do encarceramento em massa nos EUA. Ele é composto por sete ensaios que analisam, entre outras coisas, as transformações no controle biopolítico de jovens infratores a partir da década de 1990, com a consequente adoção da prisão perpétua para menores de idade; a formação de um mercado racializado de dívidas *subprime* que promoveu a despossessão da população negra nos EUA; a formatação de um esquema oficial da polícia e da justiça criminal que prende e arrecada dinheiro da população pobre, com o intuito de resolver o déficit fiscal dos municípios após a crise de 2008; o desenvolvimento e aplicação de tecnologias preditivas e algorítmicas no policiamento, que afetam mais diretamente a população negra; e um debate poético sobre as possibilidades imaginativas do abolicionismo penal.

O livro de Jackie Wang dá início à coleção "Raça e Capitalismo", uma série de traduções que relaciona as transformações do capitalismo ao *continuum carcerário* racializado na história dos EUA. O segundo livro da coleção (que já está em processo de tradução) é o clássico *Golden Gulag*, da geógrafa e abolicionista Ruth Wilson Gilmore.

O objetivo do texto abaixo é apresentar ao leitor interessado na temática do livro *Capitalismo Carcerário* uma espécie de "índice comentado". Separado pelos capítulos que compõem a obra, o texto mistura algumas citações da autora com comentários feitos pelo tradutor, de modo a apresentar, de passagem, o conteúdo de cada ensaio. *Boa leitura.*

Introdução

A longa introdução de *Capitalismo Carcerário* tem dois principais objetivos. Primeiro, criar um fio condutor entre os sete ensaios do livro, de forma a avançar numa discussão mais geral e, ao mesmo tempo, permitir que cada texto mantenha a potência que originalmente lhe trouxe vida. Segundo, expor o cruzamento que existe entre a história de vida da autora e a conformação da atual estrutura de encarceramento em massa nos EUA. O fato autobiográfico que está por trás de todo o projeto do livro é a pena de prisão perpétua de um de seus irmãos, quando ainda era menor de idade. É a partir dessa premissa pessoal, e da observação dos efeitos que a crise de 2008 geraram sobre a carceralidade nos EUA, que Jackie Wang se posiciona criticamente no debate atual.

Ao apresentar os diversos debates teóricos - resgatando inclusive as "contribuições do marxismo negro produzidas pelo Partido dos Pantera



Negras” -, ela busca atualizar a análise do capitalismo racial para o contexto contemporâneo. De um lado, autores como Michael C. Dawson focam na questão da exploração do trabalho e na expropriação sobre a população negra para definir as clivagens sociais postas pelo racismo. De outro, intelectuais que usam uma lente afropessimista, como Frank Wilderson e Saidiya Hartman, acreditam que a análise do capitalismo racial deve passar pela consideração da “violência gratuita” como uma característica definidora do racismo antinegro. Ela, entretanto, se coloca entre essas duas correntes, mobilizando teoricamente o eixo principal de cada uma delas. Assim explica Wang:

Neste livro, sustento que a racialização do negro se dá, ao mesmo tempo, por meio da lógica da descartabilidade e da exploração. Enquanto analiso como o governo e as instituições financeiras se utilizam de mecanismos de extorsão, desenhados para pilhar os estadunidenses negros, também estou ciente de que esse caminho de pensamento pode levar ao entendimento de que o racismo é racional, já que, dessa maneira, ele pode ser reduzido a um conjunto de determinantes econômicas ou à motivação pelo lucro. Uma análise pelo determinismo econômico apenas faria encobrir e suavizar a brutalidade crua do racismo estadunidense. Para os afropessimistas, não é a esfera econômica que forma a “base” da qual emerge a “superestrutura” da sociedade civil, da política e da cultura, mas a violência antinegro é que possibilita e se torna uma necessidade para o capitalismo global, a liberdade, a sociedade civil e a vida comunitária de sujeitos brancos (e não negros). Em suma, a violência antinegro não é um desvio dos supostos valores liberais estadunidenses de igualdade, multiculturalismo e liberdade – ela é a fundação sobre a qual os Estados Unidos foram erguidos. [...] Em vez de focar no âmbito da produção, analisando como o racismo opera por meio da diferenciação salarial, este trabalho tenta identificar e analisar o que eu considero as duas principais modalidades do capitalismo racial contemporâneo: o empréstimo predatório e a governança parasitária. Essas formas de governança e as práticas econômicas racializadas estão conectadas na medida em que ambas surgem para protelar, temporariamente, as crises geradas pelo capital financeiro. Assim, o título deste livro, *Capitalismo Carcerário*, não é uma tentativa de postular a



carceralidade como um efeito do capitalismo, mas de pensar sobre o *continuum* carcerário que existe ao lado e coincidente à dinâmica do capitalismo tardio.

Capítulo 1 - Acumulação Racializada por Desposseção na Era do Capital Financeiro: Notas sobre a Economia da Dívida

248

No ensaio que abre o livro, Jackie Wang parte das discussões sobre acumulação primitiva presentes em Karl Marx, e desdobradas posteriormente em Rosa Luxemburgo e David Harvey, para elaborar a concepção de um *continuum* histórico dos processos de desposseção da população negra dos EUA. Em oposição à ideia de uma violência que teria acontecido “antes” do capitalismo, submetendo todos à condição de trabalhadores assalariados, Wang diz que a racialização do negro nos EUA serve como um processo perene de diferenciação, uma fronteira de expansão interna constantemente posta a serviço da reprodução do capital:

A racialização do negro, portanto, é a característica que torna os sujeitos ajustados à hiperexploração e expropriação, de um lado, e à aniquilação, de outro. Antes da era neoliberal, a ordem racial foi sustentada pelo Estado e as distinções raciais eram aplicadas por meio de códigos de lei, da segregação do Jim Crow e de outros arranjos formais. No contexto contemporâneo, embora o regime jurídico subjacente à ordem racial tenha sido desmantelado, a raça manteve seu caráter duplo, que consiste não “apenas em uma atribuição probabilística de valor econômico relativo, mas também num indicador de vulnerabilidade diferencial à violência estatal”. Em outras palavras, vulnerabilidade à hiperexploração e à expropriação no campo econômico, e à morte prematura nos campos político e social.

Entre as décadas de 1930 e 1970, quando há a suburbanização da população branca nos EUA, os negros são barrados das linhas de crédito que permitiam a forma mais comum do acúmulo de riqueza: a casa própria. Estigmatizados em bairros classificados pelas agências de empréstimos como “zonas de risco”, os negros terminam o século passado excluídos dos mecanismos de acesso a crédito e, portanto, da propriedade. Foi somente a partir do inchaço da bolha financeiro/imobilária, que culminaria na crise de



2008, e da transformação dos chamados “mutuários de risco” em ativos atrativos para o mercado financeiro, que a população negra ganha acesso aos empréstimos. Isso, porém, não acontece sem contradições:

Nos anos que antecederam a quebra do mercado imobiliário de 2008, os mutuários negros e latinos que intencionavam comprar casas, tornaram-se alvos de empréstimos hipotecários *subprime* por parte das instituições de crédito – movimento esse que delimita uma mudança da *exclusão financeira* para a *expropriação via inclusão financeira*. Essa transição foi facilitada pelo apoio de soluções “de mercado” para os problemas estruturais: em particular, a crença na ideia de que a distância racial da riqueza poderia ser extinta através da expansão do acesso ao crédito. No entanto, esses empréstimos não foram projetados para que os mutuários pretos e pardos se tornassem proprietários; eles serviram como uma forma de converter o risco em fonte de receita, a partir de uma arquitetura financeira na qual os mutuários acabassem despossuídos de suas casas.

Na origem da crise de 2008, portanto, está a associação entre negritude e risco e sua conseqüente transformação em ativo financeiro com taxas de juros flutuantes e lucrativas aos bancos, que levariam seus mutuários, necessariamente, à inadimplência. Assim, para Wang, a crise não está meramente no estouro da bolha de 2008, mas já se vê refletida nos mecanismos financeiros racistas anteriores a ele, que tiveram na falsificação de contas, sobretaxas fraudulentas e taxas de juros abusivas por parte dos bancos a sua principal fonte de receita.

Não bastasse o assédio das instituições financeiras sobre a população negra e pobre dos EUA - que lhe gerou um processo histórico de despossessão -, a polícia, a partir de 2008, passa a cumprir um papel que visa resolver os problemas gerados pela quebra da bolsa. Devido ao colapso do setor imobiliário, as fontes de arrecadação dos estados e municípios despencam e estes entes federativos começam a depender de uma geração de receita vinda dos mecanismos de repressão da polícia e do sistema jurídico para cobrir os rombos nos orçamentos. Não à toa, “no Texas, o espantoso número de 650.000 pessoas está preso por não pagar multas.” A relação entre a crise orçamentária dos estados e municípios e o aprofundamento da repressão policial sobre essa população será tema do próximo capítulo.



Capítulo 2 - Policiamento como pilhagem: Notas sobre as Finanças Municipais e a Economia Política das Taxas e Multas

Em setembro de 2015, o juiz Marvin Wiggins, do condado de Perry, estado do Alabama, discursou em um tribunal abarrotado de pessoas que deviam taxas ou multas: 'Bom dia, senhoras e senhores,' ele começou. 'Para vossa consideração, há um posto de coleta de sangue lá fora. Se você não tem dinheiro, vá lá, doe seu sangue e traga de volta o comprovante da doação.' [...] O juiz deu continuidade e observou que 'o xerife [tinha] algemas suficientes' para aqueles que não quisessem doar sangue e não pudessem pagar as taxas e multas pelas quais estavam sendo cobrados. [...] Em troca da doação, eles 'receberiam um crédito de US\$ 100 para descontar de suas multas'.

Em outra ocasião, ao falar de Barrett, um homem que cumpria a liberdade condicional e tinha que pagar pelos serviços privados ligados a ela, como o aluguel da tornozeleira eletrônica, por exemplo, Wang afirma que a venda do plasma sanguíneo era sua única fonte de renda. Barrett, entretanto, observa:

Você pode doar plasma duas vezes por semana, desde que esteja fisicamente saudável... Eu doei todo o plasma que pude, peguei esse dinheiro e joguei na tornozeleira'. Barrett, que passou a deixar de comer para pagar suas dívidas, acabou se tornando inapto à doação do plasma, pois seus níveis de proteína estavam muito baixos. Depois que sua dívida com a Sentinel extrapolou os US\$ 1.000, a empresa obteve um mandado e Barrett foi enviado à prisão por não pagá-la.

Essa relação *vampiresca* do sistema judiciário com a população, que literalmente extrai seu sangue em troca do pagamento de taxas e multas judiciais, é a caricatura de um problema social mais amplo que vem atingindo os EUA nos últimos anos. Quando o mercado imobiliário entrou em colapso em 2008, os governos locais perderam uma parcela substancial de um de seus principais fluxos de receita: o imposto sobre a propriedade. Algumas das cidades viram suas arrecadações caírem em mais de 40%. Até a publicação do livro, em 2018, a soma dos títulos das dívidas municipais nos EUA já ultrapassava os US\$ 3,7 trilhões. Wang, assim, resume o processo: "o



colapso do mercado imobiliário gerou uma crise econômica global que levou à perda de receita dos municípios, catalisando a criação de esquemas fiscais municipais que passaram a se utilizar da polícia para pilhar os moradores.”

Ao contrário de outros serviços públicos (como educação, saúde, moradia), que se viram obrigados a entrar num regime ainda mais austero frente ao rombo orçamentário deixado pela crise de 2008, a polícia, nesse “novo regime fiscal”, vem assumindo o papel de geradora de receita direta, o que garante que seus departamentos não sofram demissões quando há déficit na receita fiscal. Em outras palavras, o equilíbrio do orçamento público vem dependendo da capacidade de usar o poder de polícia e o sistema judiciário para saquear os moradores através da cobrança de taxas e multas, principalmente daqueles que vivem em bairros pobres e negros.

No município de Ferguson, palco das revoltas antirracistas de 2014 após a Justiça resolver não indiciar o policial Darren Wilson pelo assassinato do jovem negro Michael Brown, uma investigação feita no Departamento de Polícia da cidade revelou que as missões, locais e horários de patrulhamento estavam sendo ajustados em função da capacidade de aplicação de multas no maior número possível de pessoas. Após a investigação, também foi observado que as avaliações e promoções dos agentes estavam diretamente condicionadas a sua capacidade de geração de receita a partir dessas práticas predatórias da polícia. Mais de 20% de todo orçamento de Ferguson já havia se rendido a esse esquema oficial de pilhagem.

Wang mostra como esse vem sendo o modelo adotado por diversos municípios dos EUA. Ela recorre ao exemplo histórico da falência da cidade de Nova York na década de 1970 e traz para o debate Marx, Harvey, Kirkpatrick e outros teóricos que discutem o capital portador de juros e o papel do Estado nos orçamentos públicos para entender a quebra de Detroit e Ferguson nos dias atuais. Com a financeirização das práticas contábeis nos orçamentos públicos, que buscam alcançar um maior rendimento através de taxas de juros mais altas em ativos de risco, os mecanismos especulativos da economia de cassino foram injetados nos corredores governamentais. Assim, sempre que uma crise fiscal é declarada, impõe-se sobre a governança um estado de exceção político e financeiro, com a perda da autoridade nas decisões por parte dos funcionários eleitos e sua transferência para os chamados *Emergency Managers*, que visam garantir a remuneração dos ativos através de práticas austeras do governo, de um lado, e da geração de receita a partir da polícia e do sistema criminal sobre



os moradores, de outro. Tamanha é a simbiose entre as necessidades do mercado e o funcionamento da polícia, que após as investigações sobre o Departamento de Polícia de Ferguson revelarem esses mecanismos predatórios da polícia, os títulos públicos da cidade foram rebaixados pela agência Moody's para a categoria "lixo", com a declarada justificativa de que isso havia ocorrido devido à "diminuição das principais fontes de receita geradas a partir de taxas e multas". Na esteira da crise de 2008, é importante analisar a esfera financeira não apenas como um setor "improdutivo", fora da economia "real", mas como um campo sobre o qual se dá a "acumulação por despossessão" sobre as comunidades negras a mando do Estado.

Sobre os moradores negros de Ferguson opera uma outra simbiose, resultado direto da que foi descrita acima entre o mercado e a polícia. O *cárcere* e a *vida cotidiana* se misturam de tal maneira que a cobrança municipal de multas - criadora de uma atmosfera de medo, perturbação, miséria financeira e imobilidade - se revela muito mais preocupante do que um "mero" método de aumento de receita. Ela personifica o transbordamento da lógica prisional para as ruas e transforma o espaço em que os moradores vivem num *espaço carcerário*. Um residente de um bairro negro de Ferguson certa vez disse a um jornalista:

Temos pessoas que têm mandados policiais por causa de multas de trânsito e estão efetivamente presas em suas casas... Elas não podem sair porque seriam presas. Em alguns casos, as pessoas até tinham empregos, mas decidiram que o risco de serem presas não compensava a tentativa de sair de casa para o trabalho.

Capítulo 3 - "Eles carregam armas em vez de lancheiras": Biopoder e Delinquência Juvenil

Em 1994, sob a gestão de Bill Clinton, foi para o Congresso um projeto de lei chamado *Crime Bill*, que acirraria ainda mais o regime de punição para os estadunidenses. Aprovada também no Senado, a partir da redação do então Senador Joe Biden, o texto ganhou força de lei e incorporou à estrutura nacional 100.000 novos agentes ligados à segurança, acrescentou US\$ 9,7 bilhões em financiamento para o sistema prisional e US\$ 6,1 bilhões para programas de prevenção, além de ampliar a pena morte e criminalizar pequenas infrações. Já é consenso dizer que essa lei foi



uma das grandes responsáveis pelo crescimento exponencial da população carcerária nos EUA testemunhado na década de 1990.

Em 1996, num evento que visava angariar apoio político ao projeto de lei acima mencionado, a então primeira dama Hillary Clinton fez uso do termo “superpredador” para chamar a atenção para uma suposta ameaça. Segundo ela, as gangues estavam repletas de jovens violentos, que não tinham consciência nem empatia e que eram aliciados pelos grandes cartéis de drogas para agir sem clemência nas ruas das cidades. Dando fundamento a esse argumento, estatísticos e criminologistas também anunciaram o problema. Dentre eles, o mais proeminente pesquisador de Princeton sobre assunto na década de 1990, John Dilulio, que afirmou o seguinte em seu artigo “A Chegada dos Superpredadores”: “Todas as pesquisas indicam que os americanos estão sentados sobre uma bomba relógio inflada pelo aumento de criminosos. E todos aqueles que estão mais próximos do problema ouvem o tique-taque dessa bomba.”

O clima de pânico não se baseava em um problema real, mas na promessa futura de um problema. Como o próprio Dilulio disse certa vez, “o problema do crime negro”. Segundo ele, o crescimento populacional geraria, automaticamente, uma quantidade maior de jovens e, conseqüentemente, mais jovens delinquentes: estupradores, assassinos e assaltantes. A menção à raça, de acordo com outro artigo seu chamado “Let ‘Em Rot” [Deixe-os Apodrecer], não trazia nenhum componente preconceituoso, senão a mera projeção e análise empírica dos fatos. Aos demais, àqueles que criticavam sua posição, recebia dele a alcunha de “elite antiencarceramento”. A crescente desse pânico político e social se encontrou com a expansão do sistema industrial-prisional ocorrida na década de 1990 e promoveu o avanço da punitividade sobre o território etário dos menores de idade. O terceiro ensaio deste livro, portanto, é uma investigação sobre a racialização do mito do “superpredador juvenil”, as transformações nas formas de controle biopolítico e o decorrente acirramento das penas para os menores de idade a partir da implementação da cruel *juvenile life without parole* (JLWOP) *sentence* [prisão perpétua juvenil sem liberdade condicional].

Mas para o(a) leitor(a) que trava contato pela primeira vez com Jackie Wang, é importante dizer uma coisa. Sua implicação com a temática do livro não parte de um deleite categorial, nem mesmo - o que já seria mais interessante - da escolha voluntária de uma causa alheia que ela decide apoiar. Esse livro se constrói sobre as bases de uma experiência autobiográfica marcante, que lançou a autora, ainda em seus anos de



formação, nos tortuosos corredores da burocracia jurídica estadunidense. Logo no começo do capítulo, ela explica suas motivações e dá o tom do que também é encontrado em outras partes do livro. Ou seja, uma mistura entre o resgate de suas experiências pessoais e o mergulho em autores e teorias que a auxiliam na compreensão das grandes questões da sociedade estadunidense, que são, elas também, *suas* questões:

Há um nó político no centro da minha vida, um ponto de grande densidade em torno do qual orbitam minhas questões sobre o mundo e sobre a forma como este está estruturado. Tratar dessas questões sem falar do acontecimento que as originou estaria em conformidade com a postura que se espera de um intelectual. No entanto, me parece importante falar da gênese desse 'nó' antes de tentar desatá-lo. Este ensaio aborda as dimensões biopolíticas das construções contemporâneas da delinquência juvenil, utilizando-se das teorias de Roberto Esposito, Giorgio Agamben e Michel Foucault. O que me levou a este assunto foi um evento autobiográfico que aconteceu quando eu era adolescente: [...] meu irmão mais velho foi condenado à prisão perpétua sem liberdade condicional (JLWOP), na Flórida, por um crime que ele alegadamente cometeu quando tinha dezessete anos.

Todo esse constructo político da década de 1990, no qual a autora esteve diretamente implicada, foi responsável por tornar a distinção entre jovens e adultos nos EUA numa zona jurídica cinzenta. A erosão dessa distinção coincidiu com uma reversão da concepção pública do jovem: em vez de ser visto como vulnerável, o jovem (racializado) passou a ser entendido como *predatório*. Assim, Wang defende “[...] que o ‘jovem’ – longe de ser uma categoria natural, que corresponde a um conjunto fixo de características – é uma construção biopolítica que delimita a aplicação do direito penal. A construção biopolítica dos jovens, enquanto sujeitos definidos pela irracionalidade, caracteriza este subconjunto da população como *um risco calculável que deve ser gerenciado preventivamente*.”

Desta maneira, a transformação do jovem em sujeito julgado pelos tribunais de adultos tem como função sua neutralização. Ou seja, sua captura final (sua expulsão) só ocorre, primeiro, porque foi incluído numa legislação capaz de aniquilá-lo. Recebem o *direito de ser punidos como adultos*. Ou então, como define Esposito, fazendo alusão a um corpo social que precisa se livrar de suas infecções: “o corpo vence um veneno não ao



expeli-lo para fora do organismo, mas tornando-o, de alguma maneira, parte do corpo”.

A conquista do corpo jovem pelo sistema jurídico, que partiu de um medo social sobre as expectativas futuras, teve, de antemão, um veredito pronto: a relação entre negritude e criminalidade e a certeza de que a vida deveria ser considerada culpada antecipadamente, independente do crime real. A possibilidade de impingir sobre os jovens, negros em sua maioria, a prisão perpétua sem liberdade condicional, é uma decisão preventiva e não responsiva ao problema. Ela promove uma reversão lógica entre culpa e condenação que pode chegar até mesmo na criminalização do feto.

Capítulo 4 - “Esta é uma História sobre Nerds e Policiais”: PredPol e Policiamento Algorítmico

A história recente dos EUA está recheada de levantes, revoltas e distúrbios civis causados pela violência policial contra pessoas não-brancas. Watts, em 1965, é um desses eventos relevantes. Foi seguida por diversos outros menores até que, em 1992, em Los Angeles, após a absolvição dos quatro policiais que lincharam Rodney King, os EUA viram eclodir a revolta que mais marcou a imaginação popular desde a era dos direitos civis. De lá pra cá, Cincinnati (2001), Oakland (2009), Ferguson (2014) e, mais recentemente, Mineápolis (2020), também viram surgir revoltas desencadeadas pela violência policial contra jovens negros.

A legitimidade da polícia sempre foi questionada por aqueles que mais sofrem com o policiamento. As pessoas pobres, pretas e pardas, são rotineiramente paradas, revistas, assediadas, vigiadas e forçadas a viver sob as constantes e violentas incursões policiais nos locais onde moram. No entanto, nos últimos anos, esse descontentamento se generalizou como resultado do aumento da brutalidade e também da rápida disseminação de imagens de assassinatos policiais capturadas por câmeras. Os assassinatos de Mike Brown e Eric Garner (antes mesmo dos recentes acontecimentos em torno de George Floyd) marcaram, segundo a autora, o auge da crise de legitimidade da polícia dos EUA. A polícia, assim, se viu obrigada a passar por grandes transformações, utilizando-se da incorporação de ferramentas algorítmicas (como o *Compstat* e o *Predpol*, por exemplo) não meramente como aprimoramento tecnológico dos modelos e práticas do policiamento, mas principalmente para impôr uma revisão de sua imagem pública por meio da implementação da objetividade oferecida pelas análises estatísticas.



Como observou Zach Friend – o homem por trás da estratégia de mídia da empresa PredPol [abreviação para Policiamento Preditivo] – “parece meio que ficção científica, mas está mais para fato científico”. Ao apelar para o “fato” e reformular a prática policial como uma ciência neutra, o policiamento algorítmico tenta resolver a crise de legitimidade da polícia. Abaixo, Wang expõe essa estratégia:

Dado que os críticos da polícia associam o policiamento ao uso arbitrário da força, à dominação racial e ao poder discricionário de tomar decisões sobre quem vai viver e quem vai morrer, a reformulação da polícia – que coloca em primeiro plano a impessoalidade estatística e remove simbolicamente a agência individual dos policiais – é uma maneira inteligente de definir sua atividade como neutra, imparcial e racional.

Mas como, de fato, funciona o PredPol? Ele é um software que se utiliza de algoritmos - modelados a partir de equações usadas na previsão dos tremores de terra subsequentes ao terremoto - para determinar onde e quando os crimes ocorrerão. Sua base de dados, tratada pela ciência policial da mesma forma que os fenômenos da natureza, é composta pelos antigos dados criminais da localidade onde o software é aplicado. Na sequência, Wang explica como o software chega no dia-a-dia dos policiais:

Nos departamentos de polícia que usam o PredPol, os policiais recebem impressos os mapas da jurisdição sobrepostos por quadrados vermelhos que indicam onde os crimes supostamente ocorrerão ao longo do dia. Os policiais devem patrulhar periodicamente os quadrados marcados no mapa na esperança de capturar os criminosos ou dissuadi-los antes que cometam os crimes.

Esse quadrado no mapa serve, segundo ela, como uma espécie de *zona de crime temporária*: uma área geoespacial gerada por modelos matemáticos inescrutáveis aos policiais, dando a eles próprios e à sociedade a sensação de que, com isso, promovem um policiamento isento. No entanto, essa aparente neutralidade “ignora o fato de que usar dados criminais coletados pela polícia para determinar os locais para onde esses mesmos policiais devem ir, simplesmente envia-os para patrulhar os bairros pobres que eles historicamente já patrulhavam quando estavam guiados por suas intuições e preconceitos”.



A partir da substituição da raça por dados como vizinhança e localidade na programação algorítmica, o PredPol vem impondo sobre as cidades uma forma de controle e vigilância aparentemente neutra, mas que, no fim, leva à calcificação das antigas práticas policiais racializadas. Quando, por exemplo, um policial de Cleveland, em 2014, atirou fatalmente em um menino negro de 12 anos que se divertia com uma arminha de brinquedo, ele viu no menino um homem armado, pronto para reagir. O fato desse encontro ter ocorrido dentro de uma *zona de crime temporária* definida pelo algoritmo teria diminuído o tempo de ação do policial? Essa criança teria morrido por que o policial “sabia”, a partir dos algoritmos, que um crime ocorreria naquele local, perto daquele horário?

Sabendo que existe uma associação *a priori* entre crime e negritude, Jackie Wang explora neste ensaio a fusão entre Estado, pesquisas universitárias, investimento do Vale do Silício e polícia no intuito de compreender como essas novas ferramentas de *necropoder algorítmico* vêm se prestando à manutenção do racismo estrutural nos EUA.

Capítulo 5 - O Policial Cibernético: RoboCop e o Futuro do Policiamento

O pequeno capítulo 5 traz a transcrição de um ensaio elaborado para a uma performance multimídia feita pela autora. Originalmente concebida para um festival de cinema em Los Angeles e, posteriormente, reproduzida no MoMA e no Whitney Museum of Art, ela faz o cruzamento do texto com uma camada imagética do policiamento preditivo e algorítmico.

Criando um diálogo entre o filme “Robocop: O Policial do Futuro”, sua infância, os textos do coletivo francês Tiqqun e as transformações da polícia atual, Jackie Wang busca responder a pergunta que aparece constantemente no filme do agente Murphy: *Qual é o futuro do policiamento?*

Os homens da megacorporação “OCP”, certa vez respondem: “setores públicos que antes não eram lucrativos, como prisões e polícias, são, na verdade, apenas mercados inexplorados.” Jackie complementa: “de um lado, a militarização da polícia. De outro, formas cibernéticas de controle.” A velha e distópica Detroit do Robocop, devastada pelos efeitos da desindustrialização e das políticas econômicas de Reagan, torna-se palco de testes da corporação para as tecnologias de guerra. Nos dias atuais, após a crise de 2008 e a falência da cidade de Detroit em 2013, como demonstrado



em outros ensaios deste livro, o futuro anunciado pelo filme mostra a sua cara: “a mineração de dados e a análise preditiva trabalham ao lado desses instrumentos da força bruta.”

Esse diálogo da autora com o filme “Robocop”, revela ainda uma característica observada em outras partes do livro. O constante recurso a filmes e vídeos dá à leitura uma camada imagética que completa a discussão. Para este ensaio mesmo, foi produzido e narrado por ela um pequeno vídeo, que junta parte do texto com cenas do filme de 1987⁴.

Capítulo 6 - Contra a Inocência: Raça, Gênero e Política de Segurança

No sul da Califórnia, durante as décadas de 1980 e 1990, os policiais encerravam todas as denúncias de estupro e violência feitas por profissionais do sexo, membros de gangues e viciados, colocando-as em um arquivo com o carimbo “NHE”: *Nenhum Humano Envolvido*.

[...] um menino de dezessete anos de Baltimore, chamado Isaiah Simmons, morreu em uma instituição para menores em 2007, quando cinco ou sete conselheiros o sufocaram durante uma imobilização que durou horas. [...] No fim de março de 2012, o caso foi arquivado. [...] Um artigo que encontrei online sobre o caso intitulava-se: ‘Acusações contra 5 foram retiradas na morte de infrator juvenil’. Ao enfatizar que foi um jovem infrator que morreu, o artigo imediatamente classifica Simmons como um criminoso, sinalizando aos leitores que sua morte é irrelevante e, portanto, indigna de simpatia. [...] A notícia sobre o arquivamento do caso mal surtiu efeito. Não houve clamor público, nenhum apelo à ação, nenhuma discussão em torno das inúmeras questões ligadas à morte de Simmons: encarceramento de jovens, racismo, a privatização de prisões e cadeias (ele morreu em uma instalação privada), negligência médica, violência estatal e assim por diante.

Este ensaio foi o disparador de todo o projeto do livro. Ele foi escrito antes da revolta de Ferguson e do surgimento do *Black Lives Matter*, num período em que assumir uma posição antipolícia nos EUA, mesmo em alguns círculos da esquerda, era considerado algo escandaloso. A intenção de Wang

⁴ Você pode vê-lo aqui: [The Cybernetic Cop: The Future of Policing](#).



ao escrever “Contra a Inocência” foi dar uma resposta ao que ela entendia ser um impasse político e discursivo, ou seja, “uma asfixia provocada pelo liberalismo na forma como entendemos a natureza do racismo e as táticas consideradas legítimas para combatê-lo.”

Os casos acima são apenas alguns dos tantos exemplos que aparecem ao longo do ensaio. Todas as situações em que a violência estatal é perpetrada sobre pessoas consideradas culpadas (presos, pessoas trans ou racializadas, mulheres, etc) não há apelo público à contestação e os casos mergulham no esquecimento. A busca pela inocência da vítima passou a ser um pré-requisito para a mobilização popular contra a violência do Estado e uma forma de busca por seu reconhecimento. Isso, entretanto, ignora um atributo histórico dos Estados Unidos: a associação axiomática entre negritude e culpa/criminalidade. E embora isso aconteça já há muito tempo – como visto no diálogo que a autora trava com o livro *The Condemnation of Blackness*, de Khalil Muhammad –, entre as décadas de 1960 e 1990, criminologistas, políticos e legisladores trabalharam vigorosamente para consolidar a figura do criminoso negro no imaginário público. Assim, a tentativa de eleger apenas as vítimas inocentes como sujeitos legítimos para a contestação é uma forma de branqueamento da própria luta antirracista, pois ignora os fatores estruturais do racismo. Wang expõe esse raciocínio:

Por essa razão, parecia contraproducente construir uma política antirracista fundada na estrutura moral da inocência, através da qual apenas os sujeitos “respeitáveis” são considerados símbolos legítimos para a contestação do racismo. Tal estrutura política garantiria que as formas de violência estrutural e do Estado contra aqueles que não são vítimas “legítimas” continuassem obscurecidas e não fossem registradas como escandalosas. [...] Ao mesmo tempo, a estrutura da inocência – que fetichiza a passividade – deslegitima formas mais ativas de revolta que poderiam ser mais potentes para realmente desafiar o racismo.

As narrativas políticas estruturadas por pressupostos brancos se colam à ideia de pureza e inocência, e relativizam o sentimento antinegro, ignorando as formas de “violência gratuita” que não podem ser atribuídas exclusivamente às forças econômicas. Em conversa com os afropessimistas Frank Wilderson e Saidiya Hartman, Jackie chama a atenção para o fato de que a estrutura política da inocência serve, assim, para criar uma diferenciação entre aqueles que podem ser explorados como trabalhadores



Capítulo 7 - O Imaginário Abolicionista Penal: Uma conversa

pelo capitalismo e os que devem ser rotulados como descartáveis ou supérfluos (como os escravos ou prisioneiros). Por fim, por mais que acionar o dispositivo da inocência possa ser estratégico em determinados momentos de enfrentamento ao Estado, construir uma política em torno da consideração da inocência como único atributo legítimo dos sujeitos, além de deixar de lado todos aqueles que recebem do Estado a alcunha de criminosos, cria-se também a sádica necessidade de se ter “ um menino negro morto para [poder provar] seu ponto de vista.”

A poesia de Jackie Wang surge no capítulo 7 como a forma necessária para a ideia aqui apresentada. Ao se deparar com as impossibilidades do mundo e a concretude da prisão enquanto forma social, o imaginário se torna o espaço de refúgio onde se constrói, de fato, um mundo novo. O abolicionismo penal é - a partir da assunção de que a “Raça e Capitalismo” compõem dois lados da mesma moeda - o motor para as transformações de todas as relações sociais existentes. Neste ensaio, Wang intercala reflexões, poesias e relatos de prisioneiros que conseguiram, de alguma forma, vislumbrar a liberdade mesmo dentro da prisão. Abaixo, segue uma breve apresentação ao texto, feita pela própria autora:

O falecido Mark Fisher disse uma vez que é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. O mesmo poderia ser dito das prisões: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que um mundo sem prisões. E, no entanto, a prisão moderna, tal como existe nos Estados Unidos hoje, é uma invenção bastante recente. Embora os debates penalógicos sobre sistemas concorrentes de punição e reabilitação tenham ocorrido no Norte no início do século XIX, ao final da Guerra Civil, as instalações penitenciárias ainda eram incomuns em alguns estados fronteiriços. A Flórida – que agora tem um dos maiores sistemas penitenciários dos Estados Unidos – não tinha, ao final da Guerra de Secessão, nenhuma *instalação* penitenciária e teve que criar seu sistema penal do zero.

Ainda assim, mesmo nesta conjuntura histórica, as prisões foram completamente naturalizadas. Imaginar e trabalhar por um mundo sem prisões – que é o projeto da abolição penal – exigiria que repensássemos não apenas as bases do papel do



Estado na sociedade, mas também que trabalhássemos pela transformação total de todas as relações sociais. Um projeto tão imponente e ambicioso como este é fácil de rechaçar sob a acusação de irreal, utópico, impraticável, ingênuo – *um sonho irrealizável*. Mas e se – ao invés de reagirmos a essas acusações com contra-argumentos que demonstram, persuasivamente, que a postura abolicionista é a única postura sensata – usarmos estrategicamente essas mesmas acusações como um ponto de partida para mostrar como a própria prisão é um problema para o pensamento que só pode ser solucionado se se usar *um modo de pensar que não se curva ao realismo do presente*? O reencantamento do mundo pode ser um instrumento que usamos para quebrar o realismo da prisão?

O que se segue é uma série de perguntas – conversas com revolucionários, vivos e mortos, sobre a morte, os sonhos, a luta e a experiência fenomenológica da liberdade.

Referências

WANG, Jackie. **Capitalismo carcerário**. São Paulo – SP: Igrá Kniga, 2021.

Recebido em 05dez. 2022 | aceite em 20 dez. 2022

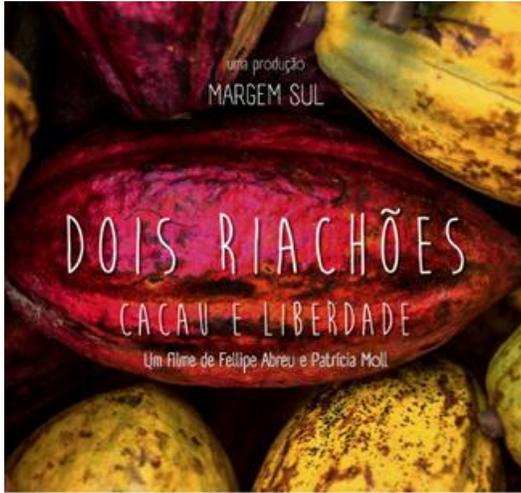


Dois Riachões, Cacau e Liberdade

PATRÍCIA MOLL e FELIPE ABREU

Documentário | São Paulo: Produção Margem Sul, 2021. 10'. Livre.

262



Patrícia Moll¹

Assentamento no Sul da Bahia conquista terra, independência financeira e soberania alimentar através da reforma agrária e do apoio de instituições.

“Meu avô nunca comeu chocolate, nunca. Ele morreu sem saber o que era chocolate”. Essa frase, repetida diversas vezes como um mantra pelo agricultor Edivaldo dos Santos, o Biscó, foi tão perturbadora que a escolhi como ponto de partida para o roteiro do mini-documentário inde-

¹ Jornalista e Cineasta. Trabalha com gastronomia desde 2004. Passou 14 anos em agências dedicadas principalmente à assessoria de imprensa - uma delas a sua própria, a Coentro Comunica. Hoje atua de forma autônoma em diversas frentes, sobretudo com produção de conteúdo para redes sociais, além de pesquisas e reportagens, sempre com foco em cultura alimentar. Também dirige e roteiriza mini-documentários sobre ingredientes brasileiros, como pinhão, cacau e milho Guarani. É co-autora do livro "Ceviche, do Pacífico para o Mundo", publicado pela Editora Senac em 2013. Como ativista de alimentação, foi responsável pela comunicação do Slow Food Brasil por cinco anos, quando idealizou e divulgou inúmeros eventos para promover ingredientes nativos ameaçados de extinção.

Instagram: @ato.de.comer | @patymoll | pat@patriciamoll.com.br



pendente “Dois Riachões, Cacau e Liberdade”. O filme, que dirigi ao lado do cineasta Fellipe Abreu, foi lançado em novembro de 2020 em um evento promovido pelo Slow Food Brasil.

Marinheira de primeira viagem, esta foi a minha segunda produção audiovisual depois de uma carreira de 15 anos como assessora de comunicação de bares e restaurantes. Escolhi esta história para contar porque, apesar de uma jornada triste, ela traz alento e esperança para o momento difícil que estamos atravessando. Fiquei muito sensibilizada com a realidade do Sul da Bahia, maior região produtora de cacau do país há mais de 250 anos, que abastece as indústrias gigantes do setor. Até pouco tempo, quem comia chocolate eram somente os coronéis. Os agricultores sequer podiam consumir o fruto e sofriam marcação cerrada dos funcionários das fazendas. Há menos de 15 anos, Biscó não tinha carteira assinada e ganhava cerca de R\$ 12 por semana, que mal davam para comprar a comida do mês. Também era proibido de plantar o próprio alimento.

Parece um relato do século passado, mas não é. Mas, felizmente, através da reforma agrária, diversos apoios e capacitações por instituições parceiras, o assentamento Dois Riachões, em Ibirapitanga, tornou-se um exemplo de superação. Após se envolverem em movimentos sociais de luta pela terra e acamparem seis anos em frente a uma fazenda abandonada na beira de uma rodovia, conseguiram ocupar em 2007. A terra conquistada, parte de uma das 91 propriedades de um grande fazendeiro da região, se tornou o novo lar de 150 pessoas.

Santa Vassoura

Em 1989, uma praga conhecida por vassoura-de-bruxa infectou e devastou as lavouras de cacau no Sul da Bahia, causando enormes prejuízos econômicos e sociais. Inúmeras propriedades se tornaram improdutivas e mais de 150 mil agricultores ficaram desempregados. Os assentados, entretanto, a consideram uma “santa vassoura” que possibilitou que ocupassem a terra. Se não tivesse a cultura do cacau na região, a reforma agrária seria inviável. As famílias entraram ali sabendo que o cultivo garantiria seu sustento.

Ao chegar, os solos estavam pobres e inférteis, resultado de anos de abandono. Logo plantaram alimentos para a própria subsistência, como mandioca e feijão. Aos poucos, passaram a vender o excedente nas cidades



vizinhas e começaram a ser valorizados como produtores de comida. A realidade começava finalmente a mudar.

Para recuperar a biodiversidade, mantiveram o Sistema Cabruca, antigo modelo de produção da região que cultiva sem derrubar a mata nativa. O sistema está ameaçado de extinção na Bahia porque opõe-se à monocultura à pleno sol fomentada pelo Governo do Estado e pela indústria.

“Hoje nós ainda temos a Mata Atlântica na Bahia graças ao cacau”, orgulha-se Rubens de Jesus, que conta que atualmente faturam quatro vezes o valor por hectare comparado a um modelo convencional.

Parceria com marcas comprometidas

Outro diferencial do Dois Riachões é o processo de fermentação. É por conta desta cuidadosa etapa que conseguiram vender para marcas exigentes como a Dengo, Kalapa e Quetzal. A primeira delas foi a AMMA, em 2016, que fez uma barra carimbada com a safra, variedade e região.

“É uma sensação fantástica quando a AMMA manda um chocolate com o nome lá: Associação Dois Riachões. Quem comprar estará consumindo um produto que não agride a natureza, respeita a questão social, econômica e vai beneficiar quem está lá na ponta, que somos nós”, comemora Rubens.

A comunidade fez uma festa para todos provarem o chocolate. Os tabletes foram compartilhados inclusive com as crianças. Foi um momento muito emocionante e ainda hoje, depois de ter visto o filme dezenas de vezes, esse trecho ainda me arrepia.

Aos poucos, eles estão introduzindo o cacau e o chocolate na alimentação. “A produção da comida é uma libertação. Agora a gente começou a consumir para o nosso bem também”, conta a produtora e excelente cozinheira Mara Silva, que tem como especialidade uma famosa farofa sagada de banana da terra com *nibs* de cacau.

Soberania e marca própria

O processo de luta da Dois Riachões avançou na educação de qualidade, a começar pela creche para as crianças. Agora estão construindo uma Escola Nacional de Agroecologia, com cursos de nível superior. “É soberania. Soberania alimentar, soberania na produção, na organicidade, na qualidade de vida”, festeja Teresa.



A média do salário dos agricultores passou de R\$ 246, em 2008, para R\$ 2 mil, em 2021. Em 2020, a comunidade inaugurou uma Fábrica-Escola e a própria marca de chocolate. Uma grande inspiração em tempos tão desafiantes e em plena pandemia da Covid-19.

Ato de Comer

O Ato de Comer é o ponto de partida de um projeto dos sonhos que compartilho com o Fellipe Abreu, meu parceiro na direção do documentário. Plano B que queremos que vire plano A. Começamos o canal no Instagram na ocasião do lançamento do documentário, nosso primeiro ato. Queremos rodar o Brasil em busca de histórias sobre a produção sustentável de alimentos, sempre com a comida como meio para falar sobre política, meio ambiente, ancestralidade e por aí vai! Queremos amplificar a voz dos agricultores familiares que colocam quase 80% da comida que vai para o nosso prato.

Acreditamos que os consumidores são co-produtores. Queremos despertar nas pessoas que, através das escolhas alimentares, elas podem fomentar comunidades inteiras e serem agentes da mudança que queremos ver no país. Por fala em transformação, a minha começou depois que visitei uma comunidade produtora de mel nativo em Jandaíra, no Rio Grande do Norte. Voltei fora do ar e foi difícil sintonizar novamente. Um pouco depois fui para Uribici, na Serra Catarinense, gravar o meu primeiro mini documentário, sobre pinhão. Passei uma semana dentro da casa de uma família maravilhosa acompanhando o seu dia-a-dia, jogando baralho no sábado à noite e experimentando um monte de comidas tradicionais. Voltei com a certeza de que queria conhecer o Brasil ao máximo e suas várias realidades e pessoas especiais, sempre com foco na cultura alimentar. Para mim, acima de tudo, comer é um ato cultural e delicioso!

265

Para assistir o documentário, acesse:

<https://www.youtube.com/watch?v=xdd5rNYaDy0&t=25s>



Prêmios

- ✓ O Ato Melhor Documentário em Curta Metragem no Festival de Cine Independiente de Claypole, na Argentina,
- ✓ Melhor Direção no Festival Cine Austral, na Argentina
- ✓ Premio Consorzio del Formaggio Parmegiano Reggiano” no Festival Mente Locale, na Itália
- ✓ Menção Honrosa no tradicional Festival de Cinema de Vitória, dentro da Mostra Nacional de Cinema Ambiental
- ✓ Melhor Documentário no Festival CineForte, na Paraíba
- ✓ Melhor Filme no Júri Popular no Festival Santa Cruz de Cinema, no Rio Grande do Sul
- ✓ Melhor Roteiro na Mostra Lugar de Mulher é no Cinema, na Bahia
- ✓ Melhor curta no de Florianópolis
- ✓ Menção Honrosa do Prêmio RECAM do Festival Internacional de Cinema de Florianópolis

266

Recebido em 15 dez. 2022 | aceite em 20 dez. 2022



Entrevista



Entrevista com Ricardo Antunes

Entrevistadores IBEC¹
Apresentação | Aline Marcondes Miglioli

268

Nesta edição número 8 da Revista Fim do Mundo tivemos o prazer de entrevistar o Professor Titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Ricardo Antunes.

Ricardo Antunes se formou em Administração Pública pela FGV, no entanto sua carreira acadêmica posterior deu-se no



campo da sociologia. Em 1980 defendeu seu mestrado em Ciência Política na UNICAMP e em 1986 se doutorou em Sociologia pela USP.

Sua trajetória acadêmica esteve orientada para compreensão de um tema e suas diversas facetas: o trabalho. Com este objetivo Ricardo Antunes viajou o mundo pesquisando e ministrando cursos e publicou mais

¹ A entrevista foi realizada através de videochamada com a presença de Paulo Alves de Lima Filho, Adilson Gennari, Henrique Tahan Novaes, Fábio Antonio Campos, Zuleica M. Vicente e Fabio S. M. Castro. A transcrição da entrevista foi realizada por Palena Duran e Rogério Fernandes Macedo. A revisão é de Aline Marcondes Miglioli.



de sessenta livros, os quais incluem a tradução em diversas línguas de seus textos mais conhecidos.

O extenso currículo de Ricardo Antunes revela sua busca incessante por conhecer o significado do trabalho para a acumulação de capital, como também o mercado de trabalho brasileiro, suas transformações recentes e as formas de organização da nossa classe trabalhadora. Em “Adeus ao Trabalho” (1995), Ricardo rebate a percepção em voga de que a tecnologia iria substituir o trabalho humano. Em seus trabalhos mais recentes, Ricardo também aborda as novas formas de trabalho relacionadas ao “Capitalismo de Plataforma” e à uberização.

A trajetória militante de Ricardo Antunes também é extensa. Ricardo começou sua militância no PCB, mas deixou o partido ainda na década de 1970. Na década seguinte participou da fundação do PT e ficou neste partido até o primeiro mandato do presidente Lula, quando ele se juntou ao PSOL.

A extensa trajetória política, acadêmica e pessoal de Ricardo Antunes tornou a escolha das perguntas para esta entrevista um grande desafio. Nas páginas seguintes, tentamos reunir perguntas que reflitam a trajetória de Ricardo, mas que também nos tragam novas pistas para compreender o trabalho e os trabalhadores.

|Dr. Paulo Alves de Lima Filho| Em que medida o trânsito pelo PCB e grupo Chasin, depois pelo PT e, por último, o PSOL, marca a tua trajetória teórica? O fim do grupo Chasin esteve determinado, entre outras coisas, por divergências teóricas que implicaram em decisões práticas divergentes?

Veja, a minha trajetória teórica tem um movimento que é anterior ao PCB e anterior ao grupo Ensaio. Foi quando eu entrei na Fundação Getúlio Vargas, em 1972; eu tinha 19 anos de idade e queria ser administrador de empresas. Eu entrei no Curso de Administração Pública porque era gratuito, e meu pai e minha mãe não podiam pagar o curso para mim. Então, eu entrei no Curso de Administração Pública na FGV, querendo ser um gestor de empresas: esse era meu sonho com 19 anos. Classe média baixa, meu pai advogado e minha mãe escriturária, lá entrei. E, sem que eu tivesse me



apercebido disso, talvez por conta dos meus estudos no Ginásio e Colegial públicos, onde eu tive alguns professores e professoras que, certamente, “botaram minhocas” nas minhas leituras, foi em 1973, na FVG, que eu comecei a me deparar com alguns professores de Sociologia, de Economia, que deram Durkheim, Weber e Marx. Quando chegou ao Marx, aos poucos eu fui me interessando pela obra desse autor. E foi entre 1973 e 1974 que eu e um amigo, Armando De Santi, decidimos começar um estudo profundo de O capital. Nós nos reunimos todos os sábados na casa da mãe dele. Éramos solteiros e jovens, muito jovens até então; eu mesmo, em 1973 tinha 20 anos. Ali, nós começamos a estudar O capital. Íamos para a casa da mãe dele e, depois de uma jornada de estudos, das 8 até às 13h, vinha um belo almoço italiano, de família italiana, e a gente almoçava na casa dele. Era uma família também simples, de classe média, e o Armando era bancário.

E eu comecei a estudar O capital. Então, minha formação teórica e política é anterior ao PCB e anterior ao Grupo Ensaio. Foi mais ou menos em 1975 para 1976 que meu amigo Maurício Tragtenberg (vejam só como são as contingências da história), conversando comigo um dia na porta da FGV, eu já estava saindo da FGV formado, já tinha lido o Livro I de O capital, que eu decidi fazer mestrado em Ciência Política. Decidi em 1973-74 que eu não iria ser administrador de empresas e nem público. Na sequência, creio que 1974, se bem me recordo, me inscrevi, passei e entrei no vestibular em filosofia da USP e comecei a estudar. Mas não fiz mais do que poucas aulas, isso por dois ou três motivos. Eu já estava no terceiro indo para o quarto ano da FGV. Eu já sabia que iria fazer Humanas, já tinha claro na minha formação que eu iria fazer Ciências Sociais e, então, comecei a fazer filosofia, o qual era muito puxado (cheguei a começar a fazer algumas aulas com a Marilena Chauí). Por outro lado, o curso na FGV também era muito puxado, e eu dava aulas como professor de cursinho de Madureza e, depois, de cursinho de vestibular, para sobreviver, porque eu já tinha 21 anos, estava até pensando em casar e tinha que trabalhar para sobreviver. E teve um segundo motivo que me assustou muito na filosofia da USP: eu tive algumas aulas nos barracões, na época mais terrorista da ditadura, e a gente percebia que nos barracões da USP, havia gente da OBAM, do DOI-CODI, todos ali espionando; os professores e os alunos, morrendo de medo. Ao passo em que, na FGV, eu tinha aula de sociologia, de política e de economia sem o risco de a polícia estar lá dentro, por razões óbvias: a FGV era uma escola do capital.



Em 1975, saindo da FGV, o Maurício Tragtemberg falou para mim: “Você não gosta do Lukács? Então, vai fazer o curso do Zezinho (José Chasin) lá na Sociologia e Política”. Então, terminei a FGV e fui fazer mestrado. E foi nesse momento que fui fazer o curso na Sociologia e Política, como aluno. Como aluno não. Como ouvinte, eu nunca fui do grupo Chasin da Sociologia e Política. Eu fui fazer apenas o curso dele. E com o Chasin eu aprendi, e esse era o seu principal mérito, que havia um outro Lukács, da Ontologia, da maturidade, que era diferente do Lukács da História e Consciência de Classe. Hoje eu vejo inclusive que a diferença que o Chasin apresentava era exagerada. Eu não vejo duas Ontologias do Lukács. Vejo uma diferença importante: não é que Lukács era antiotológico em um livro e ontológico em outro, mas isso é uma outra discussão para um outro momento.

Entre nesse momento no grupo Chasin e, a partir dele, fui me aproximando do PCB. Qual é o balanço que eu faço do PCB? Um extremamente positivo: nesse grupo dentro do PCB eu aprendi que sem teoria não é possível pensar em transformação, em revolução e mudanças sociais. Esse é o maior mérito do Chasin. Ele tinha uma herança “caiopradiana”, que ele procurava seguir, de que era importante suprir uma das lacunas cruciais (e essa era uma tese do próprio Caio também, como nós sabemos), que sem uma reflexão funda sobre a realidade brasileira não há revolução no Brasil. Esse é o lado muito positivo; quer dizer, essa militância marcou muito a minha trajetória. Quando eu fiz minha livre-docência, meu titular, eu citei no meu memorial, com todas as formalidades necessárias, as referências a essa militância. O outro lado nefasto dessa experiência, é que eu conheci por dentro o stalinismo, de corpo e de alma, em todos os sentidos. E isso foi uma experiência vital porque eu me tornei um materialista asperamente antistalinista, como todo mundo que conhece o meu trabalho sabe. E com profundo desprezo às formas autocráticas, ditatoriais ou manipulatórias. Essa, então, é minha herança do Partido Comunista. Eu decidi sair do Partido Comunista em 1980, junto com o Grupo Ensaio, quando um burocrata dirigente do Partido Comunista nos “orientou” e falou: “Agora, é hora de a gente ir para o ABC e acabar com a greve do ABC”. Aí eu falei: realmente, eu estou em um partido “burguês”, ou que defende a “burguesia nacional”, imaginando que fosse um partido operário. Quando um partido, que se diz operário, pede para sua militância (que era então pequena) para ir ao ABC acabar com a greve, você imagina o impacto dessa orientação, pois se tratava da mais importante luta de classes desde o início da Ditadura. Nós tínhamos contatos com lideranças importantes do



ABC paulista. Isso, inclusive, me levou a fazer meu doutorado a partir de 1980 lá. Então, essa foi a experiência mais importante da militância no PCB, que eu coloco no sentido positivo e no sentido negativo.

Eu levei três anos depois para entrar no PT. Nós estávamos ainda no Grupo Ensaio. Entrar no PT foi uma decisão que nós refletimos muito em 1980, quando saímos do PCB e entramos em 1983, mas sem nenhuma ilusão. Qualquer um que leia as coisas que eu escrevi e as entrevistas que eu dei (tem até um livrinho que foi publicado naquela época chamado “Crise e poder”, em que eu trato muito daquela conjuntura), eu não tinha nenhuma ilusão de que o PT pudesse vir a ser um partido socialista revolucionário. Nunca tive essa ilusão. Reconheci sim, que o PT era um partido de massa, que era enraizado na classe trabalhadora, seja a classe trabalhadora urbana, rural, inclusive (digamos assim) nas classes médias assalariadas (naquelas classes médias que estavam sofrendo um processo de assalariamento, de proletarização), e isso não era pouco. Era o que faltava ao PCB, que ele tivera nos anos pré-1964, mas o PCB sofreu uma repressão muito violenta. Então, nesse sentido, eu não tinha ilusão no PT.

Por que entrei no PSOL? Estou entre os cinco ou seis fundadores do PSOL. Se vocês forem ver o livro dos que primeiro assinam a fundação PSOL lá, estão Chico de Oliveira, Paulo Arantes, Carlos Nelson Coutinho, por procuração Leandro Konder, eu e o Milton Temer. Por que entramos no PSOL? Nos fomos no Congresso de fundação. Porque nós recebemos (por motivos diferentes), um chamamento das lideranças mais à esquerda que estavam criando o do PSOL que não queriam reproduzir um partido de grupos pequenos de esquerda que se digladiasse entre si. Então, vieram falar conosco (com o Chico, Paulo Arantes, o Carlito (tenho lembranças muito boas do Carlos Nelson Coutinho, de quem me tornei grande amigo) e Milton Temer (querido amigo que está sempre na ativa), me lembro especialmente desses nomes, pois assinamos juntos o nosso ingresso no PSOL, no Rio de Janeiro, em seu Congresso de fundação. E por que nós entramos no PSOL depois de cinco ou seis meses de discussão? Nós nos reuníamos lá na casa do... O Plínio de Arruda Sampaio entrou depois. A Leda Paulani, economista lá da USP, também participou de reuniões. Mas nos cinco primeiros decidimos entrar. Por que? Inclusive foi um argumento que todos nós usamos e que todos nós não queríamos entrar em nenhum partido. Nenhum de nós queria porque nós sabíamos que as chances de algo novo e distinto, era muito difícil. Mas nós decidimos porque é muito cômodo ficar aqui em nosso escritório, pensando, enquanto uma juventude toda estava saindo do



PT e, se não tivesse um horizonte mínimo, podia sair do PT para voltar para casa sem perspectiva. Então, de modo muito reduzido aqui (porque senão nós falamos até amanhã), isso nos levou, por consenso, a decidir: vamos botar a mão na massa e vamos ajudar. Tenho respeito pelo PSOL. Dialogo muito bem com as tendências do PSOL, por óbvio que me insiro nos quadros, nas camadas, à esquerda do PSOL, que são vários. Fui a favor, no debate do ano passado, que o PSOL tivesse uma candidatura alternativa, a do Glauber Braga, que é uma liderança importante do PSOL, corajosa, jovem, que defenderia contemporaneamente o socialismo. Fomos derrotado e o PSOL corre um grande risco, de certo modo ele já trilha esse caminho, de ser um PT na versão reduzida (o PT foi um grande partido de massa que o PSOL nunca conseguiu). Mas eu brinco: se eu sair do PSOL vai ser o último, tá certo? Como a gente sabe, as limitações dos partidos são várias. Agora, eu prefiro ter o coletivo para debater, para dialogar, para ajudar e para aprender, do que ficar no meu canto isolado. Então, qual é o traço coerente da minha trajetória? Não sou eu que devo julgar, mas procuro fazer uma defesa vigorosa da classe trabalhadora. E eu aprendi com o marxismo do Marx. O grande autor que fez a minha cabeça não foi o Lukács e nenhum outro, foi o Marx. Antes de ler História e Consciência de Classe, a Ontologia, Gramsci, Trotsky e Lenin, eu estudei O capital, como mencionei anteriormente.

Eu não sei se vocês se lembram, mas lembro de uma coisa muito interessante nos anos 1974-75, em São Paulo, que não dá para explicar direito, que era a livraria Avanço, da rua Aurora. Eu posso estar trocando os nomes. Toda aquela minha parte de livros ali na minha estante, são livros pequenos do Marx, Engels, Lenin, que vieram de Portugal e eu comprava nessa Rua Aurora, na Livraria Avanço. Eu imagino que fosse de um grupo de portugueses marxistas que, em plena ditadura, vendia essas obras. Então, eu li o Trotsky, o Mao Tsé-Tung, eu li muito o Lenin. O Lenin foi um autor que me formou muito. Hoje não sou leninista, não me considero leninista, mas já fui leninista. Até porque eu acho que a genialidade do Lenin não é o leninismo, que foi adulterado pela aberração staliniana e stalinista. O Lenin foi um grande marxista, foi capaz de compreender as contradições vitais na Rússia czarista. Mas transformar a sua teoria do partido em uma teoria universal a ser transplantada para o mundo, foi algo profundamente equivocado. Tudo isso para dizer que minha leitura começou com Marx e os marxistas, mas qualquer pessoa que acompanha meu trabalho vê uma coerência e vê as minhas diferenças, por suposto. Eu já fui assumidamente



marxista-leninista, hoje eu acho que essa conceituação é equívoca. Mas isso é uma coisa que se aprende, na medida em que você estuda e reflete.

E eu ainda não mencionei que eu decidi sair do Grupo Ensaio, em 1988, quando a Ensaio decidiu apoiar o Brizola (e depois, em 1994, apoiou publicamente o Fernando Henrique Cardoso), o que mostra os equívocos políticos daquela posição. E, em uma campanha entre Lula e Fernando Henrique, você apoiar o Fernando Henrique é uma posição de classe. O equívoco do Brizola não era que a diferença do Lula para o Brizola fosse radical, mas havia ao menos uma diferença importante: o Lula tinha o que Lenin chamava de *instinto da classe operária*, porque ele vinha da classe operária, e o Brizola era um reformista da pequena burguesia muito qualificado, mas era um reformista, ainda que, digamos assim, na sua variante pequeno burguesa. Eu não estou falando aqui no sentido pejorativo, mas real. E foi importante a fusão dos dois, no segundo turno, em 1989. Mas Collor levou, do modo como sabemos. Foi aí que eu me desliguei definitivamente do Grupo Ensaio.

|Dr. Paulo Alves de Lima Filho| seria possível o PT transformar-se e transitar da social democracia, do social-liberalismo, de volta ao socialismo?

Não vejo a mais remota chance. O PT é um partido forte, de massa. Mostra-se forte, mas prisioneiro, para o bem ou para o mal, de uma liderança forte. O PT já nasceu fora dos marcos do socialismo, ao menos o de inspiração marxista, embora ele tivesse muitos socialistas dentro dele, muitos deles inclusive marxistas, que fizeram a luta armada, muitos agrupamentos que não fizeram a luta armada, mas eram organizados pelo marxismo, pelo socialismo anticapitalista e pelo movimento comunista; mas esses grupos nunca foram majoritários. Nunca houve no PT, em nenhum momento da sua história; a defesa ideológica de um partido abertamente socialista e claramente anticapitalista. Isso não tira o mérito do PT que, nos seus inícios, foi uma bela confluência de tendências. Nós sabíamos que tinham muitas coisas positivas, mas tinha algumas limitações ideológicas muito grandes, que resvalavam para o reformismo.

|Dr. Paulo Alves de Lima Filho| Chomsky fez duras críticas ao PT, afirmando estar o PT longe das bases e sem representação no chão de



fábrica, à semelhança do PD norte-americano. Há indícios de que o PT esteja disposto a reverter esse quadro?

Sim. Essa é uma crítica que já se faz há muito tempo do PT. Aquela origem que o PT teve, com a massa trabalhadora, urbana, rural, proletária industrial, proletária de serviços, o PT perdeu muito dela. O PT ainda é, digamos, quem mais representa a classe trabalhadora. Mas tornou-se um partido parlamentar e social-democrata, o primeiro objetivo do PT é a próxima eleição, seja para vereador, seja para deputado, Câmara Legislativa, Senado e Presidência. O PT não tem mais aquela ação que antes procurava combinar luta social e luta institucional, tornou-se um partido institucional de massa.

275

[Dr. Paulo Alves de Lima Filho] A seu ver, Mészáros resolveu em sua obra póstuma os problemas da transição comunista?

Não. O Mészáros não resolveu, mas o Mészáros foi corajoso em abrir, descortinar. Eu acabei de escrever um artigo sobre a contribuição do Mészáros para pensar a sociologia do trabalho, que é uma coisa que ninguém escreveu ainda sobre isso, que eu saiba. Isso me obrigou a fazer uma digressão longa sobre a obra do Mészáros, uma pessoa que eu convivi intimamente. O Mészáros fez parte da minha atividade intelectual desde 1982, quando o conheci pessoalmente, até a sua morte. Não tinha um ano que eu não o via, que não ia à casa dele e, quando ele vinha ao Brasil, vinha à minha casa, não tinha um mês que nós não trocávamos correspondência. Assim, o que posso dizer é que Mészáros descortinou pistas. A primeira: o sistema soviético é um sistema do capital pós-capitalista, que é uma pista rica. Segundo: há uma *crise estrutural do sistema do capital*, que é diferente de todas as crises anteriores. Terceiro: capital e capitalismo não são a mesma coisa. Quarto: a questão que eu acho mais rica no Mészáros é que, ele, a partir do Marx e com pistas muito esparsas do Lukács, chegou à seminal conceitualização de *sistema de reprodução socio-metabólica do capital*. Essa categoria é rica para se pensar a tragédia do mundo atual. Não é por acaso que, desde o fim de 1960, Mészáros já aludia para a destruição da natureza e a impossibilidade da acumulação de capital, que só seria possível pela via de mais destruição. Então, a obra do Mészáros é rica. Eu diria que, dos marxistas posteriores da segunda metade dos anos 1950 do século passado para cá, é a mais original. Agora, ele também tinha clareza de que ele não resolveu tudo. Mesmo a distinção que ele faz entre capital e capitalismo eu tomo



como hipótese muito rica de trabalho, que ele tenta ler como sendo possível de vê-la em Marx. É possível, mas é uma criação do Mészáros. O Marx, até onde eu conheço a obra dele, é um autor que eu estudo há quase 50 anos, ele nunca disse: "Olha, capitalismo é uma coisa e capital é outra". Então o Mészáros concebeu essa tese e deu pistas muito grandes. A *auto-organização da classe, a luta extraparlamentar, recusar a linha de menor resistência*, em que o capital chama a esquerda e as lutas sociais para lutar na linha de menor resistência do capital, que é o parlamento, o seu espaço institucional, todas são pistas muito ricas do Mészáros. E, digamos assim, posteriores às pistas do Lenin, do Trotsky, da Rosa, do Lukács. O Lukács, por exemplo, da qual Mészáros é um herdeiro crítico, não foi capaz de fazer uma crítica radical à teoria do socialismo em um só país. E quem nos ensinou isso pela primeira vez foi István Mészáros. No Grupo Ensaio nós aprendemos isso quando começou a publicar - e isso foi um mérito do Chasin - a obra do Mészáros. O Mészáros foi quem nos ensinou, em um texto publicado na revista "*Problemas do socialismo intercontinental*", editada por Lelio Basso, na Itália, onde ele faz sua crítica dura à União Soviética. Está também publicado no livro "*Para além do capital*", outro ensaio riquíssimo, "*Poder político e transição nas sociedades pós-capitalistas*", que ele apresentou quando fez uma conferência para o Grupo *Il manifesto*, na Itália, no final dos anos 1960, onde ele já diferencia capital e capitalismo. E o Mészáros conhecia bem isso porque era húngaro, conheceu as mazelas do chamado "Socialismo real". Quando você falava em Socialismo real ao lado do Mészáros, ele ficava arrepiadíssimo, ficava irado porque ele recusava a tese de que aquela experiência fosse "socialista".

|Dr. Paulo Alves de Lima Filho| Qual a transformação produtiva operada pela revolução tecnológica em curso e suas consequências para o destino do capitalismo?

Em primeiro lugar, conceitualmente, eu teria dificuldade [de chamar assim], mas reconheço a pertinência de chamar de "revolução tecnológica". O termo revolução a gente deve guardar de forma sempre muito cuidadosa, porque remete à mudanças estruturais e de ruptura profunda. As transformações tecnológicas do nosso tempo são profundas, mas são para preservar a ordem capitalista, dar a ela mais fôlego. O próprio Marx tem passagens no O Capital em que ele fala da revolução tecnológica, na tecnologia. Então, se você perceber nos meus trabalhos, desde o "Adeus ao



trabalho?”, em que eu tenho falado nesse tema, eu não falo em revolução tecnológica. Se falei em algum momento, há muitas décadas em que não falo em revolução tecnológica. Já falei em transformações tecnológicas e reestruturação produtiva do capital.

Mas ela foi profunda. Quando você aumenta o trabalho morto, maquinário técnico, industrial, e hoje digital, informacional, e esse aumento do trabalho morto implica na expulsão de amplos contingentes do trabalho vivo, criando um bolsão de força sobrando, de reserva, da *superpopulação relativa*, ou do *exército “industrial” de trabalhadores*, entre aspas porque hoje o exército é industrial, rural e de serviços, tem um exército de trabalho sobrando monumental, isso traz consequências profundas. Vale recordar aqui que Marx tem uma visão abrangente de indústria. A tecnologia, por exemplo, aprofunda a coisificação da consciência operária. Eu tenho explorado uma tese que estará em um livro que nós estamos publicando no começo do ano que vem, 2023, que é o equivalente àquele “Uberização, trabalho digital e indústria 4.0”. É um volume II, um projeto de pesquisa que está em curso com meu grupo aqui da UNICAMP. Nós estamos pesquisando e eu vou apresentar uma tese, nesse meu capítulo que abre o novo livro - que eu estou trabalhando nela já há uns dois ou três anos - que nós estamos às vésperas de uma nova *era de desantropomorfização* do trabalho em escala global. Nós estamos adentrando em uma nova era de desantropomorfização do trabalho. A ideia é do Lukács, da Ontologia, mas o Lukács está falando da primeira revolução industrial. Mas eu adiciono a essa idéia, relendo as passagens do Marx, magistrais, da “Maquinaria e grande indústria”, quando ele diz “na grande indústria, o trabalhador se torna um apêndice da máquina e um autômato” (lembrando aqui de cabeça). E, quando no capítulo sexto, inédito, que pela primeira vez estamos publicar no Brasil - eu propus à Boitempo e junto comigo está organizando um pesquisador que é do meu grupo, Murilo van der Laan – nós estamos publicando este capítulo, pela primeira vez no Brasil, traduzido direto do alemão (pasmem vocês, não tinha publicação no Brasil direto do alemão, tinham boas publicações, mas traduzidas do espanhol e cotejadas ao alemão). Nós estamos publicando “O capítulo inédito” e a “Enquete operária”, projeto, repito, que eu tenho há mais de 40 anos: publicar “O capítulo inédito” e “A enquete operária”. Alguém perguntou: “O porquê dos dois juntos?”. Muitos não conhecem “A enquete operária”. Eu conheço estudiosos da obra marxiana que desconhecem “A enquete operária”. O cara sabe dizer se aquela passagem é do Engels ou do Marx, do volume dois ou três de “O Capital”, mas não



conhece esse texto. E o capítulo inédito nós tínhamos de fazer uma tradução direta do alemão. Lá o Marx fala da subsunção real. Eu penso que a coisa mais profunda, teoricamente, é que nós adentramos em uma nova era de *subsunção real do trabalho ao capital*, só que agora na fase maquínico-informacional, digital, na era é da financeirização, que é o capital que hoje detém a hegemonia e totaliza tudo.

As consequências disso para a classe operária são profundas, mas tem uma questão que é vital: mesmo com menos operários e operárias, menos trabalhadores e trabalhadoras, dilapidando, depauperando, arrasando, acabando com direitos, eliminando as legislações de proteção, *o capital não se reproduz sem o trabalho vivo*. Esse é o seu coveiro. Lembram da tese de Marx e Engels? Esse a pandemia mostrou isso uma vez mais, como recentemente desenvolvi no livro em "O capitalismo pandêmico" (Boitempo): toda vez em que se falava em *lockdown*, os neofascistas daqui entravam em pane. E no mundo também, não era só aqui, porque com o *lockdown* o capital não se reproduz, porque sem trabalho vivo as máquinas podem ser movimentar à vontade, porque sem trabalho humano as máquinas não produzem valor. *A máquina potencializa o valor*. Desde o "Adeus ao trabalho?" que eu venho reiterando e atualizando essa tese. E mostrando que a fragmentação, a heterogeneização, a complexificação, aumenta aquilo que o Engels dizia, desde "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra". O capital não permite que em um dia a classe trabalhadora fique sem ter concorrência dentro dela, esse mundo atual, dos "empreendedores", dos "autônomos", é jogar a concorrência na alma da classe trabalhadora, não é por acaso que você tem um certo descenso do movimento operário global. Descenso é muito diferente de fim do proletariado, de fim da classe trabalhadora. Aliás, para meu regozijo, o "Adeus ao trabalho?" saiu em 1995, já foi publicado em uns sete ou oito países. No início de 2022 saiu uma linda edição, pela primeira vez publicada em inglês, na Inglaterra e na Holanda e, imagino, que mais recentemente nos Estado Unidos. Eu fiz uma atualização com capítulos novos, nos apêndices. Se ele foi publicado 21 anos depois da sua publicação original e em língua inglesa, é porque alguma coisa ele tem a dizer para entender o tamanho do problema da relação entre valor e trabalho hoje. Eu acho que muito modestamente, sem arrogância nenhuma, a minha contribuição foi pequena, mas ajudou a implodir a tese do fim do trabalho. Isso eu falo não por mim, porque eu já vi depoimentos de vários militantes, de várias partes do mundo, que disseram: "Olha, quando eu vi teu livro lá, a gente começou a



ver que o negócio do fim do trabalho é um pouquinho mais complicado”. Isso porque, empiricamente, parece plausível, não é? Se você tem uma super redução das indústrias do centro do mundo, a classe operária está desaparecendo...

Se o Habermas é capaz de dizer, naquele seu ensaio “Técnica e Ciência como ideologia” e também em “A nova intransparência” (ambos eu cito isso longamente em “Os sentidos do trabalho”), ele é capaz de dizer que Marx concebia o trabalho como sendo o trabalho manual e industrial, seu erro é enorme, basta ver a definição marxiana de trabalho no vol. I de O Capital. É óbvio que o proletariado que o Marx e o Engels descortinaram, no século XIX, era o proletariado industrial, mas o Engels, no livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, ele tem um capítulo que trata do proletariado rural. E o nosso desafio é entender hoje o proletariado de serviço, que é o que mais cresce no mundo inteiro, na China, na Índia, na Ásia, na África do Sul, na América e na Europa e nos Estados Unidos. A tese do fim do trabalho, em síntese, hoje não é mais levada a sério, quando se olha o mundo globalmente. E tem uma outra tese que eu considero limitadíssima, de um certo marxismo tradicional que eu considero equivocado, que acha que a mais-valia só é possível com a transformação material do produto. O Marx demoliu isso no capítulo inédito e depois em “O Capital”. E, mesmo que não tivesse demolido, o papel dos marxistas, para recordar Marx, naquele diálogo do Marx com as filhas dele, quando elas perguntam: “Pai, qual é o seu autor predileto?”. E ele cita: “Qual é seu músico predileto? Qual é seu lema de vida?”. E Marx responde: “Duvidar de tudo”, inclusive das próprias formulações do Marx. Vocês vão ler lá no Livro 3 de “O Capital”, “A lei de tendência decrescente da taxa de lucro”, o Marx faz a tese e faz várias contra-teses, para tentar ver se a sua tese estava certa. Nós sabemos que há passagens do Marx em que ele fez várias revisões e reelaborações. Se você for olhar o capítulo 14, o Volume 2 de “O Capital” e o capítulo VI, inédito, não é possível dizer que as teses são idênticas. No capítulo VI, inédito o Marx chega a dizer que o capitalista gera valor. É evidente que ele abandonou essa tese. Na cabeça do Marx e no que ele escreveu depois, capitalista não gera valor. O capitalista se apropria do mais valor. É um autor genial, em constante reflexão.

|Dr. Adilson Marques Gennari| Há um quadro de fragmentação da classe trabalhadora, com um processo de uberização, informalização e até



evangelização da classe. Como podemos avaliar o impacto desse processo na construção da consciência da classe trabalhadora brasileira e global?

280

É um impacto poderoso. Vou simplificar, porque é uma questão longa, eu tenho trabalhado nisso, no "O privilégio da servidão" eu dou pistas, no "Uberização" e nesse volume novo acima referido, que será publicado no início de 2023, também. O processo de uberização do trabalho é uma tendência global do capitalismo que vai expandir a classe trabalhadora no setor de serviços, porque é onde você pode uberizar mais facilmente, vamos dizer assim. Mas vale recordar que as plataformas estão na indústria, na agricultura, nos serviços... Daqui a pouco nós vamos estar procurando trabalho para nós, professores, nas plataformas, porque não vai mais haver universidade pública, se não lutarmos muito. Então, o impacto é profundo. Agora, o breque dos *Apps*, em primeiro de junho de 2020, se eu fosse escrever um livro, tal como "O que é o sindicalismo", que é o meu primeiro livrinho, e fosse fazer uma versão atualizada dele, eu diria: *o primeiro de junho de 2020 já entrou para a história da luta da classe e do proletariado brasileiro, do setor de serviços*. Por que? Porque quantas décadas a classe trabalhadora na Inglaterra levou para que do ludismo se chegasse ao cartismo? Foram muitas décadas, quase um século de lutas. Então, nós vamos ter muita coisa para pesquisar.

A evangelização é um processo que também nós vamos ter de estudar mais. O neofascismo tem mostrado uma capacidade que falta à esquerda. O neofascismo é a radicalização da extrema direita. A esquerda hoje é uma esquerda moderada. Se você quer uma saída radical hoje, por isso que a gente tem muita adesão da massa também ao fascismo, inclusive na Europa, uma vez que a única alternativa radicalizada para a massa hoje é a radicalização da extrema direita. Aliás, não é a primeira vez, lembramos de Mussolini e Hitler. Eu me lembro do último dia da campanha do Trump, em 2016, a Hillary Clinton disse que ela seria a grande vitória da classe média norte-americana, recuperando o mito da classe média norte-americana. E o Trump disse, naquele mesmo dia, no último discurso das eleições, que a vitória dele seria a vitória da classe trabalhadora nos Estados Unidos e que ele era o representante da classe trabalhadora, que a partir daí não iria ter mais imigrante nem nada. Ele radicalizou, para a extrema direita. O PT propõe o que? O Lula está propondo criar condições para melhorar o empreendedorismo. Esse é o tamanho da confusão. Não há uma proposta



da esquerda, ousada, crítica, anticapitalista e original. A esquerda social-democrata é centro-esquerda, não é esquerda. É claro que tem um contexto de fascistização aqui, que temos que derrotar a qualquer custo. E depois nós vamos ter que lutar muito. De fato, não temos candidatura de esquerda no Brasil. Não temos nada parecido com uma *esquerda contra a ordem*.

|Dr. Adilson Marques Gennari| Há um debate sobre a chamada quarta revolução tecnológica em curso. A inteligência artificial somada à robótica e à cibernética parece corroer os empregos rapidamente, apesar de que na China, por exemplo, há um enorme contingente de operários trabalhando até mesmo para viabilizar estas coisas. O que isto tem a ver com as ideias clássicas de Marx sobre o exército industrial de reserva de “O Capital” ou com as ideias apresentadas nos *Grundrisse* onde, com as mudanças nas forças produtivas materiais, surgiria um sujeito coletivo, com uma consciência geral, que poderia substituir os trabalhadores, e estes assumiriam o papel de supervisores do processo produtivo já num processo de transição para outra forma de sociedade?

Bom, eu dei pistas sobre isso. A inteligência artificial, o mundo do algoritmo e, mais amplamente, o chamado projeto da grande burguesia mundial, da Indústria 4.0, robotiza, automatiza, internetiza, ampliando ainda mais o trabalho morto e eliminando tudo o que for possível de trabalho vivo. Já sabendo que a eliminação do trabalho vivo, completa e cabal, é ontologicamente impossível. Essa tese do Marx é absolutamente atual ainda. Sem trabalho vivo, o capital não se reproduz. O que acontece é que ele pode reduzir ao mínimo o trabalho vivo. Por que? Na sua pergunta, já está explicado indiretamente. Porque a China é hoje a maior maquinofatura do mundo, por isso que ela tem simultaneamente uma explosão do proletariado industrial. Quando começou esse processo de industrialização da China? Começou nos anos 1990 pra cá, depois da morte do Mao e a derrocada do núcleo maoísta. Ou seja, em vinte e poucos anos, trinta anos, a China se tornou a grande produtora maquinofatureira do mundo. Isso é impossível sem aumentar o número de trabalhadores. Tivemos, então, na China, uma explosão do proletariado. Não é por acaso que, no início do século XXI, as mais altas taxas de greve do mundo foram na China, porque você tem um nível de exploração selvagem. Quando eu fui fazer conferência na China, eu falei: eu tenho juízo e não vou falar sobre a exploração do trabalho na China, até porque eu não tenho pesquisa sobre isso. Eu leio



sobre o caso chinês, cheguei a publicar alguns estudos sobre a China, aqui no Brasil, escrito por marxistas dissidentes que moram fora da China, mas é evidente que você tem uma explosão do proletariado. Você tem lá, também, uma explosão do proletariado de serviços. Dou só um exemplo: no último dia em que fomos passear lá na China, estavam o Michael Löwy, Gilbert Ascar, Marcelo Musso, Domênico Losurdo e eu. Foi um grupo convidado para fazer um seminário sobre marxismo, em várias universidades em Xangai e Pequim. No penúltimo dia, nós fomos na magistral Muralha Chinesa e aí alguém do grupo teve a ideia de contratar alguém para ser guia turístico e contratamos uma jovem. Ela tinha três empregos, todos precários nos serviços: era professora, fazia atividades do serviço público, terceirizada, e ganhava como guia turística. Quer dizer, é o chamado proletariado de serviços multifuncional. E essa atividade de proletarização dos serviços é o elemento mais importante para se entender a ampliação do proletariado hoje. No volume 2 de “O Capital” Marx demonstrou que a indústria de transporte não cria nenhuma produção material, mas gera mais valia. Quer dizer, ele era genial. Que produto a indústria de armazenamento cria? Nenhum, mas também gerava mais valia. É evidente que nós sabemos que o Marx fala também no seu tempo, e isso vale ainda hoje, que *o conjunto da produção acaba sempre sendo material*. Pois é óbvio. Se eu viro professor de uma escola privada e vou ensinar em EAD, vou gravar as minhas aulas, sem estar presente em aula nenhuma. Ao gravar minhas aulas eu já materializei a minha produção. Ela já não é mais estritamente imaterial, ela pode ser originariamente imaterial, mas se torna material ao ser gravada e reproduzida. O Marx fala no capítulo VI, inédito e em “O Capital” que a diferença entre o professor da escola pública e o professor da escola privada, do escritor autônomo e do escritor que vende a sua obra para a produção e ao assim proceder, tornam-se trabalhadores produtivos para o capital, gerando mais valia. Hoje isso explodiu. Para mim é uma obviedade que o trabalhador da Uber, da Rappi, gera mais valia. Para mim é elementar. Verdadeiramente elementar; não quero simplificar nada e reconheço o debate e a polêmica. O fato de eu achar elementar não quer dizer nada. Para mim é uma questão resolvida, mas tenho que reconhecer que o que é resolvido para mim pode não ser para outros.

Eu acho que o que não temos ainda resolvido é, quando a gente entra no Google e no Facebook, aliás eu conheço pouco sobre isso porque eu tenho juízo e não tenho nem Google, nem Facebook, isso para mim é um mundo que eu só ouço falar: “Saiu no Facebook que falaram isso”. Olha, não



me interessa o que falaram, mas eu nem sei como se entra no Facebook, não quero ter. Já até criaram um para mim. Uma vez um amigo meu criou aqui na minha casa, e me disse: "Só falta você entrar e dar o OK". Eu nunca dei o OK, tá certo? Não quero. Mas, por exemplo, tem uma sacada, Jean Marie Vincent, marxista francês, foi um dos primeiros, além de Jean Lojkine, que desenvolveram a tese de que a *informação se tornou mercadoria*. E o capitalismo ganha com qualquer mercadoria, pode ser petróleo, pode ser gasolina, pode ser celular, pode ser aula, pode ser indústria cultural, ou pode ser a mercadoria informação. Outro dia eu tentei comprar uma passagem para a Itália, já tem um mês, dois meses, todo dia eu recebo aqui oferta da passagem. A minha informação está gerando lucro, valor e riqueza. Isso é mais valia ou não? Esse estudo é central hoje. No "Privilégio da servidão" eu tentei dar conta do setor de serviços de modo mais abrangente, mas há muito que pesquisar, pois a capacidade do capital gerar mais valia é quase ilimitada...

[Dr. Adilson Marques Gennari] Ricardo, não é uma questão, porque não vai ter tempo também, mas tem um autor inglês, que não é marxista, o Scott Lesch que fala que a mercadoria no mundo atual, uma massa de comunicação e informação, que o valor e a mercadoria são uma massa de comunicação e informação, essa é a nova mercadoria. Agora, isso é uma tese desse Scott Lesch, que não é muito debatida, não é muito discutida, mas eu acho muito interessante essa ideia, não é? Mas aí é uma outra coisa.

Só uma pista para pensar isso. Certamente é, desde que eu não caia no equívoco de achar que essa é A mercadoria, porque daí *se perde a chance de compreender o todo, por fixar-se nas partes*. O europeu se converte em eurocêntrico quando olha o que acontece na Europa, esquecendo a China, Índia, Ásia, África, América Latina, fundamentalmente nesse polo em que temos toda a atividade industrial basal. Aí vem o europeu e diz que não tem mais operário porque não tem mais fábrica. E olha mal, porque basta observar o proletariado imigrante para ver o nível de exploração do proletariado imigrante, como nos mostram Pietro Basso e Fabio Perocco na Itália, para não falar do proletariado nativo europeu. Agora, que a mercadoria se tornou uma informação muito valiosa, isso é a chave. O que torna o capitalismo mais difícil. Para nossa sorte, entretanto, o capitalismo



está embrenhado em uma massa imensa de contradições, que o “risco maior” que nós temos não é do socialismo, mas é o do fim da humanidade.

284

[Dr. Fábio Antonio de Campos] Gostaria de fazer uma questão sobre a China e suas relações de trabalho no capitalismo contemporâneo. Do ponto de vista interno, segundo Agustín Moreno (Site IHU, 20/08/2019), baseando-se no livro “La máquina es tu amo y señor” (Yang, Jenny Chan, Xu Lizhi, Li Fei e Zhang Xiaoqio. Editora: Virus, 2019): “(...) a maior empresa do setor privado chinês é a tailandesa Foxconn, cujo principal centro está em Shenzhen, que fabrica mais da metade da produção eletrônica mundial. Seus clientes são multinacionais como Apple, Microsoft, Amazon, Google, Nintendo, Nokia etc. Tem 1,4 milhão de trabalhadores e centros como o de Longhua, com 350.000 operários, muitos deles jovens migrantes. Trabalham 12 horas por dia e 60 por semana na cadeia [de produção], com diferentes métodos como o taylorismo clássico ou o toyotismo just-in-time, sem possibilidade de negar fazer horas extras, com procedimentos de controle para ir ao banheiro”. Externamente, a China, embora não tenha bases militares em outros países, nem almeje possessões territoriais, exporta capitais e importa mercadorias, sobretudo commodities do Sul Global (África e América Latina). A China constitui um capital monopolista, no sentido clássico do debate sobre o imperialismo, em que seu capital financeiro tem a função de explorar a força de trabalho dentro e fora de seu território, ou constitui um esforço de desenvolvimento das forças produtivas para criar as bases para o socialismo do século XXI? O Sul Global é explorado ou aliado em seus planos de desenvolvimento?

Difícil essa questão, para falar sobre a China precisamos estudá-la, tomá-la com objeto de pesquisa. Aqui posso dar uma opinião como marxista que acompanhou a Revolução Chinesa e que sabe também que lá encontramos um espaço especial de disputa, de projetos distintos e especialmente de luta de classes. Eu também estive uma vez na China e me foi uma viagem marcante. Mais recentemente, o que mais procuro acompanhar no país asiático tão emblemático (como também é o exemplo da Índia), são as condições de trabalho que lá existem. Sobre a Foxconn, por exemplo, você encontrará no livro “Privilégios da servidão”, esses dados e outros que lá estão: a Foxconn chegou a ter um milhão e 600 mil



trabalhadores, eram várias unidades na época em que estudei, empresa que está esparramada em várias partes do mundo e até aqui no Brasil. Ela é uma empresa terceirizada de amplitude global, que produz/monta celulares para grandes empresas, como a Apple, com um nível de exploração que gerou vários suicídios, especialmente a partir de 2010, com cito no livro acima referido. A tal ponto que a Apple teve que pressionar a Foxconn, uma vez que a crítica estava se tornando mundial. Isso porque a exploração da força de trabalho era intensa, como mostram os estudos de Jenny Chan e outros pesquisadores, que publiquei em “Riqueza e miséria do trabalho no Brasil” e os utilizei também quando pesquisava para escrever O Privilégio da Servidão. Se formos estudar a Huawei e a Alibaba, duas grandes empresas atuantes na China, veremos que lá funciona um sistema de trabalho chamado S-996: os chineses trabalham das 9 da manhã às 9 da noite, 6 dias da semana. Ou seja, só folgam um dia, pode-se imaginar o nível da exploração. É por isso que teve luta, é por isso que nas duas primeiras décadas do Século XXI, as greves explodiram na China. Como os sindicatos são atrelados ao Estado, tem as greves “selvagens”, rebeliões etc. E muita repressão também.

Agora, o que é que a China é? É uma incógnita. Eu acompanho a China desde a revolução do Mao Tse-Tung, desde a Revolução Cultural, depois o seu fim, as mudanças. Quando eu fui para a China, em 2015, eu fiquei estupefato, vou dar só um diálogo pra vocês, eu e o meu amigo Domenico Losurdo, nós tínhamos saído para jantar em Shangai, num restaurante à convite da Universidade e nós tínhamos uma excelente relação. Ele era muito generoso comigo, eu procurava retribuir também do mesmo modo, independente de nossas divergências. Eu lembro que estávamos sentados ao lado do rio que corta Shangai, cujo nome agora não me lembro, e do lado de lá do rio víamos aqueles prédios maravilhosamente ilustrados, com marcas como Toyota, Nissan, e não sei mas o que, eram muitas e muitas. Ou seja, botava a Inglaterra no chinelo, botava Milão no chinelo, botava os Estados Unidos no chinelo, quer dizer, uma coisa suntuosa, típico de um capitalismo de ponta. Aí eu brinquei com ele e falei algo assim: “Domenico, se isto for socialismo, eu vou usar de uma frase do Chico Buarque que diz “me inclua fora dessa”, brinquei. Ele comprou a minha provocação numa boa, e falou: “Ricardo, *io sono stato qui*, [estive aqui] nos anos 90, não tinha nada, era campo, não tinha trabalhador, era tudo miserável, agora estão todos trabalhando”. São duas visões de socialismo. A minha, que a China abandonou sua tentativa de transição para o socialismo,



e a dele, na qual o socialismo é visto como sinônimo de desenvolvimento das forças produtivas. E eu não acho que o socialismo seja isso. Grosso modo, se fôssemos dizer “tem duas grandes leituras do socialismo”, luta de classes ou forças produtivas, eu estou com a luta de classes. É claro que uma imbrica na outra, pois não são duas coisas completamente distintas. Mas, sim, a questão é: qual é a que define um sistema: a luta de classes ou as forças produtivas?

E olha que interessante que o Domenico me disse: ele defendia ardorosamente a ideia de que a China caminhava para o socialismo, mas acrescentou: “O problema é que o núcleo dominante do Partido Comunista Chinês é neoliberal”. Vale dizer que a China aprecia muito a obra do Domenico; ele é muito respeitado lá pelo PCC).

Eu assisti uma palestra no Instituto Marx, Engels, Lenin, onde inclusive, eu e o grupo de intelectuais marxistas que lá estavam, também fizemos nossas apresentações, onde o diretor do Instituto, em sua palestra, disse que a principal contribuição do marxismo chinês para o mundo atual era a “INOVAÇÃO”. Bastou, para mim.

|Dr. Fábio Antonio de Campos| Datashow, Slide, Power Point...

Eu nunca vou usar isso, para mim é o deleite, entende? Não estou criticando quem usa, sou incapaz de fazer isso, mas ainda bem que sou incapaz... Quando ele botou, estava tudo desenhadinho, tinha uma bola no meio que era o núcleo central, sabe qual era o núcleo central da contribuição do marxismo chinês para o mundo? Inovação. Falei: bom, agora...

|Dr. Adilson Marques Gennari| Capitalismo, Schumpeter...

Schumpeter... Acho que a China não é um capitalismo neoliberal porque o Estado tem controle majoritário. Se uma empresa, como a própria Alibaba, começou a exagerar aqui, eles jogam pesado, eles ameaçam, porque tem um Estado forte, burocracia estatal forte e tem um exército poderoso, e é um partido que tem mais de um milhão, até a última vez que li tinha mais de um milhão de filiados, é muita gente, embora a população seja imensa, você tem um exército de um milhão ali que te organize, e mais um exército armado... Agora, fiquei pensando, um dos amigos nossos, o Gilbert Lascar, não sei se vocês conhecem, é um marxista de origem do Oriente Médio, acho que ele é egípcio, ele está há muitos anos radicado na



Inglaterra, trabalhou na França também, meu amigo há muitas décadas, ele falou um dia: “Ricardo, vamos fazer um passeio lá no centro de Shangai, aonde estão aqueles prédios pós-modernos de última geração, para a gente ter uma ideia do quê que é?”. Eu nunca tive vontade, confesso...Mas falei: “Vamos, claro que vamos”, ainda mais quando o cara saber fazer tudo, e foi tão legal, que ele falou assim: “Vamos fazer uma pinta aqui de que somos gestores, vamos entrar direto que ninguém vai perguntar onde a gente vai”, e assim entramos, subimos no elevador, fomos parar lá no topo, é impressionante. A começar que os estacionamentos, eu nunca vi nada parecido em riqueza de automóveis como aquilo, nunca vi nada parecido. Ou seja, socialismo? Estamos longe disso. Agora, a coisa uma hora vai explodir, é a única coisa que consegui entender. Vai chegar uma hora em que ou o grande capital corporativo vai tentar eliminar o Partido Comunista e o exército que o apoia, ou o Partido Comunista e o exército terão que eliminar o grande capital. Acho difícil a segunda alternativa ser vitoriosa, porque seria uma mudança de rota de imensa profundidade. E essa somente virá a partir da generalização das lutas operárias, que são intensas na China. Agora, não é a mesma coisa, o governo chinês não é a mesma coisa que o governo inglês, por exemplo. Na China houve uma profunda regressão em relação à primeira fase de implantação do socialismo sob o maoísmo, com seus limites, mas também com seus méritos.

[Dr. Adilson Marques Gennari] Se me permite fazer uma observação, Ricardo, desculpa, é que eu fico muito preocupado com a questão, ao aspecto econômico. Eu assisti, eu andei assistindo uns vídeos, algumas coisas que podem ser tudo bobagem, por isso fico imaginando coisas... Eu assisti um vídeo que, se não me engano, se chama Sheng Zen, a cidade. E lá, nessa cidade, por isso que me lembrou disso, porque você falou do homem que falou da inovação. Lá tem um fenômeno que me chamou a atenção, que se chama “inovação aberta”, e isso me chamou a atenção, porque o capitalismo imperialista, digamos assim “tradicional”, inglês, depois estado-unidense, europeu, alemão, eles fecham o conhecimento e a indústria e as patentes, de uma maneira a fazer da patente uma forma de sugar mais-valia de todo o sistema. Aí o chinês chegou lá em Sheng Zen, por exemplo, que isso é muito comum lá, pelo menos nesse documentário que vi... Tem vários shoppings, parece a 25 de março, e várias lojinhas, se você vai lá: ah, eu quero montar um



celular Antunes... Aí eu vou lá, compro todas as peças, e cada lojinha daquelas, desse tamanho, do tamanho de uma sala, está conectada com um complexo industrial atrás dela, você compra seus pedacinhos, vai com seu engenheiro lá, e foi um português lá, para dar o exemplo, foi um engenheiro português e um brasileiro, dois loucos que moravam em Portugal e foram lá... Montam, coloca lá: celular Gennari, ao invés de Xiaomi, qualquer coisa, e aí eu começo a vender para o mundo inteiro o celular Gennari, se colar... Então, a inovação, todo aquele monte de peças, de coisas, eu não precisei pagar dinheiro nenhum para a Apple, nem para a IBM, nem pra coisa nenhuma. Isso estrangula, é a sensação que tenho, por isso que estou te dizendo, é uma coisa que não sei, tenho a sensação que isso estrangula os chineses na sua sabedoria milenar, eles estão estrangulando por dentro um processo produtivo tradicional. De você manter a tua patente e, com ela, ser capaz de sugar mais-valia pela marca. Mas a marca você inventa qualquer uma a qualquer momento, porque as peças são as mesmas, e tudo é produzido na China. Então fiquei pensando: será que isso é uma pista de alguma coisa, ou não?

Eu não me aventuraria a falar sobre a China, porque teria que estudar muito, fazer da China objeto de estudo, o que não é meu caso. Nós podemos falar de capitalismo de Estado, socialismo de Estado, capitalismo neoliberal... Acho que é uma coisa diferente, porque veja, bem ou mal, a revolução foi em 1949, até 1990 foram 50 anos de uma revolução autárquica, fechada, sob a liderança maoísta. Acreditava-se que a China teria tudo o que ela precisa para sobreviver: recusou aliança com o imperialismo capitalista, recusou o que eles chamavam de "imperialismo soviético", se fecharam, o que degingolou com a morte do Mao e tudo o que se sucedeu, foi uma abertura enorme para o capitalismo... Eu me assustei muito quando em 1997 eu fui convidado pelo Mészáros, eu fiquei um ano na Inglaterra como pesquisador visitante da Universidade de Sussex, e fiquei um ano morando lá, foi uma experiência espetacular... Mas eu não sabia nada da China, e ficava estupefato porque em todo lugar que eu ia, centro de computação, biblioteca, etc, quando você vai nestes espaços acadêmicos, estava cheio de estudantes e pesquisadores chineses... Eu me perguntava: o que esses caras estão fazendo na Inglaterra? Eu sabia o que eu estava fazendo na Inglaterra, eu queria ir para a Itália e o Mészáros teve a lucidez de me sugerir, e acabou me convencendo, ele disse: "Ricardo, não faça seu pós-doutorado na Itália,



vem fazer na Inglaterra por dois motivos: se você quer estudar o Toyotismo no mundo asiático, na nossa biblioteca da Universidade de Sussex você tem 400 livros, tem tudo sobre o Japão, sobre a China, que você não vai encontrar na Itália". E é verdade, a riqueza italiana era de outra ordem. "Segundo, me dise Mészáros, os teus filhos vão sair daqui falando inglês". O Caio virou tradutor do Mészáros no Brasil, e de obras em inglês, enfim, o meu filho mais velho, e a mais nova, a Ana, é professora de Língua Inglesa para crianças, se originou como professora de Educação Infantil.

Feita essa digressão, volto ao caso chinês: há uma dilemática nisso, uma contradição central que em algum momento vai explodir. Na chamada Perestroika vimos que o desfecho foi trágico, era um horror o stalinismo estatal e que se converteu em capitalismo das máfias... Eu não sei o que vai se passar com a China; se perguntassem "A China tem algum sinal vigoroso de que estamos transitando de algum modo para o socialismo?", eu responderia: não vejo no presente o mais remoto sinal de "criação de bases para o socialismo no século XXI", tendo as grandes corporações como participes da exploração intensificada do trabalho. O único sinal que percebo e saúdo é a agudização da luta de classes na China.

|Dr. Adilson Marques Gennari: A impressão que dá é que é mais uma forma de um novo capitalismo. Só uma observação que eu queria fazer, você está falando de Sussex... Eu fui à Austrália, Sidney, porque a minha filha estava morando lá, eu fui só pra passear, mas fiquei bestificado com uma coisa, a cidade de Sidney é cheia de chineses, e sabe o que eles fazem? Eles mandam a família inteira, a criança nasceu na China, mas foi pra lá criança, ela cresce lá, estuda tudo lá, ela volta formada na faculdade, falando um inglês perfeito, e vai ser um dos administradores das corporações, com todo o conhecimento que tem, da Inglaterra, da França, do mundo, e está lá em Sidney. Olha a capacidade dos ingleses, e nós cortamos bolsa da Capes para os brasileiros... É interessantíssima a estratégia do Partido Comunista [...]

|M. Fábio Castro| Vamos falar do Brasil, então, um pouco? [...]

|M. Zuleica Vicente| A minha pergunta é muito Brasil, muito o Brasil atual. Vai no sentido do que o Adilson disse, enquanto lá eles estão mandando pessoas estudarem na Austrália, aqui estamos cortando investimentos em Ciência e Tecnologia. Recentemente o Haddad falou sobre o projeto do PT, de reindustrialização, caso Lula se eleja. Dado as



nossas condições atuais, de perdas significativas em Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, você considera isso possível na realidade? Ou, na realidade, só se trata de propaganda do tipo “agro é pop”, ou nada mais que...?

290

Olha, veja bem, eu acho que o Lula e, por consequência, o PT e o Haddad, eles têm um projeto de retomar um tipo de industrialização que é possível de ser feito aqui, porque não é de ponta, mas seria capaz de incluir e absorver uma força de trabalho sobrando e, com isso, atender a um setor da burguesia brasileira que viu, nessas últimas décadas, definir um de suas atividades industriais. Então eu acho que não é só uma propaganda, o desenho brasileiro pode ter, “capitalisticamente” falando, pode ter sinais um pouco diferenciados. Mas é muito importante entender que a explosão da agroindústria foi no governo Lula, a grande explosão, é que a agroindústria explodiu numa época em que você tinha também uma relativa potência industrial no Brasil. Agora, é difícil você imaginar isto num cenário que não seja da *escravidão digital*, para usar um termo que criei lá no “Privilégio da Servidão”. Quer dizer, você tem que acabar com a legislação trabalhista, esfolar o proletariado industrial, de serviços e agrícola (bem como os serviços industriais, a indústria de serviços e a agroindústria). Então, digamos assim, ele tem tudo para ser um projeto irrealizável. Quando o desafio da esquerda seria outro: reduzir as atividades industriais, reduzir o tempo de trabalho das indústrias, porque se você não tiver uma redução vigorosa do aquecimento global nós não vamos ter ar para respirar. Para você ter redução do aquecimento global você tem que ter redução da atividade industrial, porque ainda é muito petróleo e carvão, é energia fóssil, entende? Então se nós continuarmos produzindo energia com energia fóssil, e aqui você aquecendo o planeta, bom, é uma obviedade o que vou falar... Outro dia, lendo aqui, eu vi a informação de que, acho que a ONU, previa para 2050 a temperatura de verão que foi feita na Inglaterra e na Europa neste ano, agora. Vocês viram que a Europa entrou em chamas, vários países da Europa se incendiaram, houve incêndios pelo aquecimento. Então, quer dizer, nós estamos vivendo... Você acha que se a Rosa Luxemburgo estivesse viva ela diria assim: socialismo ou barbárie? Mas, com uma diferença: na barbárie nós já estamos. Então não é mais socialismo ou barbárie, é ou socialismo. Estamos em um momento da história que é ou o socialismo ou o fim da humanidade.



|M. Zuleica Vicente| Eu perguntei isso porque acho bem incoerente pensar em um partido, primeiro que não consigo entender o PT como esquerda... Eles são neoliberais, mas pode ter um discurso mais bonito, pode propor algum tipo de melhoria social, mas é neoliberal. E aí acho incoerente dentro de um projeto neoliberal falar em reindustrialização, porque o discurso que é forte nesse sentido é o do empreendedorismo, não é o de você voltar a movimentar um setor que, como você mesmo falou, está fadado ao fim. Eu queria saber o que você pensa sobre isso.

Olha, Zuleica, primeiro, o PT não é coeso. Por exemplo, o PT que o nosso Suplicy representa é uma coisa, o do Lula é outro, o do Mercadante é o que o Lula mandar, e o PT tem para todos os gostos. O PT é variado, e tem até núcleos socialistas, e eu diria até alguns núcleos comunistas dentro do PT, ou que se autodefinem como tal. Mas que estão no PT ora porque são *entristas*, ou a política é de frente, etc... Ponto dois: eu não acho, sabe, Zuleica, que o PT seja diretamente neoliberal. Tem que ter uma nuance, que acho que é importante. Já tentei escrever várias coisas sobre isso, vou só ajudar a lembrar, porque não quer dizer que eu esteja certo, essa é a minha intuição: o PT é uma variante, assim que eu defini, e não fui o primeiro a fazer isso, longe disso... Aprendi isso lendo o neoliberalismo inglês, quando o Tony Blair ganhou as eleições em nome do Partido Trabalhista, a esquerda petista o saudou no Brasil, eu estava na Inglaterra quando ele ganhou a eleição... "Porque agora vai ter socialismo na Inglaterra!", eu falei: esses caras estão loucos, o Tony Blair é uma vergonha... Não é por acaso que os teóricos do Tony Blair eram o filho do Milliband, vocês conhecem, o Ralph Milliband, que é um marxista conhecido, e o outro é o Giddens; esses eram os teóricos que se reuniam lá na casa do Tony Blair sistematicamente para orientá-lo. Tem uma variante que acho que o PT se encaixou (só que o PT é latino-americano nesse ponto) que é o *social-liberalismo*, o que é isso? Os fundamentos estão absolutamente dentro do neoliberalismo, mas é um neoliberalismo com certo crescimento e verniz social, porque o Lula tem muito isto desde os anos 70. É o seguinte, tem mercado interno e nós temos que produzir porque o mercado interno vai consumir, para consumir eu tenho que pagar melhor a classe trabalhadora, se pagar melhor a classe trabalhadora a produção vai melhorar e recomeça a roda. Agora, é evidente que na análise do Lula o cenário mundial não entra, digamos, analiticamente falando. Ele cansou de dizer que enquanto o mundo estava em crise aqui era uma marolinha, depois a marolinha virou o tsunami de 2013 e 2014. Acho



que, assim, tem uma certa nuance de diferenciação entre o social-liberalismo do PT... Eu não considero o PT neo-desenvolvimentista, acho, inclusive, essa categoria imprecisa e apologética, para melhor defender o PT. Como se tivesse a burguesia industrial comandando, a burguesia industrial não mais comanda nada, quem comanda é o capital financeiro. A burguesia industrial é parte de uma hegemonia que hoje é ditada pelo capital financeiro. É assim um pouco como vejo o PT. É evidente que, se vitorioso o Lula, eu não tenho nenhuma dúvida em quem vou votar nele, e mais, vou militar contra Bolsonaro. Não tenho a menor dúvida que a partir do dia 1º de novembro, se o Lula ganhar a eleição, começa outra guerra. Mas não é uma guerra com um governo neofascista, essa é uma diferença importante. Pra quem veio da esquerda e sempre foi da esquerda sabe que o fascismo não dá pra brincar. Vocês já imaginaram, o Bolsonaro tem a Câmara, tem o Senado, tem as milícias, ele está armando a população de extrema-direita, exércitos armados. Hoje teve um ato medonho, vocês viram? Um ato feito pela prefeitura de Uberaba, onde numa festa, no dia da criança, as crianças foram ensinadas a se armar, botar colete antibalas, ouvi pelo rádio, botar colete e fazer treino de tiros, no dia da criança, entende? Quer dizer, isso é fascistização.

|Dr. Fábio Antonio de Campos| Ricardo, eu queria fazer uma pergunta que formulei sobre o fascismo, até de uma perspectiva histórica, queria ouvir de você. Um livro que chama a atenção, que muita gente discutiu, o livro “Psicologia de massas do fascismo”, de 1933, do psicanalista Reich... Ele procura responder, por meio do estudo, sobre a repressão sexual e ressentimentos, como ocorre a ascensão do nazifascismo diante da crise capitalista, sobretudo na Alemanha. Segundo ele mais crise não dá em revolução, mas em aprofundamento da barbárie. Há uma dissociação das condições precárias de vida dos trabalhadores, ou seja, do esgarçamento dos tecidos sociais básicos da Alemanha dos seus ideais de emancipação, que passam a cultuar os seus próprios algozes, apoiando, portanto, uma contrarrevolução permanente. No momento atual você trata o tema contrarrevolução preventiva no livro “Privilégios da servidão”, 2018, em que você diz que o neoliberalismo na sua fase atual exige uma espécie de reciclagem de formas totalitárias para saciar o ímpeto de valorização do capital, num momento em que a crise estrutural, como diz o Mészáros, só aprofunda. Bom, o Brasil,



como já foi experimento inovador da exploração capitalista na fase primitiva, com a colonização... E gostei muito daquele capítulo em que você trata do Caio Prado, no livro da América Latina, do Labor, e Florestan Fernandes, sobre essa questão. Ou seja, o Brasil sempre conviveu com uma forma de dominação repressora, só que agora apresenta um novo laboratório para o mundo, mais um capítulo de decadência burguesa. Como entender a classe trabalhadora brasileira nesse contexto, entre o fascismo popular da revolução dentro da contrarrevolução - aqui eu uso uma categoria do autor aqui do lado, o Paulo Lima, ele até pode me ajudar nessa questão – e o melhorismo da esquerda da ordem (que é um termo que o Plininho usa)? Qual é o desafio nosso para construir uma esquerda contra o capital, no Brasil, diante desses dois problemas, do imperialismo e do fascismo que vemos que é popular?

Claro que é uma questão muito difícil, eu vou dizer o que consigo visualizar elementarmente, porque esse é um desafio aberto. Acho que estamos vivendo um período de *contrarrevolução preventiva*, a minha inspiração aqui é do Florestan, lembrando que o Marcuse já falava em contrarrevolução, ao seu modo, mas é muito Florestan, é preventiva porque não há o risco da revolução. Não é que você tenha possibilidade de revolução, o que nós visualizamos no mundo com uma certa urgência e imediatidade, nenhuma nem remota. Nós vamos adentrar, isto sim, num mundo de explosões sociais profundas. Mas nós já vimos, em 2013, uma era de rebeliões que não necessariamente se converte em uma era de revoluções. Ao contrário, no caso de 2013, não estou dizendo que foi assim porque é sempre assim, estou dizendo como foi, se nós estivéssemos aqui em 2013, 2014, estaríamos mais otimistas. A Revolução na Tunísia, Egito, Oriente Médio, Occupy Wall Street, Nem Nem (ni trabaja ni estudia) na Espanha, geração à rasca em Portugal, Grécia... Hoje nós estamos imaginando o que vamos fazer, que governo de conciliação nós vamos apoiar para impedir a fascistização. Então, quer dizer, o desafio não é pequeno. Acho que a esquerda, no século XX, ela se metamorfoseou numa esquerda dentro da ordem, e quando ela não é dentro da ordem, o que vemos é algo ainda muito doutrinário, o que também não adianta. Não adianta sair berrando "a revolução", "a tomada do poder", "a greve geral". A incapacidade da esquerda de pensar... Eu lembro, sempre cito isto, tem uma passagem da Ontologia, do Lukács... A primeira vez que usei isso foi quando



eu estava na Inglaterra, ler o cenário asiático, japonês, ler o Habermas e sua "A teoria da ação comunicativa". Pensei: "vou estudar lá e vou reler a 'Ontologia do ser social', do Lukács". Que é uma obra pesada, difícil, eu a conheço em boa parte, ainda que muito mais os capítulos em que me aprofundi mais, são "Trabalho", "O estranhamento", "Reprodução", um pouco, "Ideologia". A primeira parte da "Ontologia" é um debate com a lógica, com o neopositivismo, depois com o Hegel; trata-se de um trabalho filosófico, esse primeiro volume, que traz um rico e original capítulo sobre Marx. O que o Lukács diz, em um certo momento da "Ontologia"? Ele diz assim (estou lembrando aqui de memória, como fiz anteriormente): "a vida cotidiana é uma sucessão infinita de 'se' e 'mas'". Não é um dilema crucial, nenhum de nós se pergunta à noite se temos que escovar os dentes, ou se vamos apagar a luz para dormir... Mas, voltando ao Lukács, ele acrescenta (sempre de memória): "mas quando se supera essa infinitude cotidiana de 'se' e 'mas', e algumas questões cruciais são condensadas...", uma vez que são aquelas que mexem com o conjunto da humanidade que trabalha, "...aí você tem a situação revolucionária ou pré-revolucionária". Podemos recordar que Igualdade, Liberdade e Fraternidade, na Revolução Francesa, ou "Pão, Paz e Terra" na Revolução Russa, a população trabalhadora entende, compreende e passa a lutar pelas bandeiras da Revolução. Os soviets foram uma descoberta magistral desde 1905, e que abriu as possibilidades revolucionárias na Rússia Czarista, porque uma parte importante do partido comunista, do então Partido Operário Social-Democrata russo era contrário à revolução socialista, defendendo aquela velha tese de certas esquerdas, onde primeiro vem a democracia burguesa, que significava apoiar Kerensky... Para Lenin, o papel da esquerda não é apoiar um governo burguês, mas para lutar simultaneamente contra o governo alemão e o governo russo, uma vez que a Guerra era uma guerra de classes. Lenin recusava frontalmente a tese de que deveria defender o governo russo, para lutar contra o governo o governo alemão. Tinha uma parte da esquerda que era nacionalista, via a guerra de um país contra o outro. Lênin, Rosa e Trotsky quebraram com essa tese, mostrando que o papel não era apoiar o governo russo, mas lutar por uma revolução socialista. E as bandeiras era, então, muito palpáveis para a massa russa...

Quais são as questões cruciais hoje? O desafio é entender quais são as questões cruciais. Eu tento indicar alguma coisa no livro Capitalismo Pandêmico: quais são as questões cruciais hoje? Primeiro, o tema do trabalho é inevitável e iniludível; não há mais trabalho para a humanidade,



nossos filhos não terão trabalho, na melhor das hipóteses serão intermitentes e servos, digitalizados, repito, na melhor das hipóteses. Se tiverem sorte, por isso o “privilégios da servidão”, que é uma provocação, o privilégio de ser servo ou escravo. Nós temos que recuperar aquela ideia do trabalho como uma *atividade vital*, criadora de *valores de uso*, de *bens socialmente úteis*. Então, reduzir brutalmente a jornada de trabalho na indústria, na agroindústria, inclusive reduzi o tempo de produção da indústria é um ponto crucial.

O segundo ponto crucial é breçar a devastação da natureza, o que implica em travar o desenvolvimento das forças produtivas que se tornaram forças destrutivas. Vejam, o que nós tivemos na pandemia? Quando pararam as indústrias e parou o tráfego de carros, o ar melhorou, todos nós respiramos melhor. É uma questão elementar, isso não pode ser uma exceção, mas tem que ser a regra. Agora, é claro, isso implica em confrontar o capital diretamente. Assim como a questão do trabalho que tem a ver com a redução da jornada, a recuperação da natureza está diretamente ligada à redução do tempo da produção, na eliminação da energia fóssil, o fim das queimadas, da extração mineral predatória etc etc..

E terceiro: rês: urge articular a luta da humanidade num complexo que compreende *classe, gênero, raça e etnia*, questão que foi muito maltratada pelo marxismo ao longo do século XX, com raras exceções. Não por Marx e não por Engels, que oferecem pistas férteis. Vocês conhecem o livro de Kohei Saito, que foi ler os cadernos ecológicos do Marx? Assim como há um fértil feminismo marxista, importante, que é hoje ainda mais vital, ao mostrar a ineludível articulação entre produção e reprodução. Mas há outras tendências do feminismo, que separa a reprodução da produção, que gera um equívoco profundo.

Por isso que a tese do *sistema de metabolismo social do capital* é importante, porque a humanidade é parte da natureza, então a equação da humanidade não pode se efetivar fora da preservação da natureza.

Então, me parece que são essas as questões vitais do nosso tempo.

|Dr. Adilson Marques Gennari| Ricardo, o que você acha do Michel Löwy, do ecossocialismo?

Acho um trabalho imprescindível, excelente. Não haverá socialismo sem ecologia, isso se tornou por demais óbvio e, ao mesmo tempo, vital e inadiável.



|Dr. Adilson Marques Gennari| Interessante que a questão ecológica está no centro [da análise].

Não é possível ser anticapitalista sem ser ecossocialista. Se existia certa reserva, há algumas décadas atrás, com essa conceitualização, agora não é possível almejar o socialismo sem enfrentar a questão ambiental, ela é tão crucial quanto o tema do trabalho e da *igualdade substantiva* (rico conceito meszariano) entre gênero, raças e etnia. O ar, se ele parar de ser respirável, a humanidade fenece. Os ricos, você vê isso em alguns filmes de ficção, provavelmente, já estão se preparando para encontrar um planeta novo, deixando o lixo criado pelo capitalismo para 5, 6, 7 bilhões, enquanto os alguns milhares de burgueses vão querer viver no espaço. Deve ser por isso que o Elon Musk e o Jeff Bezos estão explorando o espaço... Brincando agora com as palavras: depois de ajudarem a destruir a terra, seguem saqueando o espaço para ganhar dinheiro e, ao mesmo, tempo, ir pensando num lugar para eles irem morar, quando a terra se afundar de vez. E nós não estamos muito longe disso não.

|Dr. Adilson Marques Gennari| E a água também, sem água, comida com agrotóxico, comida com veneno, água envenenada...

Água envenenada... Os remédios para depressão se tornaram como a novalgina para a dor de cabeça, quer dizer, todo mundo vive com depressão. O Freud escreveu "O mal estar da civilização", lembra. De Reich e sua psicologia de massas do fascismo.

|Dr. Fábio Antonio de Campos| Impressionante a atualidade desse livro, não é? Porque eu fui reler também, ele faz algumas citações do Hitler, lembra? Da "Minha Luta"...

Vale sempre lembrar, o que é óbvio pra nós, que há uma dimensão da psicologia de massas, e é uma outra dimensão, que é marxiana e não podemos abandonar. Uma não exclui a outra, acho que o Reich ofereceu, entre os marxistas e psicanalistas, pistas importantes. Lembro que, quando o li, nos anos 1970, me impactaram muito, e não estávamos no fascismo, estávamos em uma ditadura aqui que não era propriamente fascista. Mas toda essa discussão ganhou mais atualidade com o ressurgimento do fascismo, em tantas partes do mundo. Estamos perto de uma eleição, na



qual um candidato está próximo da metade dos votos e o seu apego é fascista? Eu escrevi um artigo, com o título “*Cavaliere: genópio ou laracida*”, publicado na Folha de São Paulo, on-line. Eu lembro de uma leitura que fiz há uns dois anos atrás, “Mário e o mágico”, do Thomas Mann, e ele fala sobre a emergência do fascismo, ele estava em Veneza... Thomas Mann oferece elementos para se entender a aceitação do monstro fascista nascendo na Itália. E nós estamos vendo isso aqui, o mesmo falar em armar a população fascista etc.

[Dr. Adilson Marques Gennari] A questão que eu ia fazer, que deixei para outra ocasião, era sobre o MST, que está nessa luta. Por exemplo, ele tem os armazéns que vendem comida sem agrotóxico, é uma espécie de colaboração a essa situação de crise. Inclusive nesse momento da pandemia e pós-pandemia, muita fome aqui em Recife, por exemplo, eles distribuíram muita comida grátis para a massa miserável, morta de fome, distribuíram muita comida dos agricultores, comida sem agrotóxico. É algo interessante...

O próprio fato de o MST, que nasceu em 1984, ou seja, o MST já tem 38 anos de existência. A contribuição, certamente, é importante. Isso é plausível, é possível criar um sistema de cooperativas em que você abarque uma massa imensa de trabalhadores sem trabalho, e com a estrutura do MST, como apoio à agricultura alimentar. Agora, isso ajuda a alimentação e a dignidade basal da população, mas mudar o capitalismo é um empreendimento mais complexo. O problema dos movimentos sociais, que são de extrema importância, é que nem sempre se consegue calibrar bem entre *o aqui e o agora e para onde vamos amanhã*. E a perda desse horizonte é que não podemos ter.

[Me. Zuleica Vicente] Posso só fazer um comentário... Levei meus estudantes, mês passado, bem recente, ao acampamento do MST aqui perto de Campinas, o Marielle Vive. O que notei lá é que, realmente, o cotidiano deles, a realidade é imperativa, eles não têm água, o Estado não chega. Porque se o Estado chegar é reconhecer que, em certa medida, eles têm direito à posse da área. E aí eles não têm como pensar no médio e longo prazo, porque o imediato acaba pesando muito mais.



Então, acho que a força do movimento é muito interessante, mas, nesses últimos anos, o que eles têm sofrido de repressão...

Não tenho dúvida disso. Por isso a minha solidariedade e apoio e participação sempre que vier a ser convidado pelo MST. Acho que é um dos movimentos sociais mais importantes do mundo, falei e escrevi sobre isso em muitas partes. Mas é importante refletir sobre os problemas e dificuldades que, muito respeitosamente, temos sempre que pensar. Será que no período do governo do PT não houve muita dependência do governo e isso não fragilizou um pouco os movimentos sociais? Porque depois vem uma ditadura branda, um golpe, o risco de uma ditadura, da autocracia... Estamos vivendo um poder que oscila entre uma democracia formal, sem sentido, e um poder autocrático. Nunca falei em autoritarismo. Falo em autocracia, que é outra coisa. No caso, burguesa, para recordar novamente a pista é do Florestan.

298

[Dr. Henrique Tahan Novaes] Ricardo, se me permite, o destaque que eu faria, 20 anos trabalhando com movimentos sociais, a nossa dificuldade é de fazer aquilo que os evangélicos fazem muito bem... Eles têm psicólogo, assistente social, tem quem vai gerar o empreendedorismo, quem vai acolher. Nós dos movimentos sociais não estamos conseguindo pensar alternativas socialistas para a massa que está vivendo no desemprego, no subemprego, não tem casa. A gente consegue, às vezes, fazer uma transformação num vaso de planta, em uma pequeníssima escala, como as que foram citadas aqui, inúmeras. Mas, de fato, do ponto de vista dos movimentos sociais, é essa pergunta que eu ia fazer, a criatividade em termos de pensar essas alternativas anticapital, contra o capital, aparentemente não estão surgindo, a não ser numa escala muito, muito, pequena. Enquanto a igreja evangélica está nadando de braçada nas periferias, ela que domina o povo humilde, pobre, simples, ela que acolhe de fato, do nosso povo mais humilde, mais pobre.

Essa é uma questão muito importante também, talvez a gente pudesse tentar conseguir fechar com ela, não sei se ajudaria. Estou de acordo com todo o teu diagnóstico, vou tentar botar mais algumas coisas, porque também todos nós estamos pensando muito nisso. Mas a primeira coisa, a ação, digamos, a sociabilidade evangélica tem plena sintonia com o capitalismo, parte decisiva do capitalismo desde a Reforma Protestante. Ela é



mais capitalista que até mesmo a Igreja Católica, então isto dá a eles um espaço de enriquecimento, de recursos, que a solidariedade socialista não tem. Então não é que somos incapazes, é muito mais fácil eu dizer: “olha, enriqueça na terra que você vai chegar ao caminho dos céus e lá alguém estará te esperando”, do que dizer: “olha, não adianta, você pode torcer para o caminho do céu, mas é melhor garantir aqui uma vida digna e emancipada, sem transferi-la para o *reino do céu*. Porque lá a gente não sabe bem como vai ser... Isto, sim, para aqueles que imaginam que exista vida celestial. Percebeu como é mais difícil? Dois, e tem uma coisa que eles dão um banho nas esquerdas, mas essa questão pra mim é muito importante... A evangelização é a mistificação capitalista na sua vertente popular. Mas, para isso, todos nós já vimos um culto evangélico pela televisão, pelo menos. Quando você vê, por exemplo (eu vi isso ontem, a Igreja Católica em Aparecida do Norte) com aqueles bispos todos cheios de cones, com aquela vestimenta que parece a Idade Média, e vê um bispo evangélico tocando um rock, cantando, em transe, é uma diferença brutal. Um tem sentido de cotidianidade e o outro não. O Papa tem feito coisas positivas, pela sua origem latinoamericana, ele podia acabar de vez com esse horror, porque você tem a sensação da Idade Média quando vê um ato religioso católico. Três, o ato evangélico é um momento de catarse popular, a população canta e dança, o que não pode fazer fora dali, em praticamente lugar nenhum mais. Porque para cantar e dançar você tem que ter dinheiro hoje. As festas populares dos bairros das periferias nos oferecem exemplos como o *hip hop*, esse movimento cultural muito importante da juventude periférica. Cada culto evangélico combina fruição, catarse e canto. E é grande a incapacidade da esquerda em fazer ações com autênticos momentos de catarse, no sentido profundo do termo, em que você transcende a vida cotidiana e quer cantar, dançar, sonhar, flunar. O MST tenta fazer isso, a seu modo, pelo que chamam de mística, é uma tentativa. Mas enquanto você tem uma mística política no MST, há milhares de atos dos evangélicos, com catarse espiritual, do primeiro minuto ao último. As pessoas saem de lá com a sensação de que “eu vi o Senhor”, agora eu sou Ele, entendeu? “Eu vi, eu toquei nele”. Estou colocando isso porque isso é um sinal, é um momento em que o nível de estranhamento, de alienação, de sofrimento, embaralha tudo, que se intensifica e aumenta nos momentos de crise estrutural como a que estamos vivendo. Agora, a favor da esquerda, a catarse com a solidariedade socialista é uma, a catarse com alienação levada ao limite é outra e muito mais fácil. Essas *grandes igrejas* são conglomerados corporativos globais. São



organizações religiosas com fins lucrativos. Bom, isso não minimiza a tua dificuldade, que é real. Essa neopentecostalização, digamos assim, essa explosão dos evangélicos parece caminhar, então, de modo consentâneo com o desespero criado pelo próprio capitalismo, com seus bolsões de miseráveis que não param de se ampliar. Lembra que o Marx falava: “a miséria religiosa é expressão da miséria real e a revolta contra ela”. Só que a revolta contra a miséria real pode ser a luta, como a Teologia da Libertação, ou a Teologia do Enriquecimento, que sonha a redenção capitalista, no céu e também na terra. Só para a gente pensar, são formas complexificadas das alienações, dos estranhamentos, que atingiram uma dimensão mais profunda com a destruição atual do capitalismo na sua etapa da mais letal e pandêmica. Glosando com as palavras de Marx: quem é que está conseguindo oferecer um *aroma espiritual novo*? É a evangelização. | FIM |

Campinas, São Paulo, Marília, Divinópolis, junho de 2022.

Obras citadas por Ricardo Antunes na entrevista:

- ANTUNES, Ricardo. **Crise e Poder**. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 1986.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo (org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo editorial, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **O capitalismo pandêmico**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo editorial, 2022.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 1ª edição. São Paulo: Bomtempo editorial, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo editorial, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **O que é o sindicalismo**. Abril cultural, 1985.
- ANTUNES, Ricardo. Cavaliere: ‘genopio’ ou ‘laracida’? **Blog da Boitempo**, 27/09/2022. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/09/27/cavaliere-genopio-ou-laracida/>.





UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências

Av. Hygino Muzzi Filho, 737 - Mirante - Marília/SP

CEP 17.525-900

Telefone: (14) 3402-1300

Revista Fim do Mundo

ISSN: 2675-3812 | e-ISSN: 2675-3871

e-mail: revista.fimdomundo.marilia@unesp.br

<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>



PADARIA

AÇOUGUE

SUPERMERCADO

FARMÁCIA

COLETA DE OSSOS

LIXO

LIXO

Sejuevota.
2021





FIM DO MUNDO

ciência transformadora
discussões para a emancipação

